

Revista NERA

n. 12



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

GÊNERO E REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Anita Brumer e Gabriele dos Anjos

BRÉSIL L'ENJEU DES BIOCARBURANTS

Martine Droulers

COOPERAÇÃO, COMPETIÇÃO E RESISTÊNCIA NAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS: A AMNAP E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA NOVA ALTA PAULISTA

Izabel Castanha Gil

A ATUALIDADE DO USO DO CONCEITO DE CAMPONÊS

Marta Inez Medeiros Marques

E A POLÍTICA AGRÍCOLA TRANSFORMA-SE EM INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neli Aparecida de Mello

FLORESTA, PARA QUE TE QUERO? DA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA À NOVA TERRITORIALIDADE DO CAPITAL

Elder Andrade de Paula e Silvio Simione da Silva

MUITO ALÉM DO DE GIZ E LOUSA: ANÁLISE DO LITÍGIO DISCURSIVO EM TORNO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Lucília Maria Sousa Romão e Soraya Maria Romano Pacífico

GEOTECNOLOGIAS NO PLANEJAMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS: PREMISSA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Jorge Luís Nascimento Soares e Carlos Roberto Espíndola

ENTREVISTA COM MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

Fabio Kazuo Ocada e Beatriz Medeiros Melo

Jan./Jun.

2008



Revista NERA nº. 12

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jan.-jun./2008

Revista NERA

Coordenação de publicação

Bernardo Maçano Fernandes
Matuzalem Cavalcante
Eduardo Paulon Girardi
Clifford Andrew Welch
Anderson Antônio da Silva

Conselho editorial

Abdurazack Karriem – Cornell University (Ithaca, NY, EUA)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Claire Barbay – Université de Paris X (Nanterre, França)
Clifford Andrew Welch – Grand Valley State University (Michigan, EUA)
Emília de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
José Antonio Segrelles – Universidad de Alicante (Espanha)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Lauren Baker – York University (Toronto, ON, Canadá)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Miguel Teubal – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Norma Giarraca – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sílvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Canadá)

Endereço

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br

Ficha catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, n.º 1, n.º 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, n.º 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, n.º 4
2004 – ano 7, n.º 5
2005 – ano 8, n.º 6
2005 – ano 8, n.º 7
2006 – ano 9, n.º 8
2006 – ano 9, n.º 9
2007 – ano 10, n.º 10
2007 – ano 10, n.º 11
2008 – ano 11, n.º 12
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

-
- GÊNERO E REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**
- 6** GÉNERO Y REPRODUCCIÓN SOCIAL EN LA AGRICULTURA FAMILIAR
GENDER AND SOCIAL REPRODUCTIO IN FAMILY FARM
- Anita Brumer e Gabriele dos Anjos**
-
- BRÉSIL: L'ENJEU DES BIOCARBURANTS**
- 18** BRASIL: A APOSTA NOS BIOCOMBUSTÍVEIS
BRAZIL: BETTING ON BIOFUELS
- Martine Droulers**
-
- COOPERAÇÃO, COMPETIÇÃO E RESISTÊNCIA NAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS: A AMNAP E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA NOVA ALTA PAULISTA**
- 31** COOPERACIÓN, COMPETICIÓN E RESISTENCIA EN LAS ASOCIACIONES DE MUNICÍPIOS: LA AMNAP E EL DESAROLLO REGIONAL DE LA *NOVA ALTA PAULILSTA*
- COOPERATION, COMPETITION AND RESISTENCE IN MUNICÍPIO ASSOCIATIONS: THE AMNAP AND REGIONAL DEVELOPMENT OF THE *NOVA ALTA PAULISTA* REGION
- Izabel Castanha Gil**
-
- A ATUALIDADE DO USO DO CONCEITO DE CAMPONÊS**
- 57** LA ACTUALIDAD DEL USO DEL CONCEPTO CAMPESINO
THE VALIDITY OF THE USE OF THE PEASANT CONCEPT
- Marta Inez Medeiros Marques**
-
- E A POLÍTICA AGRÍCOLA TRANSFORMA-SE EM INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL...**
- 68** LA POLITIQUE AGRICOLE COMME OUTIL DU DÉVELOPPEMENT DURABLE
THE AGRICULTURAL POLICY BECOMES A TOOL OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT
- Neli Aparecida de Mello**
-

86

FLORESTA, PARA QUE TE QUERO? DA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA A NOVA TERRITORIALIDADE DO CAPITAL

FOREST, WHY DO I WANT IT? FROM PEASANT TERRITORIALIZATION TO THE NEW TERRITORIALITY OF CAPITAL

BOSQUE, PARA QUE TE QUIERO? DE LA TERRITORIALIZACIÓN CAMPONESA A LA NUEVA TERRITORIALIDAD DEL CAPITAL

Elder Andrade de Paula e Silvio Simione da Silva

98

MUITO ALÉM DE GIZ E LOUSA: ANÁLISE DO LITÍGIO DISCURSIVO EM TORNO DA QUESTÃO AGRÁRIA

MUCHO ADEMÁS DE LA TIZA Y PIZARRA: ANÁLISIS DE LA LITIGACIÓN DISCURSIVA ALREDEDOR DEL ASUNTO AGRARIO

A LOT BESIDES CHALK AND BLACKBOARD: ANALYSIS OF THE DISCURSIVE LITIGATION AROUND THE AGRARIAN SUBJECT

Lucília Maria Sousa Romão e Soraya Maria Romano Pacífico

108

GEOTECNOLOGIAS NO PLANEJAMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS: PREMISSA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

GEOTECNOLOGÍAS EN LA PLANIFICACIÓN DE ASENTAMIENTOS RURALES: PREMISA PARA UN DESARROLLO RURAL SOSTENIBLE

GEOTECHNOLOGY IN THE PLANNING OF RURAL SETTLEMENTS: ASSUMPTIONS FOR SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT

Jorge Luís Nascimento Soares e Carlos Roberto Espindola

117

ENTREVISTA COM MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

ENTREVISTA CON MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

INTERVIEW WITH MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

Fabio Kazuo Ocada e Beatriz Medeiros de Melo

Apresentação

Os artigos publicados neste número da revista NERA trazem discussões sobre três temas fundamentais para entender os problemas do campo brasileiro: o desenvolvimento, o campesinato e o agronegócio. As discussões sobre esses temas devem estar obrigatoriamente na pauta das políticas agrárias para o país, cujo desfecho mais adequado é a realização de uma reforma agrária ampla que contribuirá para o equacionamento de outras duas questões estruturais no país: a questão urbana e a questão ambiental. Desta forma, é necessário discutir a questão agrária tendo como referência a primazia pela qualidade de vida e produção camponesa, o questionamento da real contribuição social do agronegócio e a promoção de um modelo de desenvolvimento que considere todos os brasileiros como donos da riqueza de seu país. É neste contexto que contribuem os textos do número 12 da Revista NERA.

Sobre o desenvolvimento versam os textos de Izabel Castanha Gil, que estuda a região da Nova Alta Paulista; de Neli Aparecida de Mello, que estuda a política agrícola e a política ambiental; e o texto de Jorge Luis Nascimento Soares e Carlos Alberto Espindola, que analisam os assentamentos rurais na região Amazônica. O campesinato é analisado mais especificamente no texto de Anita Brumer e Gabriele dos Anjos, que escrevem sobre gênero e reprodução social da agricultura familiar; no texto de Marta Inês Medeiros Marques, sobre o conceito de campesinato e no artigo de Elder Andrade de Paula e Silvio Simione da Silva, sobre o campesinato e as políticas ambientais na Amazônia acreana. O agronegócio da cana-de-açúcar é tema do artigo de Martine Droulers, que analisa os impactos dessa atividade, uma “modernização conservadora” neste “país marcado por estruturas de produção tão diferentes e desiguais”, nos dizeres da autora. Outros dois artigos compõem este número: um, de autoria de Lucília Maria Sousa Romão e Soraya Maria Romano Pacífico, analisa diferentes discursos sobre a questão agrária, e outro, de Fábio Kazuo Ocada e Beatriz Medeiros Melo, é uma entrevista com a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, que se dedica principalmente ao estudo das condições dos trabalhadores nos canaviais paulistas.

Por fim, mais uma vez desejamos uma boa leitura dos textos, agradecemos os autores que contribuíram nesta edição e convidamos a todos para submeterem suas contribuições científicas à Revista NERA para que possamos cada vez mais ampliar o debate e as conquistas em direção de uma reforma agrária no Brasil.

Eduardo Paulon Girardi
Membro da Coordenação de Publicação

Gênero e reprodução social na agricultura familiar¹

Anita Brumer

Professora Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A do CNPq.

Endereço Postal: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Av. Bento Gonçalves, 9500, Agronomia, 91509-900 - Porto Alegre, RS – Brasil. Telefone: (51) 33166635 Fax: (51) 33166646.
Endereço eletrônico: anita@orion.ufrgs.br

Gabriele dos Anjos

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005)

Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Endereço Postal: Rua Duque de Caxias, 1691, Centro, 90010-283 - Porto Alegre, RS – Brasil. Telefone: (051) 32169024.
Endereço eletrônico: gabriele@fee.tche.br

Resumo

O texto apresenta questões analíticas sobre reprodução social na agricultura familiar, com base na bibliografia existente sobre o assunto. Examinando diferentes perspectivas relativas à reprodução social e na agricultura familiar, o texto dá ênfase a abordagens que consideram a sucessão geracional nesta atividade. Trata dos problemas relativos às articulações entre a sucessão na propriedade familiar e outras estratégias de reprodução social, como o êxodo rural, as migrações, o celibato e o estabelecimento de alianças matrimoniais. Por fim, aborda como a reprodução social na agricultura familiar pressupõe diferenças entre os sexos, em particular a exclusão das mulheres da sucessão na propriedade familiar. O estabelecimento destes problemas de análise permite propor uma agenda de pesquisa sobre a permanência de jovens e sobre a condição feminina na agricultura familiar.

Palavras-chave: reprodução social; agricultura familiar; gênero; geração; sucessão.

Resumen:

Género y reproducción social en la agricultura familiar

Este texto presenta cuestiones analíticas sobre la reproducción social en la agricultura familiar, con base en la bibliografía existente sobre el tema. Examinando diferentes perspectivas relativas a la reproducción social y agricultura familiar, el texto enfatiza los enfoques que consideran la sucesión generacional en esta actividad. Trata de los problemas referentes a las articulaciones entre la sucesión en la propiedad familiar y otras estrategias de reproducción social, como el éxodo rural, las migraciones, el celibato y el establecimiento de alianzas matrimoniales. Finalmente, aborda el como la reproducción social en la agricultura familiar presupone diferencias entre los sexos, en particular la exclusión de mujeres de la sucesión en la unidad familiar. El planteamiento de estos problemas de análisis permite proponer una agenda de investigación sobre la permanencia de jóvenes y la condición femenina en la agricultura familiar.

¹ Texto elaborado com apoio financeiro do CNPq, através do projeto “Mulheres agricultoras: reprodução social e representação política” (Edital 045/2005).

Palabras clave: reproducción social; agricultura familiar; género; generación; sucesión.

Abstract

Gender and social reproduction in family farm

The paper presents some analytical questions about the social reproduction of family farms, based on bibliographical discussions on this subject. Taking into account different perspectives, the paper emphasizes those that consider the transmission of farms through generations, such as the question of articulation between the transmission of the farm to a single family member and other strategies of social reproduction, including migration, celibacy and matrimonial alliances. Finally, the paper analyses how the social reproduction of family farms is tributary of the women's exclusion from the land's inheritance. These analytical problems allow the proposition of a research agenda, including both the possibility of residence in rural areas for the youth and women's condition of living in family farms.

Keywords: social reproduction; family farms; gender; generation; succession.

Introdução

As pesquisas sobre as temáticas “gênero” e “juventude” estão muito em voga nas ciências sociais voltadas ao estudo do “rural”. O interesse nessas temáticas decorre, por um lado, em grande medida, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com a predominância de jovens e, entre eles, de mulheres, implicando no envelhecimento e masculinização da população rural; e, por outro lado, do aumento de problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, seja pela dificuldade de encontrar sucessor entre os filhos dos proprietários, seja pelos conflitos entre os herdeiros legais em torno da partilha do patrimônio familiar. Tais fenômenos se constituem em problemas sociais para líderes de associações de agricultores e para instituições estatais e podem ser tomados como objeto de análise sociológica a partir de um conjunto de questões relativas à reprodução social. O objetivo deste texto é examinar criticamente a bibliografia pertinente sobre reprodução social na agricultura familiar. Esta bibliografia, em grande parte, é formada por estudos de casos específicos; no entanto, ela permite configurar um conjunto de problemas a serem retomados na investigação e análise de dados relativos às condições de continuidade dos jovens² na agricultura familiar, e à condição feminina nesta atividade.

As abordagens relativas à reprodução social na agricultura familiar são particularmente profícuas no estudo das condições de existência social de mulheres e jovens no meio rural. Isto porque a chamada agricultura familiar enquanto atividade social apresenta uma estreita relação entre posição social, profissional e familiar (CARDON, 2004, p. 25). Ou seja, as posições de agricultor, chefe de estabelecimento e pai estão imbricadas. Neste sentido, em comparação com o empresário capitalista, o produtor familiar (ou ainda, o “camponês”) não pode dispor de sua força de trabalho (esposa, filhos e pais idosos) segundo as regras do mercado. Ele precisa levar em consideração aspectos relativos às possibilidades de emprego e de obtenção de renda em atividades não agrícolas dos membros da família, bem como considerações relativas à linhagem e herança familiares (FRANKLIN, 1969, p.1). Este caráter específico da agricultura familiar engendra uma série

² A “juventude” como categoria possui diferentes usos sociais, e reúne, a partir de critérios etários, indivíduos e grupos socialmente diferenciados (ver UNESCO, 2004, p. 23).

de práticas sociais, relativas, ao mesmo tempo, aos futuros particulares de cada membro da família, da família como um todo e de seu patrimônio.

Reprodução social e agricultura familiar

De forma geral, os estudos sobre reprodução social preocupam-se com as formas pelas quais se dá a continuidade de estruturas, práticas e instituições sociais. Nesse sentido, abordam uma das questões básicas das Ciências Sociais (BOURDIEU, 1994, p. 3; GIDDENS, 1995, p. 365). Entre os marxistas, Rosa Luxemburg considera que a noção de reprodução teria uma abrangência no plano da sociedade como um todo e sua essência estaria no ciclo produção-consumo. A autora entende por reprodução a continuidade da produção de bens para o consumo ao longo do tempo, que varia historicamente, com base, por um lado, na articulação entre tecnologia, matéria prima e trabalho; e por outro, nas formas sociais de produção, incluindo a organização social, ou seja, a relação do homem com a natureza e a relação dos homens entre si (LUXEMBURG, 2003, p. 4).

Edholm, Harris e Young (1977, p. 104-116) consideram que a “reprodução” abrange três níveis: reprodução humana ou biológica, reprodução da força de trabalho e reprodução social como reprodução “das condições de produção social na sua totalidade” (EDHOLM; HARRIS; YOUNG, 1977, p. 105). Elizabeth Jelin considera as mesmas dimensões, chamando-as, respectivamente, de reprodução biológica (que no plano familiar significa ter filhos e no plano social se refere aos aspectos sócio-demográficos da fecundidade), reprodução cotidiana (manutenção da população existente através das tarefas voltadas ao trabalho e à produção para a subsistência) e reprodução social (JELIN, 1995: nota 2, p.395).

Nas ciências sociais francesas, a discussão que Bourdieu estabelece com o estruturalismo a respeito da instituição das práticas sociais deu origem à noção de *sistema de estratégias de reprodução* (BOURDIEU, 1994, p. 3). Rompendo com uma perspectiva na qual a reprodução social é ditada por regras externas aos agentes sociais, este autor propõe o estudo das *estratégias* pelas quais diferentes categorias sociais reproduzem sua posição no espaço social a partir de uma socialização que engendra determinadas disposições (BOURDIEU, 1994, p. 5). Ao contrário das perspectivas de Edholm, Harris e Young, e de Jelin, tais *estratégias* contemplam domínios referentes à fecundidade e à profilaxia (ligadas à reprodução biológica), as estratégias educacionais, matrimoniais, econômicas (orientadas para aumentar ou conservar os capitais disponíveis), simbólicas e de sucessão (BOURDIEU, 1994, p. 5-6), e se engendram nas famílias. Tais estratégias estão sistematicamente relacionadas, ou seja, são empregadas conjuntamente ou de forma articulada em diferentes pontos do tempo (BOURDIEU, 1994, p. 6). A implementação de tais estratégias se dá de acordo com o estado dos mecanismos socialmente objetivados de reprodução social (tais como os “mercados” econômico, escolar, matrimonial, de trabalho e as regras jurídicas) e as chances diferenciais de ganho que estes oferecem para os indivíduos e/ou famílias (BOURDIEU, 1994, p.7). Esta concepção é retomada aqui para analisar diferentes formas pelas quais os membros de famílias inseridas na agricultura familiar em diferentes contextos sociais reproduzem-se socialmente e dão continuidade a esta atividade social.

Segundo Almeida (1986), a reprodução na agricultura familiar é abordada de duas formas: como reprodução cotidiana (ou no curto prazo) e reprodução geracional (ou no longo prazo). A primeira abordagem diz respeito à “como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo” (ALMEIDA, 1986, p. 67). Este aspecto envolve a “lógica econômica da família, que preserva famílias via trabalho e consumo”. Assim, pesquisas sobre reprodução da agricultura familiar no curto prazo envolvem questões relacionadas às formas e meios de produção (como a apropriação e uso de tecnologias) e sua organização, na qual se incluem a divisão de trabalho entre os membros da família e as relações sociais estabelecidas com outros agentes sociais e instituições. Estes estudos também analisam as condições de permanência – ou reprodução - da unidade produtiva enquanto tal, envolvendo o trabalho

dos membros da família. No estudo desta reprodução levam-se em conta as formas de utilização da terra e de alocação do trabalho e o uso de recursos naturais e como esses podem garantir ou não a existência da unidade produtiva no curto prazo e por mais de uma geração. De forma semelhante, alguns autores preocupam-se com a capacidade das famílias de continuarem a manter determinadas condições de existência (como ocorre na agricultura familiar), com base em estratégias específicas (como discutido em CHAYANOV, 1974; e SCHNEIDER, 2003). Por outro lado, o estudo da reprodução no longo prazo considera como a unidade familiar se perpetua enquanto tal, contemplando a lógica de parentesco, através da qual se estabelecem estratégias de casamento e herança (ALMEIDA, 1986, p. 67).

Estamos dando ênfase para as análises sobre reprodução social na agricultura familiar que contemplam os processos sucessórios, e seus diferentes aspectos, tais como as formas, “regras” ou estratégias de sucessão entre gerações na agricultura e suas mudanças; as articulações destas estratégias de sucessão com outras estratégias familiares de reprodução, ou seja, com outras formas de atividade social dos filhos e filhas com origem na agricultura familiar; e como estas estratégias de reprodução social pressupõem diferenças entre os sexos.

Problemas de análise da sucessão na agricultura familiar

As pesquisas sobre juventude rural, realizadas na França e na Região Sul do Brasil, estabelecem uma problemática sobre reprodução que contempla as formas e condições da sucessão “profissional” envolvendo a substituição do pai pelo filho na chefia da propriedade (CHAMPAGNE, 1979, p. 84-5; 1986b, p. 46), ou ainda as formas de constituição de novos estabelecimentos de agricultura familiar. Esta sucessão implica numa socialização prévia na atividade, iniciada durante a infância, e que, em grande medida, ocorre “na prática”. Isto quer dizer, em primeiro lugar, que dificilmente alguém se torna agricultor familiar a partir de um aprendizado exclusivamente escolar. Neste sentido, os cursos técnicos agrícolas, como as “escolas de alternância” ou as “casas familiares rurais”, recrutam seus alunos fundamentalmente entre os filhos de agricultores, qualificando o saber de jovens previamente socializados na atividade. Em segundo lugar, o início do aprendizado profissional na agricultura raramente ocorre na fase adulta dos indivíduos. Em terceiro lugar, na agricultura a reprodução endógena é particularmente elevada, uma vez que poucos indivíduos ingressam como profissionais nesta atividade caso não sejam filhos de agricultores (CHAMPAGNE, 1986b, p. 42-3).

Neste processo de socialização profissional, há diferenças entre rapazes e moças, as quais geralmente são “poupadas” ou “excluídas” da atividade agrícola principal, sendo-lhes reservadas atividades consideradas como “domésticas”³. Estas, embora incluam a produção para o autoconsumo, são identificadas como tarefas de limpeza, preparo dos alimentos, cuidado das crianças, trabalhos da horta e do quintal (cuidado de pequenos animais e ordenha) e transformação artesanal de produtos alimentícios para consumo dos membros da família. Seu desempenho nessas atividades não é considerado como trabalho, uma vez que não se inclui no mercado de bens e serviços e, assim, não envolve a circulação de recursos monetários. Ao mesmo tempo, elas podem assumir um papel auxiliar nas atividades produtivas, em momentos de falta de mão de obra masculina. Este papel, o qual também é assumido por outros membros “não chefe” da unidade produtiva como filhos e filhas, é subsumido como “ajuda”, com base na gratuidade própria às relações familiares (LAGRAVE; CANIOU, 1987, p. 124; BRUMER, 2004, p. 210; CARDON, 2004, p. 48).

³ Por exemplo, numa pesquisa realizada com jovens, filhos e filhas de agricultores familiares, na Região Sul do Brasil (BRUMER; SPANEVELLO, 2008, p. 69), que contou com uma amostra de 1677 entrevistados, verificou-se que, enquanto 91% dos rapazes dedicam-se predominantemente a atividades agrícolas, entre as moças, 63% desempenham atividades agrícolas e 32% fazem trabalho doméstico.

Adicionalmente, como mostram os resultados da pesquisa com jovens filhos de agricultores familiares realizada na Região Sul do Brasil (BRUMER; SPANEVELLO, 2008, p. 50-51), as tarefas de gestão dos estabelecimentos produtivos geralmente permanecem sob responsabilidade dos homens⁴.

Esta exclusão do domínio simbólico da atividade produtiva, legitimada pela atribuição ao homem da categoria “chefe do estabelecimento” (LAGRAVE, 1987b, p. 96-97) e presente em sua socialização está relacionada ao fato de que as mulheres não são, via de regra, consideradas como possíveis sucessoras do chefe, o pai, na propriedade familiar (LAGRAVE, 1987a, p. 17). Muito embora possam receber uma herança com menor valor simbólico (CARNEIRO, 1998, p. 99), seu estatuto de “agricultoras” vem através do casamento (CARDON, 2004, p. 95; WOLF, 1966, p. 97-8; LAGRAVE; CANIOU, 1987, p. 125)⁵. Esta estruturação sugere a pertinência do exame de como as estratégias de sucessão diferenciam homens e mulheres, segundo uma percepção social das diferenças entre os sexos e de hierarquização dos mesmos (conforme a definição de gênero de SCOTT, 1995, p. 86)⁶.

Uma das questões a serem consideradas nas análises das estratégias de reprodução na agricultura familiar diz respeito às condições econômicas dos processos sucessórios nesta atividade. Dentre estas, destacam-se o tamanho das propriedades e as diferentes possibilidades de inserção nos mercados de produtos agrícolas (CHAMPAGNE, 1986a, p. 74, 1986b, p. 42; ABRAMOVAY et al., 1998, p. 58-9). Tais possibilidades dão origem a várias estratégias econômicas, como a “integração” a agroindústrias, a “pluriatividade”, a busca de sistemas de produção alternativos e o comércio direto em feiras, aliado ou não à produção “ecológica”.

As condições culturais de exercício da atividade agrícola também estão ligadas a estratégias de reprodução na agricultura familiar, particularmente a estratégias sucessórias. A valorização social e adesão à identidade de agricultor podem variar segundo os contextos sociais. Assim, a agricultura pode estar ligada tanto a estratégias de permanência e adesão à identidade de “agricultor” como de estratégias de mobilidade social, implicando por parte dos pais num investimento na aquisição de diplomas superiores para seus filhos, para que estes abandonem a atividade agrícola (CARDON, 2004, p. 270). Nestes casos, a sucessão na propriedade familiar não é valorizada, e o patrimônio fundiário tem destinos diversos (venda, arrendamento, abandono, parcelamento) (CARNEIRO, 1998, p. 120).

Os estudos de Bourdieu (1962; 2006), Champagne (1979; 1986a; 1986b) e Carneiro (1998) apontam para processos mais amplos de desvalorização cultural da agricultura familiar em diferentes contextos sociais e seus efeitos na permanência ou não de jovens nesta atividade. Um desses efeitos consiste na mudança das estratégias utilizadas no mercado matrimonial, anteriormente controlado pelas famílias, que visavam assim manter a

⁴ Nesta pesquisa, nas 1677 unidades familiares consideradas, os homens (pais e filhos) detêm a maioria das atividades de gestão: entre os membros da família que realizam essas atividades, ficam sob responsabilidade exclusivamente masculina 86% da compra de insumos, 76% da consulta a técnicos ou agrônomos, 69% da venda de animais e 66% dos trâmites referentes a financiamentos bancários. Por outro lado, as mulheres (mães e filhas) são predominantes na execução de tarefas domésticas: 98% do preparo da comida, 85% da limpeza da casa, 82% do processamento de produtos agropecuários e 56% da venda da produção não agrícola (principalmente artesanato) são de responsabilidade exclusivamente feminina.

⁵ Cardon, por exemplo, numa análise da origem social das mulheres esposas de agricultores, na França, indica que “em 1990, a metade das esposas de menos de 40 anos é filha de agricultor, o que ocorre com três quartos entre as de 40 anos ou mais” (CARDON, 2004, p.95).

⁶ A noção de gênero considera que a sociedade, por razões culturais, sociais, econômicas e políticas, atribui diferentes papéis a homens e mulheres, diferindo da categoria sexo, que diz respeito a características biológicas associadas a eles. Neste sentido, as características biológicas de homens e mulheres são herdadas e as diferenças de gênero são construídas socialmente. Deve-se levar em conta que as características de gênero não são universais nem imutáveis, podendo variar no tempo e no espaço.

integridade do patrimônio fundiário, e atualmente movido por escolhas individuais que não visam necessariamente aquela integridade (BOURDIEU, 1962, p. 65; CHAMPAGNE, 1979, p. 91). Outro efeito é a desvalorização simbólica de uma atividade cujo aprendizado se dá em grande parte fora da escola, forma consagrada de qualificação profissional, em contextos de homogeneização cultural entre o rural e o urbano e de aumento de escolarização dos jovens em relação às gerações anteriores (CHAMPAGNE, 1979, p. 88-9; 1986a, p. 86-7; 1986b, p. 53). Nestes contextos, a agricultura pode ser considerada como a única oportunidade daqueles que não puderam estudar ou se inserir em outros mercados de trabalho (CARNEIRO, 1998, p. 117; CHAMPAGNE, 1986a, p. 82). Assim, a opção pela agricultura por parte de jovens pode ocorrer, em grande parte, por receio do desemprego, tendo em vista que “a posse de um estabelecimento agrícola, mesmo que de pequeno tamanho, possibilita à família viver, ou pelo menos sobreviver, diferentemente dos assalariados, que são totalmente dependentes do mercado de trabalho para viver de sua atividade profissional” (CHAMPAGNE, 1986a, p. 76). Ao mesmo tempo, a atividade agrícola, quando comparada a outras atividades, pode ser vista pelos jovens de forma negativa, como atividade penosa, com rendimentos baixos e aleatórios (CHAMPAGNE, 1986a, p. 79). A percepção destes aspectos, neste caso, é também diferenciada segundo o sexo. Na sua avaliação sobre a atividade agrícola e a vida no meio rural, os jovens do sexo masculino tendem a destacar aspectos econômicos e as jovens mulheres as condições de vida (CHAMPAGNE, 1986a, p. 80; BRUMER et al., 2007, p. 34).

Outra questão diz respeito às modalidades de processos de sucessão entre gerações. Os trabalhos de Champagne (1979) e Cardon (2004) mostram que estes processos têm como objeto o lugar ocupado, ao mesmo tempo, na família e na propriedade como estabelecimento econômico. Assim, o(s) membro(s) da geração mais nova que herda(m) a propriedade e os membros da geração anterior passam por um processo no qual há a substituição do chefe do estabelecimento e chefe da família, o qual, portanto, toma as decisões referentes tanto ao “negócio” como à própria família. Este processo pode ser mais ou menos longo e mais ou menos conflitivo ou cooperativo (CARDON, 2004, p. 192-3). Neste processo, que ocorre de forma articulada aos momentos do ciclo de vida dos membros de cada geração - casamento do sucessor, nascimento de seus filhos, aposentadoria ou morte do pai (CARDON, 2004, p. 195; CARNEIRO, 1998, p. 100; CHAMPAGNE, 1979, p. 85-6) -, podem ocorrer diferentes usos de instituições: o direito de herança e o previdenciário, o recurso a instituições de crédito e à titulação profissional. Os trabalhos de Champagne (1979) e Guigou (1968) sobre agricultores franceses mostram, por exemplo, que o processo de modernização da agricultura trouxe uma modificação nas formas de sucessão na agricultura familiar, tornando possível aos “jovens” impor aos pais a redução do período de transição na substituição da chefia familiar. Isso decorreu da possibilidade de seu acesso a outras profissões pela titulação escolar e ao financiamento bancário, do domínio das formas modernas de agricultura e da perspectiva de aposentadoria dos pais, garantida legalmente.

Levando em conta a bibliografia existente, é possível considerarem-se tipos distintos de práticas de herança e seus efeitos. Wolf (1976), por exemplo, não estabelece uma diferenciação entre herança familiar e sucessão na terra. Ele considera a existência de duas formas de herança, a “sem partilha”, na qual somente um filho escolhido pelo pai herda todo o patrimônio, mantendo sua integridade; e a “com partilha”, que garante a todos os filhos o direito a uma parcela de terra, comprometendo a possibilidade de manutenção dos herdeiros exclusivamente com o trabalho agrícola (WOLF, 1976, p. 107-8). Este tipo de prática de herança pode estar ligado a estratégias de manutenção de famílias extensas (como o uso de equipamentos comuns, e diferentes formas de estabelecimento de autoridade patriarcal) e regras de endogamia familiar (WOORTMANN, 1995, p. 190, 277).

No entanto, a “sucessão” pode ser diferenciada da “herança”, já que em diferentes contextos a partilha da terra é uma possibilidade que não se realiza, sendo contornada pela substituição de outras formas de dotação do patrimônio (ver BOURDIEU, 1962, p. 38; PAULILO, 2004, p. 233-234; CARNEIRO, 2001, p. 23-4, 2006, p. 6). Estas formas substitutivas incluem o dinheiro dado pelos pais aos herdeiros que não receberão parcelas

de terra para sua instalação na cidade (CARNEIRO, 2001, p. 26), para estudar ou para a compra de outra(s) área(s) de terra (CARNEIRO, 2001, p. 32; WOORTMANN, 1995, p. 116, 179-80), e, para as mulheres, que estão fora da disputa sucessória, o “dote” ou “enxoval” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 51; CARNEIRO, 2001, p. 33; PAULILO, 2004, p. 234). É possível ainda a prática de uma divisão “virtual”, com a dotação de áreas menos aproveitáveis aos não sucessores (com floresta ou de difícil cultivo) e a área agricultável e maior ao sucessor (CARNEIRO, 1998, p. 93-94; CARDON, 2004, p. 53-4), ou ainda de dotação aos não sucessores de parcelas menores da propriedade a serem trocadas pelo dote com o sucessor ou trabalhadas em conjunto, desde que os não sucessores mantenham-se celibatários(as) (BOURDIEU, 1962, p. 53, 1980, p. 266; WOLF, 1976, p. 107).

A sucessão na propriedade pode ser entendida como um momento (crítico) nas relações de reciprocidade entre pai, filhos e filhas. Se a autoridade paterna tem como fundamento a posse de terras a serem doadas aos filhos (VIANNA, 1989, p. 15), a herança (da terra e de outros bens) corresponde à retribuição paterna ao trabalho de filhos e filhas nas terras paternas (VIANNA, 1989, p. 17). No entanto, assim como estes últimos trabalham em tempos e formas diferentes, o pai retribui este trabalho de forma diferenciada, “principalmente quando os bens de devolução são escassos” (VIANNA, 1989, p. 18; CARNEIRO, 2001, p. 23). Assim, a “herança desigual” para os envolvidos pode corresponder a uma “troca”. Na agricultura familiar no sul do Brasil, somente o filho sucessor do pai na propriedade permanece trabalhando nesta com o pai e sua herança seria uma contrapartida ao cuidado dos pais na velhice (CARNEIRO, 2001, p. 33). Irmãos e irmãs que deixaram a atividade agrícola “ganham sua parte” com o investimento dos pais em seus estudos (WOORTMANN, 1995, p. 194-5; SPANEVELLO, 2008, p.176) ou com um dote em dinheiro e objetos, no caso das mulheres, ou uma soma em dinheiro para sua instalação na cidade. Ao mesmo tempo, eles renunciam ao direito à terra porque, ao migrarem para centros urbanos à procura de trabalho, deixam de trabalhar na propriedade paterna (CARNEIRO, 2001, p. 33-4; PAULILO, 2004, p. 234). Também a herança de novas terras compradas pelo pai era garantida, em um momento de expansão das fronteiras no sul do País, com o trabalho anterior dos filhos na propriedade paterna, e com o posterior trabalho do herdeiro na nova terra (CARNEIRO, 2001, p. 32-3).

De forma geral, a sucessão desigual dá origem a uma população de “deserdados” a se deslocarem para outras atividades sociais (WOLF, 1976, p. 107), ou para outras regiões geográficas (WOORTMANN, 1995, p. 109). Ela está, portanto, ligada a estratégias de reconversão, quando a manutenção de uma posição na estrutura social depende “da reconversão dos capitais possuídos em outras espécies, mais rentáveis e mais legítimas no estado considerado dos instrumentos de reprodução” (BOURDIEU, 1994, p. 8), na qual estão inseridas todas as práticas de êxodo da agricultura: a busca de emprego urbano em mercados de trabalho fora da agricultura, geralmente localizados no meio urbano. A (re)inserção ocupacional pode implicar em “qualificação”, ou não, e, portanto, estar ligada ou não às estratégias de investimento escolar de filhos e filhas de agricultores. Uma prática bastante comum em determinados contextos sociais é o êxodo da agricultura de filhos e filhas e sua profissionalização como agentes religiosos. Esta inserção seria uma forma de “adaptação” ou re-significação da exclusão da herança patrimonial (SUAUD, 1978, p. 39). No Brasil, esta recuperação do êxodo de filhos e filhas por Igrejas ocorre principalmente na Igreja Católica e (mais intensamente na região Sul) na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, as quais tradicionalmente recrutam seus profissionais nas zonas rurais de imigração européia (WOORTMANN, 1995, p. 177; CARNEIRO, 2001, p. 32). Um dos efeitos desta articulação entre o êxodo de filhos e filhas de agricultores e seu recrutamento pelas igrejas é a escolarização e a inserção em mercados de trabalho relativamente fechados, com lógicas próprias (ANJOS, 2005, p. 310, 344-5). Tais estratégias parecem estar articuladas a formas de sucessão nas quais o patrimônio original permanece indiviso, apesar da vigência de regras legais de partilha igualitária da herança.

As modalidades de escolha do sucessor também constituem um objeto de estudo, já que podem se articular diferentemente com a dotação dos outros filhos não sucessores e

com o momento de transmissão da chefia. Assim, se em certas situações o filho mais velho herda a propriedade da terra, ele também auxilia na formação do dote dos irmãos (BOURDIEU, 1962, p. 40). Em outras situações, a ultimogenitura (ou minorato) estaria articulada com uma forma de retardar a transmissão da chefia da propriedade por parte do pai (CARNEIRO, 1998, p. 119). No entanto, não se trata de regras de transmissão fixas: a regra tanto é manipulada quanto depende de um processo de socialização dos indivíduos para a adesão a elas. Woortmann mostra, por exemplo, que a escolha do sucessor entre os filhos de agricultores de origem alemã no sul do Brasil envolve um processo de observação e qualificação dos filhos homens como aptos ou não para a atividade agrícola segundo os esquemas classificatórios vigentes naquele meio social (WOORTMANN, 1995, p. 177). Ao mesmo tempo, o filho escolhido, correspondendo ou não à regra, seria “condicionado”, “desde pequeno”, a desenvolver as qualidades tidas como necessárias à sucessão (WOORTMANN, 1995, p. 177; também CARNEIRO, 1998, p. 106). De outra parte, as sucessões conflituosas podem fazer com que irmãos e irmãs usem as “regras” socialmente reconhecidas como tais como forma de legitimação da herança (CARNEIRO, 2001, p. 39). Trata-se de diferentes modalidades de “jogo com a regra”, seja ela consuetudinária ou jurídica, nas quais os membros da família, e no caso, os irmãos, contam com diferentes trunfos ou possibilidades de legitimar seus interesses pessoais pelas regras (BOURDIEU, 1980, p. 185-6), ou, em situações em que é socialmente legítimo questionar o que é considerado como “tradição”, contra elas (CARNEIRO, 2001, p. 39). Neste sentido, Wolf indica que geralmente são os membros externos à linhagem familiar (cunhado ou cunhada) que discordam dos acordos entre pais e filhos ou entre os irmãos (WOLF, 1976, p. 97). Do mesmo modo, Carneiro mostra que, com frequência, são os cônjuges dos possíveis herdeiros e herdeiras que chamam a atenção destes para seu direito legal a uma parte do patrimônio familiar (Carneiro, 2001, p. 38). A falta de consenso na divisão da herança pode levar a uma ruptura da família extensa e o privilegiamento da família nuclear (WOLF, 1976, p. 98).

Sucessão, estratégias matrimoniais e gênero

As diferentes práticas de herança e sucessão são acompanhadas ou supõem a exclusão feminina da sucessão em um estabelecimento familiar (WOLF, 1976, p. 104; BOURDIEU, 1962, p. 36, 1980, p. 249; WOORTMANN, 1995, p. 177-8; CARNEIRO, 1998, p. 97, 2001, p. 47; CARDON, 2004, p. 20; LAGRAVE, 1987b, p. 17; PAULILO, 2004, p. 234). As mulheres, ao mesmo tempo em que não são reconhecidas como prováveis “chefes” da unidade produtiva, entram nesta atividade através do casamento. De qualquer forma, as mulheres são encaminhadas a diferentes formas de desistência da terra familiar (casamento com dote, êxodo, celibato), que podem ser considerados equivalentes a mecanismos de exclusão feminina da chefia de estabelecimentos agrícolas. Numa pesquisa recente, realizada numa região de agricultores familiares descendentes de imigrantes italianos no estado do Rio Grande do Sul, Spanevello (2008: p.208) verificou que os pais entrevistados acreditam serem os filhos homens os mais capacitados para suceder-lhes; as filhas mulheres somente são herdeiras da terra por exceção (por *défault*, como dizem os franceses), em casos em que são filhas únicas, ou quando permanecem solteiras e a terra é explorada junto com o irmão.

Esta exclusão da sucessão parece corresponder a dois tipos de estratégias de reprodução. Uma delas corresponde às estratégias de herança nas quais somente um filho é escolhido ou fica como sucessor enquanto os outros são encaminhados ao êxodo da atividade agrícola ou à migração para outras terras. O êxodo feminino da agricultura é equivalente ao êxodo masculino de não sucessores, mas, ao que indicam estudos que mostram a masculinização do meio rural, mais intenso que aquele (ver, por exemplo, o estudo de LOPES, 2006). Assim como seus irmãos, que saem da agricultura para trabalhar ou estudar, as mulheres não herdaram a terra porque nela não trabalham (CARNEIRO, 2001, p. 36-7, 40).

Uma outra forma de exclusão das mulheres da sucessão na propriedade familiar está articulada a estratégias matrimoniais (ver especialmente BOURDIEU, 1962; CARNEIRO, 1998, p. 110). Assim, a mulher não herda a terra, mas vai morar e trabalhar na propriedade do marido, sucessor em outra propriedade (CARDON, 2004, p. 43-7). Ou ainda, em situações de inexistência de herdeiros homens, as mulheres que herdaram a terra seriam as “mediadoras entre seu pai e o sucessor, isto é, seu marido” (CARNEIRO, 1998, p. 111; WOORTMANN, 1995, p. 193-4). Este papel de mediadora parece também existir nas situações em que a filha não herdeira reside na terra do pai ou irmão-sucessor com o marido, que não trabalha na propriedade do sogro ou cunhado, mas como diarista ou arrendatário (VIANNA, 1989, p. 7).

Em situações de um mercado matrimonial fechado, controlado pelos pais-chefe, no qual se privilegia a manutenção de patrimônios familiares, os casamentos podem se constituir em “arranjos”, em que são valorizados os casamentos de um herdeiro e uma deserdada ou de um deserdado e uma herdeira (ver BOURDIEU, 1962, p. 45); ou ainda os casamentos de “simetria ideal”, em que se casam os herdeiros de cada família com os não herdeiros da outra; (CARNEIRO, 1998, p. 115). Por outro lado, a entrada – que supõe um dote correspondente à renúncia à terra paterna – em outra família pode corresponder a estratégias matrimoniais que privilegiam a endogamia social e a endogamia de lugar e mesmo a endogamia familiar, com o casamento entre primos (CARNEIRO, 1998, p. 113-5; WOORTMANN, 1995, p. 185, 190-2, 258). A homogeneidade social propiciada por este tipo de matrimônio opõe-se aos efeitos disruptivos da presença de uma estranha no grupo familiar (WOLF, 1976, p. 97-98; BOURDIEU, 1980, p. 320-1) e favorece a manutenção do patrimônio indiviso (CARNEIRO, 1998, p. 114-5).

Tais práticas correspondem geralmente a um estado da organização social na agricultura familiar no qual práticas sucessórias e matrimoniais encontram-se articuladas, implicando numa forte adesão a regras personificadas nos pais e sogros. Assim, enquanto o filho herdeiro subordina-se à autoridade e decisões do pai com relação à propriedade, a nora, “forasteira” e “recém chegada”, deve subordinar-se à autoridade da sogra, o que não está isento de conflitos em algumas situações⁷. Tais práticas também correspondem a uma reprodução na agricultura familiar relativamente isenta de influências externas (BOURDIEU, 1962, p. 66; WOORTMANN, 1995, p. 196; CARNEIRO, 1998, p. 117-8). No entanto, a escolarização, a imposição de padrões urbanos e as diferentes intervenções de instituições reguladas pelo Estado na agricultura também podem ter efeitos nas formas sucessórias e matrimoniais como estratégias de reprodução social e, assim, nas respectivas posições de homens e mulheres nestas estratégias.

Um destes efeitos seria a ruptura dos mercados matrimoniais no meio rural. Assim, as jovens filhas de agricultores, em alguns meios sociais, ao atingirem alguma escolarização, não desejam casar-se com agricultores, para evitar submeter-se às condições de vida na agricultura (WOORTMANN, 1995, p. 197; STROPASOLAS, 2004, p. 259-60), o que tem como contrapartida o celibato masculino entre agricultores (ver o estudo clássico de BOURDIEU, 1962; e LOPES, 2006 para o caso do Rio Grande do Sul). Outro efeito seria o questionamento das regras ou práticas sucessórias por parte dos mais jovens, como as tentativas de apressá-la (ver, por exemplo, CHAMPAGNE, 1979, p. 88) ou ainda de negociá-la com os outros irmãos (CARNEIRO, 1998, p. 120). A adesão a uma idéia de interesse individual como oposto aos interesses familiares pode também trazer à tona um forte ressentimento entre mulheres que não herdaram a terra paterna, mas continuaram a trabalhar nela como celibatárias nas casas dos irmãos sucessores ou herdeiros da terra (ver PAULILO, 2004, p. 234; 2000, p. 5; CARNEIRO, 2001, p. 37). Este ressentimento, no entanto, como indica Paulilo (2000) no caso da agricultura familiar no sul do Brasil, seria expresso apenas por algumas agricultoras e não está presente como problema social no

⁷Cardon (2004) relaciona situações de conflito com a necessidade de adiantar a sucessão por parte do jovem casal. Ver Cátedra (1993), sobre a “posição vulnerável” da nora e sua relação com as altas taxas de suicídio de mulheres jovens entre criadores de gado espanhóis. Ver também Wolf (1976, p. 97); Woortmann (1995, p. 192-193).

discurso das representantes de mulheres em sindicatos de trabalhadores ou movimentos do meio rural (PAULILO, 2000, p. 10). Além disso, a adesão a valores urbanos hipoteticamente mais igualitários pode conviver com a manutenção da exclusão feminina da sucessão como característica da reprodução na agricultura (CARNEIRO, 2001, p. 51).

Em alguns contextos sociais, a desvalorização da agricultura como meio de existência pode favorecer a herança feminina da propriedade da terra. Em alguns casos, herdar a terra pode corresponder à “escolha” do filho ou da filha que se mantiver na agricultura e cuidar dos pais na velhice (DEERE; LEON, 2003, p. 933-4). Em outros casos, a herança feminina da terra, principalmente se for acompanhada de sua partilha, aponta para a pouca importância do patrimônio da terra para a reprodução familiar (ver CARNEIRO, 2001, p. 48-49; PAULILO, 2004, p. 234).

Conclusões

A bibliografia pertinente apresenta uma série de problemas a serem considerados no estudo de situações concretas e contextualizadas de reprodução social na agricultura familiar. Ao mesmo tempo, as problemáticas relativas à reprodução social e sucessão apresentadas permitem propor uma agenda de investigação das condições de permanência da “juventude” na agricultura e mesmo no “meio rural”. Uma das questões de investigação a serem propostas é como a masculinização e o êxodo de mulheres jovens do meio rural e da agricultura podem estar ligados a estratégias familiares de reprodução social, nas quais se articulam sucessão na propriedade familiar, formação educacional e profissional dos filhos e filhas e migração destes para outras regiões rurais ou urbanas.

As questões relativas à manutenção da exclusão feminina da sucessão na propriedade familiar também são particularmente pertinentes. É preciso analisar como a valorização da escolarização e o acesso a profissões não agrícolas acentuam a tendência à exclusão feminina da atividade agrícola. Ao mesmo tempo, formas de questionamento desta exclusão por mulheres agricultoras são ainda pouco visíveis, abrindo uma agenda de pesquisa sobre suas modalidades de existência e seus significados.

Por outro lado, parece haver uma relação entre mudanças nas estratégias matrimoniais e sucessórias e as possibilidades de aquisição de recursos por parte de filhos e filhas de agricultores. A crescente legitimidade social do êxodo da agricultura pela escolarização e acesso a outras profissões; a possibilidade do questionamento da autoridade paterna e materna ou ainda dos sogros, dadas pela aquisição de saberes técnicos e pelo acesso a políticas públicas parecem ser recursos a serem usados por filhas e filhos de agricultores no espaço familiar e em suas estratégias de reprodução.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998, 101p.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.

ANJOS, Gabriele dos. “Mulheres todas santas”: participação de mulheres em organizações religiosas e definições de condição feminina em igrejas cristãs no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, 457 p. (Tese de doutorado).

BOURDIEU, Pierre. Célibat et condition paysanne. Études Rurales, Paris: n.5-6, p. 32-136, 1962.

BOURDIEU, Pierre. Le sens pratique. Paris: Minuit, 1980, 475 p.

- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. 105, p. 253-267, dez. 1994.
- BRUMER, Anita et al. Como será o campo amanhã? A situação dos jovens rurais do oeste catarinense numa perspectiva de gênero. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, 42 p.
- BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, 142 p.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, 2004.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão n.621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, 28 p.
- CARDON, Philippe. Des femmes et des fermes: genres, parcours biographiques et transmission familiale. Une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté. Paris: L'Harmattan, 2004, 311 p.
- CARNEIRO, Maria José. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. Texto apresentado no VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Quito, 20-24 de novembro de 2006, 16p. Disponível em: <www.alasru.org/cd alasru2006/01%20GT%20Maria%20Jos%C3%A9%20Carneiro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- CARNEIRO, Maria José. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, 228p.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.9, n.1, p.22-55, 2001.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et al. (orgs). Mundo Rural e Política; ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 97-117.
- CÁTEDRA, Maria. La Maison du pendu. Terrain, Paris n. 20, mar. 1993. Disponível em: <<http://terrain.revues.org/document3058.html>>. Acesso em: 01 ago. 2007.
- CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales, Ivry, n. 3, dez., p.73-89, 1986 (a).
- CHAMPAGNE, Patrick. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la sucession et apparition du "troisième âge". Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. mars/avril, p. 83-107, 1979.
- CHAMPAGNE, Patrick. La reproduction de l'identité. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986(b).
- CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342 p.
- DEERE, Carmen; LEON, Magdalena. The Gender Asset Gap: Land in Latin America. World Development, Montreal, v.31, n. 6, p.925-947, 2003.
- EDHOLM, Felicity; HARRIS, Olivia; YOUNG, Kate. Conceptualising Women. Critique of Anthropology, Londres, v.3, n.9-10, p. 101-30, 1977.
- FRANKLIN, S. H. The European Peasantry: the Final Phase. London: Methuen, 1969, 256p.

- GIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. 4 ed., Lisboa: Editorial Presença, 1994, 335 p.
- GUIGOU, Jacques. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In: BRITTO, Sulamita de (org.) Sociologia da Juventude II – Para uma sociologia diferencial. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 73-88.
- JELIN, E. Familia y género: notas para el debate. In: Estudios Feministas, Florianópolis, ano 3, n.1, p. 394-413, 1995.
- LAGRAVE, Rose-Marie. Introduction. In: LAGRAVE, R.-M. (dir.). Celles de la terre: agricultrice: l'invention politique d'un métier. Paris: Éditions EHESS, 1987(a), p. 11-29.
- LAGRAVE, Rose-Marie. L'agricultrice inclassable: les fonctions sociales du flou statistique. LAGRAVE, R.-M. (dir.). Celles de la terre: agricultrice: l'invention politique d'un métier. Paris: Éditions EHESS, 1987(b), p.89-110.
- LAGRAVE, Rose-Marie; CANIOU, Juliette. Un statut mis à l'index. LAGRAVE, R.-M. (dir.). Celles de la terre: agricultrice: l'invention politique d'un métier. Paris: Éditions EHESS, 1987, p. 111-150.
- LOPES, Milena Nunes. O celibato masculino e as perspectivas de reprodução da agricultura familiar. Monografia de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- LUXEMBURG, Rosa. The Accumulation of Capital. London; New York: Routledge, 2003, 512 p.
- PAULILO, Maria Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. Cadernos de Pesquisa, Florianópolis, n. 21, abr. 2000. Disponível em: <www.cfh.ufrsc.br/~naf/doc/mma.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, 2004.
- SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.18, 51, p. 99-121, fev. 2003.
- SCOTT, Joan, jul./dez. 1994. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995.
- SPANNEVELLO, Rosani Marisa. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 221 p.
- STROPASOLAS, Valmir L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan.-abr. 2004.
- SUAUD, Charles. La vocation: conversion et reconversion des prêtres ruraux. Paris: Minuit, 1978, 274 p.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Os colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978, 182 p.
- UNESCO. Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO, 2004, 304 p.
- VIANNA, Aurélio. Organização social e ação política do campesinato: o caso da "invasão" da Fazenda Annoni. Comunicação nº15. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1989, 46 p.
- WOLF, Eric R. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 150 p.
- WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres. Brasília: Hucitec, 1995, 336 p.

Brésil : l'enjeu des biocarburants

Martine Droulers

Doctorat en Géographie à l'Université Paris III (1978)
Directrice de recherche au Institut des Hautes Études sur l'Amérique Latine (IHEAL) -
Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle
Adresse : 28, rue Saint Guillaume, 75007, Paris, França
Adresse e-mail: droulers@univ-paris3.fr

Résumé

Cet article aborde trois questions : comment se pose, dans un pays comme le Brésil, le défi de l'autonomie énergétique à partir d'une ressource renouvelable agricole ? Comment s'opère la progression spatiale et la concentration industrielle et régionale de l'agro-industrie de la canne à sucre dans un pays marqué par des structures de production très différenciées et inégales? Enfin, comment le modèle productiviste qui relance les problèmes écologiques et technologiques répond, en partie, aux défis de la modernisation conservatrice et du développement territorial ?

Mots clés : Biocarburants ; autonomie énergétique ; ressource renouvelable agricole ; modernisation conservatrice ; développement territorial.

Resumo

Brasil: a aposta nos biocombustíveis

Este artigo aborda três questões: como se contextualiza, em um país como o Brasil, o desafio da autonomia energética a partir de um recurso renovável agrícola? Como se opera a progressão espacial e a concentração industrial e regional da agroindústria canavieira em um país marcado por estruturas de produção tão diferentes e desiguais ? Enfim, como o modelo produtivista, que impulsiona os problemas ecológicos e tecnológicos responde, em parte, aos desafios da modernização conservadora e do desenvolvimento territorial ?

Palavras-chave: Biocombustíveis ; autonomia energética ; recurso renovável agrícola ; modernização conservadora ; desenvolvimento territorial.

Abstract

Brazil: betting on biofuels

This article discusses about three main questions: a) in a country like Brazil, how can we see the challenge of the power autonomy from an agricultural renewable resource? b) how is the spatial progression and the industrial and regional concentration of sugar cane agroindustry in a country with structures of production so different and unequal? c) at least, how the productivist model, that impel ecological and technological problems replies, in part, to the challenges of the conservative modernization and of the territorial development?

Keywords: Biofuels; power autonomy; agricultural renewable resource; conservative modernization; territorial development.

Introduction

Les biocarburants représentent à la fois un espoir et un défi ; l'espoir d'obtenir de l'énergie renouvelable, le défi de passer d'une agriculture dévoreuse d'énergie à une agriculture également « productrice » d'énergie ; ce défi agricole se double d'un défi industriel de transformer la biomasse en biocarburant et, pour le Brésil plus spécifiquement, de transformer la canne à sucre en éthanol. Si un certain consensus se dégage dans les médias et la communauté scientifique pour souligner combien les biocombustibles, qui diminuent les gaz à effet de serre, sont une solution pour un mode de transport écologiquement correct, de nombreux points du développement de la filière demeurent encore en discussion.

La filière sucre-alcool, s'inscrit, comme beaucoup de secteurs d'activité au Brésil, dans la mondialisation et connaît à ce titre une importante révolution technologique et organisationnelle. Le Brésil, devenu premier producteur mondial de sucre et d'alcool, modernise sa filière sucrière en parallèle avec la croissance d'une filière agro-énergétique pour répondre au défi de l'utilisation de combustibles moins polluants. Le développement du commerce international des agrocarburants, place en effet le Brésil au centre d'importantes négociations commerciales conduites par les Etats-Unis, le Japon et l'Europe¹. Le président Lula se présente, en toutes circonstances, comme le grand ambassadeur des agrocarburants, en insistant sur le fait qu'ils constituent une solution pour les pays en développement plus encore que pour les pays riches.

L'enjeu du développement d'une filière agro-énergétique est multiple, économique, écologique, social et régional. Une approche géographique, qui met en relation l'étude du développement de la filière et sa territorialisation, implique de prendre en compte un certain nombre de processus qui sous-tendent la croissance économique et qui se déroulent dans des territoires singuliers pour une société particulière. Le paradoxe du développement agricole brésilien réside dans le fait qu'il s'opère dans le cadre d'une modernisation technique socialement conservatrice.

Parmi nos références théoriques, nous retenons les approches de l'école française de géopolitique sous la direction d'Yves Lacoste et Béatrice Giblin depuis 1976 dans la revue *Hérodote*. Et en ce qui concerne le cas plus spécifique du développement régional on rejoint le domaine de la « géopolitique interne » des Etats et des régions qui ont fait l'objet d'analyses novatrices de la part de B.Giblin en lien avec l'aménagement de leur territoire (Philippe Subra)². A ces approches, on ajoutera l'influence des réflexions de la *Nouvelle économie géographique*, dite NEG, issue des travaux de Paul Krugman qui intègre, depuis les années 1980, le facteur territorial à une théorie de la croissance. Les caractéristiques des territoires, au sens large, incluant des dimensions sociétales et organisationnelles, sont considérées comme des facteurs de croissance et la géographie s'efforce de révéler et mettre en relief les qualités de fonctionnement des territoires : les plus peuplés, denses et fluides gagnent des parts de marchés et s'enrichissent vite, ce sont les « régions qui

¹ Au niveau européen, certains membres de la Commission plaident, d'ailleurs, en faveur de l'importation massive d'éthanol en provenance du Brésil afin de répondre à l'objectif que s'est fixé l'Union Européenne de porter à 10% minimum la part des biocarburants dans le marché des carburants d'ici à 2020.

² Cette approche s'appuie sur l'interprétation du jeu des acteurs dans les territoires, sur l'importance des représentations, sur la dimension culturelle des territoires et sur la géographie électorale. Voir la publication récente de l'Institut français de géopolitique intitulé « La nouvelle géopolitique des régions françaises », parue en 2005, coordonnée par B.Giblin. Cet ouvrage fait suite à une première publication, vingt ans auparavant, dirigée par Yves Lacoste et B.Giblin, dans l'introduction de laquelle il est souligné que « la géographie a pour fonction sociale de débrouiller l'enchevêtrement des configurations spatiales ; c'est le savoir-penser l'espace dans ses diversités et complexités afin que l'on puisse y agir efficacement » in *Géopolitiques des régions françaises*, Fayard, 1986, 3 tomes. Sous cet aspect, les travaux de l'Institut français de géopolitique rejoignent les approches de « géopolitique interne » développées par B.K.Becher au Brésil.

gagnent » (G.Benko, A.Lipietz). Cependant de tels mouvements ravivent les inégalités. Dans le même temps, le retour à la théorie de la justice sociale de J. Rawls offre un cadre d'analyse qui incorpore un niveau d'acceptabilité des inégalités, ce qui permet alors de penser l'équité territoriale, forme que les géographes déclinent autour de la dimension de la justice socio-spatiale (B.Bret).

Nous traiterons ce travail en trois points. Tout d'abord, il s'agira d'analyser en quels termes se pose, pour le Brésil, la question de l'autonomie énergétique fondée sur une ressource renouvelable agricole, dans un vaste pays tropical caractérisé par l'abondance d'eau et de soleil ; ensuite, nous examinerons les phénomènes de concentration industrielle et régionale que connaît l'agro-industrie de la canne à sucre dans un pays marqué par des structures de production très différenciées et inégales ; enfin, l'actuel modèle productiviste soulève d'importants défis écologiques et technologiques qui relancent, sous un autre aspect, la question du développement territorial.

Vers plus d'autonomie énergétique sous le signe de la flexibilité

La question de la transformation de la biomasse en carburant se situe au Brésil dans la tradition séculaire de culture et d'amélioration des plants de canne à sucre. De nombreuses innovations technologiques ont conduit à ce que la transformation de ce produit traditionnel gagne en efficacité énergétique. En effet, à la tradition de la culture de la canne à sucre, qui marque l'occupation de la zone littorale du Brésil depuis le 16^{ème} siècle, s'ajoute la tradition d'usage de l'alcool de canne comme carburant qui remonte, elle, au début des années 1930, quand 5% d'éthanol entrainait déjà dans le mélange avec l'essence. La généralisation des biocarburants apporte aujourd'hui une alternative décisive aux ressources énergétiques traditionnelles et donne une plus grande autonomie aux utilisateurs pour adapter leur consommation aux fluctuations du marché. Le Brésil établit le ratio sucre/alcool à 48/52, ou 49/51 lorsque le prix du sucre est élevé. Le déplacement de l'équilibre sucre/éthanol, c'est-à-dire privilégier le sucre pour l'exportation ou privilégier l'éthanol pour satisfaire la demande domestique, sera déterminant dans l'évolution des cours mondiaux.

Des programmes de développement des biocarburants sont ainsi constamment au centre des politiques énergétiques brésiliennes depuis le premier choc pétrolier de 1974, lorsque l'audacieux Proalcool, programme national de l'Alcool, atteint 12 milliards de litres d'éthanol³ en 1985, dix ans après son lancement. Ce programme, riche en trouvailles techniques⁴ et adaptations économiques, est celui, parmi les programmes comparables dans le monde, qui a connu le meilleur succès. Il entre cependant en crise peu après, lorsque les prix du pétrole baissent durablement ; les aides gouvernementales se font alors plus rares et la place des biocarburants diminue inexorablement dans la matrice énergétique. Néanmoins, à la fin des années 1990, une loi sur les biocombustibles leur redonne une place centrale dans la politique énergétique. La firme Bosch met au point, dans sa filiale de Campinas, la technologie flex-fuel, couronnée en 2003 par la sortie des chaînes de montage de plusieurs constructeurs de la voiture au moteur flex-fuel, c'est-à-dire polycarburant fonctionnant indifféremment à l'essence, à l'alcool ou au mélange entre les deux carburants (avec le slogan « véhicule intelligent pour consommateur intelligent »). Pour les 20 millions d'automobiles qui circulent aujourd'hui au Brésil, la proportion des carburants consommés s'établit comme suit : 56% d'essence, 37%, d'alcool et 6% de gaz naturel liquéfié (GNL).

³ Deux types d'éthanol sont en usage au Brésil, l'anhydride mélangé à 20% dans l'essence (obligatoire) et l'hydraté consommé directement par les moteurs à alcool. Lors de la fabrication de l'alcool, des levures sont ajoutées au jus de la canne provoquant la fermentation d'un « vin », puis le processus de distillation sépare ensuite l'alcool anhydride ou hydraté.

⁴ Le premier véhicule national à alcool sort de l'usine Fiat en 1979, il est surnommé « cachacinha ». De 2200 véhicules en 1979, la production passa à 578 000 automobiles à alcool en 1985.

La matrice énergétique du Brésil, déjà originale dans le panorama mondial, avec 45% de ressources renouvelables⁵ contre 14% dans le monde, se distingue aussi par la composition de sa matrice des combustibles pour les véhicules à moteur. Le diesel des camions et autobus y est prédominant avec 55%, l'essence représente 25% et l'alcool 15% ; mais si l'on ne considère que les seules automobiles, l'alcool remonte alors à 37%.

Au début de 2007, plus de 80% des automobiles vendues au Brésil sont flex fuel, ce qui représente un total 2,6 millions de véhicules (avec une prévision de mise en circulation de 9 millions de véhicules flex fuel d'ici 2010). Le consommateur peut donc arbitrer entre les carburants selon leur disponibilité et leur prix, celui de l'alcool étant toujours un peu inférieur à celui de l'essence pour tenir compte de la moindre densité énergétique du produit entraînant une consommation sensiblement supérieure. Depuis 2007, le programme éthanol s'étend aux autobus urbains.

Comme le fait remarquer Bernard Bret⁶, l'éthanol est aujourd'hui rentable au Brésil ; sa rentabilité résulte des progrès techniques réalisés à toutes les étapes de la filière, que ce soit le rendement de la canne à sucre, sa teneur en sucre, la motorisation de la récolte, le traitement de la canne, la conception de distilleries de grandes dimensions autorisant des économies d'échelle. En 30 ans, de 1975 à 2005, le prix de revient de l'alcool-carburant est ainsi passé de l'indice 100 à l'indice 40, pour s'établir à 0,15 euro le litre. Il faut dire que la canne à sucre a une efficacité énergétique remarquable, que l'éthanol est un excellent combustible, même s'il demeure coûteux de le substituer complètement à l'essence⁷. C'est pourquoi l'alcool produit aux Etats-Unis à partir du maïs est moins compétitif (0,37 euro le litre), et l'alcool produit en Europe à partir de plusieurs céréales encore moins (de 0,50 à 0,60 euro le litre, en 2005).

A la flexibilité industrielle s'ajoute celle du travail dans les plantations de canne. Activité saisonnière, la coupe, travail éprouvant, fait largement appel à des travailleurs journaliers qui se déplacent d'une zone de production à l'autre⁸. Le nombre des coupeurs de canne qui migrent vers l'Etat de São Paulo à l'époque de la récolte est estimé à 100 000, ces fameux « *boias frias* » (gamelles froides) qui mangent dans les champs et travaillent 10 à 12h par jour pour des salaires qui atteignent 600 à 700 reals. La plus part d'entre eux vient du Nordeste. Malgré d'incontestables progrès des conditions de travail dans la canne à sucre, avec la quasi disparition du travail infantile, la baisse du travail non déclaré, de réels augmentations de salaires, des possibilités de meilleure scolarité pour les enfants des journaliers, les atteintes au droit du travail sont encore très nombreuses. Mais pour les travailleurs qui viennent des zones périphériques, l'aubaine d'un emploi trois fois mieux rémunéré que dans leur région d'origine, reste attractive, malgré le caractère saisonnier de l'activité. La presse locale et militante continue à dénoncer les conditions peu claires de recrutement, la précarité des transports, l'insalubrité des logements collectifs. Ces situations ne restent cependant plus impunies ; chaque année, les tribunaux régionaux du travail relèvent des milliers d'infractions et infligent des amendes.

Dans le centre-sud, la récolte mécanisée de la canne progresse énormément. En 2006, on comptait au Brésil, 1300 moissonneuses (chacune effectuant le travail de 400 coupeurs de canne) et 70% d'entre elles opéraient dans le seul Etat de São Paulo, ce qui représente la possibilité de traiter le tiers de la canne plantée. La mécanisation permet à la fois d'éviter les problèmes de main d'œuvre, mais aussi d'arrêter la pratique habituelle de mettre le feu aux cannaies. De tous les impacts environnementaux de l'agro-industrie de la

⁵ Décomposée comme suit : 15% hydroélectricité, 14% canne à sucre, 13% bois, 3% éolienne et solaire.

⁶ Bernard Bret, *Le programme Proalcool au Brésil*, conférence prononcée à Saint-Dié-des-Vosges, Festival de la géographie, 3/10/2007

⁷ L'éthanol de canne du Brésil est rentable à partir de 30 à 40 \$ le baril de pétrole.

⁸ L'essentiel de la récolte s'effectue entre avril et novembre (pour les trois quarts l'activité est manuelle), tandis que le semis s'effectue entre août et octobre pour la canne d'un an et entre octobre et avril pour la variété de canne d'un an et demi (soit trois récoltes en deux ans). Les champs de canne doivent être rénovés, c'est-à-dire replantés, après quatre ou cinq récoltes.

canne, l'usage du feu, pour se débarrasser de la paille et faciliter le travail de coupe, est le plus contesté. En effet, avec les progrès de l'urbanisation et l'équipement croissant du territoire, cette pratique ancestrale d'un monde rural peu dense n'est plus de mise. Une loi de 2002 de l'Etat de São Paulo prévoit l'interdiction totale des feux de canne pour 2020 ; c'est ainsi que la mécanisation devrait se poursuivre rapidement, si ce n'est la difficulté à trouver de la main d'œuvre qualifiée pour l'entretien de ces moissonneuses.

Comme dans beaucoup de secteurs d'activité au Brésil, une révolution technologique s'opère dans les « *canaviais* » (champs de canne), lieux symboliques de la culture coloniale ; même si des relations de travail encore archaïques y subsistent souvent, les activités agro-énergétiques se modernisent profondément. Les distilleries s'adaptent à des techniques plus performantes, mettent au point de nouveaux procédés moins gaspilleurs, nouent des alliances stratégiques et consolident leur participation sur le marché mondial.

Une filière sucre-alcool de plus en plus concentrée

La filière sucre-alcool fait souvent la une des journaux. Elle offre près de 700 000 emplois directs et procure plus de 3 millions d'emplois indirects. Son chiffre d'affaires s'élève à 41 milliards de *reais*, ce qui représente 3,6% du PIB brésilien (à peine inférieur à celui du café). La production de sucre sur le marché mondial est passée de 98 à 150 millions de tonnes entre 1986 et 2006 et la part du Brésil dans les exportations mondiales est passée de 8 à 40%, « Plus que jamais, le Brésil est au cœur de la planète sucrière » (Cyclope, 2006)

En importance d'usage du sol, la canne à sucre, qui occupait en 2005 une superficie de 5,6 millions d'ha se trouvait en troisième position (derrière le soja 22 millions d'ha et le maïs, 12 millions d'ha) ce qui correspond à peine à 10% des terres cultivées hors pâturages. Cependant, la progression de cette culture est rapide, pour la campagne de 2008, 8,2 millions d'hectares devraient être récoltés. Est-ce que cette progression entre en concurrence avec les cultures vivrières ? Les études menées sur l'Etat de São Paulo selon le programme de suivi des cultures par satellite, CANASAT⁹, indiquent que durant ces trois dernières années l'expansion de la canne à sucre s'est faite sur un million d'hectares, s'étendant essentiellement sur des aires de pâturages dégradés, des terres exploitées par des agriculteurs qui ne sont pas en condition de se moderniser, ni d'obtenir des contrats de fourniture de canne auprès des distilleries. Les plus à même de réagir aux contraintes des industries sont les unités productives capitalisées, de grande taille qui parviennent à baisser leur prix de revient et à répondre rapidement aux demandes du marché. Cependant, avec ces extensions et intensifications des surfaces de production de la canne, un effet d'augmentation en chaîne des prix des denrées agricoles est toujours à craindre, d'autant plus lorsque la production d'éthanol est subventionnée par le gouvernement, comme ce fut le cas pour le maïs aux Etats-Unis dont les prix ont connu une forte poussée lors du plan Ethanol¹⁰.

Tableau 1 – Production de canne, sucre et alcool selon les données du Ministère de l'Agriculture, 2007

	Brésil	São Paulo	S.Paulo/Brésil	Exportations	
Canne à sucre (million de tonnes)	401	257	64%		milliards US\$
Alcool (milliards litres)	19,9	10,6	63%	3	1,5
Sucre (million de tonnes)	28,9	19,6	68%	19	7

Source : Ministère de l'Agriculture, Elevage et Approvisionnement MAPA - 2007

⁹ Sur le site <http://www.dsr.inpe.br/canasat>, s'observe l'extension des cultures de canne, municipale par municipale.

¹⁰ La hausse des prix a ensuite été répercutée au Mexique, grand importateur du maïs américain, où l'augmentation du prix de la tortilla déclencha des émeutes en 2006.

Les nouveaux territoires de la filière sucre-alcool se créent là où les augmentations de surface sont les plus considérables : régions de São José do Rio Preto, Araçatuba et Presidente Prudente, où est prévue l'installation de plus de 50 nouvelles usines. Le front des cannaies avance inexorablement, les boutures de canne sont plantées de façon mécanisée dans un rayon de 10 km de la nouvelle usine 24 mois avant sa mise en opération. Les arbres isolés et les chemins vicinaux sont supprimés, un paysage de monoculture se forme. C'est donc bien au nord-est de l'Etat de São Paulo que les progrès de la canne à sucre pour l'alcool sont les plus marquants, et notamment le long de l'axe qui joint Piracicaba à Ribeirão Preto, où s'observe aussi une concentration de centres de recherche¹¹. Cette poussée de la canne à sucre se poursuit vers le Minas Gerais, le Goiás et le Mato Grosso du Sud. Parallèlement, la concentration géographique s'accroît ; sur les 200 municipes de l'Etat de São Paulo qui produisent de la canne à sucre, les 10 premiers d'entre eux (Sertãozinho, Morro Agudo ...), où la canne couvre entre 60 et 75% du territoire, fournissent 30% de la production pauliste. Partout les techniques les plus modernes sont mises en œuvre, les industries s'équipent et la valeur de la terre augmente.

Les performances de la filière s'améliorent donc avec une production de plus en plus concentrée géographiquement et techniquement dans l'Etat de São Paulo où, durant la campagne 2006/2007, près de 15% de la canne broyée l'a été dans les six plus grandes usines dont voici quelques caractéristiques. On souligne ici la production d'électricité fournie par la combustion des bagasses et qui excédant les besoins de l'usine est revendue.

Tableau 2 - Les plus grandes usines paulistes du secteur sucre-alcool et leur production

Usines	Municipes		Production par usines				
	Nom	Canne plantée (ha - %)		Canne broyée million t	Sucre millier t	Alcool millier m3	Puissance MW
Da Barra	Barra Bonita	10 102	72	7	528	289	15,8
S. Martinho	Pradópolis	10 650	62	6,7	499	286	19,0
Santa Elisa	Sertãozinho	29 078	72	5,9	370	270	62,0
Vale Rosario	Morro Agudo	105 529	77	5,5	356	182	13,0
Colorado	Guaira	41 734	33	4,4	278	213	58,4
Da Pedra	Serrana	8 092	63	4,1	218	216	40,0

Source : Unica, Canasat 2006

Le Nordeste, jadis premier producteur ne représente plus, avec 60 millions de tonnes, que 15% de la production nationale de sucre et 12% de celle d'alcool. Seuls quelques groupes industriels d'importance nationale, s'y maintiennent, principalement dans l'Alagoas. Il y a trente ans, le Nordeste, où se localisait le tiers des superficies plantées en canne à sucre, semblait avoir réagi positivement au Proalcool, s'équipant de nouvelles distilleries (Droulers, 1984). Malgré tout, inexorablement, l'Etat de São Paulo, plus réactif aux cycles économiques, accentue son avance, de 38% du total national de canne plantée en 1980, il passe à 60% en 2005. La région se couvre de champs de canne à sucre sur plus de trois millions d'hectares, avec un rendement moyen supérieur aux autres régions (80 tonnes à l'ha), une production totale plus de trois fois supérieure à celle du Nordeste. Que peut-on avancer pour expliquer l'écart qui se creuse entre le Nordeste et le Sudeste ? Invoquera-t-on

¹¹ Parmi ceux-ci le Centre Interdisciplinaire Energétique de l'Université de Campinas, le centre d'Etudes Avancées en Economie Appliquée de l'Ecole Supérieure d'Agriculture de Piracicaba, le Centre de Technologie Sucrière.

les difficultés que le relief présente à la mécanisation ? le manque d'investissement ? le retard technologique ? le caractère archaïque des relations sociales ? Un ensemble de raisons qui souligne que le Nordeste n'a pas su tirer profit du renouveau du cycle sucre-alcool, et que bon nombre de ses travailleurs demeurent dans l'obligation d'aller s'employer, aujourd'hui comme hier, dans le sud-est du pays.

La concentration foncière, perceptible dès le Proalcool (Droulers, 1984), joue à plusieurs échelles : les usines distilleries¹² ont tendance à s'assurer un patrimoine foncier, à hauteur du tiers de leurs besoins, tandis que les principaux fournisseurs extérieurs se regroupent pour mieux répondre aux exigences industrielles. Les principales associations de producteurs de l'Etat de São Paulo sont l'ORPLANA – *Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro Sul do Brasil* de Piracicaba qui compte 4254 associés, la COPERCANA *Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo* de Sertãozinho qui compte 1750 associés, ou encore l'AFRCR – *Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Catanduva* avec 456 associés¹³. Les plus petits planteurs, moins de 10 ha, ont tendance à sortir du marché des grandes usines.

La taille du pays et ses réserves d'espaces constituent à la fois une force, par la disponibilité de terres pour la culture, mais aussi une faiblesse, par les distances à vaincre pour livrer le produit aux lieux de consommation et, d'abord, aux lieux de transformation. De fait, pour ne pas perdre de teneur en saccharose, les usines à sucre et les distilleries d'alcool ne doivent pas être à plus de 30 kilomètres des lieux d'approvisionnement.

On assiste ainsi à une forte concentration industrielle ; les entreprises agricoles se mettent au diapason des traitements industriels et resserrent leurs liens économiques avec les usines. Une situation d'oligopole s'installe, dominée par cinq grands groupes. Actuellement les trois quart de la canne sont traitées par des entreprises associées qui s'occupent de la logistique de la production, du transport, de la destination des résidus. Dans toute la filière, les acquisitions et fusions se multiplient. Le plus grand groupe, COSAN, constitué en quelques années, comptait en 2007, 17 usines capables de traiter 40 millions de tonne de canne ; il affiche 37 000 emplois et est devenu le 3ème plus grand producteur du monde de sucre et 2ème exportateur mondial d'alcool. Il pèse sur la logistique régionale, participant à l'investissement du terminal portuaire d'exportation d'alcool de Santos. La COPERSUCAR – *Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo* innove de son côté en adoptant un nouveau procédé, mis au point par l'entreprise Dedini, d'hydrolyse rapide de la bagasse de canne qui rendra possible le doublement de la production d'alcool. Outre ces grands groupes de production, des associations d'usines voient le jour, la plus importante étant l'ÚNICA – *União da Indústria de Cana-de-açúcar*, association professionnelle bien représentée dans la région de Ribeirão Preto et Piracicaba.

Les groupes étrangers investissent, à l'image du premier groupe sucrier français Tereos. Celui-ci fut pionnier dans ses prises de participation dès l'an 2000. Il possède maintenant 100% du sucre Guarani, 47% de la franco-brésilienne du sucre et 6% de la Cosan. Le milliardaire George Soros a investi dans une usine du Minas Gerais et se lance dans la construction d'une autre au Mato Grosso du Sud. Cargill et Global Foods prennent également des parts dans des grandes distilleries.

Si les procédés de fabrication progressent, les études génétiques font de même. Dans le cadre du projet Genoma Cana, 200 gènes producteurs de saccharose ont été identifiés et sont utilisés pour produire des plantes transgéniques plus riches en sucre, mais aussi plus résistantes aux maladies et aux insectes. De nouvelles variétés¹⁴, comme la

¹² On compte plus de 200 distilleries dans l'Etat de São Paulo. La distillerie-type du Proalcool était à 120 000 l/jour, maintenant elle est à 240 000 l/j, traite la canne produite sur environ 30.000 ha, avec une récolte étalée sur 167 journées, avec 300 employés permanents et 1000 saisonniers.

¹³ Au total, il existe dans l'Etat de São Paulo, 22 associations de planteurs regroupant 12 266 associés.

¹⁴ Ces variétés sont mises au point au sein d'un réseau de recherche composé de sept Universités Fédérales.

RB925211, présentent une maturation précoce, une haute teneur en saccharose, une bonne productivité, tout en s'avérant résistantes aux principales maladies de la canne.

Le secteur recherche et développement est également très actif. Un véritable pôle technologique de l'éthanol s'est formé à Sertãozinho, à 350 km au nord-ouest de la capitale de São Paulo, ville qui compte 100 000 habitants et 500 PME fabriquant les machines et les équipements de pointe des distilleries. Ces PME sont issues de l'entreprise Zanini, pionnière du premier cycle du ProAlcool, innovatrice dans le traitement de l'éthanol, mais qui, n'ayant pu survivre au déclin du programme, s'est éteinte au début des années 1990. Ses anciens employés, forts de leur savoir-faire, ont réussi à remonter de nouvelles entreprises qui accompagnent l'actuel boom de l'éthanol, fournissant aussi bien des équipements pour le contrôle électronique des processus industriels, que des turbines et des chaudières de cogénération. La ville de Sertãozinho étend sa renommée en organisant deux grandes foires annuelles de l'industrie alcool-sucrière qui accueillent des dizaines de milliers de visiteurs.

Durabilité du système

Avec une telle expansion territoriale et une telle croissance de la production, les problèmes environnementaux se sont aggravés. Actuellement, le tiers de la production de canne est destiné à la fabrication du sucre et les deux tiers à celle de l'alcool. Or, les distilleries sont plus polluantes que les usines à sucre, elles provoquent d'importantes quantités de résidus et imposent de grands équipements de stockage, de transport, des myriades de camions, de nouvelles canalisations, tout en accentuant les dangers de la monoculture. Ainsi, la liste des problèmes environnementaux s'allonge. Ceux-ci découlent aussi bien du brûlis des cannaies avant récolte que de la mauvaise gestion des résidus, notamment la vinasse, mais aussi de l'utilisation peu précautionneuse de l'eau¹⁵, de l'inexistence des réserves forestières, de la disparition des forêts-galeries. Tous ces phénomènes provoquent l'érosion des versants et augmente le taux de charge des rivières, alors que la mécanisation et l'usage des herbicides amplifient les atteintes au milieu.

De plus, les effluents liquides constituent un problème récurrent de toutes les usines à sucre. En effet, le traitement d'une tonne de canne exige 0,85 m³ d'eau¹⁶, eau ensuite rejetée dans la nature, assez chaude et chargée de divers composants chimiques. De plus, lors du processus de distillation, chaque litre d'alcool produit laisse comme résidu onze à douze litres de vinasse (*vinhaça, vinhoto ou garapão*). Ce résidu corrosif présente une température élevée et un pH acide, cependant sa richesse en potasse et autres composants organiques le rend utilisable comme fertilisant, il peut être aspergé pour irriguer et nourrir les champs de canne. Depuis 1980, il est interdit de le déverser dans les cours d'eau, mais il reste que les importants volumes de ce résidu polluant (140 milliards de litres), à répandre sur 2 millions d'ha de champs de canne, ne seront vraisemblablement pas sans conséquences sur la saturation des sols et la pollution des nappes souterraines

Le sous-produit bagasse (canne écrasée), qui sert depuis toujours de combustible dans les chaudières, assure l'autonomie énergétique des usines et prend une nouvelle valeur avec le développement du secteur de la co-génération électrique. En effet, grâce à une modernisation des chaudières qui brûlent bagasse et paille, les usines obtiennent des excédents d'énergie qu'elles revendent au système électrique public. Avec les gains de productivité s'opèrent des gains environnementaux qui concernent aussi bien la partie industrielle que la partie agricole où les vinasses et tourteaux des filtres servent de fertilisants, où la pratique de la couverture de paille évite les herbicides, où les pesticides sont remplacés par des contrôles biologiques. De plus, à leur arrivée à l'usine, les cannes sont lavées à sec, afin de réduire les consommations d'eau.

¹⁵ A partir de 2007, une loi va imposer l'achat de l'eau au prix de R\$0,02 par m³ consommé.

¹⁶ La principale nappe aquifère de São Paulo, celle de Bauru a été largement utilisée ; les usines cherchent maintenant à atteindre l'immense nappe aquifère Guarani située entre 700 et 1600 m de profondeur et dont l'eau est assez chargée en sodium.

A tous les niveaux, des systèmes de normes se mettent en place et la législation environnementale devient plus précise, mais reste assez souvent perçue comme trop bureaucratique. A São Paulo, le Secrétariat à l'environnement délègue à un Département d'Evaluation des impacts environnementaux, le soin de contrôler et d'octroyer les autorisations environnementales préalables à tout nouveau projet ou agrandissement d'unité productive. Mais, avec un secteur agroindustriel qui croît au rythme de 6% par an, les dispositions administratives peinent à être effectives. Par ailleurs, beaucoup d'usines optent pour l'implantation d'un Système de Gestion Environnemental basé sur la série des normes ISO 14.000.

Une enquête menée auprès d'une trentaine d'usines de l'Etat de São Paulo lors de la campagne 2006 démontre que le secteur continue à utiliser d'énormes quantités d'eau, que sont gardées en fonctionnement des chaudières technologiquement obsolètes ne permettant pas de profiter du potentiel de cogestion électrique, qu'il consomme encore beaucoup de produits chimiques agressifs pour le milieu naturel (soude caustique, lubrifiants et graisses non biodégradables, diesel) et continue à brûler l'essentiel des cannes dans les champs (Esalq, 2007). A la suite de cette enquête, des calculs de coûts environnementaux arrivent à la conclusion que chaque usine devrait investir 3 reais par tonne de canne traitée pour se mettre en adéquation avec les normes et corriger son passif environnemental.

Des systèmes productifs locaux se mettent également en place comme l'APLA, *Arranjo Produtivo Local do Álcool da Região de Piracicaba* qui regroupe 70 industries, 10 usines/distilleries, 6 institutions de recherche et d'autres organismes liés au secteur dans la région de la vallée du fleuve Piracicaba, avec pour mission d'incorporer plus de valeur ajoutée à la filière de l'agroénergie et de contribuer au développement durable de la région.

Le Brésil joue donc à fond la carte des biocarburants avec, outre le programme éthanol un programme biodiesel émerge, appuyé sur les petits producteurs et fortement soutenu par le président Lula. En effet, la consommation de diesel qui atteint 36 millions de m³ par an est élevée, à 80% destinée aux transports (autobus et camions). Les essais pour obtenir du biodiesel de soja, de ricin (*mamona*), de babaçu ou d'huile de palme (*dendê*) sont avancés, mais les coûts de la transformation sont encore trop élevés. Ces trois derniers produits pourraient cependant servir à relancer les petits producteurs du Sertão et nord moyen, les deux régions les plus pauvres du Brésil qui constituent une priorité de développement pour le président Lula. Un programme de mini distilleries dans la région de Floriano au Piauí, impliquant 4000 agriculteurs familiaux cultivant chacun quelques ha de ricin, est en cours d'expérimentation et largement médiatisé. L'utilisation du biodiesel pourrait commencer dans ces régions du Nord où le coût du diesel conventionnel est plus élevé. Une obligation de 2% de biodiesel dans le diesel entrera en vigueur, au niveau national, en 2008.

Même si les rendements s'améliorent (100t/ha), on sait qu'avec les biocombustibles, le risque agricole entre dans la matrice énergétique entraînant d'autres types d'incertitudes, qu'il s'agisse des baisses de production possibles (maladies, manque ou excès de pluies), ou de la décision de l'agriculteur de faire de l'énergie plutôt que de l'alimentaire, en cas de concurrence entre ces deux usages. Cependant, le Brésil présente bien des perspectives prometteuses dans le secteur des agrocarburants, parce qu'il dispose d'immenses réserves de sol cultivable et d'une maîtrise trentenaire de la technologie de la filière éthanol qu'il présente dans les négociations internationales comme une grande opportunité de développement durable pour les pays d'Afrique, d'Asie et d'Amérique latine. De plus, la compétitivité du territoire pauliste, capable de placer durablement ses agrocarburants sur les marchés de consommation intérieure et sur le marché mondial, est un atout supplémentaire. Une nouvelle régionalisation se fait jour avec la prise en compte d'une zone qui comprend les Etats de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, où sont produits 82% de la canne à sucre brésilienne (UNICA, 2004) et où se trouvent les régions les plus réactives aux sirènes du marché et donc les régions de la filière sucre-alcool « qui gagnent ».

Le développement de la filière ne contribue définitivement pas, jusqu'à présent, à rééquilibrer les économies régionales, à inclure durablement les petits producteurs, ni à résoudre tous les défis environnementaux qui lui sont posés. Tout en s'affirmant

incontestablement comme un modèle alternatif, la filière sucre-alcool porte ainsi les caractéristiques d'une « modernisation conservatrice », un oxymore dont le Brésil a, de l'une comme de l'autre, le secret.

De l'écologie industrielle à l'écologie sociale

La modernisation agricole brésilienne s'est longtemps caractérisée par une progression technologiquement innovante, mais socialement conservatrice, avec la persistance de relations de travail souvent archaïques. On émet cependant l'hypothèse que l'actuel développement de la filière sucre-alcool, outre son caractère innovateur sur le plan de l'écologie industrielle, pourrait cette fois jouer un rôle socialement intégrateur et poser les bases d'une possible « écologie sociale » c'est-à-dire fondée sur des conditions de travail et de vie décentes à tous les niveaux de la filière.

Ce processus de modernisation entraîne une véritable recomposition territoriale selon laquelle le développement de la filière, qui permet une plus forte valeur ajoutée à l'hectare et donc une plus grande circulation de richesse sur un territoire, ouvre à son tour des possibilités d'intégration et de distribution pour ceux que le système moderne expulse. La distribution peut être directe par les revenus du travail dans les nouvelles entreprises et indirecte par les transferts sociaux. Le processus de modernisation entraîne aussi des changements dans l'organisation du travail, ainsi l'usage de plus en plus répandu de moissonneuses pour la récolte de la canne devrait à terme éliminer les conditions de travail si pénibles de la coupe, en attendant, elle laisse encore la possibilité à quelques dizaines de milliers de jeunes sans aucune qualification d'avoir un petit salaire. Les associations de défense des travailleurs sont d'ailleurs hésitantes face à la mécanisation qui, d'un côté, supprime des postes de travail, certes jugés pénibles, mais d'un autre, risque d'augmenter la pauvreté, le chômage, le mouvement des sans-terres. Ne faudrait-il pas alors utiliser les moyens de la responsabilité sociale des entreprises pour qu'elles respectent des normes sociales?

Le Brésil pourrait même initier le processus d'un éthanol « socialement correct » qui maintiendrait des emplois décents. Il s'agirait de segmenter le marché et créer une marque qui intègre le « socialement correct » sur un produit vendu quelques centimes plus cher que l'éthanol produit pour le marché mondial, démontrant par là que la filière de la canne pourrait être non seulement un secteur d'innovation technologique, mais aussi un secteur d'innovation sociale intégrateur.

Bibliographie

BERTRAND Jean Pierre, MELLO Neli Aparecida de, THERY Hervé, 2007, La politique brésilienne en matière de biocarburants: le pari sur l'éthanol. In: Demeter 2008 économie et stratégies agricoles. Club Demeter, 2008. pp. 163-186.

BENKO Georges e LIPIETZ, Alain. Les régions qui gagnent: districts et réseaux, les nouveaux paradigmes de la géographie économique. Paris: PUF, 1992. 424 p.

BRET, Bernard. Le Tiers-Monde, croissance, développement, Inégalités. Ellipses, 2006. 222 p.

BRET Bernard. Le programme Proalcool au Brésil. Conférence prononcée à Saint-Dié des Vosges, Festival de la géographie. 2007.

BROGGIO, Céline e DROULERS, Martine. "Démocratisation et territoire au Brésil". Géocarrefour, vol 81, 3/2006, 2007. pp. 223-233.

CORIAT Benjamin. Alcool, une enquête au Brésil sur un programme agro-énergétique de substitution au pétrole. Paris: Bourgois, 1982.

CYCLOPE, les marchés mondiaux, 2006, Sucre 359-373, bioethanol 643-650.

DROULERS, Martine e BROGGIO, Celine. Le Brésil. Paris: PUF, 2005. Colection Que sais-je ?. 126 p.

DROULERS Martine, 1984, Brésil : agro-énergie et disparités régionales. In: Problèmes d'Amérique Latine, n°71. Paris: La Documentation Française, 1984. pp.125-142.

GIBLIN, Béatrice (coord). Nouvelles géopolitiques des régions françaises. Paris: Fayard, 2005. 976 p.

FAPESP. Revista PESQUISA, n°122, abril 2006. Revolução no canavial. pp. 62-70.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira. Presidente Prudente, 2008. Disponible sur: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>

FERREIRA DE ANDRADE, José Mário e DINIZ, Katia Maria. Impactos Ambientais da Agroindústria da Cana-de-açúcar: Subsídios para a Gestão. ESALQ: Piracicaba, 2007.

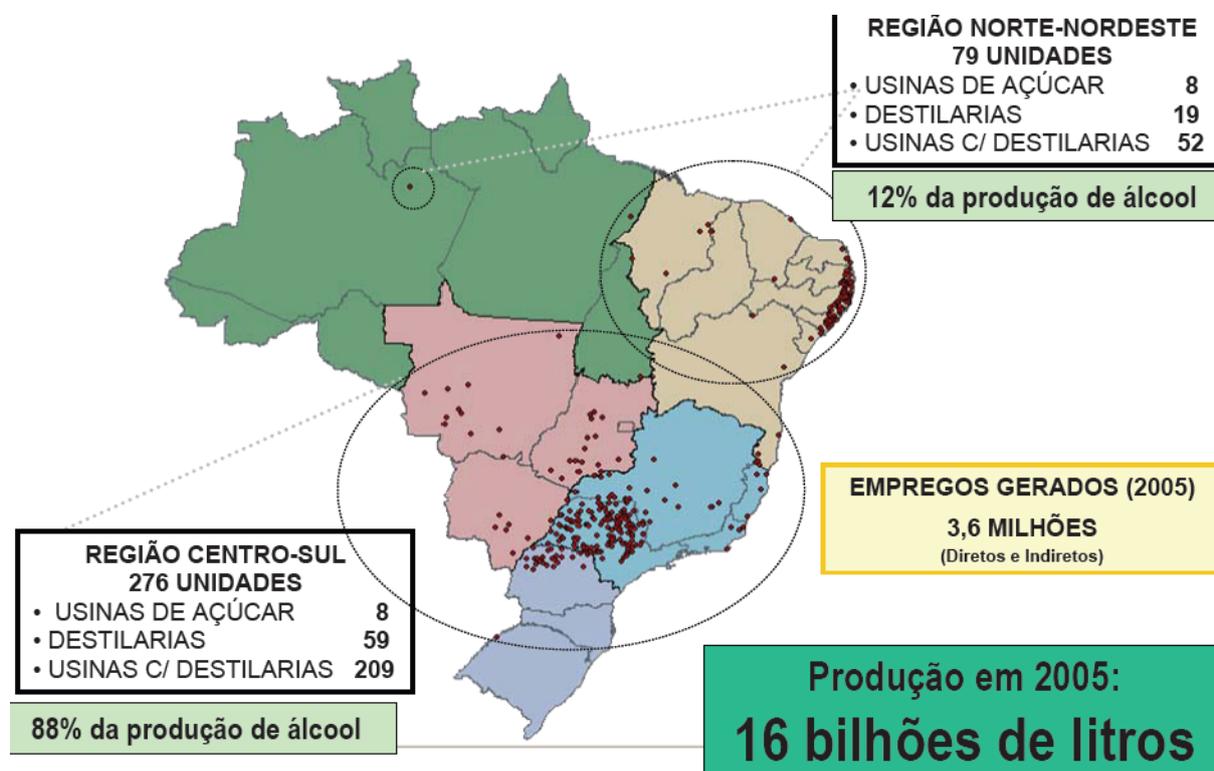
GIRAUD, Pierre-Noël. L'inégalité du monde: économie du monde contemporain. Paris: Gallimard-Folio, 1996. 352 p.

KRUGMAN, Paul. Development, Geography, and Economic Theory. (The Ohlin Lectures; 6). Massachusetts: MIT Press, 1995.

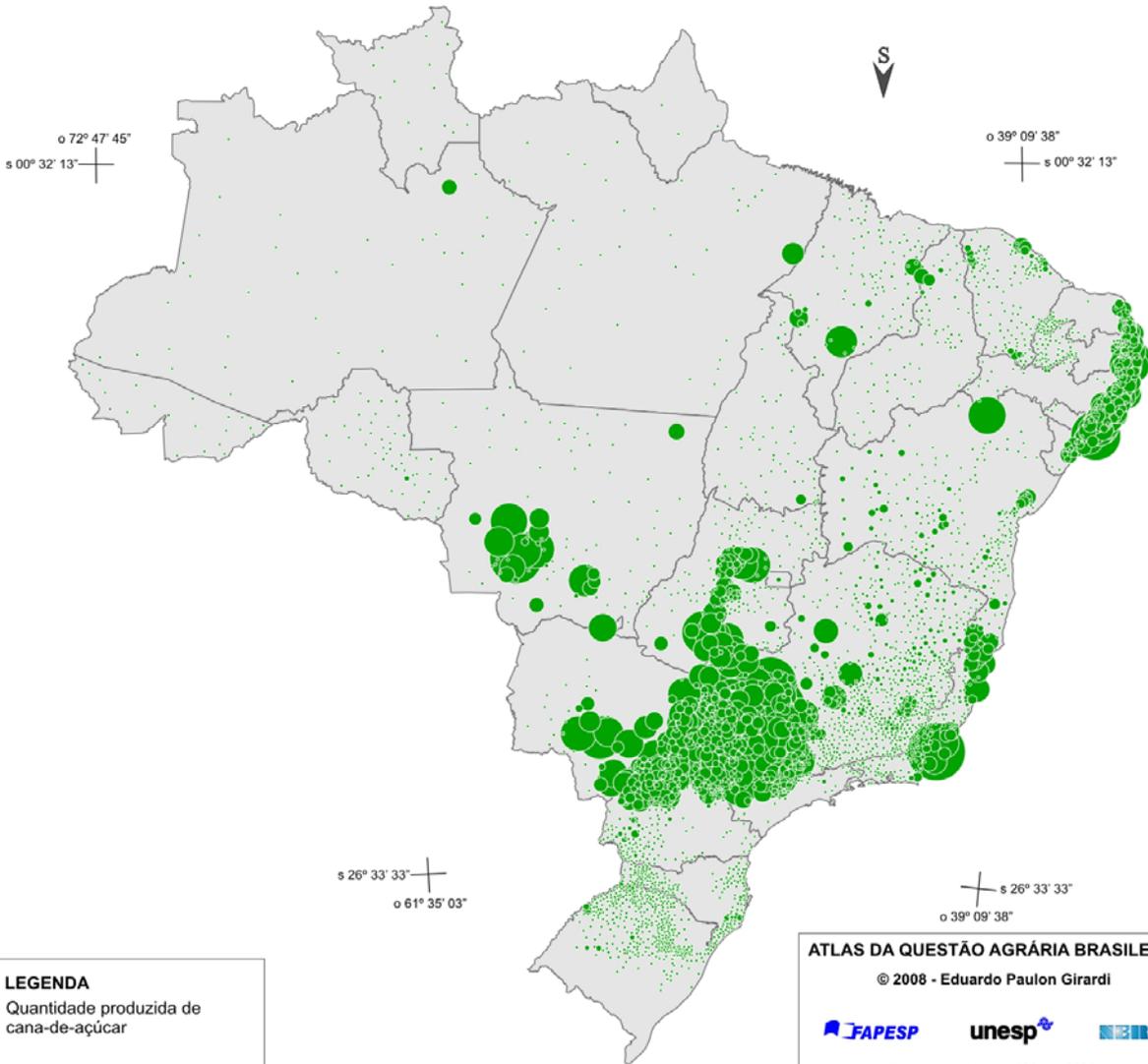
MAPA / EMBRAPA. Plano Nacional de Agroenergia 2006 – 2011. Brasília: MAPA/EMBRAPA, 2005.

SUBRA, Philippe. (2008). Géopolitique de l'aménagement du territoire. Paris: Armand Colin, 2008. 326 p.

Annexe de cartes



CANA-DE-AÇÚCAR - 2006



LEGENDA
Quantidade produzida de cana-de-açúcar

- 7.835.267
- 4.500.000 (toneladas)
- 2.000.000
- 500.000
- 2

Dados: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal

ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA
© 2008 - Eduardo Paulon Girardi

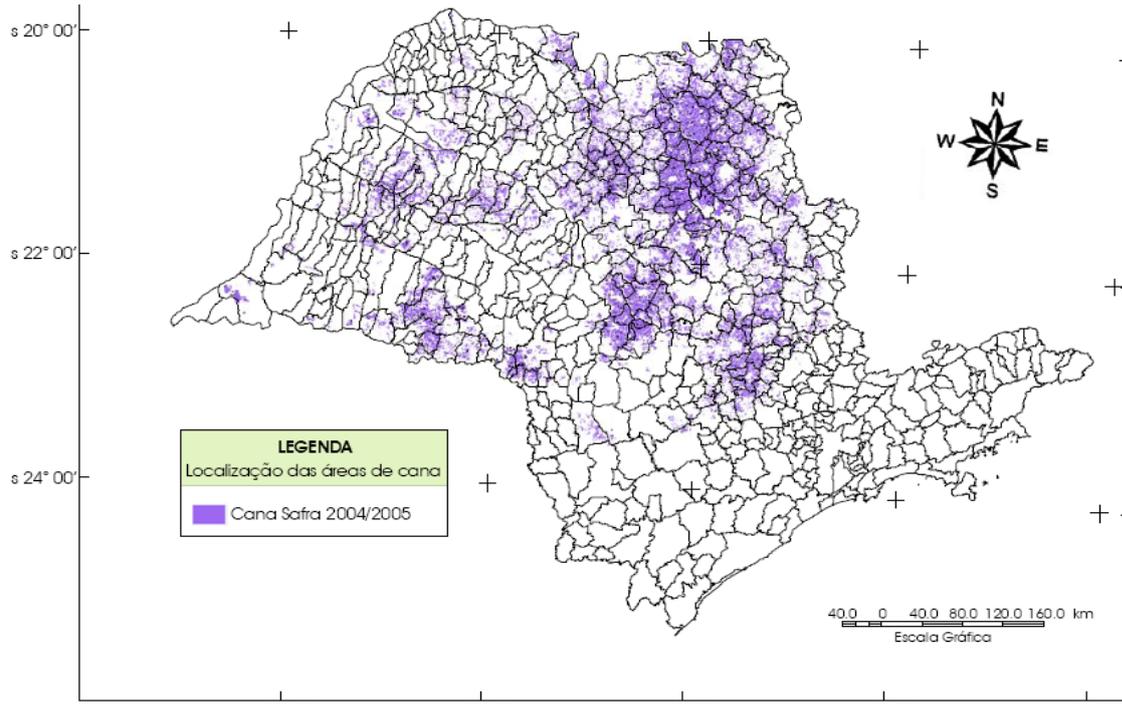
FAPESP unesp NERA

100 0 200 400 600 km

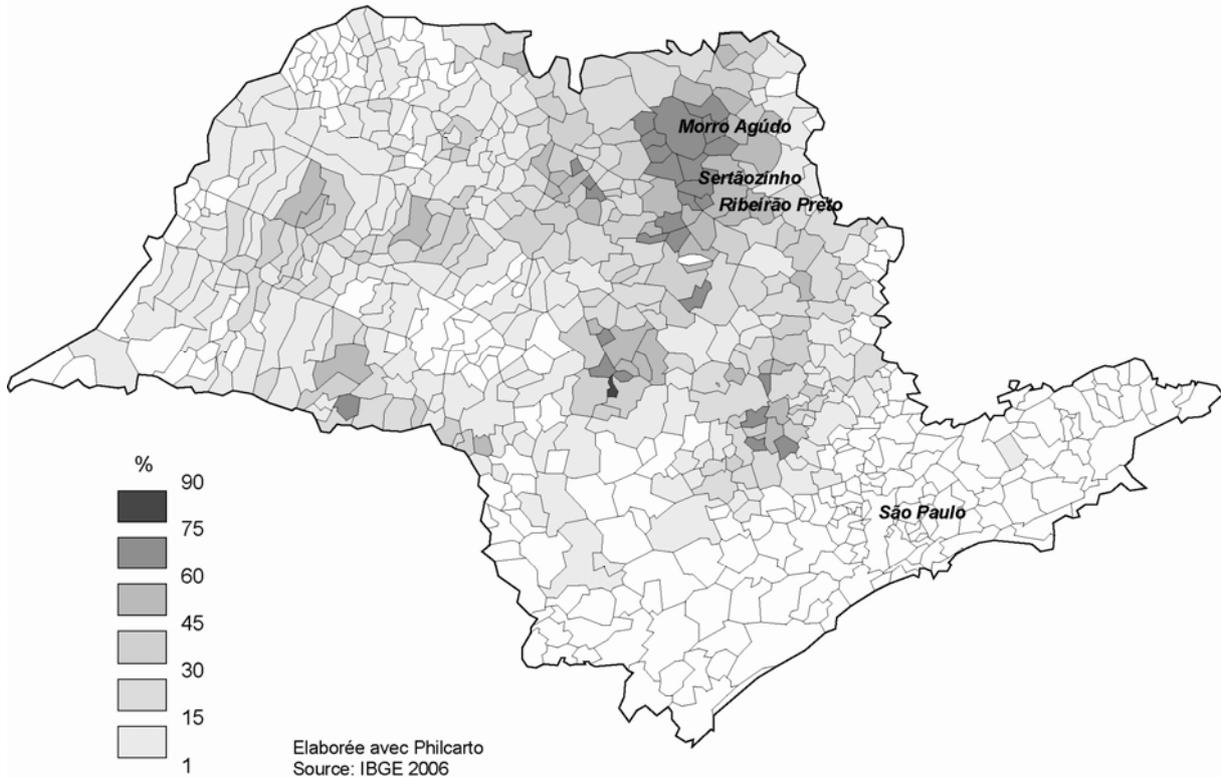
Software de Cartomática: PHILCARTO
Software de SIG: SPRING
Base Cartográfica adaptada de: IBGE/INPE - 2001

PROJEÇÃO POLICÔNICA
Meridiano Central: 54° O. Gr. - Datum: SAD69

Autorizo a utilização e reprodução deste mapa, desde que a fonte seja citada e nenhum elemento seja excluído ou alterado, inclusive a sua geometria. Eduardo Paulon Girardi.



Proportion des aires des *municípios paulistas* cultivées en canne à sucre



Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista

Izabel Castanha Gil

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) –
Campus de Presidente Prudente (2007)

Professora dos Departamentos de Estudos Históricos e Geográficos, Ciência Econômicas e
Engenharia Ambiental das Faculdades Adamantinenses Integradas – FAI

Professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS

Endereço profissional: Rua Nove de Julho, 730

17800-000 – Adamantina/SP – Telefone: (18) 3522 3881

Endereço eletrônico: izabelgil.adt@uol.com.br

Resumo

As demandas coletivas das comunidades extrapolam a esfera local, promovendo interações intermunicipais. Essas interações constituem-se em relações políticas diretamente vinculadas aos governos estadual e federal, com influência direta sobre o desenvolvimento regional. Uma maneira de as comunidades obterem fortalecimento político é a criação de associações de municípios, composta basicamente por prefeitos, cuja articulação e reivindicação em bloco têm o poder de pressão sobre parlamentares e governantes. O que buscam é a formação de territórios que expressem as particularidades regionais. Essas associações, no entanto, apresentam aspectos contraditórios, revelando conflitos internos que se manifestam nas relações de cooperação e competição, uma vez que o desenvolvimento, espaço-temporalmente, se dá de modo desigual. Em regiões de desenvolvimento contido, uma característica marcante na atuação dessas associações é a resistência que mantêm frente às condições desfavoráveis que vivenciam em relação às regiões de maior poder econômico e político, que detêm a maior parte dos recursos e dos investimentos gerenciados pelos governos centrais.

Palavras-chave: Associação de municípios, desenvolvimento regional, território, Nova Alta Paulista, AMNAP

Resumen

Cooperación, competición e resistencia en las asociaciones de *municipios*: la AMNAP e el desarrollo regional de la *Nova Alta Paulista*

Las demandas colectivas de las comunidades van más allá del ámbito local y promueven interacciones intermunicipales. Esas interacciones comprenden las relaciones políticas directamente involucradas con el gobierno estadual y federal, con influencia directa en el desarrollo regional. Un medio de obtener fortalecimiento político es la formación de asociaciones de municipios, cuya articulación y reivindicación en bloque tienen el poder de presión junto a los parlamentares y gobernantes. Lo que buscan es la formación de territorios que expresan las particularidades regionales. Sin embargo, esas asociaciones presentan aspectos contradictorios, señalando conflictos internos que se manifiestan en las relaciones de cooperación y competición, una vez que el desarrollo se hace de forma distinta bajo el punto de vista espacial y temporal. En regiones de desarrollo más lento, una característica fuerte en la actuación de esas asociaciones es la resistencia que hace frente a las condiciones desfavorables que vivencian en relación a las regiones de mayor poder

económico y político, que detienen la parte más amplia de los recursos y de las inversiones gestionados por los gobiernos centrales.

Palabras clave: Asociación de municipios, desarrollo regional, territorio, Nova Alta Paulista, AMNAP.

Abstract

Cooperation, competition and resistance in *município*¹ associations: the AMNAP and regional development of the Nova Alta Paulista region

The collective demands of the communities exceed the local field and become regional interactions and issues. These interactions compose the political relations directly involved with the state and federal governments, with the direct influence on the regional development. One way to obtain political empowerment is the foundation of municipal associations, of which articulation and collective demands have a lobbying and pressure power against the governors and parliamentarians. They claim for the constitution of territories that express the regional features. These associations, though, present contradictory aspects and demonstrate internal conflicts that interfere on the cooperation and competitiveness relations, once noticed that the development happens in different space and temporarily ways. In regions where the development occurs slower, one strong feature on the behavior of these associations is the resistance done towards the unfavorable conditions they face against the greater economic and political power regions, which receives more investments and resources from the federal government.

Keywords: Municipal Associations, regional development, territory, Nova Alta Paulista, AMNAP.

Introdução

Qual é o papel das associações de municípios no desenvolvimento regional? De que maneira os prefeitos, principais agentes políticos locais, podem ou não contribuir para o desenvolvimento regional? Quais dificultadores internos e externos à região interagem emperrando a sinergia necessária para o desencadeamento de condições favoráveis ao desenvolvimento econômico e social. Reservadas as particularidades regionais, há elementos que se repetem em regiões distintas, especialmente aqueles relacionados aos aspectos políticos.

Este artigo aborda o papel das associações dos municípios no desenvolvimento regional, tomando como referência os trinta anos de atuação da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP. Sua gênese, representação política, cooperação, competição e resistência ajudam a explicar a inserção, contribuição e limites desse tipo de associação política no conjunto de municípios filiados. Esse estudo constitui-se numa parte da pesquisa de doutoramento desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp de Presidente Prudente/SP, cujo foco de análise foi o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista, uma área localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo.

¹ The Brazilian smallest administrative unity - close to American counties.

Considerando os municípios fundadores da associação, num total de vinte e três², eles têm como característica comum a colonização recente, ocorrida entre 1930 e 1950, com a extensão da rede ferroviária e da cafeicultura para o interior paulista. Trata-se da última porção do Estado de São Paulo a ser colonizada, seguindo os moldes comerciais, que priorizavam a especulação das terras à revelia do planejamento. Nos primeiros anos da colonização, a área em destaque vivenciou uma intensa movimentação de pessoas, investimentos e empreendimentos, que resultou na rápida formação de vilas e distritos, muitos deles emancipados em poucos anos. Esse fenômeno fazia crer que a onda de prosperidade reproduziria as experiências de outras regiões, como aquelas polarizadas por Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, e outras.

Tal otimismo, no entanto, durou pouco tempo. A partir da década de 1970, instalou-se um longo período de incertezas influenciado pela conjuntura nacional e internacional, do esgotamento dos solos areníticos manejados de forma inadequada, da considerável dificuldade de mobilização política regional, além do impacto de uma intensa geada ocorrida em 1975. A competição instalada no período de colonização deixou marcas profundas na cultura regional, colocando-se como um dos principais dificultadores da sua atual articulação política.

Paradoxalmente, a associação de municípios, que surgiu em decorrência da necessidade de unir esforços em favor das demandas comuns, gera dificuldades enormes de articulação intrarregional, enfraquecendo a força política necessária ao reconhecimento regional junto às esferas governamentais superiores, e, até mesmo, ao fortalecimento de parcerias intermunicipais, como os consórcios, por exemplo.

A trajetória da AMNAP e sua inserção intra e extrarregional constituem elementos significativos para o estudo do desenvolvimento contido, demonstrando os elementos internos e externos que interferem no movimento virtuoso capaz de desencadear condições prósperas e sustentáveis de desenvolvimento de uma determinada região.

Como metodologia de estudo desta entidade priorizou-se a consulta às atas das assembleias ordinárias e aos arquivos dos principais jornais regionais, além de entrevistas com as pessoas representativas identificadas ao longo das investigações. A insuficiência de registros sistemáticos por parte da mesma reforçou a importância da mídia regional como principal fonte de registros escritos.

Com o intuito de contextualizar o papel de associações dessa natureza na temática do desenvolvimento regional, apresenta-se um referencial teórico elementar destacando os pressupostos do desenvolvimento e sua nuances contemporâneas.

Território e desenvolvimento: pressupostos teóricos

Concebe-se desenvolvimento como processo e como finalidade, considerando que sua gênese decorre de relações sociais que se materializam espacial e territorialmente, cujo movimento constitui a realidade. Nas contradições que se manifestam encerram-se os interesses conflitantes e as relações assimétricas de poder. Espaço e território, portanto, tornam-se unidades distintas, embora interligadas, onde as representações espaciais evidenciam o desenvolvimento ali expresso.

As mudanças territoriais contemporâneas, marcadas por políticas neoliberais, fizeram surgir novas territorialidades, o que exige novas leituras de seus significados sob o risco de se perder a compreensão dos fenômenos que se apresentam.

² Os primeiros municípios integrantes, foram: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho, e Tupi Paulista. Em 1993, o distrito de Pracinha foi emancipado, tornando-se município e elevando o número de filiados para vinte e quatro. Em 1997, outros seis municípios foram incluídos à AMNAP: Arco-Íris, Bastos, Herculândia, Iacri, Queiroz, e Tupã. Em 2007, o município de Quintana tornou-se filiado, aumentando o total para trinta e um.

A teia de relações inerentes à luta pela sobrevivência, influenciando e influenciada por uma cultura assentada na posse dos recursos da natureza (terra, por exemplo) e na disputa pela manutenção e ampliação desses recursos desencadeia relações de poder que se materializam de forma assimétrica.

A realização da vida requer atendimento de necessidades diversas, o que, na sociedade moderna, forjou relações complexas entre as pessoas e entre essas e a natureza. A dinâmica dessas inter-relações, empreendida pela ação de atores sociais, constitui um movimento que pode manifestar-se de maneira mais ou menos equitativa, supondo que essas ações geram bens que são apropriados individual e outros coletivamente. A esse movimento empreendido pelas pessoas interagindo entre si e com a natureza e à materialidade dessas relações, transformando recursos em bens, dá-se o nome de desenvolvimento.

Compreende-se desenvolvimento como um processo multidimensional que envolve diferentes segmentos sociais e instituições. Não há desenvolvimento sem a participação das pessoas e das instituições, uma vez que a sua percepção e apreensão dependem das realizações concretas que se manifestam nos bens, equipamentos e serviços de que nos valem todos os dias nas mais diversas situações e necessidades.

As manifestações espaciais e a disponibilização desses bens, equipamentos e serviços à população revelam o conteúdo expresso nesse desenvolvimento, bem como a valoração qualitativa dessas manifestações, incluindo, aí, a sua extensão aos membros dessa sociedade. Ao mesmo tempo em que a realização da vida é uma questão individual, é, também, o resultado de ações coletivas no tempo e no espaço, contendo, portanto, elementos de caráter multidimensional, quais sejam, culturais, econômicos, sociais, políticos, técnicos, espaciais e ambientais, entre outros.

Não se chega ao desenvolvimento sem crescimento econômico, pois nas sociedades mediadas pelo dinheiro há que se considerar o custo dos investimentos, mesmo nos serviços públicos essenciais e no ganho que o cidadão precisa perceber para ter acesso a esses bens. Sendo assim, o crescimento econômico é visto como um processo capaz de absorver as pessoas e mantê-las nesse movimento, para, então, formar um círculo virtuoso inclusivo.

O desenvolvimento econômico e social decorre naturalmente dessa dinâmica em que as pessoas, para atenderem as suas necessidades e aspirações, aumentam a demanda sobre bens, produtos e serviços, estimulando um movimento ascendente, tanto no setor material (produtos) quanto imaterial (cultura e educação, por exemplo), uma vez que as necessidades humanas são múltiplas e infundas, indo desde o leite e o pão até o lazer e os serviços religiosos, só para citar alguns.

Esse desenvolvimento implica esforços individuais e coletivos. A sociedade, numa economia de mercado, ao mesmo tempo em que cria necessidades, age atendendo as necessidades criadas, exigindo do poder público que cumpra a sua função de fiscalizador e controlador do seu atendimento. Dessa forma, além do ordenamento jurídico, o Estado tem a função da gestão dos recursos oriundos dos cidadãos, por meio de programas advindos de políticas públicas, de modo a atender-lhes anseios e prevendo necessidades. A função desse último é o ordenamento jurídico e a gestão dos recursos. Seria esta uma lógica simples, se a sociedade não fosse permeada por interesses e conflitos que lhe forjam a história e, conseqüentemente, a cultura e a organização social.

O vocábulo desenvolvimento denota completude, não necessitando de mais nada para a sua compreensão. Trata-se de um fenômeno imbricado na trajetória histórica, iniciando-se, por isso, em um lugar (podendo ser em vários, mas nunca em todos ao mesmo tempo). Constitui-se num processo essencialmente endógeno, descentralizado e com uma dinâmica de baixo para cima e para os lados (do tipo capilar). Em função da dialética territorial (própria da modernidade), terminará produzindo uma geografia do desenvolvimento, quase nunca uniforme (comumente com a forma de arquipélago) e, em caso extremo, como uma forma de dicotomia centro/periferia.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento só pode ser humano, sustentável ou endógeno. Esse caráter de completude de seu significado expõe a redundância de qualquer

adjetivo que se queira agregar. Ele é, essencialmente, multidimensional. As expressões desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento nacional, ou desenvolvimento internacional são escalas de análise; apesar de cada uma delas possuir suas especificidades, o desenvolvimento contém várias unidades dialéticas, entre elas o fato de não acontecer simultaneamente em todos os espaços e segmentos.

As relações mundializadas do tempo presente não suprimem a noção de desigualdade territorial, embora se torne mais difícil produzir uma tipologia dessas diferenciações. Há que se considerar a formação e a herança histórica de cada região, bem como as modificações materializadas no meio geográfico. Essas constatações permitem observar a complexidade das relações e das configurações, caracterizando o que Santos e Silveira (2003, p. 259) chamam de “zonas de densidade e de rarefação, fluidez e viscosidade do território, espaços de rapidez e da lentidão, espaços luminosos e espaços opacos”.

Os espaços que acumulam densidades técnicas e informacionais tornam-se mais aptos a atrair capital, tecnologia e organização, tornando-se alvo de interesse de empresas, pessoal qualificado e investimentos públicos em infra-estrutura. No outro extremo, há espaços em que essas características estão ausentes, colocando-se numa condição de submissão aos primeiros. Os autores denominam esses espaços de luminosos e opacos, considerando a diversidade hierárquica existente entre ambos.

Essas reflexões, sem a agudeza da criticidade, podem levar a uma interpretação linear, portanto, limitada das inter-reações espaciais. O lugar, por si só, não se reveste de poder suficiente para influenciar e interferir em realidades externas a ele. O poder de comando e de regulação é um atributo das entidades públicas e privadas dotadas de força. As instituições e organizações são criadoras e detentoras do poder articulador e regulador, que se manifesta espacialmente.

As regiões atrativas exercem efeito polarizador, para onde convergem mais pessoas e mais capital. Estes se representam em adensamentos populacionais, infra-estrutura equivalente às suas necessidades e expansão técnica e tecnológica que, permanentemente, as impelem em direção ao novo. As regiões atrativas, portanto, se auto-alimentam. No outro extremo dessa mesma engrenagem algumas regiões desenvolvem uma força desagregadora cuja energia é canalizada para desprender recursos (matérias-primas e trabalho humano) em abundância, pois a disponibilidade é maior que o consumo local.

Há, no entanto, complexidade nessas relações, o que nega uma linearidade entre ambas. Apesar do predomínio de ações que caracterizam o fazer e o mandar, pode haver atividades opostas em cada uma delas. Alguns setores podem apresentar-se altamente dinâmicos nas regiões mais lentas e outros bastante retraídos, mesmo que inseridos nas regiões mais movimentadas. Essa lógica é construída por uma sociedade cujos mecanismos de funcionamento são alheios à interdependência orgânica entre as pessoas e entre essas e a natureza. Trata-se, aqui, do modo capitalista de produção, que interrompe a solidariedade naturalmente estabelecida entre os diferentes grupos para o atendimento das necessidades comuns. Nessa lógica interagem elementos externos e internos, oferecendo os ingredientes para uma aparente contradição. Externamente, interesses instrumentalizados por instituições públicas e por recursos e sistemas técnicos e tecnológicos exercem o poder de comando e organização espacial. Internamente, grupos de interesse reproduzem essa sistemática, legitimando o processo e se legitimando como grupos locais de poder. Aos que não se inserem nesse processo, restam a convivência ou a resistência à ordem instituída. A cultura, no sentido sociológico, e o conhecimento, no sentido técnico-político, constituem-se nos elementos fundantes da tolerância ou da resistência. Quando predomina um cenário favorável à tolerância (alguns grupos políticos locais coniventes com o *status quo*, mobilização insipiente dos grupos excluídos, alguns dificultadores de ordem locacional e natural) tem-se a formação de regiões contidas.

Por regiões contidas entendem-se aquelas formadas na contradição imbricada na Divisão Internacional e Territorial do Trabalho. Nesse sentido foi que elas se tornaram mais lentas, como conseqüência de forças opostas e desiguais. O termo contido, então, expressa a idéia de freado, reprimido, de não expansão, o que denota a sua conexão com o

movimento contrário, possibilitando a compreensão de que os lugares não se explicam por si só, pois estão inseridos na totalidade, que é resultante das relações sociais e das relações das pessoas com o meio natural.

Essa interdependência forçada só é interrompida, nas regiões contidas, quando os interesses se voltam para alguns recursos disponíveis (solo, minerais, belezas cênicas, trabalho barato, entre outros). Esse novo olhar, então, demonstra que elas são reservas de valor adormecidas e à espera de interesses que as despertem.

Na escala local os atores sociais agem e interagem envolvidos em instituições, sendo elas “estruturas do tipo regulativo, normativo e cognitivo que dão estabilidade, coerência e significado ao comportamento social. As instituições são transmitidas por diferentes meios: cultura, estruturas e rotinas”. (APPENDINI e NUIJTEN, 2002)

Entre algumas instituições em que as pessoas convivem e interagem podem-se citar: a família, o matrimônio, os direitos de propriedade, a comunidade, as regras, as leis, as diversas associações de caráter social, político ou econômico, o governo local, o mercado de trabalho, as relações de gênero, os grupos de crédito, as cooperativas.

Quando as pessoas se mobilizam, o local pode transformar-se numa base de reflexão e de ação capaz de inverter a lógica instituída, se essa deixar de atender-lhes os anseios, reorientando as ações dos governos e das próprias instituições. A mobilização e as reflexões constituem um espelho onde as pessoas e instituições podem olhar-se para verem refletidas as suas identidades e as condições materiais presentes.

Apesar dos anseios coletivos da população, tornam-se inevitáveis os embates decorrentes de interesses antagônicos, emergindo uma permanente conflitualidade. Desses conflitos emanam os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais, cujos atores buscam, por meio de mobilizações e articulações, garantir os seus direitos de cidadania. Criam-se, então, territórios cujo espaço geográfico refletirá a materialização da co-relação de forças que se estabelece entre os diferentes grupos, caracterizados por diferentes interesses. Essa disputa é alimentada pela intencionalidade, cujas relações sociais criam diferentes leituras do espaço, que podem ser dominantes ou não, dependendo do campo de forças em disputa.

A conflitualidade decorrente de embates permanentes travados por forças antagônicas desencadeia a formação de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Enquanto estes se preocupam com as formas de organização social, aqueles procuram dar conta das formas de organização social em seu movimento no tempo e no espaço, considerando o espaço, o território e o lugar produzidos pelas relações sociais. “Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais são um mesmo sujeito coletivo ou grupos sociais que se organizam para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade”. (FERNANDES, 2005, p. 5)

Os movimentos socioespaciais configuram-se mais na esfera da imaterialidade, agregando sujeitos de interesses comuns, construindo referenciais e estabelecendo princípios que se materializam por meio dos movimentos socioterritoriais. As organizações não governamentais, as agências de desenvolvimento, as associações de municípios, caracterizam-se apenas como movimentos socioespaciais, uma vez que são representações das reivindicações de grupos, tanto apoiando quanto contrariando os movimentos socioterritoriais e socioespaciais; são, portanto, intermediárias, produzindo espaços políticos. Esses movimentos atuam em diferentes escalas, da global à local, indo desde a reivindicação da ampliação da rede de saneamento básico num bairro ou numa cidade, até sua inserção na escala global por meio do fomento ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

Os movimentos socioterritoriais podem restringir-se a um espaço geográfico delimitado, como uma microrregião, sendo, portanto, isolados. Há, ainda, aqueles que se territorializam em diversas regiões, formando uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. O dinamismo com que ocorrem as complexas relações sociais e dessas com a natureza evidencia a necessidade de se rever conceitos e paradigmas. O enfoque territorial pode oferecer grande contribuição aos

novos paradigmas do desenvolvimento, uma vez que ajuda a explicar movimentos sutis empreendidos por grupos no interior da complexa teia em que se constitui a realidade. O conceito de movimento socioespacial e socioterritorial é utilizado, aqui, para analisar o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista, elucidando as formas como vem se configurando o desenvolvimento regional a partir do final da década de 1990, especialmente com a perspectiva de sua (re)inserção na divisão territorial e internacional do trabalho, com a expansão da atividade sucroalcooleira no contexto mundial da geração e consumo de energias renováveis.

O desafio que a modernidade coloca para os governos regionais do presente é a necessidade iminente de se encontrar uma maneira de auxiliar sua área a inserir-se na atual dinâmica internacional, de modo eficaz e, no contexto descentralizado interno, de uma forma protagonística e eqüitativa. Tais desafios apontam para novos questionamentos e reflexões sobre a temática do desenvolvimento regional, trazendo para o centro do debate a dinâmica e os atores locais.

O desafio que se coloca a qualquer região empenhada em dinamizar qualitativamente o seu desenvolvimento consiste na identificação de formas de rompimento com a sua relação de dominação/dependência, substituindo-a por outras modalidades, de caráter mais cooperativo. Tal propositura, inevitavelmente, passa pela necessidade de acúmulo de poder, considerando-se que a equidade emerge das relações menos assimétricas de poder político. Como uma região pode acumular poder político? Basicamente, mediante dois processos: primeiro, pela existência de um projeto nacional descentralizador capaz de transferir poder político às regiões subnacionais, e, segundo, com a criação de poder político, obtido por meio de consenso político, o pacto social, a cultura da cooperação e a capacidade de criar, coletivamente, um projeto de desenvolvimento. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível o conceito de projeto político regional, pois ele se torna o instrumento básico de criação de poder político.

A emergência de governos regionais como atores relevantes passa pela invenção de novas formas de governo que permitam o acesso a diferentes recursos, destacando-se, entre eles, os recursos psicossociais³. Duas novas tarefas colocam-se, então, para qualquer governo regional: a liderança regional e a animação regional. A gestão regional revela-se em processos sistemáticos de negociação multilateral: para cima, (com o governo nacional e outros agentes externos), para os lados (com o conjunto de agentes e atores regionais), e para baixo (com os municípios e outros atores locais). A animação regional consiste em procedimentos microescalares tanto atuando como agente catalisador para fazer surgir sinergias como desempenhando uma função informacional, coletando, processando e reestruturando o fluxo de informação desencadeada nesse movimento. Os governos regionais, mais que os agentes individuais, estão mais bem aparelhados para devolver as informações processadas aos usuários potenciais, de modo a reduzir incertezas decisórias, reduzir custos operacionais e desenvolver o fluxo de decisões emanadas de um projeto estratégico.

A negociação para cima, algo impensável há alguns anos atrás, só é possível a partir de um projeto regional, com suficiente grau de consenso, embora não se deva esconder o dissenso. Esse projeto, no entanto, é o resultado das negociações para os lados e para baixo, evidenciando a capacidade de mobilização da sociedade civil e do direcionamento dessa energia para um rumo aglutinante. A capacidade local e regional de inovação é a peça-chave do desenvolvimento contemporâneo. (BOISIER, 1996)

A realização dessas novas tarefas pressupõe a profissionalização das administrações regionais, uma empreitada que deve unir o setor público e o setor acadêmico, este último, de fundamental importância para o aprofundamento e abrangência

³ Boisier (1996) reconhece como recursos psicossociais a autoconfiança coletiva, a vontade coletiva, a perseverança e o consenso, que criam as condições subjetivas indispensáveis à sinergia facilitadora da promoção do desenvolvimento, por meio da elaboração, envolvimento e implantação de um projeto político de desenvolvimento regional.

das temáticas regionais. Entre os componentes importantes das redes regionais de interação sinérgica, destacam-se as instituições de educação e de treinamento, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), consultoras de administração e tecnologia, capital de risco, capital de trabalho e forças decisoras radicadas localmente. Os governos locais e regionais, em quaisquer circunstâncias, aparecem como fatores-chave na condução de planos sinérgicos.

É nesse contexto que se inserem as associações de municípios, colocando-se como mediadoras entre a instância local e as instâncias estadual e federal de poder. Sua trajetória histórica permite conhecer os meandros dessa relação e compreender como ela se materializa espacialmente.

Gênese da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista

A Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP – foi criada em 20 de julho de 1977, ainda num contexto político marcado pelos governos militares, porém já na fase de esgotamento do nacional desenvolvimentismo. As dificuldades impostas pela pouca expressividade da economia regional, num contexto nacional e externo igualmente desfavorável, impuseram a necessidade de se pensar soluções, e elas não viriam por si só. Aumentava a visão de conjunto e o desconforto impelia para a busca de respostas políticas em todas as instâncias, sendo a mais próxima os governos municipais. A essa época, a Nova Alta Paulista foi percebendo o seu isolamento e sentindo as consequências de uma política local mais comprometida com interesses parciais do que com propostas abrangentes e voltadas ao bem-comum.

As regiões mais expressivas política e economicamente impunham seu peso reivindicativo, fazendo valer o jogo do capital, cooptando as estruturas do Estado em favor dos grupos de interesse. O desenvolvimento desigual vivenciado pelo Estado de São Paulo nas décadas medianas do século XX, polarizado pela veloz industrialização e metropolização da capital, provocou o surgimento de várias associações de municípios ao longo do território, como estratégia de fortalecimento político dos mesmos. A microrregião de Dracena, localizada no extremo Oeste, liderou um movimento para que se formasse uma associação de municípios da Nova Alta Paulista. Esse fato explica-se, talvez, por ser o conjunto de municípios localizados na extremidade Oeste, sentindo mais intensamente os efeitos do isolamento em relação à capital e outras áreas mais dinâmicas. Sua articulação comercial com o vizinho Mato Grosso era também limitada, pois não se dispunha de uma ponte sobre o rio Paraná.

Paulo Tahara, prefeito de Dracena (contabilista, ARENA), Jorge Abdo Sader, prefeito de Lucélia (dentista, ARENA), Waldemar de Oliveira Lima, prefeito de Osvaldo Cruz (bancário e administrador, ARENA), e Gildomar Pax Pedroso, prefeito de Adamantina (professor, ARENA), compuseram a primeira diretoria e convenceram os demais municípios, num total de vinte e três, para aderirem à iniciativa. As quatro cidades citadas desempenhavam papel de liderança nas microrregiões a que pertenciam.

Associações de municípios em um ambiente federalista

A política local ou regional, quase sempre, é relegada a segundo plano pela limitada amplitude de sua abrangência e pouca influência no cenário macro-político do país. Olhos atentos à movimentação de determinados grupos com atuação microescalar, recortando-os da totalidade para lhes compreender as inter-relações horizontais e verticais, no entanto, permitem compreender como se entrecruzam as políticas local, regional, estadual e federal. É na escala do município, portanto do lugar, que todas as esferas (inclusive a global) se entrecruzam, materializando, no cotidiano do cidadão, ideologias, regimes e sistemas políticos, planos e programas de governo, planejamento, gestão, (in)suficiência ou

(in)adequação na aplicação de recursos públicos, entre outros aspectos da ciência, da técnica, e da arte da política.

Com esse enfoque estudaram-se as três décadas de existência da AMNAP, procurando desvendar-lhe as particularidades e a sua relação com as demais esferas. Por se tratar de uma entidade formada essencialmente por gestores públicos municipais, com atuação direta junto ao executivo estadual e federal, buscou-se também discutir a influência do modelo gerencialista de administração pública, fortemente presente na condução da entidade na última década, implementado por Mário Covas e seguido por Geraldo Alckmin, ao longo dos últimos doze anos. Procurou-se compreender como esse modelo se refletiu na organização político-administrativa da associação e na vida do cidadão, por meio da atuação de uma entidade mediadora entre o município e o Estado (nas duas esferas superiores).

Ao longo desses trinta anos, percorridos de modo sinuoso, percebe-se um eixo que sustenta essa associação de municípios: o esforço de articulação dos gestores públicos municipais em busca de soluções para os problemas do cotidiano da população. A sociedade empreende várias formas de luta e resistência, indo desde o confronto direto até a indiferença para com a ordem instituída, fazendo-a ruir por inanição. Qualquer forma de luta trás conseqüências: se racional e engajada, vislumbra-se a socialização dos resultados almejados; se passional e sectária, colhe-se fartamente o ranço do ideal inspirador da mobilização. Há lutas que são ocasionais: as pessoas articulam-se para solucionar algum problema específico, como a falta de água ou de pavimentação asfáltica no seu bairro, formando os movimentos socioespaciais. (FERNANDES, 2005, P. 4). Esses movimentos tendem a diluir-se com a realização dos objetivos. Alguns movimentos são constantes, como o direito à terra, à saúde, à moradia, e a sua conquista implica em mudanças estruturais. Esses movimentos são denominados socioterritoriais. (idem).

As principais articulações dos líderes políticos regionais, embasadas nas demandas locais, demonstram o desejo de territorialização das necessidades elementares das pessoas, quais sejam, o acesso aos serviços públicos essenciais, as obras de infraestrutura, a geração de emprego e renda, que, somados e colocados à disposição do cidadão, tornam-se as bases do desenvolvimento. A Amnap caracteriza-se como um agente socioespacial, pois se trata de uma entidade político-reivindicativa, de caráter consultivo e deliberativo, porém, sem poderes executivos. Suas bandeiras emanam das demandas dos municípios, que, por sua vez, são captadas principalmente pelos prefeitos, a partir dos anseios e necessidades dos munícipes. Para compreender o papel da referida entidade no desenvolvimento regional, procurou-se identificar as suas relações internas, entre as lideranças regionais, e as suas relações externas, junto aos governos estadual e federal. Para isso se faz necessário conhece-la pela perspectiva interna e externa, contextualizando-a temporal e espacialmente, pois as dimensões tempo e espaço constituem a realidade, de onde fluem e onde acontecem todas as relações.

O perfil de uma entidade associativa é construído pelos seus membros, que lhe ditam os rumos e estabelecem as estratégias de ação. Em cada época, alguns grupos, de acordo com a conjuntura política do momento, têm maior poder de ascensão, o que também contribui para imprimir o seu direcionamento ideológico. A sua trajetória não foi e não é linear, apresentando períodos de maior movimentação e outros de esvaziamento. Esses períodos de refluxo relacionam-se à conjuntura externa do objeto que representam, estando diretamente interligados à gestão estadual. Não se pode desconsiderar a influência da conjuntura político-econômica nacional e internacional e na escala regional e local, e da cultura sócio-política da população. Considerando-se que a construção do território é resultado das relações sociais, por meio das relações de poder que se estabelecem entre os diferentes grupos e seus diferentes interesses, por meio da AMNAP a população regional busca construir territórios que lhe proporcionem condições dignas para a realização da vida.

As evidências observadas na trajetória da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista sugerem a delimitação de três fases ou três momentos. A primeira fase pode ser considerada entre 1977 e 1982, com intensa movimentação intra-regional e forte influência malufista. A segunda fase, entre 1983 e 1996, caracterizou-se como um período de

indefinições, com suspensão das atividades entre 1984 e 1988, e, mesmo com o empenho de alguns prefeitos, que conseguiram a sua retomada, em 1989, não se obteve resultados significativos. No âmbito estadual, esta fase foi marcada pela ruptura com o modelo administrativo burocrático e centralizador, porém, ainda sem a definição de um outro paradigma para a administração pública, embora o governador Franco Montoro tenha implantado uma experiência inovadora entre 1983 e 1987. A terceira fase iniciou-se em 1997, quando adquiriu claros contornos da administração pública gerencialista, reproduzindo o modelo de administração adotado pelo governo estadual paulista em 1995, com Mário Covas, e sucedido por Geraldo Alckmin.

A primeira fase da entidade (1977-1982) coincidiu com o governo estadual de Paulo Egydio Martins e Paulo Salim Maluf, sendo que este último exerceu maior influência. Sob a égide do malufismo, que se caracterizou pelo centralismo político e burocrático e pela presença de fortes matizes do populismo herdado da era Vargas, ocorreram significativas conquistas das reivindicações dos prefeitos, principalmente em obras de infra-estrutura.. A emancipação de centenas de municípios ocorrida nas primeiras décadas do século XX, por influência da expansão da cafeicultura, a urbano-industrialização e a explosão demográfica do Estado de São Paulo, e o crescimento desordenado da metrópole, obrigaram o executivo estadual a buscar novas formas de gestão, criando, então, as Regiões Administrativas (RA).

O grande número de municípios por RA, a arrecadação tributária insuficiente para atender as carências e urgências que pipocavam em todo o território paulista, as regiões mais expressivas econômica e politicamente impondo seu peso reivindicativo, o jogo do grande capital exercendo seu poder para não perder privilégios, e o envolvimento dos governantes com grupos de interesse, levaram à formação de várias associações de municípios ao longo da década de 1970. No caso da Nova Alta Paulista, somam-se as necessidades básicas de infra-estrutura e expansão dos serviços públicos essenciais, numa área de municípios emancipados há poucos anos. A AMNAP surge, então, como uma mediadora entre os municípios e o Estado, já que as regiões administrativas, que fizeram emergir as capitais regionais, não tinham poder de abrangência e articulação com todos os municípios sob sua jurisdição.

Os prefeitos tinham grande prestígio nas comunidades, principalmente nos municípios menos populosos e mais pobres. Dióres S. Abreu (1982, p. 14) comenta o modelo paulista de política local, forjado ao longo do período sob a batuta da economia cafeeira, que mesmo demonstrando características do coronelismo, apresenta peculiaridades, por influência do expressivo número de imigrantes europeus e da pequena propriedade rural. Esses líderes municipais, principalmente na porção Oeste, não provinham de clãs familiares ligadas às oligarquias rurais e ao latifúndio, nem dispunham de grandes fortunas. Os primeiros prefeitos destas cidades, com poucas exceções, estavam ligados às atividades de colonização: proprietários das primeiras glebas ou companhias loteadoras e imobiliárias, corretores de imóveis, cartorários, contabilistas, entre outros. Alguns anos à frente, eles eram, expressivamente, profissionais liberais, funcionários públicos bem posicionados, comerciantes ou proprietários rurais bem sucedidos, e dispunham de um certo carisma pessoal. Devido à carência econômica desses municípios, eles mantinham inequívoco posicionamento governista e realizavam administrações com nítidas características paternalistas e assistencialistas, que podem ser enquadradas no populismo.

Abreu (idem) destaca que as lideranças populistas nacionais contavam, nas áreas distantes do comando central, com os elementos locais que os representavam, permitindo que, indiretamente, atingissem grandes parcelas da população. O líder local reproduzia o comportamento do líder nacional no relacionamento com a massa, criando um estilo de governo, tornando-se instrumento de realização das reivindicações da comunidade pelo exercício do Estado (no caso, a Prefeitura Municipal).

O mesmo autor continua suas análises explicando que o líder populista nacional acabava aniquilando a influência do líder local, pois mantinha contato direto com as massas, principalmente nas áreas urbanizadas. Comportamento contrário acontecia nas áreas de influência rural, onde o líder populista nacional mais necessitava dos líderes locais. Tal envolvimento alimentava a política do compromisso, pois o líder populista nacional

prescindia da habilidade mobilizatória desses líderes locais. Em troca desse apoio imprescindível aos líderes centrais nas áreas mais distantes, eles conquistavam o controle político municipal. “Desta forma, o poder político local revestia-se do figurino populista para a sua sobrevivência.” (ABREU, 1982, p. 16)

Durante os anos de 1970, o crescimento da massa de assalariados trouxe uma certa independência dos trabalhadores em relação a seus patrões, e o voto nas instâncias municipais tornou-se mais livre. O populismo, ao longo do regime militar, com o recrudescimento da forte centralização do Estado, ganhou os contornos de um sistema controlador, atribuindo poderes aos líderes que primavam pela estabilidade e a ordem, e isto passava pelo vínculo direto aos mandatários da situação. Assim, atender às principais reivindicações de grupos de líderes locais, como os prefeitos membros das associações de municípios, constituía-se numa forma de controle das regiões mais distantes, principalmente daquelas que se situavam na periferia das Regiões Administrativas, evitando mobilizações que perturbassem a ordem pública, como as que freqüentemente ocorriam nas áreas de maior adensamento populacional.

Àquela época, o país vivia sob os auspícios do paradigma nacional-desenvolvimentista, que havia instituído a industrialização como mote do desenvolvimento. Tal escolha, certamente, incorria em estupenda canalização de recursos financeiros, políticos, técnicos e tecnológicos para as áreas que demonstravam maior vitalidade econômica, reforçando a tendência da concentração industrial. Boisier (1996, p. 121) destaca que a intenção de se obter resultados ótimos, como por exemplo, a maximização do crescimento econômico nessas áreas e ou projetos priorizados, faz com que algumas partes do sistema sejam subotimizadas (como o desenvolvimento de algumas regiões), usando-se para isso várias formas de dominação, expressando, então, a apropriação desigual do poder político. No sistema regional, essas formas de dominação, muitas vezes, são de natureza quantitativa, traduzindo-se como freios ao desenvolvimento regional equitativo, contribuindo para aumentar as desigualdades regionais. Esse mecanismo comporta-se de maneira aparentemente contraditória, pois muitas vezes se chega até a estimular o crescimento (produção de matérias-primas, capacitação de mão-de-obra), mas este é submetido aos interesses da região dominadora e não se coloca a serviço da população da região dependente. Apesar da sutileza, essa forma de dominação esconde uma forte conotação ideológica.

A abertura democrática do país, com o afrouxamento do período militar, trouxe mudanças na Nova Alta Paulista e, conseqüentemente, na AMNAP. O ano de 1983, que antecedeu o período em que Franco Montoro se elegeu governador, caracteriza-se como uma fase de indefinição político-ideológica, com nítido esvaziamento da entidade.

O PMDB de Montoro, congregando a maior expressividade da oposição nacional, inaugurou um novo paradigma ideológico e político-administrativo no Estado de São Paulo. A criação das Regiões de Governo foi a forma encontrada para operacionalizar a descentralização político-administrativa, tornando-se assim mais próximo da municipalidade. Nessa fase, a Associação desorientou-se em seu modo original de condução. Entrou em uma fase de refluxo, ficando desativada por seis anos.

Em 1989, por insistência do vereador de Dracena, professor Diógenes Gonçalves de Carvalho, o prefeito daquela localidade, o médico José Cláudio Grando, convidou os prefeitos e refundou a AMNAP. Caracteriza-se essa como a segunda fase (1989-1996). Tal iniciativa nascia paralela à assunção de Orestes Quércia (PMDB), seguido de Antonio Fleuri Filho (PTB), ao governo paulista, que não deram continuidade ao modelo implantado pelo antecessor. Nesse período, as reivindicações versaram sobre temáticas mais abrangentes, como a instalação de alguma extensão de ao menos uma universidade estadual, como Unesp, Unicamp, ou Usp; a reconstrução de um hospital regional; e os contatos visando a construção da ponte sobre o rio Paraná. As dificuldades do governo paulista dessa fase não lograram êxito aos esforços da entidade. Foi um período em que ela se arrastou morosamente, com muitas reivindicações e poucas conquistas. Regionalmente, ela desgastou-se, caindo no descrédito diante da opinião pública. Em épocas de refluxo, é comum a população, e até mesmo os próprios membros, personalizarem a crise, apontando

nominalmente culpados, quando se sabe que as circunstâncias macroescalares influenciam profundamente a vontade e o poder de atuação de uma pessoa ou de um grupo.

A terceira fase (1997 em diante) está marcada pelo paradigma gerencialista na administração pública, surgindo então a necessidade de caracteriza-lo um pouco melhor. No Brasil, esse modelo, inspirado na vertente gerencial, tem no ex-presidente Fernando Henrique Cardoso o seu representante maior. Ele foi implantado ao longo da década de 1990, quando a sociedade brasileira esteve engajada no processo de redemocratização do país, buscando construir um modelo de Estado que conduzisse a economia de modo mais eficaz, que permitisse a participação do cidadão, e que lhe atendesse as necessidades básicas disponibilizando serviços públicos de melhor qualidade.

Essa vertente deriva do debate internacional de reforma do aparelho do Estado, iniciado na Europa, particularmente na Inglaterra, com Margareth Thatcher, e nos Estados Unidos, com Ronaldo Reagan, no final da década de 1970. “Como há uma estreita conexão entre os valores e ações de cunho gerencialista e as prerrogativas pós-fordistas da reestruturação produtiva da economia mundializada, o gerencialismo passou a representar as necessidades das mais diversas empresas e governos, transcendendo, portanto, as matrizes histórico-culturais locais”. (PAULA, 2005, p. 38)

No Brasil, essa vertente ganhou força nos anos de 1990, quando o debate se polarizava em torno da crise do nacional-desenvolvimentismo e das críticas ao patrimonialismo e ao autoritarismo herdados das décadas anteriores, estimulando a emergência de um consenso político de caráter liberal baseado em algumas estratégias: a do desenvolvimento dependente e associado; as estratégias neoliberais de estabilização econômica; e as estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado. (Ibidem, p. 38) Esse conjunto favoreceu a formação da aliança social-liberal, que fortaleceu o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), levando-o ao poder. Com a gestão de José Serra (2007-2010), essa aliança se mantém na situação por dezesseis anos consecutivos no Estado de São Paulo, mesmo com a condução de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República por dois mandatos.

Se, por um lado, perceberam-se resultados mensuráveis quanto à eficiência do setor público, por outro, o legado que se viu em termos de aumento das desigualdades sociais tem suscitado críticas⁴ sobre o modelo de administração pública gerencial implantado no país na década de 1990, destacando-se a primazia da dimensão econômico-financeira e institucional-administrativa sobre a inovação e o comprometimento com a participação cidadã.

Essas reflexões ajudam a compreender a fase atual da AMNAP, iniciada em 1997. A conjuntura contemporânea deflagrada pelo processo de globalização econômica, assentado na revolução técnico-científica, suscitou mudanças nos processos políticos internos, favorecendo a sua descentralização. O governador Mário Covas priorizou a continuidade do processo de descentralização político-administrativa do Estado de São Paulo, e, em relação ao desenvolvimento regional, estimulou a realização de fóruns regionais de

⁴ Paula (2005, p. 46) apresenta um balanço dos limites e dos pontos positivos do modelo de administração pública gerencial: Como limites ela afirma que “centraliza o processo decisório e não estimula a elaboração de instituições políticas mais abertas à participação social. Enfatiza mais as dimensões estruturais do que as dimensões sociais e políticas da gestão. Não há uma proposta nova para a organização do aparelho do Estado”. Como pontos positivos ela afirma que “possui clareza em relação à organização do aparelho do Estado e métodos de gestão”. Em relação aos limites e pontos positivos do modelo de administração pública societal, esta autora apresenta as seguintes considerações: “Limites: Não elaborou de forma mais sistemática alternativas de gestão coerentes com seu projeto político. Não conseguiu ainda desenvolver uma estratégia que articule as dimensões econômico-financeira, institucional-administrativa e sociopolítica da gestão pública. Como pontos positivos ela destaca: Procura elaborar um projeto de desenvolvimento que atenda aos interesses nacionais. Está construindo instituições políticas e políticas públicas mais abertas à participação social e voltadas para as necessidades dos cidadãos”. Obs: O artigo foi escrito em 2003, ainda no início do governo do presidente Lula.

desenvolvimento, criando espaços de apresentação e discussão das principais demandas dos municípios do entorno. Um desses fóruns aconteceu em Tupã, em 2001, por influência do prefeito Manoel Ferreira de Souza Gaspar (PSDB, empresário), com livre trânsito junto às esferas superiores paulistas, o outro, já sob a gestão de Geraldo Alckmin, aconteceu em Presidente Prudente, em 2003.

Em 1997, seguindo uma tendência geral, o então presidente, Walter Luiz Martins, prefeito de Osvaldo Cruz, sugeriu mudanças no Regimento Interno da entidade intencionando “busca de agilidade e maior dinamismo da mesma”, abrindo oportunidade de participação de outras entidades representativas dos municípios; acolheu os seis municípios da microrregião de Tupã, aumentando para trinta o número de municípios membros, porém, organizados em sub-regiões, com sedes em Dracena, Adamantina, e Tupã; propôs a intensificação das ações em favor da construção da ponte sobre o rio Paraná; e procurou “transformar a AMNAP de associação representativa em fórum de debates dos problemas regionais”. Para o setor produtivo, foi priorizado o apoio à volta da cafeicultura, à fruticultura, e à pecuária leiteira melhorada.

Apesar dessa abertura à participação de entidades representativas e ao contato mais próximo do executivo estadual, com temas de grande sensibilidade à população regional, não se pode falar que houve uma mudança conceitual quanto à concepção de desenvolvimento regional no âmbito dos cidadãos e lideranças da Nova Alta Paulista, capaz de deslocar o antigo paradigma assentado no centralismo e na burocracia para o paradigma do desenvolvimento endógeno em curso. As mudanças que ocorreram devem-se muito mais às iniciativas do governo estadual do que às lideranças e à participação popular da própria região. A observação do conteúdo expresso nos períodos de refluxo comprova este fato, o que reforça a condição de dependência econômica da mesma, a cultura governista historicamente disseminada, o enfraquecimento da possibilidade de um projeto regional de desenvolvimento devido às disputas intra-regionais, e de insipiência na capacidade mobilizatória das bases. Há uma falta de vontade coletiva, transferindo-se ao prefeito e aos vereadores a responsabilidade pela solução dos seus problemas e, dessa forma, critica-se a morosidade das ações, desconhecendo o funcionamento da máquina pública e o “malabarismo” que se faz para romper as estruturas rígidas da administração pública. As reivindicações dificilmente partem das bases da sociedade, por meio de movimentos populares autônomos; elas emanam das carências detectadas pelos prefeitos e vereadores, esses já instalados na instância do poder local.

A observação da trajetória dos movimentos populares ocasionalmente formados nos municípios indica a intermitência dos mesmos, cuja mobilização dura até que os problemas detectados sejam resolvidos e, geralmente, eles se resolvem na própria cidade: na prefeitura ou no Ministério Público. Os motivos mais freqüentes, que têm mobilizado parcelas da população, são: descontentamento quanto ao transporte escolar ou extensão das linhas de ônibus circulares, vagas insuficientes nas creches e pré-escolas, agressões ambientais pontuadas, precariedade nas obras de infra-estrutura dos bairros, filas nos postos de saúde, mal atendimento das santas casas, ingerência e improbidade administrativa de alguns prefeitos etc. As questões mais amplas, como os conflitos trabalhistas, principalmente em relação aos cortadores de cana-de-açúcar, são debatidos ou resolvidos pelos sindicatos, sem a participação da AMNAP; as questões referentes ao meio ambiente são resolvidas no Ministério Público, e a maior parte das insatisfações é resolvida na prefeitura, com a mediação de algum vereador.

Cada prefeito se vê às voltas com as demandas locais e, com raras exceções, driblando a insuficiência orçamentária. A busca de solução para os seus problemas junto às instâncias governamentais acaba milindrando algumas articulações do prefeito com outros vizinhos, por meio da associação, pois, certamente, há prefeitos e comunidades melhor articulados, resultando em maiores conquistas para si, o que pode parecer uso de influência do cargo na diretoria da mesma.

Alguns setores defendidos pela AMNAP, como a pequena agricultura, não têm articulação política suficiente para impor seus projetos, sendo abrigados em programas

desenvolvidos por órgãos oficiais, como a CATI e a APTA⁵, por exemplo, ou em projetos do SEBRAE, como o Programa de Certificação de Frutas ou de apoio à pequena e média empresa, cuja atuação da associação de prefeitos acaba sendo meramente avalisatória. Quanto às obras de infra-estrutura, destacando-se a manutenção das estradas e a ponte sobre o rio Paraná, é significativa e louvável a pressão constante e incansável que a entidade exerce sobre os governos estadual e federal, mas, tal atitude, que demanda grande desprendimento de energia, tempo e paciência, apenas demonstra o quanto esse país tem dívidas para com um dos setores elementares do desenvolvimento.

Deixando-se o âmbito dos serviços públicos essenciais e observando-se a influência da AMNAP no setor produtivo, percebe-se a sua fragilidade diante de um setor dinâmico e extremamente vinculado às leis do mercado. Nesse território, sempre predominaram as forças do capital monopolista, que se interessa por uma determinada região enquanto houver condições favoráveis. Em relação à Nova Alta Paulista, o ciclo do café e, mais recentemente, o da cana-de-açúcar, sob a tendência das energias renováveis, comprovam esta realidade.

Um conjunto de fatores locais não proporciona vantagens comparativas e competitivas à Nova Alta Paulista, inibindo a atração de investimentos que possam alavancar o seu desenvolvimento econômico: mercado consumidor regional pouco expressivo, solos de média e fraca fertilidade, distância significativa dos principais centros consumidores do Centro Sul, poucas belezas cênicas atraentes, ausência de P&D voltados às características e necessidades locais e regionais, entre outros. Além das condições basilares pouco atrativas, somam-se a predominância dos poucos capitais locais, a cultura administrativa arraigada aos modelos tradicionais de gestão, à grande evasão de jovens e o conseqüente envelhecimento dos adultos, dificultando a ruptura desses paradigmas, comprometendo a introdução de inovações tecnológicas, e a disponibilização de pouca mão-de-obra especializada.

Tais constatações apontam para a necessidade de um redirecionamento de foco, sinalizando para a reestruturação de objetivos, estratégias e ações. As megatendências da atualidade impõem às entidades envolvidas com o desenvolvimento regional, particularmente àqueles que atuam em regiões desvantajosas, extraordinários desafios: como mediar ações que possibilitem a superação de carências históricas e adquirirem condições mais eqüitativas de inserção na modernidade? Como estimular o desenvolvimento em regiões menos vantajosas em alguns aspectos, promovendo a equidade e a participação? A resposta a essas indagações leva a outras: qual é a configuração político-administrativa que se deve buscar para promover o engajamento de todos os envolvidos? Qual é a configuração territorial mais adequada para o desenvolvimento? Que tipo de desenvolvimento se deseja?

AMNAP: cooperação, competição e resistência

Apesar do empenho mais constante de alguns prefeitos, as dificuldades foram imensas. Por descrença no poder de realização da associação muitos prefeitos pouco se envolveram, postergando o fortalecimento e a consolidação da entidade. As disputas internas entre as cidades-pólo de Dracena, Adamantina, e Osvaldo Cruz tornaram-se uma constante ao longo do tempo e serviram para dividir o poder de articulação entre os prefeitos, vereadores, e outras lideranças. É difícil decifrar se as disputas internas enfraqueciam/enfraquecem a entidade ou se elas refletem a pouca expressividade que o conjunto dos municípios tem na totalidade do Estado de São Paulo, levando-os a disputarem entre si o naco das verbas que lhes sobra do orçamento estadual e federal. A morosidade da máquina pública é outro elemento que dificulta a agilidade da associação de municípios, aumentando o descrédito da mesma diante da sociedade regional.

⁵ CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. APTA – Agência Paulista de Tecnologia para o Agronegócio

Internamente, há duras críticas à atuação da AMNAP, principalmente dos pequenos municípios, que a acusam de não representar os seus interesses. O prefeito de Nova Guataporanga (2.101 habitantes. IBGE, Censo 2007), Policarpo S. Freire (65 anos, PSDB), afirma: “*Para cidades muito pequenas como a nossa, o que a AMNAP pode fazer? Nós é que temos que brigar, reivindicando aos deputados que nos apóiam e para os quais trabalhamos*”. (Entrevista concedida em 21/1/2006)

Entrevistas com membros da comunidade evidenciam severas críticas em relação à atuação da entidade referente à instalação de presídios. Entre 1998 e 2005, dez presídios foram construídos em nove municípios, num raio de cem quilômetros, abrigando mais de onze mil presos (Secretaria de Administração Penitenciária, 2007). Esta temática não foi incluída na pauta de nenhuma das assembleias. A justificativa apresentada pelos prefeitos que os recepcionaram é que esta decisão era local, não envolvendo o aspecto regional. Por parte da entidade, não houve interesse em discutir o impacto dos mesmos nos aspectos sociais, ambientais e de segurança, nem a sua influência (ou não) no desenvolvimento regional.

Observando-se a disposição das matérias referentes à AMNAP nos jornais, percebe-se a valoração da sua importância para a sociedade regional. Nos primeiros anos, todas as assembleias eram noticiadas na primeira página, nos períodos mais opacos, não há páginas definidas, sendo impressas sem nenhum destaque. Não foram feitas coberturas jornalísticas de várias assembleias, atestando o descrédito do próprio jornal para com os propósitos da entidade.

O governo de André Franco Montoro provocou profundos impactos no modelo centralizado que perdurava há anos. Inaugurador de uma gestão mais descentralizada, ele procurava manter contato direto com os prefeitos por meio das regiões de governo, delimitadas por microrregiões definidas por uma cidade-pólo, onde mantinha um escritório-sede. No novo sistema, cada conjunto de municípios reivindicava suas demandas de modo mais próximo ao governador e os recursos eram repassados diretamente às contas correntes das prefeituras. A entidade, nesse período, esvaziou a sua finalidade. O recrudescimento das disputas intermunicipais e o modelo administrativo implantado explicam a ausência de encontros e o seu desaparecimento dos jornais entre meados de 1982 e janeiro de 1989.

O término do governo Montoro, no final de 1988, e a sucessão de Orestes Quércia e Antonio Fleury Filho, refletiram-se nas gestões da AMNAP, entre 1989 e 1996. Houve uma tentativa de rearticulação dos prefeitos, pois os dois governadores subsequentes não deram continuidade aos métodos implantados por Montoro e os ERI perderam a sua funcionalidade. Além disso, esse foi um período de grande endividamento do Estado, refletindo-se, logicamente, nas prefeituras.

Entre 1993 e 1996, há poucas notícias referentes àquela entidade. A afirmação do presidente Orides Zanardi, prefeito de Junqueirópolis, em matéria publicada quando da assembleia de fevereiro de 1994, ajuda a compreender o momento de refluxo da entidade: “*o governo Fleury está sem dinheiro para atender as principais reivindicações dos municípios*”.

O fato mais relevante desse período ocorreu em 1995, durante a gestão do prefeito de Adamantina, Ivo Santos, referente à criação de um consórcio intermunicipal apoiado pelo CEPAM, visando a elaboração de um diagnóstico regional para estabelecimento de estratégias para atração de novos investimentos. Como não houve interesse dos prefeitos e outros líderes regionais, o projeto não frutificou.

Os Escritórios Regionais de Integração funcionaram até 1996, quando o governador Mário Covas os desativou e centralizou parte dos municípios da Nova Alta Paulista na 10ª Região Administrativa, com sede em Presidente Prudente, e parte deles na 11ª Região Administrativa, com sede em Marília.

As dificuldades do governo estadual, e a atitude do governador Mário Covas de extinguir os ERI, centralizando os municípios nas antigas regiões administrativas, reacenderam os ideais regionais dos prefeitos e lideranças da Nova Alta Paulista. O ex-prefeito de Osvaldo Cruz, Walter Luiz Martins, deu início a uma nova mobilização entre os

prefeitos para que a entidade fosse reativada. Pode-se dizer que, com ele, se inicia uma nova fase da AMNAP e do desenvolvimento regional, esse, agora, inspirado nos princípios do desenvolvimento endógeno. A conjuntura político-social contemporânea criava novas demandas e inspirava novas estratégias de ação, tornando a entidade “mais ágil e dinâmica”. (Jornal O Adamantinense, 5/2/1997). Para isso, foram sugeridas mudanças no estatuto, abrindo espaço para que entidades representativas dos municípios pudessem participar das assembléias.

A nova diretoria sugeriu a gestão descentralizada e, para isso, propôs “a criação de sub-regiões para que sejam resolvidos, pelas cidades próximas, os problemas locais, formulando consórcios para que um município auxilie o outro”. Foi formada uma comissão de prefeitos e vereadores para propor alterações no estatuto da entidade, “prevendo a participação de outras entidades representativas devidamente cadastradas nos municípios”. Foi, então, formado um grupo de prefeitos mais afinados com os princípios da administração pública moderna: transparência, descentralização, participação popular sistematizada/pró-ativa.

As estratégias da AMNAP coadunaram, a partir daí, com os princípios da Constituição Federal de 1988 (descentralização político-administrativa e controle social). Os governos, nas três esferas, tiveram que elaborar os PPA (Planos Plurianuais) e desenvolver suas ações com bases nos programas elencados nesses documentos. Cada município teve que se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal e a AMNAP foi centrando suas ações nas questões tipicamente regionais.

Foram priorizadas algumas demandas regionais e, dessa época em diante, elas pautaram as principais ações da entidade: duplicação ou construção da terceira faixa na rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), criação da região administrativa da Nova Alta Paulista, elaboração de planos regionais de desenvolvimento, construção de um hospital regional, reativação do transporte ferroviária, e, principalmente, a construção da ponte sobre o rio Paraná, ligando os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Todos os prefeitos que se sucederam empenharam-se em dar continuidade às mesmas prioridades, centrando maior atenção na construção da ponte sobre o rio Paraná e à reativação da ferrovia, desativada em 2000. Após décadas de reivindicação as obras foram iniciadas, como obra compensatória à construção da UHE Ministro Sérgio. Motta. O local escolhido foi o município de Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS). Outra preocupação foi a regularização jurídica da entidade, que atuou de modo informal até 2006.

Entre 2003 e 2004, o presidente foi Hélio Aparecido Mendes Furini (PSDB), prefeito de Junqueirópolis. Sobre sua gestão, ele comenta:

A definição de prioridades foi fundamental porque tínhamos uma linha a seguir. As obras da ponte foram paralisadas no governo Lula porque se tratava de uma iniciativa de FHC. A AMNAP não se satisfaz com isso e continuou pressionando, juntando-se ao governador de Mato Grosso do Sul, o Zeca do PT. No final de 2006, novas verbas foram liberadas e há indícios de que seja concluída em breve. Em Brasília, junto à ANTT, iniciamos, em 2003, uma gestão pela reativação da ferrovia. Formos informados por essa agência de que o trecho entre Pederneiras e Panorama (o nosso) tinha ficado fora do pacto da privatização das ferrovias, em 1997, por falta de viabilidade econômica. Constituíamos um trecho onde não seria cobrada execução de contrato de reativação. Nosso trabalho foi batalhar para a inclusão desse trecho no TAC, que obriga a ALL (empresa concessionária) a cumprir compromissos contratuais de reativação das ferrovias, levando o trem cargueiro até o fim da linha que corta toda a Nova Alta Paulista, como faria em outros trechos. Não podíamos ficar de fora. (Entrevista concedida em 11/1/2007)

Elzio Stelato Jr (PSDB, prefeito de Dracena) foi presidente em 2005 e 2006. Ele deu prosseguimento aos trabalhos políticos de seus antecessores, centrando atenção, novamente, na ponte e na reativação da ferrovia. Outra preocupação desse presidente foi

quanto à regularização jurídica da entidade. Para isso, contratou um diretor executivo, o senhor Carlos José Ribeiro do Val (advogado e empresário), de Dracena, que explica:

A AMNAP funcionava de maneira informal. A cidade do presidente era a sede da entidade, de modo que as atas, as correspondências, as publicações, e outros documentos, tinham um caráter itinerante. Esse fato contribuiu para que muita coisa se perdesse no tempo. Com as alterações no estatuto, Dracena se tornou sede e foro da entidade. Em dezembro de 2006, protocolamos pedido de registro do novo estatuto, e o registro definitivo saiu em janeiro de 2007. Há uma conta fixa no Banespa, cujos titulares mudam mediante apresentação da ata de posse da nova diretoria. A profissionalização administrativa da entidade facilita o trabalho, passa a idéia de seriedade, e respalda a gestão de projetos. Essa medida foi inspirada por uma ação trabalhista recente impetrada por um ex-funcionário da entidade. (Entrevista concedida em 14/1/2007)

Em relação à temática da ferrovia, Stelato Jr comenta:

A reativação da ferrovia vive uma fase de acirramento de pressão. Atendendo à determinação da justiça federal, a ALL já reativou o trecho entre Bauru e Tupã. O trem cargueiro já fez o primeiro carregamento nessa última, em 17/1/2007. O prazo para chegar em Panorama é 28/3/2007, mas a empresa diz que nesse trecho não há demanda, não compensando seus investimentos na recuperação da linha. A lógica, no entanto, é o contrário: demanda há, o que não há é interesse da empresa em investir na recuperação da linha. É aí que a AMNAP entra. Temos o apoio da Procuradoria da República, da Associação Paulista da Memória Ferroviária (APMF), e, principalmente, da sociedade regional. Formou-se uma comissão de representantes da sociedade civil e um amplo abaixo-assinado envolveu os trinta municípios membros. Cidadãos e segmentos organizados estão apoiando essa iniciativa. Em fevereiro, essa documentação será entregue às autoridades paulistas e federais, para que se faça valer o compromisso contratual da empresa. (Entrevista concedida em 18/12/2006)

A última assembléia considerada ocorreu em 3/2/2007, na cidade de Panorama, quando ocorreu a posse da nova diretoria e foram apresentados os documentos contendo os abaixo-assinados referentes ao *Movimento pela reativação da ferrovia e construção da ponte sobre o rio Paraná*, em curso desde novembro de 2006.

Movimento pela reativação da ferrovia (Ramal de Jahú – trecho Bauru Panorama)

Em 2006, a atuação da entidade, sob o segundo ano da presidência do prefeito de Dracena Elzio Stelato Junior, dedicou seus esforços à continuidade das metas estabelecidas em 1997, reafirmadas em 2001, e apresentadas em 2003, no Fórum Regional de Desenvolvimento, realizado pelo governador Geraldo Alckmin e seu secretariado, em Presidente Prudente. Em relação à reativação da ferrovia no trecho denominado Ramal de Jahú (entre Bauru e Panorama), a elaboração de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), firmado entre o Governo Federal e a empresa concessionária da malha ferroviária paulista, América Latina Logística (ALL), passaram a respaldar as ações da Amnap. Ficou acordado que a empresa reativaria o transporte de carga entre Bauru e Tupã, num total de 200 quilômetros, até o dia 28/12/2007, e o trecho entre Tupã e Panorama, num total de 160 quilômetros, até o dia 28/3/2007.

A assessoria de imprensa da ALL informou que a empresa reativaria apenas o primeiro trecho dentro do prazo estabelecido, alegando que o segundo trecho não apresenta

viabilidade econômica que justifique investimentos para recuperação de uma ferrovia em avançado estado de deterioração.

As demandas apresentadas pela Granol e pela Archer Daniels Midland Company (ADM), ambas empresas transportadoras e exportadoras de grãos, além de outras empresas regionais, apontam para a legitimidade da pressão da diretoria da AMNAP sobre o Ministério dos Transportes, por meio do DNIT e da ANTT, para que os compromissos contratuais estabelecidos pelo TAC sejam cumpridos.

Numa assembléia realizada em Lucélia, em 17/11/2006, surgiu a idéia de formação de uma comissão multidisciplinar e suprapartidária para organização de um movimento regional com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a opinião pública em favor da causa. A iniciativa contou com o apoio do Procurador da República de Presidente Prudente (Luiz Roberto Gomes) e do presidente da Associação Brasileira de Preservação da Memória Ferroviária – ABPF (eng^o Sérgio Feijão Filho).

Em relação ao movimento e à experiência da participação da sociedade apoiando as ações da AMNAP, apresentam-se os fatos e algumas observações que favorecem uma análise sobre esse tipo de iniciativa. Quanto às estratégias, definiram-se os seguintes procedimentos: seriam realizadas reuniões nas três cidades-sede de microrregião quando os prefeitos sensibilizariam os prefeitos das outras nove cidades interligadas. Em cada município, os prefeitos coordenariam a campanha, envolvendo vereadores e cidadãos interessados em divulgar o movimento e coletar assinaturas. Sugeriu-se que fossem articuladas reuniões com representantes de todos os segmentos organizados da comunidade, descentralizando as ações e atingindo toda a população. Contou-se com o apoio da mídia regional, especialmente os jornais e as rádios locais. Estimou-se em cinqüenta mil o número de assinaturas a serem coletadas, considerando-se que são trinta os municípios membros, sendo que quatro deles têm mais de trinta mil habitantes. A coleta de assinatura iniciou-se em dez de dezembro e estendeu-se até vinte e cinco de janeiro. Em data pré-estabelecida, as listas com as assinaturas foram encaminhadas para a sede da AMNAP, onde se redigiu um documento-síntese.

O desenrolar da campanha e os resultados obtidos favorecem algumas análises que ajudam a compreender algumas dificuldades da entidade em relação às suas articulações horizontais; o comportamento das lideranças locais e a participação popular também oferecem preciosos elementos para a compreensão da dinâmica regional. Somente vinte e um municípios envolveram-se na campanha e o total de assinaturas não chegou a dez por cento do estimado: somaram-se 8.214 assinaturas para a ferrovia e 8.066 para a ponte. Entre os dificultadores do êxito do movimento, destaca-se a época da sua realização, coincidindo com as festividades de final de ano, o que acaba desarticulando as entidades, instituições, lideranças, e comunidades. Essas limitações estendem-se também aos membros da própria comissão, atestando a importância vital do empenho pessoal. Onze municípios não manifestaram interesse em engajar-se no movimento, alegando descontentamento com a AMNAP ou o fato de seus municípios não serem diretamente beneficiados com a reativação da ferrovia. Entre esses, destacam-se aqueles que se localizam fora do eixo da ferrovia.

Em relação aos cidadãos, percebeu-se grande simpatia à causa, ou por saudosismo (todos têm uma lembrança idílica do trem), ou pelo significado da ferrovia para o desenvolvimento regional. Observou-se a grande contribuição de líderes da Igreja Católica, quer pela sensibilização quanto à causa do desenvolvimento regional, quer pelo seu poder de articulação e vivência em práticas mobilizatórias. A resistência veio de alguns caminhoneiros e seus familiares, preocupados com o impacto que a reativação da ferrovia poderá trazer aos seus empregos ou à dinâmica dos seus negócios. Cópia do documento (Manifesto de Panorama) transcrito na seqüência foi encaminhado ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos, governador do Estado de São Paulo José Serra, governador de Mato Grosso do Sul André Putinelli, procurador da República de Presidente Prudente Luiz Roberto Gomes, e diretoria da América Latina Logística.

A empresa América Latina Logística enviou correspondência justificando a ausência de membros da diretoria, porém assumindo compromisso de reativar o trecho Tupã – Panorama até julho de 2007. Durante todo o ano de 2007, sob a gestão do presidente Antonio Alves da Silva, prefeito de Parapuã, deu-se continuidade às ações políticas pela reativação da ferrovia no referido trecho, porém, sem avanços significativos.

Construção da ponte sobre o rio Paraná

As informações mais antigas de que se tem notícia sobre reivindicações da população regional para que se construísse uma ponte sobre o rio Paraná, ligando o espigão divisor Peixe-Aguapeí e o Leste de Mato Grosso, datam de meados da década de 1960 e tratam de fontes orais. Os registros escritos mais antigos são matérias jornalísticas encontradas no Jornal O Adamantinense, de 25/12/1978, como tema de pauta em assembléia da Amnap. (Jornal O Adamantinense, ano XIII).

Reporta-se, aqui, ao depoimento do vereador Luiz Vivaldo Schimit, de Dracena:

Uma das primeiras reivindicações, assim que percebíamos o desmonte da ferrovia, já em meados da década de 1960, foi a construção da ponte sobre o rio Paraná, que nos ligaria ao então Estado de Mato Grosso. Precisávamos buscar outras conexões e outros mercados, já que nos localizávamos distante dos grandes centros consumidores. Para o Leste, as dificuldades seriam maiores, então, começamos a olhar para o Oeste. Desse modo, a construção de uma ponte passou a ser uma das principais metas de todas as lideranças regionais. (Luiz Vivaldo Schimit, 72 anos, advogado, professor e vereador em Dracena, em seu sétimo mandato)

Diógenes Gonçalves de Carvalho, professor e coordenador político da Associação durante vários anos, relembra:

O desejo de se construir uma ponte sobre o rio Paraná é anterior à criação da AMNAP. A entidade encampou essa idéia e, junto com o prefeito de Brasilândia, preparamos estratégias para trabalhar em parceria com o governo de Mato Grosso, pois mais da metade dos proprietários rurais daquele município residia entre Marília e Panorama. A morte prematura do prefeito e o desinteresse daquele que o sucedeu fizeram com que o projeto perdesse a velocidade que já tinha ganhado. (Entrevista concedida em 23/3/2007)

Gildomar Pax Pedroso, ex-prefeito e ex-vereador em Adamantina, relembra:

No início da década de 1970, eu e o vereador Fernando Chagas Fraga assinamos um ofício endereçado ao governador do Estado de São Paulo solicitando a construção da ponte sobre o rio Paraná. Com esse ofício, Adamantina aderiu ao movimento pela construção da ponte e nunca deixamos de apoiá-lo. (Entrevista concedida em 15/1/2007)

Apesar de sempre constar da pauta das assembléias, a construção da ponte nunca despertou interesse das autoridades paulistas, mato-grossenses, sul-matogrossenses e federais a ponto de viabilizá-la. Por outro lado, as lideranças regionais nunca deixaram de incluí-la em sua lista de reivindicações. O *Movimento pela reativação da ferrovia*, iniciado em dezembro de 2006, incluiu o tema da ponte, como uma forma de aproveitar a mobilização da população regional.

Uma cópia do documento foi encaminhada ao Presidente da República, ministro dos Transportes, governador do Estado de São Paulo, governador de Mato Grosso do Sul, secretária de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, e aos deputados estaduais Edson Aparecido, Mauro Bragato e Reinaldo Alguz.

Em audiência realizada em Brasília no dia 28/2/2007, com o ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos, o governador José Serra, o deputado federal Edson Aparecido (PSDB/SP), e prefeitos da Nova Alta Paulista, o governo federal assumiu compromisso de investir R\$ 31 milhões para concluir a ponte sobre o rio Paraná. O governo paulista já havia garantido R\$ 9 milhões de contrapartida do Estado. Pelo novo convênio, as obras foram retomadas em março de 2007. Após várias postergações, a data prevista para conclusão é abril de 2009. A ponte, que faz parte do compromisso assumido em 1998 entre a CESP e a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP) como obra compensatória para as cidades afetadas pela formação do reservatório da UHE Min. Sérgio Motta, terá 1.705 metros de comprimento, com duas mãos de direção em pista única, tendo um trecho estaiado com vão de navegação de 200 metros. Uma nota publicada pela Assessoria de Imprensa da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (28/2/2007) destaca a importância da mesma para os setores de turismo, comércio, e escoamento de produção agrícola (especialmente soja e álcool), além de atrair investimentos e integrar as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Até final de fevereiro, data de conclusão deste artigo, nenhuma obra foi retomada ou iniciada.

Não à AMNAP? A associação dos municípios em um ambiente político-administrativo descentralizado

Os encontros e desencontros da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista, seus erros e acertos, seus fluxos e refluxos, as críticas e expectativas, levam a inevitáveis questionamentos: ela terá finalidade no ambiente macropolítico contemporâneo, cujo processo de descentralização político-administrativo tende a consolidar-se? Se ela apenas reproduz o paradigma da situação política das esferas superiores, qual é a sua importância para o desenvolvimento regional?

Uma de suas maiores contribuições deu-se no sentido da construção da identidade regional. É ela quem agrega o imaginário coletivo de pertencimento. Quem veio inicialmente para essa porção do Estado de São Paulo, o fez inspirado pelo ideal de se radicar no lugar, construir a sua vida como cidadão independente, fazendo valer o seu trabalho na materialização dos seus sonhos. Certamente, sozinho ninguém consegue o seu intento; vivemos em sociedade e o atendimento das necessidades estabelece e requer um complexo liame de relações, sendo o poder público a instância vital para a realização das necessidades elementares e comuns a todos.

A denominação Nova Alta Paulista, segundo depoimentos de vários de seus fundadores, surgiu dentro da AMNAP, e isto tem uma conotação significativa. Não fosse a sua atuação, os efeitos da localização periférica em relação às Regiões Administrativas de Presidente Prudente e Marília e da distância geográfica desfavorável em relação à capital e aos principais centros consumidores seriam maiores. O isolamento é um dos piores males ao desenvolvimento. Loteada como mero objeto dos colonizadores que haviam aprendido a ganhar dinheiro com o mercado de terras; atraindo colonos pobres, que se transformaram em agricultores pobres, na sua maioria; vendo o surgimento de municípios como quem vê plantas que crescem aleatórias; posicionando-se desfavoravelmente num recanto paulista; tendo travada, até agora, a sua inserção com o Estado vizinho mais próximo por não dispor de uma ponte fluvial ou pela extensão da ferrovia condicionada aos limites territoriais do Estado de São Paulo; não dispor de recursos naturais⁶ que atraíssem investimentos motrizes; vendo cessar o tráfego de trens por afrouxamento dos princípios constitucionais que garantem direitos adquiridos aos cidadãos, respaldado pela política neoliberal instituída no governo central, como não se levantar para dizer que existe? E essa é a voz da AMNAP.

⁶ A cana-de-açúcar vem mudando esta configuração. As terras arenosas, a topografia relativamente plana e o clima tropical do Oeste Paulista, aliados às inovações tecnológicas da engenharia agrônômica, à degradação das pastagens e à descapitalização do produtor rural, são aspectos recentemente considerados fatores como favoráveis à expansão da cultura canavieira nesta área.

A partilha dos recursos públicos não ocorre de modo equânime e é isso que justifica a atuação ostensiva da entidade. Daí a sua importância como elemento mediador entre os municípios e as esferas superiores. As disputas internas refletem o caráter competitivo que marcou o sistema de colonização regional: colonização comercial, em que a terra era tratada meramente como mercadoria e a instalação de uma vila era pré-condição para atrair compradores. Dessa forma, destacava-se aquele empreendedor que conseguisse apresentar melhores atrativos. Essa prática, emanada do modelo de sociedade que a concebeu, somada à dependência econômica que se configurou, dificilmente resultaria em uma cultura diferente, traduzindo-se nos matizes atuais. Mas, se a competição é um comportamento comum às entidades agremiativas que congregam diferentes interesses, mesmo que haja um objetivo comum, a racionalidade deve prevalecer, procurando focar as estratégias e as ações na finalidade maior. A sensibilidade está em articular energias e definir procedimentos convergentes.

O tempo eminentemente curto de duração de um mandato presidencial na entidade (um ano, com direito de recondução por mais um ano), coincidindo com o intervalo de quatro anos dos mandatos executivos municipais, faz com que as gestões sejam marcadas por interesses e ações imediatistas, quase sempre de caráter reivindicatório. Uma gestão focada apenas em resultados prioriza os fins em detrimento dos processos, destoando da natureza do desenvolvimento, que, embora se busquem soluções para problemas imediatos, muitas dessas soluções dependem de mudanças estruturais, que envolvem sistemas administrativos, liderança, vontade política dos dirigentes locais e principalmente dos superiores, recursos técnicos e tecnológicos e recursos financeiros, o que, naturalmente, demanda tempo e planejamento.

Não se pode perder de vista que todas as reivindicações e, com elas, a definição de estratégias, visam a materialização de demandas, numa clara evidência das relações assimétricas entre a população local, as lideranças regionais, e as instâncias governamentais superiores. Tratam-se de relações horizontais e verticais em diferentes níveis de mandos e de interesses. Dessas relações conflitivas em sua essência, emanam os territórios e “em um território, o que está em disputa é o ‘para quê e o para quem’ de um espaço determinado”. (INTA, 2006, p. 3)

O amadurecimento político da entidade e o aumento do grau de complexidade dos tempos atuais vêm fazendo com que os últimos presidentes dediquem grande esforço para que se aperfeiçoem os mecanismos de gestão, profissionalizando a administração da mesma: regularização documental, definição de uma sede fixa (Dracena), criação do cargo de diretor executivo (setembro de 2006), arquivamento de registros dos eventos, entre outras medidas, o que lhe garante as condições administrativas basilares, contribuindo para desfazer a imagem fluida e entrópica perante a sociedade. Certamente esse é um desafio que extrapola os esforços internos da entidade, pois passa também pelo debate sobre os paradigmas do desenvolvimento regional contemporâneo, da gestão de entidades agremiativas com atuação político-administrativa regional, e o estabelecimento de metodologias e estratégias para se construir uma vontade coletiva por parte dos agentes políticos das comunidades. O protagonismo e a participação constituem as forças imprescindíveis às transformações da realidade e à conquista de um desenvolvimento mais equânime.

Nessa cruzada pelo desenvolvimento, o engajamento entre o setor público, empresarial e acadêmico é fundamental, desenvolvendo pesquisas, realizando investimentos, e promovendo debates que levem os diferentes atores sociais a refletir sobre seus papéis e sobre o projeto regional que se deseja. Na Nova Alta Paulista, essa é uma prática a ser construída. A existência apenas de Institutos Isolados de Ensino Superior, mesmo sendo duas delas autarquias municipais, não inspirou uma aproximação mais orgânica. Nem se buscou a equipagem dessas faculdades, dando-lhes condições para a pesquisa básica, nem as mesmas se aproximaram do poder público e do empresariado, disponibilizando algum tipo de serviço ou de parceria.

A reivindicação pela instalação de campus de universidades públicas mostrou-se efêmera e, somente em 2003, foram instalados dois campus da Unesp, sendo um em

Dracena e o outro em Tupã. Trata-se de um tempo ainda curto para se avaliar o seu impacto no desenvolvimento regional, considerando-se, inclusive, as dificuldades orçamentárias e políticas da instituição.

A fase recente do ensino superior no país, com a ampliação do número de cursos e autorização para abertura de novas faculdades na Nova Alta Paulista, acena para a possibilidade de se inaugurar um novo capítulo no desenvolvimento regional e, inclusive, da AMNAP. Os desafios da atualidade, representados principalmente pela expansão da cultura canavieira, apontando para uma profunda reconfiguração espacial, econômica e social, impõem a necessidade de se pensar o presente e o futuro de modo articulado, consciente e responsável.

AMNAP - Resistência e realizações

O ideal de criação da Região Administrativa da Nova Alta Paulista sempre esteve presente no ideal daqueles que se incomodam com a condição desvantajosa da localização geográfica e da gestão central em relação às especificidades da área que se denominou Nova Alta Paulista. Ações sistematizadas para a concretização desse ideal ocorreram em diferentes momentos, como em 1997-98, 2001, 2003, e 2005, sendo que a primeira ganhou dimensões maiores. Nenhuma delas, no entanto, se concretizou.

O quadro-síntese apresentado ao final desta seção dá uma idéia geral das ações da entidade, possibilitando várias análises e inferências. Os números parecem não refletir os trinta anos de ações reivindicativas, contatos, articulações, viagens etc. Essa aparente subestimação quantitativa tem algumas explicações: primeiro: a maior parte das informações foi coletada nos jornais locais, uma vez que as atas disponíveis se iniciam no ano 2003. Como se registrou anteriormente, as matérias jornalísticas não garantem a seqüência e o conteúdo fiel de cada assembléia; segundo: muitas das assembléias realizadas tinham e têm como característica a reiteração dos itens pré-estabelecidas, não apresentando, portanto, novos temas a serem contabilizados.

Destaca-se o papel da mídia regional, em especial dos jornais, uma vez que produz material físico, de fácil manuseio pela população e de fácil arquivo pela mantenedora em épocas anteriores aos meios eletrônicos. Quanto às rádios, a ausência de uma cultura de registros orais também compromete a preservação da memória regional. Em ambos os casos, é importante ressaltar o compromisso de quem produz as matérias (tanto orais quanto escritas), uma vez que refletem as inter-relações da sociedade local e regional. Entre as pessoas que atuavam no meio jornalístico e radialístico, anos atrás, poucos tinham formação profissional específica, o que fica evidente nas matérias eivadas de subjetividade, muitas vezes omitindo ou comprometendo o fato real. Nos dias atuais, quando já se têm profissionais qualificados, também há comprometimento da veracidade do conteúdo, uma vez que o/a jornalista, com a pretensão de demonstrar criticidade, omite ou distorce o fato real. A mídia local e regional, pelo alcance que tem nas pequenas cidades e pelo seu poder de formação de opinião, muitas vezes acaba prejudicando a formação de uma cultura de coesão em torno das causas regionais. Nem pieguismo, nem omissão: a consciência coletiva regional precisa de informações consistentes, precisas, e diversificadas, que ofereçam elementos capazes de aguçar o espírito crítico do leitor, cidadão que habita e interage local e regionalmente.

Principais conquistas contabilizadas pela AMNAP

Ponte sobre o rio Paraná, reivindicada desde 1969. Conclusão prevista para dezembro de 2007)
Construção da terceira faixa e reformas na rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, SP-294
Inclusão do trecho da ferrovia entre Tupã e Panorama na agenda de reativação de ferrovias da ANTT (2003)
Recapetamento de estradas vicinais (vários trechos, várias décadas)
Pontes sobre o rio do Peixe, ligando à Nova Alta Paulista à Alta Sorocabana (Mariápolis-Caiabu/1978)
Instalação da torre de retransmissão de sinais de televisão em Flórida Paulista (1978)
Marcha do café para Brasília (1978)

Aeroporto regional de Dracena (1978)

Conclusão das obras da rodovia Gal. Euclides Figueiredo, Sp-563 (1978)

Quadro 1 - Fonte: Matérias publicadas nos jornais locais entre 1977 e 2006; atas da entidade após o ano 2003; entrevistas com membros das diretorias e membros da comunidade. Org.: Izabel Castanha Gil/2007.

Movimentação vertical da entidade

Secretarias mais contatadas e visitadas em São Paulo:	Secretários mais presentes nas assembléias, a convite da Amnap:	Ministérios mais contatados e visitados em Brasília:	Audiências com governadores e com o Presidente da República:
Obras e Infra-Estrutura, Agricultura, Transportes, Finanças, Energia, Casa Civil, Planejamento.	Agricultura, Finanças, Transportes, Obras e Infra-Estrutura, Bem-Estar Social.	Transportes, Agricultura, Casa Civil.	No Palácio dos Bandeirantes: 3 Nº de visitas do governador (ou vice) paulista em reuniões da entidade: 4 Nº de viagens a São Paulo, específicas para tratar de assuntos regionais: 10 Nº de viagens a Campo Grande/MS ou outra cidade daquele Estado para tratar de assuntos comuns: 5 Nº de viagens a Brasília: 7 Nº de audiências com o presidente da República: 2

Quadro 2 - Fonte: Matérias publicadas nos jornais locais entre 20/7/ 1977 e 3/2/2007; atas da entidade após o ano 2003. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Movimentação horizontal (intra-regional) da entidade

- Mobilização dos municípios para reativação do trem cargueiro na Nova Alta Paulista (2006-2007)
- Mobilização pela não desativação das escolas estaduais agrícolas de Dracena e Adamantina (1997)
- Proposta de formação de comissões intermunicipais para discutir a municipalização do ensino (1997)
- Proposta de formação de vários conselhos regionais: habitação, saúde, educação, agricultura etc (1997)
- Esforço para transformar a Amnap num fórum permanente de debates dos problemas regionais (1997)
- Proposta para inclusão dos municípios da microrregião de Tupã (1997)
- Proposta de discussão sobre expansão harmônica do ensino superior na região (1997)
- Mudanças no estatuto para abertura à participação de entidades representativas dos municípios (1997)
- Programa de fortalecimento da cafeicultura (CAMDA e CASUL, 1997)
- Criação de consórcios intermunicipais (1997)
- Criação de sub-regiões (2006, 1997)
- Proposta de criação de comissões regionais para discutir saúde, educação, transporte, esporte, habitação, agricultura, indústria, tecnologia (1992)
- Discussão sobre a construção de usinas de lixo hospitalar (1990)
- Discussões e ações pela construção da ponte sobre o rio Paraná (desde 1978)
- Mobilização para manifesto dos prefeitos em Brasília (desde 1977)

Quadro 3 - Fonte: Matérias publicadas nos jornais locais entre 1977 e 2006; atas da entidade após 2003.

Demandas regionais reivindicadas pelas diretorias da AMNAP

Ao governo do Estado de São Paulo:

Maior repasse de verbas provenientes de tributos, sobrecarga de impostos municipais, construção da ponte sobre o rio Paraná, duplicação e manutenção da SP-294, apoio à cafeicultura, perenização e manutenção das estradas rurais e vicinais, apoio técnico e financeiro ao controle de erosão, linhas de crédito ao pequeno produtor rural, apoio à fruticultura, garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas, mal atendimento da Fepasa, uso dos galpões e terrenos ociosos da companhia ferroviária, reativação do transporte ferroviário, liberação do plantio de citros, transformação da Nova Alta Paulista em Região Administrativa, criação de um Hospital Regional, transformação da região em zona de incentivos fiscais.

Ao governo federal:

Verbas e agilidade na construção da ponte sobre o rio Paraná, construção da rodovia ligando Panorama a Campo Grande/MS, política nacional de apoio à cafeicultura, manifesto contra repasses do FPM, manifesto contra o “Emendão”, garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas, liberação do plantio de citros, uso dos galpões do extinto IBC, reativação do transporte ferroviário.

Quadro 4 - Fonte: Matérias publicadas nos jornais entre 1977 e 2006; atas da entidade após o ano 2003. Org.: Izabel Castanha Gil/2007.

Ganhos da Nova Alta Paulista por meio de programas estaduais, sem atendimento específico às reivindicações da AMNAP

Duplicação da SP-294 – previsão de verbas no Orçamento de 1992 para as regiões mais carentes: Vale do Ribeira, Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista;

Verba para perenização das estradas rurais e vicinais é meta governamental para todo o Estado de São Paulo;

Casas populares são metas das políticas públicas estaduais;

Secretaria de Ciência e Tecnologia disponibiliza programas de apoio aos municípios – PATEM, Sistema de Meteorologia e aparelhamento de escolas técnicas;

Incentivo ao desenvolvimento regional rural por meio do PEMBH – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas;

Convênio entre Codasp e prefeituras para recuperação de estradas rurais;

Recursos e programas destinados aos municípios para a área social;

Ponte sobre o rio Paraná: construção de obra compensatória referente à construção da Usina Hidrelétrica Ministro Sérgio Motta.

Quadro 5 - Fonte: Matérias publicadas nos jornais locais entre 1977 e 2006; atas da entidade após o ano 2003. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Considerações finais

O conhecimento da trajetória das associações de municípios leva a refletir sobre o seu papel no desenvolvimento regional. Apesar dos percalços e dos inevitáveis embates internos, elas se configuram como importantes entidades políticas representativas. Sua movimentação interna, principalmente naquelas que agremiam municípios de pequena expressão econômica, política e demográfica, reflete a dinâmica das políticas da supra-estrutura (estadual e federal). As conquistas mais significativas atestam a importância do planejamento estratégico e da perseverança das ações, o que demanda tempo e paciência, uma vez que uma das características da política é o seu caráter fluido. Pode-se comparar a gestão de uma entidade política, nos moldes das associações de municípios, com a corrida do bastão. As pessoas revezam-se, mas o bastão sempre segue em frente.

Outro aspecto a se considerar é a liderança que os dirigentes da entidade exercem no âmbito regional, emprestando seu prestígio pessoal, principalmente seu poder de

articulação, para mobilizar os agentes políticos e reforçar a credibilidade da mesma junto à opinião pública e até mesmo junto aos governantes. A construção de territórios, razão de ser desse tipo de associação, resulta de conflitos de interesse e de mobilização e articulação permanente.

Parte das críticas feitas à AMNAP pode ser explicada pela falta de políticas centrais que priorizem o desenvolvimento regional, com vistas à superação de desigualdades. Gestões político-administrativas centralizadas e centralizadoras contribuíram para a disseminação de práticas mais verticalizadas, quais sejam, as de solicitar verbas e recursos, principalmente por meio de parlamentares, ao invés de se buscar articulações horizontalizadas, como os consórcios intermunicipais.

O desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista e o futuro da entidade prescindem de uma ampla discussão. O momento aponta para transformações regionais profundas, destacando-se a produção de bioenergia e a concentração de presídios. Uma forma de a entidade adequar-se aos desafios contemporâneos é procurar intensificar as relações intra-regionais. Este investimento horizontal tanto deve ser intensificado entre os municípios, por meio de uma coesão que venha da mobilização de todos os segmentos, quanto numa maior aproximação entre a gestão política e o setor acadêmico. Esta aproximação pode gerar resultados de impacto qualitativo à coletividade.

São inquestionáveis os resultados dessas parcerias gestadas a partir das demandas regionais cujas soluções prescindem de aparatos tecnológicos e de pesquisas organicamente vinculadas à realidade regional.

Bibliografia

Acervo dos jornais O Adamantinense, Jornal de Osvaldo Cruz, Diário do Oeste (Adamantina), Folha Regional (Flórida Paulista), Novo Jornal (Dracena).

Memória: Entrevistas com membros de várias diretorias da AMNAP, jornalistas, vereadores e membros da comunidade.

ABREU, Dióris S. Poder político local no populismo: Pres. Prudente (SP) – 1928 – 1959. Tese de livre-docência. Presidente Prudente: UNESP, 1982, 310 p.

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento endógeno em um ambiente federalista. Revista Planejamento e políticas públicas. nº 14, dez/1996, p. 35-70.

APPENDINI, K. e NUIJTEN, Monique. El papel de las instituciones en contextos locales. Revista de la CEPAL. nº 76, abril 2002.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. Revista Planejamento e Políticas Públicas. nº 13/jun/96, p. 111-143.

_____. Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? Revista de la CEPAL. nº 86, agosto/2005, p. 47-62.

CASTRO, Iná Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera. nº 5, 2005. www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

GIL, Izabel Castanha. Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. Tese de doutorado. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2007. Tese de doutorado, 411 p. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/telas/membros.htm>

GOLDENSTEIN, Lea e SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *In* Fundamentos para o ensino de geografia. São Paulo: SEE-CENP, 1989, p. 45 – 69.

IBGE. Censos demográficos. Disponível em <www.ibge.gov.br>.

IICA – Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. Actores sociales y desarrollo sostenible. Sinopses, agosto de 2003. p. 26-40.

OLIVEIRA, F.. Elegia para uma re(li)gião. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULA, Ana P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. RAE – Revista Brasileira de Administração, v. 45, jan/mar 2005, p. 36-49.

PERROUX, Francois (et al). Planificação e os pólos de desenvolvimento. Cadernos de Teoria e conhecimento nº 6. Portugal: Rês, sd.

RAFFESTIN, Claude. O território e o poder, p. 143 – 220. *In* Por uma geografia do poder. Trad. de M. Cecília França.. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Rubens Galdino da. Incorporação da Nova Alta Paulista ao setor produtivo do Estado de São Paulo: Município de Adamantina – 1937 a 1955. Tese de mestrado. Assis: UNESP, 1999.

WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

A atualidade do uso do conceito de camponês

Marta Inez Medeiros Marques

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2000)
Profª. Drª. do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo
Avenida Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária, São Paulo-SP, Brasil, 05508-900
Endereço eletrônico: mimmar@usp.br

Resumo

Este artigo defende a atualidade e a pertinência da utilização do conceito de camponês para a análise e compreensão da realidade agrária brasileira, tendo como base uma abordagem dialética sobre seu conteúdo sócio-político e cultural. Inicia-se com a apresentação do conceito de camponês adotado e, em seguida, são feitas algumas considerações sobre como este conceito vem sendo utilizado ao longo do tempo pelas ciências sociais no Brasil e sobre os limites do conceito de agricultura familiar. Finalmente, para exemplificar a atualidade do uso do conceito de camponês, são apresentadas evidências encontradas em estudos sobre a luta pela terra e a reforma agrária sobre a predominância de referências camponesas entre os valores que orientam essa luta e a forma de organização social e territorial estabelecida nos assentamentos rurais.

Palavras-chave: camponês, agricultor familiar, teoria, modernização da agricultura, questão agrária.

Resumen

La actualidad del uso del concepto campesino

Este artículo defiende la importancia del uso del concepto del campesino en la actualidad para el análisis y conocimiento de la realidad agraria brasileña, teniendo como base una perspectiva dialéctica de su contenido sociopolítico y cultural. Se inicia con la presentación del concepto del campesino adoptado e, después de eso, se hacen algunas consideraciones sobre la forma que este concepto viene siendo utilizado a través de los tiempos por las ciencias sociales en el Brasil y los límites del concepto de la agricultura familiar. Finalmente, a ejemplificar la actualidad del uso del concepto de campesino, se presentan las evidencias encontradas en estudios acerca de la lucha por la tierra y la reforma agraria sobre el predominio de referencias campesinas entre los valores que dirigen esta lucha y la forma de organización social y territorial establecida en los asentamientos rurales.

Palabras-claves: campesino, agricultor familiar, teoría, modernización agrícola, cuestión agraria

Abstract

The validity of the use of the peasant concept

This article defends the validity and the relevancy of the use of the concept of peasant for the analysis and the understanding of the Brazilian agrarian reality based on a dialectical approach of its socio-political and cultural content. It starts presenting the adopted concept of peasant and, then, it analyzes how this concept has been used for social sciences in Brazil and the limits of the concept of family farm. Finally, as to indicate the importance of

continuing to use the concept of peasant, it presents evidences found in studies on the struggle for land and the agrarian reform on the predominance of peasant references between the values that guide this struggle and the form of social and territorial organizations established in the rural settlements.

Keywords: Peasant, family farmer, theory, modernization of the agriculture, agrarian question

Introdução

Muito já foi dito sobre o conceito de camponês e o porquê de sua adequação ou não para o estudo da realidade brasileira, porém o debate continua aceso, o que tem sido motivado por vários acontecimentos, sobretudo algumas mudanças recentes observadas no campo como o franco avanço do agronegócio em certas regiões e o conseqüente agravamento da questão agrária e incremento da luta pela terra no Brasil. O presente artigo defende a atualidade e a pertinência da utilização do conceito de camponês para a compreensão de nossa realidade agrária baseado na análise de sua história e de seu conteúdo sócio-político e cultural.

Conforme se pretende demonstrar a seguir, o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.

O artigo se encontra dividido em quatro partes. Na primeira, apresenta o que se entende por camponês, tendo como referência as contribuições de T. Shanin (1979 e 1983) e K. Woortmann (1990). Em seguida, são feitas algumas considerações sobre como este conceito tem sido utilizado ao longo do tempo pelas ciências sociais no Brasil. Na terceira parte, são analisados criticamente os trabalhos de Abramovay (1992) e Lamarche (1993 e 1998), referências fundamentais para aqueles que defendem o uso do conceito de agricultura familiar em detrimento do de camponês. Finalmente, para exemplificar a atualidade do uso do conceito, são apresentadas evidências encontradas na luta pela terra e pela reforma agrária da predominância de referências camponesas entre os valores que orientam essa luta e a forma de organização social e territorial estabelecida nos assentamentos rurais. Tais evidências se relacionam com um processo em curso de reafirmação do campesinato enquanto classe, o que é reconhecido por alguns segmentos do movimento social que passam a adotar a identidade camponesa.

Este trabalho corresponde a uma versão ligeiramente modificada do paper apresentado na Comunicação Coordenada realizada no XIII Encontro Nacional de Geógrafos em João Pessoa, julho de 2002, intitulada “O debate teórico acerca dos conceitos de agricultura familiar e campesinato”, que também contou com a participação de Bernardo M. Fernandes e Larissa M. Bombardi. A estrutura geral do texto foi mantida, tendo sido feitas apenas algumas alterações e pequenas inserções com o objetivo de torná-lo mais claro.

O campesinato, uma “estranha” classe

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a

atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade.

Segundo Shanin (1979:228), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. Para ele, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

Neste sentido, vale lembrar os ensinamentos de Thompson (1987) a respeito do fazer-se classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON, 1987:10).

Thompson considera a situação de classe ou condições materiais e a vivência e percepção desta situação como elementos fundamentais para compreender as lutas sociais, seus conteúdos, e a formação dos sujeitos políticos. Assim, a classe não pode ser compreendida como uma categoria-analítica que se aplica aos grupos sociais como decorrência direta de sua posição no interior das relações de produção. Tal procedimento teórico se mostra particularmente problemático quando aplicado à análise do campesinato, que pode se apresentar ligado à terra, seu principal meio de produção, por meio de diferentes formas de relação e cuja especificidade dos valores e visão de mundo, frequentemente conflitantes com a ideologia dominante na sociedade moderna capitalista, não pode ser ignorada.

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980:10).

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês.

De acordo com Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista.

Ainda conforme Woortmann (1990), ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade. No Brasil, a ética do catolicismo rústico se confunde com a ética camponesa.

A ordem social moderna é determinada pelo mercado capitalista e fundamenta-se no princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. Coerente com o reconhecimento da consciência e do consentimento como atributos do indivíduo, a ideologia moderna tem na noção de poder o equivalente funcional da idéia tradicional de ordem e hierarquia. Nela, as categorias terra, trabalho e família são definidas independentemente

umas das outras, como coisas explicáveis em si mesmas, de acordo com uma visão mecânica e atomística da realidade.

A relação dialética entre elementos constitutivos da tradição e da modernidade perpassa toda a sociedade brasileira e está relacionada aos processos que caracterizam o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Não se pode afirmar um destino pré-determinado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados.

O conceito de camponês no Brasil: origem e trajetória

A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média européia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista.

Em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social. Assim, conforme lembra Wanderley (1996), é o seu modo de vida, mais do que a terra, o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre gerações.

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira.

Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc.

Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório. Assim, eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados numa longa história de lutas (MARTINS, 1981).

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

Porém, na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativa ao de camponês por apresentar caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. O domínio de tal perspectiva contribui para o arrefecimento do debate político travado em torno do tema da questão agrária. (PORTO e SIQUEIRA, 1994)

Mas o conceito de pequeno produtor não permite a explicitação das especificidades desta categoria social na incorporação das técnicas, no acesso ao crédito, na inserção ao mercado como o conceito de camponês o permite e alguns autores passam a utilizar os dois conceitos de forma articulada.

Discutia-se sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo com a industrialização e a modernização da agricultura e sobre o papel da pequena produção/campesinato neste

novo contexto a partir de diferentes perspectivas. No interior da tradição marxista havia aqueles como Silva (1982) que, apoiando-se em Lênin, consideravam que este segmento social estava fadado à extinção e que daria lugar a uma realidade polarizada entre trabalhadores assalariados e capitalistas, pequenos e grandes. Outros, como Martins (1981), que, inspirando-se na idéia de acumulação primitiva continuada de Rosa Luxemburgo, afirmavam a permanência do campesinato no interior da agricultura capitalista. Desde então, estas duas concepções teóricas têm influenciado o debate sobre a questão agrária brasileira.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, cresce a complexidade da problemática agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo e novos movimentos sociais entram em cena como o dos atingidos por barragem, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem terra etc.

Observa-se nas ciências sociais uma preferência pelo emprego de categorias descritivas, ou categorias empíricas, como as de sem-terra, assentados, barrageiros em detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou o de pequeno produtor. A discussão se volta para a problemática das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e para o processo de diferenciação social interna à produção familiar e sua polarização entre agricultores integrados e pequenos produtores excluídos. (PORTO e SIQUEIRA, 1994)

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Contudo, curiosamente, desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a se auto-definir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil.

O conceito de agricultura familiar

Dada a ampla difusão alcançada pelo conceito de agricultura familiar, serão analisados criticamente a seguir dois trabalhos que constituem referências teóricas fundamentais para aqueles que o adotam: o livro de Abramovay publicado em 1992, intitulado “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”; e o trabalho coordenado por Lamarche e publicado em dois volumes denominados “A agricultura familiar: uma realidade multiforme” e “A agricultura familiar: do mito à realidade” em 1993 e 1998 respectivamente. Os dois volumes apresentam os resultados de um estudo comparativo realizado no Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia sobre a realidade da produção familiar¹.

¹ Estudo realizado por uma equipe internacional de pesquisadores coordenada por Hugues Lamarche e constituída por representantes de cada país pesquisado. A socióloga Maria de Nazareth B. Wanderley, orientadora de Ricardo Abramovay na tese de doutorado que deu origem ao livro acima referido, fez parte da equipe de pesquisadores brasileiros que participou do estudo.

Em seu livro, Abramovay propõe, como sugere o título, um novo paradigma para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que tem na agricultura familiar um de seus mais importantes fundamentos. Para ele (1992, p.127), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar.

Assim, na agricultura capitalista contemporânea, predominaria a agricultura familiar e a patronal. Abramovay distingue agricultura familiar e patronal com base na classificação de Nikolitch que define a primeira como uma unidade de produção que conta apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família e a segunda, àquelas em que os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada. (ABRAMOVAY, 1992, p. 142-143)²

Segundo Abramovay, a existência da agricultura familiar no capitalismo, paradoxo básico da questão agrária, é explicada sobretudo pelas particularidades naturais da agricultura. Esta, ao operar com base em elementos vivos, encontra “obstáculos *intransponíveis* ao avanço da divisão do trabalho” o que a impede de se tornar uma indústria. (1992, p. 246)

No entanto, o autor lembra que, nos países capitalistas centrais, a agricultura familiar é também uma criação do Estado. Nestes países, o Estado passa a adotar um conjunto de políticas para regular o nível de oferta agrícola em condições de relativa homogeneidade das rendas no setor a partir do período fordista³. Tais medidas se deveriam ao fato de que aí a agricultura se caracterizaria pela dispersão na oferta e não constituiria um setor de alta lucratividade.

Neste contexto, o agricultor familiar não se limita à função de fornecedor de excedentes para grupos econômicos vinculados à produção, comercialização e/ou processamento de produtos agrícolas, mas, muito mais do que isto, sua função passa a ser a de garantir o “abastecimento alimentar abundante, a preços estáveis, contribuindo assim para o processo de formação dos novos padrões de consumo característicos da expansão capitalista posterior à Segunda Guerra Mundial” (ABRAMOVAY, 1992, p.257).

O autor justifica o seu esforço de busca de novos paradigmas dada a sua insatisfação com o paradigma leninista-kautskyano⁴ que, para ele, se aplica apenas a uma realidade histórica em que a agricultura não tenha alcançado um estágio superior de desenvolvimento como o observado nos países capitalistas centrais. O que constitui um argumento de marcado caráter evolucionista.

Por outro lado, o que nos parece ainda mais equivocados, Abramovay entende todos os esforços no sentido de apreender no campo o movimento do capital em sua contradição como resultantes de uma influência althusseriana. Referindo-se às teorias que afirmam a produção de relações não-capitalistas pelo capital, o autor faz a seguinte afirmação:

² O texto do Convênio FAO/INCRA intitulado “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar” (1994) caracteriza as duas principais formas de produção agropecuária no Brasil com base nas categorias familiar e patronal. Para uma crítica deste trabalho, ver Silva (1999, p.217-221).

³ Período em que, segundo a “escola regulacionista”, o regime de acumulação capitalista nos países centrais se baseou numa produção voltada para o consumo em massa. Ele se estende do fim da segunda grande guerra ao início dos anos 1970.

⁴ Paradigma que prevê o fim do campesinato e a sua transformação em proletário ou pequeno capitalista como resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo e do processo de diferenciação social que este gera.

Uma espécie de noite caiu sobre o conhecimento teórico e o modo de produção capitalista passou a funcionar como elemento explicativo do atraso, do progresso, da miséria, da opulência, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1992, p.250)

Abramovay evita discutir o caráter excludente do modelo de agricultura capitalista que defende, do qual muitos agricultores são eliminados por não conseguirem acompanhar as exigências de uma busca incessante de modernização, bem como não discute a ameaça constante de crise de superprodução que caracteriza este modelo e evidencia os seus limites. Seria o agricultor familiar moderno de que fala Abramovay um personagem que veio para ficar? Não é o que parece sugerir a situação atual da agricultura nos países capitalistas centrais.

No estudo organizado por Lamarche, da mesma forma que em Abramovay, parte-se do entendimento de que as mudanças verificadas na agricultura exigem um estudo cuidadoso para decifrar a realidade da produção familiar que não mais se restringe à produção camponesa. Mas, para Lamarche (1993:10), a relevância deste tipo de estudo também se deve ao fato de o modelo produtivista de agricultura estar em crise, causando sérios problemas de desenvolvimento em praticamente todos os países do mundo, como, por exemplo, em países de passado socialista em transição para a economia capitalista ou em países onde a agricultura se organiza numa base produtivista.

Apesar de ambos os estudos conceberem a agricultura familiar como uma forma de produção baseada no trabalho familiar, a análise de Abramovay privilegia a dimensão econômica, enquanto o estudo coordenado por Lamarche aborda a produção familiar como um objeto sociológico. A comparação entre países realizada por este último estudo permite a identificação de diferentes formas de funcionamento da produção familiar, evidenciando a complexidade que permeia esta realidade e o peso do contexto histórico, político e cultural na conformação da existência da produção familiar. Tais características afastam este trabalho da perspectiva reducionista que prevalece na referida obra de Abramovay.

Lamarche (1998, p.67-68) identifica quatro lógicas ou modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção a partir de uma interação entre laços familiares e grau de dependência em relação ao exterior, assim definidos: Empresa; Empresa Familiar; Agricultura Familiar Moderna e Agricultura Camponesa ou de Subsistência. E, para melhor especificar as particularidades de cada modelo, os dois critérios acima referidos foram desdobrados em oito, a saber: forma de relação com a terra; importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado, permanente ou temporário; estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem; relação com a representação familiar do estabelecimento; grau de intensificação do sistema de produção; aspectos financeiros; grau de integração ao mercado; grau de dependência alimentar. (LAMARCHE, 1998, p. 306)

Curiosamente, o que Abramovay (1992) denomina de Agricultura Familiar Moderna está mais próximo do que é definido por Lamarche (1998) como Empresa Familiar. O desencontro entre autores e classificações parece decorrer, neste caso, da ênfase dada por Abramovay à face empreendedora do “novo tipo” de produtor familiar que estaria se formando no campo em desacordo com uma existência mais restrita atribuída a essa mesma categoria pelo estudo de Lamarche, que busca realçar as gradações existentes entre tipos de produção familiar mais ou menos dependentes do mercado.

Por outro lado, em Lamarche (1998), Halamska denomina Camponês Modernizado uma categoria de produtor encontrada na Polônia que em muito se assemelha ao que Lamarche define como modelo de Agricultura Familiar Moderna. Aqui, o desencontro parece resultar do que os antropólogos chamam de “ação do trabalho de campo sobre a teoria”, ou seja, o estudo de Halamska, ao tomar como referência o campo polonês, estaria mais propenso a identificar qualidades camponesas entre aqueles produtores que se modernizam do que se poderia esperar com base na metodologia classificatória adotada por Lamarche. Na classificação elaborada por este autor, a categoria Agricultura Familiar Moderna se diferencia da Agricultura Camponesa pela diminuição do papel da família na produção. A Agricultura Camponesa aparece em sua classificação como equivalente à produção de

subsistência, apesar de o autor reconhecer que uma análise mais profunda revelaria as diferenças existentes entre produção camponesa e produção de subsistência (LAMARCHE, 1998, p.70).

Para Halamska, o Campesinato Modernizado:

Trata-se, portanto, de um grupo cujo funcionamento é regulado por duas racionalidades. Esse grupo é materialmente ancorado no mundo camponês, mas começa porém a sair dele do ponto de vista ideológico.(...) os modelos de modernização do campesinato foram elaborados a partir das observações provenientes da área civilizadora européia. O grupo dos 'camponeses modernizados' compõe-se, entretanto, de representantes de sociedades armadas de uma outra lógica de desenvolvimento: da sociedade coletivista, da sociedade do capitalismo dependente, da sociedade do subdesenvolvimento econômico (LAMARCHE, 1998, p. 252-253).

Enquanto que para Lamarche e em conformidade com o procedimento metodológico adotado pela pesquisa:

(...) esse modelo [Agricultura Familiar Moderna] estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica com, de um lado, a busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível. Em termos absolutos, esse modelo teria se libertado, ao mesmo tempo, das limitações familiares materiais, mas principalmente morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas (LAMARCHE, 1998, p. 71).

Contudo, quando apresenta suas considerações finais com base nos resultados do estudo comparativo, para nossa surpresa, Lamarche afirma o seguinte:

O *estabelecimento familiar moderno* define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado; com efeito, a maior parte de suas produções é parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumidas pela família; nunca é totalmente comercializada. (...) Podemos admitir, no que diz respeito às variáveis consideradas, que o *estabelecimento familiar moderno* funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo *camponês*, com mais técnica e mais necessidades. (LAMARCHE, 1998, p. 314) (grifos do autor)

E ainda, afirma que:

Os modelos do tipo empresa são cada vez mais contestados pelos atores envolvidos no desenvolvimento agrícola; são contestados porque produzem excessos, porque são totalmente dependentes de tecnologias poluidoras, porque provocam uma fragilização econômica e financeira extrema das unidades de produção etc. De tal forma que esses modelos não parecem mais, hoje, tão solidamente implantados nessas sociedades. (...) Nesse novo contexto, o modelo *agricultura familiar moderna*, em função de suas características específicas já evidenciadas, pode corresponder melhor e adaptar-se às novas exigências de produção e ocupar, então, um lugar não-desprezível nesse tipo de sociedade. (Idem, p. 329)

As ditas “características específicas já evidenciadas” podem ser muito bem definidas como camponesas com base na literatura clássica sobre o tema, como o próprio autor o faz no parágrafo que antecede este último. Tais conclusões parecem sugerir que, o grande esforço teórico empreendido pelo grupo de pesquisadores coordenados por Lamarche (1993, p.9-13) no sentido de superar as possíveis limitações do conceito de camponês para abarcar a crescente complexidade de um campo cada vez mais modernizado resultou em

relativo fracasso. Pois, ele propõe uma classificação baseada em modelos abstratos e de aplicação mais restrita do que o conceito que visava superar. E, finalmente, recorre a este mesmo conceito como fundamento para explicar grande parte da realidade que define como produção familiar.

O processo histórico não é linear e para apreendê-lo em sua complexidade, não podemos deixar de lado as suas contradições, nem as suas formas particulares de desdobramento nos diferentes contextos sócio-espaciais. Para isso, é preciso que a reflexão teórica e a construção de categorias analíticas se dê com base numa abordagem dialética.

À guisa de conclusão: assentamentos rurais e a atualidade do conceito de camponês

Inúmeros estudos realizados em diferentes áreas do conhecimento como geografia, antropologia, sociologia, etc. têm revelado uma diversidade de formas em que se verificam a reprodução e a recriação de grupos camponeses na atualidade.⁵

A seguir, apresentaremos algumas reflexões e ensinamentos extraídos da análise da problemática da organização social e da espacialização dos sem-terra que realizamos em nossa pesquisa de doutorado sobre os Assentamentos Retiro e Retiro Velho situados nos municípios de Itapirapuã e Goiás Velho-GO (MARQUES, 2000) e das evidências apresentadas pelos estudos de Simonetti (1999), sobre o Assentamento Reunidas em Promissão - SP, e de Pereira (2000), sobre os Assentamentos Retiro Velho-GO e Paranacity-PR.

A *luta pela terra* hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a *territorialidade capitalista*⁶ e a *territorialidade camponesa*⁷ inaugurado com a criação do mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. Mas as novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de *recampesinização* da família sem-terra que se dá com o assentamento destas. Esse processo representa um movimento em sentido oposto ao processo de proletarização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de *recriação camponesa* não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade.

As modificações nas relações de produção que se intensificaram no Brasil a partir dos anos 1960 não geraram a expropriação pura e simples dos camponeses, transformando-os em proletários. A realidade é mais complexa. Muitos se transformaram em população sobrando, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo, quer por meio do trabalho volante ou bóia-fria, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando como parceiros ou rendeiros em várias regiões do país, e também em situações específicas de trabalho na cidade. (SIMONETTI, 1999, p. 115-116)

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

⁵ Para ter uma visão geral do camponês no Brasil e no mundo na atualidade, ver capítulo de minha autoria intitulado “Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica”, que compõe a coletânea “Campeinato e territórios em disputa” organizada por Eliane Tomiasi Paulino e João Edmilson Fabrini, Expressão Popular, 2008, p. 49-78.

⁶ Concebe a terra como mercadoria.

⁷ Concebe a terra como base para a reprodução da família e de seu modo de vida específico.

Porém, o processo de “recampesinização” que se verifica a partir de seu retorno à terra possibilitado por sua luta como sem-terra é marcado por conflitos, ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem do projeto de vida para as práticas.

As dificuldades encontradas por movimentos sociais como o MST para a realização de experiências coletivistas fundamentadas em ideologias radicais se devem, entre outros fatores, à resistência apresentada pelos assentados em relação à sua submissão ao sistema de divisão do trabalho e às normas de comportamento da cooperativa. Isto porque, a organização da cooperativa não se pauta por valores comunitários como imaginam inicialmente a maioria dos assentados atraídos por esta proposta, mas sim, por um modelo coletivo de organização centrado na figura do indivíduo, que se opõe à idéia de família como valor nucleante no qual se sustenta a autonomia e a autoridade do pai camponês (PEREIRA, 2000).

Por outro lado, a existência do camponês assentado não nega de todo a lógica do capital, que, em sua reprodução ampliada, continua subordinando o campesinato, mas:

Ao mesmo tempo que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores. (SIMONETTI, 1999, p.56)

A contínua reafirmação de um conjunto de valores específicos demonstra a importância fundamental da consideração da dimensão cultural para compreendermos o significado do movimento de luta pela terra existente hoje no Brasil e a forma como os assentados organizam a vida e o espaço nos assentamentos. Os assentamentos rurais têm se constituído como o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do “território camponês”.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico. (SIMONETTI, 1999, p.70-71)

No entanto, a campesinidade é recriada em novas condições no contexto dos assentamentos, com base em novas experiências adquiridas por estes trabalhadores em sua passagem pela cidade, na vivência da luta, bem como, em certos casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas por movimentos sociais ou organizações não-governamentais, etc.

A afirmação da pertinência do uso do conceito de camponês para compreender realidades como essa se apóia numa abordagem dialética, que entende que os conceitos se referem a estados de estruturação ou estabilidades relativas, constantemente tensionados pelos conflitos, contradições e negatividades que emergem no processo de devir da realidade social (LEFEBVRE, 2002, p.244-263).

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar. Brasília, INCRA, 1994.

- LAMARCHE, Hugues (coord.). A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). A Agricultura Familiar: do mito a realidade. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. Critique of everyday life II: foundations for a sociology of the everyday. New York, Verso, 2002.
- MARQUES, Marta Inez M. De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO. São Paulo, Depto. de Geografia da USP, 2000. (tese de doutorado)
- MARTINS, José de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.
- PEREIRA, José R. De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social. Brasília, Depto. de Sociologia da UNB, 2000. (tese de doutorado)
- PORTO, Maria S. G. e SIQUEIRA, Deis E. “A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas”, Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.6, p. 76-88, 1994.
- SHANIN, Teodor. Campesinos y sociedades campesinas. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.
- _____. La clase incómoda. Madrid, Alianza Editorial, 1983.
- SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado)
- SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.
- TAUSSIG, Michael T. The Devil and commodity fetishism in South America. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.
- THOMPSON, Eric P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Caxambu, 1996. (texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários)
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral, in Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável...

Neli Aparecida de Mello

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Paris X - Nanterre (2002)
Prof^a. Dr^a. da Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo
Endereço profissional: Rua Arlindo Bétio, 1000 - Parque Ecológico do Tietê, São Paulo-SP,
Brasil, CEP: 03828-000
Endereço eletrônico: namello@usp.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas políticas públicas ambientais e socioambientais, *lato sensu*, em função da atuação do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável. O primeiro passo é uma contextualização das transformações que o Estado sofreu a partir dos anos 1990, envolvendo a análise das políticas ambientais (de conservação, controle e de recursos naturais) e de seus mecanismos financeiros como os fundos, ambientais e constitucionais. Complementa-se a análise de algumas políticas entendidas como socioambientais a partir da compreensão de programas oriundos ou ampliados pelo movimento social, como o Pronaf e algumas linhas como a destinadas aos pequenos produtores florestais.

Palavras-chave: política ambiental e agrícola; agricultura familiar; desenvolvimento sustentável.

Résumé

La politique agricole comme outil du développement durable

Analyser quelques politiques publiques environnementales et socioenvironnementales est le but de cette étude, en fonction de l'action de l'État pour la promotion du développement durable. Sa première partie analyse le contexte des transformations de l'Etat depuis les années 1990, notamment les politiques de l'environnement (conservation, contrôle et exploitation des ressources naturelles) et ses mécanismes financiers (les fonds constitutionnel et environnemental). Ensuite l'analyse prend en compte quelques politiques socioenvironnementales par le biais des programmes créés pour répondre aux demandes du mouvement social, comme le *Pronaf* et les lignes de financement pour les petits producteurs forestiers.

Mots clés: politiques environnementales et agricoles ; petite agriculture paysanne ; développement durable.

Abstract

The agricultural policy becomes a tool of sustainable development

This study aims to examine some public social and environmental policies, related to the performance of the state in promoting sustainable development. The first step is a background analysis of change suffered by the state from the early 1990s, involving the analysis of environmental policies (of conservation, and control of natural resources) and

their financial mechanisms, such as environmental and constitutional funds. The next step is an analysis of some policies perceived as social, through the understanding of programs born from the social movement, such as the Pronaf program and some lines of credit for small producers of forestry goods.

Keywords: environmental and agricultural policies; family farming; sustainable development.

Introdução

Entender a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável implica em aceitar que as políticas contemporâneas no Brasil assumiram a inclusão da dimensão ambiental e do desenvolvimento sustentável entre seus atributos e que o Estado ainda exerce um papel importante.

Assim, assume-se também que a política pública tem caráter estatal, colocando-a na perspectiva da expressão inglesa *policy* e que corresponde a um conjunto de ações ou normas de iniciativa governamental, visando atingir determinados objetivos. Em sua execução outros agentes, tanto privados como filantrópicos estarão envolvidos (biblioteca virtual de política científica e tecnológica, 2006).

Porém, na contemporaneidade brasileira o Estado perdeu muito de seu papel anterior e tem abdicado destas funções. Assim, temos um recuo acentuado do Estado e um avanço, praticamente na mesma medida, de outros agentes não somente na execução, mas, sobretudo na elaboração de novas políticas públicas. Isto é bom ou é ruim?

A forte crise vivida pelo Estado é parte inerente deste processo. As políticas públicas perderam o “vigor” dos períodos ditatoriais para ganhar uma nova face. A estrutura do Estado brasileiro abdicou de seu papel de defensor de todos os segmentos sociais, concentrando-se no atendimento aos grupos mais organizados e de maior poder.

Essa crise impôs a necessidade de redefinir as funções do Estado, provê-lo de mais governabilidade e governança, tornando-o mais eficiente em atender as demandas do cidadão e mais capaz de “complementar o mercado na tarefa de coordenar a economia e promover uma distribuição de renda mais justa”. Seu novo papel, assim, é o de “garantir os direitos de cidadania e promover o desenvolvimento econômico com um mínimo de equidade. (PEREIRA, 1998: 33-34, in Araujo e Nascimento).

É dentro desta contextualização que se selecionou algumas políticas com representatividade na temática da sustentabilidade, tendo-se como base um corpo de hipóteses elaboradas para analisar ação do Estado e a legitimação do discurso de desenvolvimento sustentável. Quais sejam: ao final do século XX numerosas políticas públicas readequaram seus discursos às premissas da Agenda XXI, pressionadas pelos compromissos dos acordos internacionais e pela ampla disseminação do ideário do desenvolvimento sustentável; no início do século passado somente as políticas ambientais definiam diretrizes voltadas para a conservação do meio ambiente e defendiam o discurso da sustentabilidade. Apesar deste movimento, a concretização do discurso em ação começa a aparecer nos anos 2000, com a inclusão de estratégias de financiamento nos diversos planos e programas governamentais. No entanto, se o conceito de sustentabilidade parece ser claro para os conceptores, o mesmo não ocorre com seus beneficiários (atores-chave para a concretização do desenvolvimento sustentável): as lógicas de enquadramento da idéia de sustentabilidade são distintas.

Antes de analisar os dois grupos de políticas públicas, as ambientais e as agrícolas, entender a conjuntura que os sustentam.

A conjuntura favorável: o surgimento e o desenvolvimento de novos padrões

Se as críticas acirradas ao modelo vigente permitiram o surgimento de novos parâmetros e criou um ambiente favorável às mudanças, é importante resgatar as modificações conceituais do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a própria progressão do conhecimento e o aparecimento de proposições metodológicas mais precisas demonstram que o quadro teórico-metodológico já se apresenta com maior clareza. Mas, ainda assim, há diferenciadas formas de apropriação e utilização pelos distintos segmentos sociais.

Existem diversas vertentes na literatura atual a respeito do desenvolvimento sustentável. Veiga (2007) destaca duas vertentes das contribuições: “uma que considera que desenvolvimento sustentável é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas e outra que defende a sustentabilidade como um conceito em evolução, com significativas raízes históricas”. Vieira (2007) elabora um novo estado da arte, identificando o paradigma que sustentou o novo discurso e as diretrizes emanadas do conceito de ecodesenvolvimento ressaltando as abordagens adotadas e colocando-as como a gênese da revolução ambiental e a criação de espaços de participação “autêntica” no nível local.

Do meu ponto de vista, poderíamos enquadrar esta discussão em quatro vertentes: o ecodesenvolvimento, do início dos anos 1970, fundamentada na ética, solidariedade diacrônica, prudência ecológica e não pode ser desassociado do princípio de equidade social – a solidariedade sincrônica com as gerações presentes (Sachs, 1979, 1981; Glaeser, 1984, Vieira, 2007) que definia o "ecodesenvolvimento é uma abordagem do desenvolvimento harmonizando o social e econômico, objetivando a gestão ecológica, no espírito de solidariedade com as futuras gerações". Para Sachs (1981, 1997, 1999) o novo modelo exigia que fosse endógeno, participativo, autônomo e autoconfiante, para o qual o meio ambiente devia ser visto como um potencial de recursos a ser colocado a serviço do homem, à condição de que se encontrem formas ecologicamente viáveis de sua exploração.

Essas idéias se aproximam dos conceitos de desenvolvimento sustentável e do pensamento acerca da sustentabilidade da década seguinte e posteriores: i) o foco nas necessidades básicas; ii) ecodesenvolvimento demanda participação; iii) ecodesenvolvimento trabalha com idéias de tecnologias apropriadas. Considera SACHS (1998) que os termos desenvolvimento durável ou viável designam sua proposta dos anos 70. A diversidade de idéias que vai encontrar-se no meio das questões relativas ao meio ambiente e desenvolvimento nos anos 90 estão ancoradas no título de desenvolvimento sustentável, em função de suas origens intelectuais e dos outros movimentos dos quais ela emergiram. Nem sempre as opiniões são convergentes.

O segundo grupo, fundamentado na mundialização das idéias ambientalistas, consideraram que os programas (e as conferências) internacionais representaram sua apropriação institucional e reforçaram as formulações que seriam o alicerce das idéias de desenvolvimento sustentável. Adams (1990), Ribeiro (1999) e Smouts (2001) que analisavam as forças políticas que apoiavam a construção, a difusão e a própria transformação do conceito. A crise na forma de pensar o meio ambiente em escala global é parcialmente vinculada à Conferência de Estocolmo. Nos anos 60 e 70 avança a visão apocalíptica neo-malthusiana¹, baseada em um globalismo (universo de ação do ambientalismo) que discutia o fenômeno do crescimento populacional e suas relações com o

¹ Esse globalismo no meio ambiente não é novo: nos anos 20 (Raymond Pearl), nos anos 50 (Unesco) e nos anos 60 e 70 (IUCN e WWF) enfocou-se o problema do excesso populacional cujos argumentos baseavam-se na relação população e desenvolvimento. Embora renegado, muitos ambientalistas continuaram a oferecer argumentos sobre o crescimento da população nas questões globais: "o remédio é deixar aos caminhos da privação e da natureza, da violência, da fome ou peste, pois é o próprio caminho do desenvolvimento humano que tem aumentado esses problemas". Essa forma catastrófica do pensamento ambiental também tem paralelos próximos ao debate acerca do crescimento econômico.

meio ambiente. Adams (1990:14-83) considera que se a natureza emergiu no pensamento acerca do desenvolvimento somente nos anos 60 é porque as externalidades do desenvolvimento tornaram-se tão complexas que exigia buscar as causas e compreender o seu passado.

A importância das Conferências globais foi ter elevado o debate das questões de meio ambiente ao mundo todo. A percepção social de meio ambiente, antes delas, raramente transcendia as fronteiras e os interesses nacionais. Há uma mudança nítida na forma de ver o mundo e de tratar os problemas de meio ambiente e desenvolvimento desde a Conferência de Estocolmo até a de Joannesburgo. De controvérsia em controvérsia, os grupos de países foram valorizando seus pontos de vista e, em especial, conseguiu-se fazer reconhecer a natureza dos problemas no Terceiro Mundo.

Um terceiro grupo, ao qual tentativamente incorporamos outros estudiosos que têm opiniões diferentes sobre o assunto. LEFF (1998) considera que existem diferenças marcantes entre o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. Para ele, no primeiro, o Estado é o estrategista e planejador do novo modelo, fundamentado em mudanças das macro-orientações do processo produtivista; é um processo de descentralização econômica e reordenamento ecológico do espaço produtivo; é também um processo de conversão da natureza em um sistema de recursos naturais, como condição da produção e potencial produtivo para o desenvolvimento. No segundo, o conceito atual de desenvolvimento sustentável é mais concertador de interesses, capaz de dissolver a contraposição desenvolvimento e meio ambiente e o Estado passa a ser apenas mediador entre os interesses de apropriação dos recursos naturais, as estratégias das empresas transnacionais e os direitos das comunidades. Neste processo há explicitação das lutas sociais pela propriedade e pelo controle dos recursos naturais. É o próprio confronto entre a assimilação das condições de sustentabilidade, os mecanismos de mercado e os processos políticos de reapropriação da natureza.

O quarto grupo optou pela constituição de metodologias para implantação destes conceitos. Este grupo, reunido em torno de Weber e Godard (1997) considerou que somente com a concepção e desdobramento de métodos interdisciplinares seria possível consolidar a prática e respaldar novas experiências, admitindo-se o campo da gestão tecnológica.

Não pretendo me aprofundar, neste artigo, nas diferenças de visões de desenvolvimento sustentável ou no conjunto de instrumentos teórico metodológicos de cada uma delas, inúmeros cientistas já o fizeram. No entanto, fundamental é compreender a constante progressão dessa base teórica, incluindo novos elementos, buscando formas de interpretar como esses elementos contribuem para modelos diferenciados.

O discurso do desenvolvimento sustentável tem sido explorado, apropriado, utilizado nas alocações a respeito das prioridades políticas governamentais, no discurso de setores produtivos e, atualmente já ganha a sociedade em geral, que o defende.

1. O quadro das políticas ambientais

Simultaneamente a este contexto internacional, as condições de mudança começam também a se instalar no Brasil. Os processos são imbricados; a visibilidade internacional foi dada aos temas ambientais pelas Conferências. As influências não tardaram a ser percebidas.

A política ambiental, em uma perspectiva histórica, foi periodizada por Cunha e Coelho (2003) que estabeleceram três períodos marcantes e que formaram as bases da política atual. O primeiro (entre 1930 e 1971) correspondeu à regulação do uso dos recursos naturais, especialmente as águas, as florestas, os minerais e a pesca. Foram aprovados os Códigos das Águas, das Minas, Florestal e da Pesca. O segundo período, de 1972 a 1987, foi de forte intervenção do Estado e de estruturação do sistema de meio ambiente no país simultaneamente à continuidade da regulação. Em 1981, a aprovação (mas não a regulamentação) da lei 6 938, da PNMA foi fortemente influenciada pelas pressões do

movimento ambientalista internacional, tanto europeu quanto norte-americano, pela Conferência de Estocolmo e pelo documento conhecido como Limites do Crescimento e pelo surgimento do primeiro partido verde, na Europa. As diretrizes das políticas ambientais colocavam-se em contradição com as políticas modernizantes do regime militar que buscava a construção de estradas, barragens, linhas de transmissão de energia elétrica, projetos de mineração industrial. O terceiro momento é por eles considerado a partir de 1988, com a nova constituição, a qual destituiu os mecanismos da ação centralizadora do Estado nacional. É marcado pela divisão de responsabilidades dos três níveis de governo e pela determinação da floresta amazônica, da mata atlântica e do Pantanal como patrimônios nacionais.

A Constituição delimita um novo período, mas, não fora o ambiente (nacional e internacional) favorável ao avanço das políticas e práticas voltadas a um novo modelo de desenvolvimento, provavelmente não teríamos conquistado estes progressos.

Além das políticas de controle e de conservação, a instituição federal inseriu aquelas consideradas indutores. Estas, capazes de influenciar comportamentos, tanto com o emprego estratégico de instrumentos econômicos destinados à novas práticas como aquelas voltadas para a sociedade, a alocação de recursos do Estado para incentivar, principalmente, ações de educação ambiental foi bastante significativo. Inicialmente as instituições, nacional ou estaduais, apoiaram ações indutoras, utilizando-se de todos os tipos de projetos de educação ambiental. Estabeleceram uma política nacional de educação ambiental, articulada entre os ministérios da educação e do meio ambiente e com a participação das instâncias estaduais e locais, consolidando-se este segmento. Os dados de 1990 e 2001 do FNMA mostram que entre as oito linhas temáticas, a de educação ambiental foi a que mais teve projetos apoiados: foram aprovados 227 projetos correspondendo a 35% do total (651) de projetos financiados no período.

A Constituição demanda também a descentralização da política e da ação ambiental. A partir de 1988, novas formas de gestão ambiental, adotando-se como estratégia principal a gestão participativa para a qual diferentes formas de parcerias entre o poder público e sociedade civil são construídas. Numerosos conselhos e/ou comissões nacionais (de meio ambiente, de bacias hidrográficas, do zoneamento, etc.) conselhos locais de defesa do meio ambiente (Condemas) foram criados.

Este processo demonstra a tendência de intensificar a inclusão da sociedade. A política pública não é mais atividade exclusiva do Estado, outros atores sociais e organizações exercem sua influência e atuam em no âmbito do Estado. Este se tornou o espaço central de articulação dos atores estatais e não estatais; das ONG, das corporações.

Outro aspecto que deve ser visto com atenção é a influência das organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano do Desenvolvimento. Autores como Deler (1997) Porter e Brown (1996) consideram-nas como exercendo uma forte influência sobre as instituições ligadas ao meio ambiente no Brasil. Compartilho, com eles, o mesmo ponto de vista, pois os conceitos, as diretrizes, estratégias e ações das políticas ambientais muitas vezes são estabelecidas pelas condicionalidades que estas organizações introduzem, sendo, assim impostas pelas linhas de financiamento e contribuem para as articulações entre as parcerias e consolidar as condições de implantação de projetos. Este posicionamento não é unânime, o mesmo encontra discordâncias de estudiosos que consideram irrelevante a influência exercida pelas mesmas.

1.1. Os anos 1990: os primeiros passos dos mecanismos de fomento e a formação de um ambiente favorável às experiências sustentáveis

Os governos de José Sarney e Fernando Collor/Itamar Franco tiveram duas diretrizes claras: com Sarney, a área ambiental foi reestruturada, fundindo-se quatro instituições no IBAMA e tendo como estratégia as campanhas de combate aos incêndios e ao desmatamento; enquanto Collor/Itamar investiram fortemente na criação de unidades de

conservação às portas da Conferência do Rio. Apesar de distintas as diretrizes e estratégias, grosso modo, a prioridade foi a Amazônia.

Fernando Henrique Cardoso adotou a coexistência contraditória: adotou o planejamento como forma de incluir a dimensão ambiental no modelo de desenvolvimento adotado valorizando, no discurso, métodos mais ambientalizados como o zoneamento ecológico-econômico porém adotando os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, a estratégia de integração norte-sul do país. Para a comunidade externa acenou com a vontade política de ir além do cumprimento das obrigações assumidas pelo país: negociou o programa de proteção de 10% da floresta tropical brasileira (atual ARPA) com o WWF internacional, avançou na implantação do PPG7, recebeu conferências internacionais (desertificação, diversidade biológica, entre outros), mas internamente priorizava a construção de infra-estrutura no país como um todo.

Já no governo Lula, desde o seu primeiro mandato adotou o discurso da transversalidade, do controle social, do desenvolvimento sustentável e fortalecimento do setor, internamente. A prioridade estratégica tem sido acelerar a criação de mosaicos de unidades de conservação, especialmente na Amazônia. Porém apesar deste discurso de transversalidade, o setor ambiental fez reduzidas parcerias e é constantemente bombardeado por ações contrárias: autorização de plantio transgênico, transposição do rio S. Francisco. Externamente divulga as vantagens do biocombustível como o combustível verde, não poluente. Optou por diminuir a importância dos programas com financiamento internacional, substituindo-os pelo Plano Amazônia Sustentável, como uma idéia agregadora e cuja fonte de recursos é o orçamento nacional.

Apesar dos muitos retrocessos e dos poucos avanços dos anos 1990 até a atualidade, a idéia de conservação ambiental e de desenvolvimento sustentável esta hoje disseminada por todos os segmentos da sociedade brasileira e serve como base de instalação de novos setores produtivos.

Entre os avanços podemos destacar os fundos, o Nacional do Meio Ambiente, os Constitucionais que adotam diretrizes “verdes”. Analisemos suas contribuições:

1.1.1. FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente e o FNO – Fundo Constitucional do Norte

O FNMA criado em 1990 tem o papel de “contribuir, como agente financiador e por meio da participação social, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente”.

O Conselho do Fundo estabeleceu duas diretrizes que abrangeram todo o país: o apoio a projetos e o fortalecimento da gestão ambiental. Ao longo dos 18 anos foram incorporados tanto recursos nacionais ou internacionais, adotando-se novas modalidades de apoio e parcerias institucionais. Na primeira fase foram estabelecidas oito linhas temáticas a) extensão florestal; b) gestão integrada de áreas protegidas; c) manejo sustentável da flora e a fauna; d) uso sustentável dos recursos pesqueiros; e) educação ambiental; f) Amazônia sustentável; g) qualidade ambiental; h) gestão integrada de resíduos sólidos.

Às vésperas de iniciar a segunda fase, o Conselho Diretor e as ONG membros do FNMA demandaram a criação de uma modalidade de pequenos projetos, em função das dificuldades decorrentes dos procedimentos administrativos, que tolheram o acesso e deixaram um público não atendido pelo FNMA. Este público encontra-se, na maioria das vezes, nos municípios do interior, que possuem populações pequenas mas ocupam grandes parcelas do território nacional (Sawyer, 2000).

Nos dez primeiros anos de sua atuação o investimento e apoio foram majoritariamente na região amazônica sob todas as formas possíveis, desde apoiar associações, cooperativas e organizações não governamentais até institutos de pesquisa e prefeituras. O número de projetos foi relativamente grande pois o FNMA funcionava praticamente como um balcão de projetos.

O quadro nº 1 demonstra número de projetos e valores aprovados entre 1990 e 2001

Linhas temáticas	Numero de projetos	Projetos na Amazônia	Recursos FNMA	Recursos contrapartida
Extensão Florestal	80	12	1 350 245,84	474 043,32
Gestão Integrada de Áreas Protegidas	76	7	327 993,78	219 122,94
Manejo Sustentável de Flora e Fauna	117	14	598 705,83	193 590,23
Usos Sustentáveis Recursos Pesqueiros	30	6	510 437,09	77 142,58
Educação Ambiental	227	28	1 203 918,63	597 223,95
Qualidade Ambiental	90	13	779 777,67	3 088 094,64
Gestão integrada de resíduos sólidos	31	7	885 187,66	304 468,26
Amazônia Sustentável	61	61	4 288 894,37	3 504 476,02
TOTAL	651	147	9 945 160,87	8 458 161,94

Fontes: MMA: Relatórios 1990 a 2001; 1999 a 2004; carteira de projetos 2002, 2003 e 2004.

Organização da autora.

Podemos assinalar algumas conclusões a respeito do poder de influência do FNMA:

Entre as oito áreas, cinco delas são mais representativas quanto ao número de projetos apoiados. Majoritariamente o apoio foi destinado aos projetos de educação ambiental, seguido por aqueles voltados para o manejo sustentável da flora e da fauna; em terceiro lugar, qualidade ambiental, em quarto, Extensão florestal, em quinto, Gestão Integrada de áreas protegidas.

No entanto, quanto aos valores aplicados pelo FNMA, os projetos de extensão florestal assumem a liderança, mas, em seguida encontram-se os projetos de educação ambiental. Porém, se a atenção for voltada para os recursos de contrapartida, os projetos de qualidade ambiental foram os que tiveram maior comprometimento dos executores.

Contudo, apesar de na linha “Amazônia Sustentável” apesar de terem sido apoiados apenas 61 projetos, o valor investido pelo FNMA supera todos os outros valores: foram mais de R\$ 4 milhões. Isto demonstra a prioridade estabelecida para a região.

A partir do início dos anos 2000, algumas modificações foram sendo realizadas, tanto na origem dos recursos disponibilizados quanto nos temas. A abertura sucessiva de editais com objetivos e outros temas que não constavam nas linhas de ação temática do FNMA permitiram ampliar o universo de atores atendidos quanto abranger novas regiões dentro do país.

Desde o começo dos anos 2000 novas modalidades de apoio e parcerias foram estabelecidas pelo FNMA. Segundo o relatório do MMA de 2003 a 2006 foram apoiados 622 projetos e R\$ 90,58 milhões de recursos investidos, nas duas áreas estratégicas para a política de meio ambiente: i) apoio à agricultura familiar e acesso ao Pronaf Florestal - foi um dos eixos priorizados, tendo apoiado assistência técnica para 4 000 produtores na Amazônia e ii) Fortalecimento da gestão ambiental, com capacitação de atores sociais e fundos socioambientais, por meio de a) proteção e recuperação de nascentes; b) gestão de resíduos sólidos, c) apoio a comunidades de pescadores e d) fortalecimento à gestão ambiental municipal e elaboração de agendas 21 locais. Como os dados são globais, dificilmente se conseguira obtê-los individualmente para localizar onde estão estes 4000 produtores.

Interessante perceber que os sistemas agroflorestais (SAFs) foram uma das linhas de investimentos. Tais sistemas desempenham um papel importante como estratégia de

segurança alimentar, conservação de agrobiodiversidade e mesmo biodiversidade em outros países, mas não ainda no Brasil. Estes fatores muitas vezes estão presentes nas estratégias de algumas populações tradicionais e indígenas, mas não são considerados institucionalmente no Brasil, ou seja, no desenvolvimento de tecnologia para o sistema de produção, na política de capacitação, na de crédito, no desenvolvimento de novas cadeias produtivas para os produtos advindos dos SAF, etc.

Quanto aos Fundos Constitucionais, em especial o FNO – Fundo Constitucional do Norte –, criados também a partir da Constituição e regulamentado em 1989, somente a partir de 2001 estabeleceu claramente a destinação de recursos para atividades mais ambientalizadas no âmbito dos projetos.

O quadro nº 2, abaixo, mostra as linhas de crédito e os valores disponibilizados pelo FNO Floresta, FCO Pronatureza e FNE Verde. Já no ano de 2001/2002 o FNO Floresta disponibilizou recursos, mas, aparentemente, não há uma estabilidade no total de valores acessados pelos tomadores: a cada dois anos os valores acessados são altos enquanto nos períodos intermediários tais valores são quase insignificantes. Iniciando com um valor de R\$ 2,52 milhões de reais, no ano seguinte não atingiu nem meio milhão de reais para em 2003-2004 voltar a crescer para R\$ 2,64 milhões e voltar a diminuir no ano seguinte. Perfil que se repete de 2001 até 2006.

Quadro nº 2: Recursos acessados (em milhões de R\$)

Linha de crédito / Ano	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006
Pronaf Florestal		1,29	2,88	8,23	13,17
Propflora		0,77	10,56	42,34	55,3
FNO Floresta	2,52	0,34	2,64	0,3	1,53
FCO Pronatureza		4,22	0,24	10,02	63,73
FNE Verde		4,56	12,23	10,32	67,22
Total	2,52	11,18	28,55	71,21	200,95

Pronaf Florestal e Propflora correspondem ao ano safra (julho a junho) e os demais ao ano civil. Fonte: Relatório de Gestão 2003-2006, Ministério do Meio Ambiente.

Comparados com os dois outros Fundos, o FNO Floresta é o que possui os menores valores acessados. O FNE Verde tem um crescimento contínuo e acentuado, passando de R\$ 4,56 milhões para R\$ 67 milhões. Situação semelhante é do FCO Pronatureza e o Propflora. Entre as cinco linhas de crédito vale destacar também o crescimento do Pronaf Florestal, que desde 2002-2003 aumentou de R\$ 1,29 para R\$ 13,17 milhões.

2. As políticas socioambientais

2.1. O “esverdeamento” da política agrícola

O Estado brasileiro tem duas visões bem distintas da produção agrícola: de um lado, a agricultura de exportação, fazendo dela uma de suas diretrizes da política externa e comercial; de outro, a produção que atende uma parte do consumo interno. A estas diferentes abordagens correspondem duas instituições: de um lado o Ministério da Agricultura e do outro o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Não pretendemos analisar, neste artigo, a política agrícola de exportação mas sim a atuação do Estado voltada para os segmentos agro-produtivos menos favorecidos, por meio

dos investimentos incluídos nos planos e programas, adotando-se seus resultados como indicadores qualitativos de sua sustentabilidade.

Contudo, para entender o direcionamento da política agrícola voltada ao pequeno produtor e analisar o que se passa atualmente, é preciso verificar seus instrumentos e sua evolução.

Para a sua efetivação, uma política precisa ter fortes instrumentos de persuasão e de convencimento. A disponibilidade de créditos é um dos mais importantes aspectos de uma política pública, ao qual se agrega, pelo menos, a assistência técnica.

Começemos pelo crédito rural público. Segundo Araújo e Nascimento (\$\$\$) o Brasil instituiu o crédito rural público logo após a abolição da escravidão mas não teve continuidade no regime republicano. A criação do Sistema Nacional do Crédito Rural em 1965 torna permanente os fundos de financiamento. Os autores resgatam Pinto, 1981 e Belik, 1998 para afirmar que esta permanência vai consolidar o parque de produção e revolucionar o mundo rural com a disseminação de equipamentos modernos e da utilização de insumos agrícolas. Davidovich (1989) complementa a análise com argumentos de que, na verdade, a modernização do campo nada mais era do que a própria modernização da indústria brasileira, com a produção de equipamentos associada às inovações da Revolução Verde.

Naquela data, as fontes dos recursos eram: 1) exigibilidades bancárias sobre os depósitos à vista; 2) empréstimos externos; 3) recursos do orçamento fiscal da União. Nas décadas de 1970 e 1980 havia imensa facilidade de obtenção de recursos externos oriundos do Banco Mundial e dos Bancos de Desenvolvimento, com aval do FMI.

O paradigma da agricultura sustentável, segundo Sachs (1996) consiste em não segregar a base tecnológica da base social e trabalhar ao máximo com o ecossistema natural, ao invés de substituí-lo artificialmente por outro. Além disso, afirma que a solução para o gerenciamento do ecossistema só pode ser obtida quando associada ao conhecimento e à participação da população local.

Em 1996 cria-se o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - e parte do crédito é redirecionado especialmente para a agricultura familiar. Altafin (s/d) considera que o fato de ter-se estabelecido o conceito operacional da agricultura familiar deu uma nova significação para as políticas públicas, especialmente esta, dedicada a um segmento específico de produtores agrícolas. Se o PRONAF é o principal mecanismo de estímulo à agricultura sustentável, a análise de Araújo e Nascimento (2004, citando Altafin, 2003) mostra que o Programa ainda permanece muito aquém do almejado e que, na verdade, há predominância de incentivo à produtividade e às super safras, sem contestação dos processos produtivos vigentes no país.

Ao se aprovar esta política, objetivos e estratégias voltadas para a garantia da sustentabilidade se fazem presentes, garantindo, assim a inserção do discurso do desenvolvimento sustentável na agenda política do setor agrícola.

Evidentemente uma política não funciona apenas com a destinação de créditos, mas de outros instrumentos como o desenvolvimento da pesquisa agrícola que lhe dará suporte. A pesquisa agrícola teve um desenvolvimento notável a partir dos anos 1970: os investimentos em pesquisa aplicada realizados pela Embrapa: são extremamente simbólicos os centros de pesquisa criados (soja, trigo, uva e vinho, algodão, milho e sorgo, entre outros) enquanto somente em seu Plano Diretor (1994-1998) foi criado o Programa de Pesquisa em Sistemas de Produção da Agricultura Familiar.

Outros campos de pesquisa promissores para o movimento pela sustentabilidade da agricultura são apontados por Buttel (1989, citado por Silva (1995): o primeiro refere-se ao fortalecimento da agroecologia, enquanto ciência básica; o segundo, ciências aplicadas, com foco nas políticas públicas, buscando não apenas a imposição de medidas fiscais punitivas, mas também de medidas que visem a encorajar a adoção de práticas sustentáveis.

Mas, em que momento exato os resultados de pesquisa beneficiam a sustentabilidade da agricultura familiar? O Programa de Pesquisa em Sistemas de Produção da Agricultura Familiar procura alterar o baixo nível de tecnologia deste segmento.

Segundo Flores e Silva (1992, in Altafin, s/d) "era necessário executar programas que permitissem organizar, capacitar e capitalizar os pequenos produtores para que eles pudessem entrar no circuito de mercado" e deveriam ter condições de participar do circuito tecnológico, para contribuir mais no processo produtivo, atingirem a condição de classe media rural e avançar em direção à cidadania plena.

Este Programa de pesquisa em sistemas de produção correspondia ao objetivo estratégico da Embrapa voltado para "viabilizar soluções tecnológicas que contribuía para diminuir os desequilíbrios sociais. Nesse objetivo, a melhoria do desempenho de sistemas de produção da agricultura familiar, visando sua sustentabilidade econômica e ecológica foi definida como uma das atividades específicas a ser desenvolvida". Ou seja, se pretendemos dar um ponto de partida da introdução da dimensão ambiental na agricultura familiar parece-me que atribuir o final dos anos 1990 não seria falso, visto que resultados de pesquisa não são obtidos em curtos períodos, embora os de investimentos possam aparecer no aumento das safras.

Voltemos a uma avaliação da representatividade do programa e a maneira como o mesmo incorpora a sustentabilidade, não sem antes ter clareza de quem é, finalmente o agricultor familiar: o PRONAF define a agricultura familiar como "uma forma de produção onde predomina a interação entre a gestão e o trabalho, a direção do processo produtivo pelos agricultores familiares, com ênfase na diversificação e utiliza o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado" (PRONAF, 2000, p. 3), baseando-se em quatro critérios: i) o predomínio da mão de obra familiar, o tamanho da propriedade (área até 4 módulos fiscais), residência no estabelecimento ou em aglomerado próximo e renda.

Para o caso brasileiro, Nazareth Wanderley considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno, inserido ao mercado, "[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças" (Wanderley, 1999: 52).

De maneira decisiva um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) contribuiu para a formação do conceito de agricultura familiar. O estudo define agricultura familiar

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996: 4).

Para Altafin (s/d) os que hoje são chamados de agricultores familiares já receberam (e ainda recebem) diferentes nomes. Ela identificou, no período colonial, cinco grupos que constituíram a origem da agricultura familiar brasileira: os índios, os escravos africanos, os mestiços, os bancos não herdeiros, os imigrantes europeus, que, apesar de importantes diferenças entre si possuíam um vínculo muito claro: todos ocupavam uma posição secundária dentro do modelo de desenvolvimento do país desde a sua origem. Considera a autora que talvez essa seja a causa de o papel do produtor de alimentos ser tão pouco citado na historiografia nacional, enquanto sempre se ressaltou o papel da grande agricultura escravagista: o ciclo do açúcar, o da borracha, o do café. Martins (1986, in Altafin, s/d) lembra que, no contexto do Sudeste, o homem rural é conhecido como roceiro e caipira enquanto no nordeste é tabaréu e em outras regiões do País é o caboclo. Para o autor são palavras de duplo sentido e depreciativa pois indicam que o agricultor é uma pessoa rústica, atrasada e ingênua e que sempre houve um escamoteamento conceitual devido ao fato de, no Brasil, termos uma história urbana, uma história dos que participam do

pacto político, do qual o camponês é excluído e pelo qual é visto como um ator inferior, não essencial.

Do ponto de vista das políticas públicas, continua Altafin (2003) estas sempre privilegiaram a grande propriedade voltada para a monocultura de exportação, que recebia estímulos e garantias dos governantes e que deixavam à margem esse mosaico de formas de produção voltadas para o abastecimento interno. Mesmo quanto as classificações estatísticas e tipologias, dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, voltado à modernização tecnológica em produtos agrícolas de exportação, o conjunto de agricultores passa a ser classificado quanto ao tamanho de suas áreas e de sua produção, divididos em pequenos, médios e grandes. Interessava assim escamotear desigualdades como o acesso à terra, por exemplo, e estabelecer categorias operacionais, visando à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural. Os camponeses e os assentados em projetos de reforma agrária passam então a ser tratados como pequenos produtores.

O marco da transformação atual é a volta da democracia ao país e a outorga da nova Constituição em 1988 e, conseqüentemente, o envolvimento dos próprios trabalhadores na defesa dos assuntos importantes para os mesmos. Sua forma de atuação altera-se. Antes, aglutinados em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, passam a estabelecer outros sindicatos e movimentos. Em grupos organizados, pressionam o Estado por políticas agrícolas específicas e para o acesso à terra. São estas pressões decorrentes da atuação dos movimentos sociais que promove a reinserção da reforma agrária na agenda política, por meio dos projetos de assentamento, e a criação do PRONAF, como fonte de crédito e assistência técnica.

O estudo da FAO / INCRA serviu-se dos dados do Censo Agropecuário de 1996, mas ainda hoje é referência para o contexto brasileiro: do total de 4.859.864 estabelecimentos rurais existentes no Brasil, (85,17%) são estabelecimentos familiares, que ocupam apenas 30,49% da área total e, utilizando 25,3 % dos financiamentos destinados à agricultura, respondem por 37,87% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e concentram 7 de cada dez pessoas ocupadas no setor (INCRA/FAO, 2000).

Esta evolução vai culminar com a aprovação da Lei 11.326 em 24 de julho que formaliza, juridicamente, o conceito de agricultor familiar:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (Brasil, 2006). Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aqüicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores. (Brasil, 2006).

A delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina como critérios o tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e da renda, e gestão familiar da unidade produtiva. Tal delimitação, como não poderia deixar de ser, é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no país.

É nesta lei que também se define a função de preservação ambiental atribuída à agricultura familiar. A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo

produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar. A gestão familiar requer maior cuidado no manejo dos recursos. Por outro lado, a vocação tanto para a produção como para o consumo, o que faz com que a agricultura familiar valorize a diversidade, esta essencial à preservação ambiental. Soares (2002) denuncia que são as próprias regras embutidas nas políticas de crédito que muitas vezes desconsideram o potencial preservacionista do agricultor familiar, que é conduzido ao uso de sistemas produtivos inadequados à sustentabilidade ecológica. Para o autor, a função ambiental é um bem público que a agricultura familiar produz para a sociedade e deve ser compensada por isso, ao invés de ser incentivada ao produtivismo dos pacotes tecnológicos.

Porém este tema é extremamente controverso visto há estudos que mostram, de um lado, a contribuição dos agricultores familiares para o aumento do desmatamento (PPG7, 1997, INPE, 1997) e de outro, que a diversidade que os mesmos valorizam não é, necessariamente, a diversidade de espécies de fauna e flora existentes no local. Eles contribuem, sem dúvida, para a alteração dessa diversidade com a introdução de espécies de animais a serem domesticados e de vegetais voltadas para a alimentação.

Bianchini (2005) analisa as características da agricultura familiar para o desenvolvimento e para as políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável, ao considerar que alguns agricultores familiares eram beneficiados pelas linhas de crédito do PRONAF e outros não tinham acesso as mesmas. Baseado no estudo FAO/INCRA, realizado em 2000, a categorização dos agricultores familiares, identifica os seguintes grupos: A, agricultores familiares capitalizados; B, em processo de capitalização; C, em níveis de reprodução mínima e D, abaixo da linha de pobreza². A partir de 1999 esta tipologia serviu para a criação dos atuais grupos do PRONAF:

Categoria	Número de pessoas ocupadas	Pessoas Ocupadas / total	Pessoas ocupadas / estabelecimento	Pessoas ocupadas / ha	Acesso à assistência técnica
Patronal	3.557.379	19,8	6,4	67,5	43,5
Familiar	13.780.201	76,9	3,3	7,8	16,7
Total	17.930.853	100,0	3,7	19,7	19,5
Tipo A	1.743.137	9,7	4,3	13,8	44,0
Tipo B	3.682.712	20,5	3,7	9,2	25,1
Tipo C	2.785.299	15,5	3,4	6,5	11,9
Tipo D	5.569.053	31,1	2,9	5,7	8,6

Fonte: Bianchini (2005), Convênio FAO/INCRA, a partir do Censo Agropecuário 1995/96

Entre os objetivos do PRONAF a manutenção das pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares, a geração de renda e a agregação de novos empregos em atividades agrícolas e não-agrícolas, o número de pessoas ocupadas em estabelecimento familiar e sua diferenciação com os estabelecimentos patronais é um importante aspecto a ser considerado para as políticas públicas. Os dados acima mostram que mais de três quartos (76,9%) da população ocupada no setor primário esta nos estabelecimentos familiares enquanto menos que um quarto (19,8%) encontra-se na categoria patronal. Por

2 Bianchini explica tipologia por meio do principal critério utilizado para a classificação de um agricultor em um determinado grupo é a relação entre Renda Total e o Salário, com Base no Valor do Custo de Oportunidade, sendo que o valor do custo de oportunidade é o valor da diária média estadual na agricultura acrescida de 20% e multiplicando-se pelo número de dias úteis. Os salários de referência (SR) por tipo de agricultor têm respectivamente o valor para A de 3 SR, B entre 1 e 3 SR, C entre 0,5 e 1 SR e D inferior a 1 SR. A Renda Total é a somatória do Valor Bruto da Produção com a Receita Agropecuária Indireta e o Valor da Produção Industrial.

outro lado, a assistência técnica também é totalmente insuficiente e se distingue claramente entre as quatro categorias de agricultores rurais, deixando o agricultor do tipo D, o mais pobre entre eles, totalmente desassistido. Como mudar definir uma política específica segundos os segmentos envolvidos e com isto alterar o perfil do setor?

Bianchini (2005) ressalta ainda os acessos diferenciados dos quatro grupos: i) o Tipo A, *cujos recursos são destinados aos beneficiários dos programas de Reforma Agrária e Crédito Fundiário*. Por serem agricultores que precisam de forte apoio para sua consolidação são os que podem receber maior volume de recursos para investimento (até R\$13.500 mais R\$1.500 de assistência técnica), menor taxa de juros (1,15% ao ano) e maior nível de subsídio (46% de descontos para o pagamento do principal no prazo); ii) o Tipo B, agricultores que vivem abaixo da linha de pobreza e contam com um crédito dentro de suas possibilidade de investimento de até R\$ 1.000,00, com juros de 1% ao ano e descontos de 25% sobre o principal; iii) os agricultores tipo C, possuem renda de R\$2.000,00 até R\$14.000,00 ao ano e contam com crédito para investimento de até R\$6.000,00, com juros de 3% ao ano e descontos de R\$700,00 sobre o principal e valores de custeio de até R\$3.000,00 com juros de 4% ao ano e descontos de R\$200,00; iv) o Tipo D podem ter renda de até R\$ 40 mil e contam com valores de investimento de até R\$ 18 mil, juros de 3% ao ano e para custeio valores até 6 mil e juros de 4% ao ano.

Em 2003/2004 foi criado um novo grupo, o Tipo E, no qual os agricultores podem ter renda bruta de até R\$60.000,00. Já na safra 2004/2005, este novo grupo contou com linha de crédito com valores de investimento de até R\$ 36.000,00 e de custeio de até R\$ 28.000,00, com juros de 7,25% ao ano.

A prioridade do Programa é fornecer crédito subsidiado e assistência técnica para que o agricultor familiar deixe de ser um assentado ou consiga superar a linha da pobreza. Os elaboradores da política compartilharam a expectativa de que os agricultores pudessem evoluir para o tipo C, permanecendo neste grupo por mais tempo.

Outro fator importante para o desenvolvimento da agricultura familiar é o apoio e a assistência técnica, o qual contribui, sobretudo, para criar um ambiente favorável à inclusão da dimensão ambiental com novas tecnologias e novas experimentações no sistema produtivo.

Existe uma grande diversidade entre os estados da Região Norte, tanto no que diz respeito a seus agricultores familiares quanto ao atendimento de suas demandas por ATER. O estudo elaborado pelo MDA e FAO ressalta a importância do Pará quanto ao total de agricultores familiares da Região Norte (com 45% do total) e a predominância de Rondônia quanto ao número de contratos do PRONAF realizados na safra 2001/2002 (63% do total), aspectos destacados no quadro nº 3, a seguir:

Quadro nº 3 - Distribuição de agricultores familiares e de contratos do PRONAF - 2001-2002

Estados da Região Norte	% do total de agricultores familiares	% de contratos do PRONAF
Acre	8 %	6 %
Amazonas	17 %	3 %
Amapá	2 %	1 %
Pará	45 %	11 %
Rondônia	16 %	63 %
Roraima	3 %	1 %
Tocantins	9%	15 %

Fonte: Relatório Norte_Assentamentos, MDA/FAO.

No entanto, há uma diferença de objetivo para estes contratos: a maior parte dos contratos em Rondônia é para custeio da produção e disponível para os grupos C e D, os quais dispõem de valores menores do que os contratos de investimento para grupo A. O Estado que mais tem investimento desse tipo é o Pará, seguido pelo Tocantins. Isto explica que, apesar de ter 64% dos contratos, Rondônia tenha conseguido aproximadamente 49% do valor total do financiamento do PRONAF para a Região Norte em 2001/2002, embora o estado tenha somente 16% dos agricultores familiares da região.

O estudo do MDA/FAO aponta algumas conclusões sobre a agricultura familiar e seu atendimento por instituições de assistência técnica, mesmo que não tenham sido analisados os números relativos ao FNO especial: “Rondônia (como a Região da Transamazônica no Pará) é uma área de colonização dita “dirigida” dos anos 70 e 80, com apoio e recursos do Governo Federal, o que explica a predominância de contratos para os grupos C e D. Já uma boa parte do Sul/Sudeste do Pará e do Norte do Tocantins (áreas importantes e dinâmicas nos que diz respeito à Agricultura Familiar destes Estados) são áreas de colonização “espontânea”, de migrantes de poucos recursos vindos principalmente do Maranhão, que ocuparam as terras destas regiões. Os assentamentos nestas regiões durante os anos 90 em grande parte regularizaram uma situação existente, o que explica a predominância de contratos de investimento PRONAF A”.

Há um diferencial de tempo e do grau de dificuldade de acesso relativo aos contratos de custeio ou de investimento. Como em assentamentos é requerido o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, os contratos de custeio para os agricultores assentados são de mais rápida elaboração do que contratos de investimento. “Os dados mostram maior capacidade de atendimento aos agricultores em Rondônia (16% do total atendidos de alguma maneira pelo PRONAF em 2001/2002) do que em outros estados (o Tocantins teve 9% de seus agricultores atendidos e o Pará, 1%)”.

Porém, é um requisito a assistência técnica aos agricultores para que os contratos possam ser estabelecidos. Neste caso, pode-se interpretar que em Rondônia os agricultores parecem ter maior capacidade de demanda e as instituições de ATER maior capacidade de atendimento desta demanda. O Tocantins, com 9% de agricultores familiares contemplados por contratos, vem logo em seguida. Por outro lado, o Amazonas, com 17% dos agricultores familiares da região (quase tanto quanto Rondônia) tem somente 3% dos mesmos contemplados por contratos do PRONAF.

Outro aspecto a ser salientado é o quadro institucional da assistência técnica. Embora não estivessem presentes em quase todos os Estados, as instituições de ATER surgem como Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), antes da década de 1970. A partir desta década há, gradativamente uma ampliação de sua presença. Na década de 1990 surgem as secretarias municipais de agricultura, as ONG e Prestadoras de Serviços. Estas em sua maioria como cooperativas de técnicos criadas com a missão de executar o Projeto Lumiar nos Assentamentos de Reforma Agrária.

O fato de ser um órgão público, da administração direta ou indireta, exerce um papel de limitar ou de desenvolver melhor o apoio e a assistência aos agricultores. Há entraves que se tornam críticos para o desenvolvimento da assistência técnica destacando-se, como principal o volume de recursos financeiros, acompanhado pela falta de uma coordenação nacional; a descontinuidade do fluxo de recursos como resultado dos contratos de pequena duração e finalmente as estruturas organizacionais que não são adaptadas para o desenvolvimento da assistência técnica de maneira mais intensa.

Instituições governamentais	Principais mudanças institucionais e de missão	Descrição da estrutura e funcionamento organizacional	Escritórios Municipais	% municípios com escritórios	Relações das instituições com as prefeituras
EMATER- PA	A mais antiga instituição de ATER na região Norte (criada como ACAR-PA em	Autarquia de administração indireta do Estado. Vínculo direto com a Secretaria	110	77%	41% dos municípios têm convênios

	1965). Teve várias reestruturações, porém sem modificar profundamente sua missão	Especial de Produção e não com a Secretaria da Agricultura. Tem 10 escritórios regionais com bastante autonomia. Em 2002 cerca de 50% dos municípios tinham acordo com a Emater para prestação de ATER.			com Secretaria de Agricultura e Emater-PA para ATER
SEATER-AC	Criada em 1999 sendo uma fusão da Emater-AC e a Cia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Estado. A Emater-AC tinha sido criada em 1975 e já era reestruturação da ACAR-AC (início dos anos 1970)	Administração direta do Estado ligada à Secretaria da Produção. Sua missão é garantir a produção e o abastecimento. Conta com 5 escritórios regionais	21	96	Não há municipalização. Algumas parcerias entre prefeituras e SEATER
IDAM-AM	Criado em 1966 como ACAR-AM. Na década de 1970 foi transformado em Emater e em 1996 em IDAM.	Administração direta vinculada à Secretaria de Estado de Coordenação do Interior. O IDAM centraliza todas as ações de desenvolvimento rural. Trabalha com acordos informais junto às prefeituras.	30	48	58 prefeituras apóiam o IDAM (combustível, reforma veículos, etc.)
RURAP-AP	Criada como ACAR-AP em 1974, transformada em ASTER em 1978 e em 1991 em Rurap. Missão mais restrita aos sistemas produtivos e reduzido apoio à associações e cooperativas de agricultores.	Autarquia da administração indireta, vinculada à Secretaria de Agricultura, Pesca, Floresta e Abastecimento, com autonomia administrativa e financeira. Tem cinco escritórios regionais.	16	100	Nenhuma prefeitura realiza ações de ATER. Secretarias municipais foram criadas para viabilizar PRONAF Infraestrutura.
EMATER-RO	Criada em 1971 como ACAR-RO. Modificada em 1976 e depois em 1986 quando se transformou em Emater. Houve ampliação da área de abrangência e do público beneficiário.	É independente da estrutura do Estado. Embora tenha autonomia administrativa é dependente do financiamento estadual mediante contratos de prestação de serviços. Possui 9 escritórios regionais.	50	96	A maioria dos municípios tem convênio com a Emater-RO.
SEAAB-DATER-RR	Foi criada em 1991 e não teve mudanças significativas.	É um departamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Não tem regionais e tem menos autonomia operacional.	15	100	s.d.
RURALTINS-TO	Criado em 1988 junto com a criação do Estado, incorporando parte da estrutura e pessoal técnico da Emater-GO e mantendo a pesquisa,	Administração direta do Estado e opera com sete escritórios regionais, embora tenham pouca autonomia em relação ao escritório central.	58	42	Acordos informais com as prefeituras. Estas apóiam infra-estrutura e

	defesa e classificação de produtos. Em 1996/97 fica somente com a assistência técnica e a intensifica junto à agricultura familiar.				combustível.
TOTAL		Trinta e seis escritórios regionais	300	67	

Fonte: Relatório Norte_Assentamentos. 2002 (?). Organizado pela autora.

Outras categorias de instituições prestam assistência técnica: ONG, organizações representativas dos agricultores, prestadora de serviços, cooperativas de produção, instituições de ensino e pesquisa, Sistema “S” e outras públicas, as quais, mesmo em conjunto atendem cerca de 10 mil pessoas na Região Norte enquanto as instituições governamentais, aproximadamente 15 mil (MDA/FAO, 2000). As Prefeituras municipais são, de fato, as instituições presentes no cotidiano dos agricultores e exercem grande influência sobretudo na melhoria da comercialização. As ONG possuem grande heterogeneidade interna e importância nos arranjos institucionais para a provisão dos serviços de ATER. Nesta categoria estão incluídas desde entidades ligadas à Igreja católica e criadas nas décadas de 70 e 80, até um número expressivo de entidades ambientalistas e de assessoria fundadas na década de 90. O estudo do MDA/FAO destacou que cerca de 50% das ONG da amostra estudada, informam ser a ATER sua atividade principal.

A diversidade de instituições governamentais ou não governamentais que prestam assistência técnica aos agricultores, em especial na região Norte, tem contribuído para aumentar o número de agricultores atendidos assim como tem permitido implantar uma grande diversidade de práticas inovadoras de extensão rural. Esta assistência abrange além dos agricultores familiares e assentados, populações extrativistas, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e mulheres.

Um dos grandes desafios é o momento de escolha de como e o que produzir e em seguida como comercializá-lo. A escolha de sistemas múltiplos que envolvam a fruticultura além do gado, foi tomada como alternativa pelas famílias, e exigiu também que os mesmos planejassem e organizasse sua produção, buscando, em seguida, as etapas de beneficiamento e comercialização os agricultores se organizaram e optaram por plantios definitivos, escolhendo culturas perenes. Este sistema, apesar de pequeno, envolve todas as fases, da produção à transformação, beneficiamento e comercialização.

Outro projeto, o Proteger, segundo Sérgio Sauer (In Relatório consolidado do Programa) aponta vários aspectos positivos que criaram uma expectativa de continuidade, destacando-se entre eles a delimitação de público alvo com a agricultura familiar; conteúdo e forma das capacitações; os eventos com ações através de coletivos; o fortalecimento e estímulo às iniciativas e redes locais de caráter sócio-ambiental; os métodos de planejamento participativo; a memória institucional. Para ele, estes aspectos poderiam ser assumidos pela assistência técnica oficial. Mas também destaca alguns problemas que surgiram na etapa de capacitação emergencial do controle das queimadas. Mas, para ele o principal problema é a falta de conexão com pesquisa e poder público estadual e municipal.

Segundo o MDA/FAO, as políticas públicas de apoio à agricultura familiar, especialmente o PRONAF promoveram forte impacto, sobretudo na região amazônica, seja pela diversidade dos atores apoiados seja pela preocupação ambiental presente. A presença de políticas ambientais na região assim como a atuação de ONG ambientalistas de outros estados ou países estimula a implantação e a discussão de experiências diversificadas, fundamentadas na idéia de sustentabilidade.

Considerações finais

A linha do tempo, assinalada pela maturação das idéias transformadas em diretrizes e estratégias de políticas públicas, a determinação de prioridades e a concretização por meio de ações, é longa e pode ser cheia de meandros.

Procuramos mostrar as articulações entre os discursos e os mecanismos das políticas ambientais e da agricultura familiar no que se refere à idéia de sustentabilidade. Inicialmente é importante resgatar que

No Brasil contemporâneo, as políticas ambientais vêm amadurecendo as idéias e práticas de desenvolvimento sustentável desde a aprovação, em 1981, da Política Nacional de Meio Ambiente, que procurava harmonizar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental. As políticas agrícolas voltadas para o agricultor familiar somente foi inserir a idéia de função de preservação ambiental deste agricultor em 2006, ainda que, desde 1994 a Embrapa tenha inserido em seu Plano Estratégico a preocupação de transformar o produtor familiar em um dos sujeitos do desenvolvimento sustentável. Um contexto nacional e internacional favorável à sustentabilidade não foi suficiente para impulsionar a agricultura familiar.

Evidentemente que contribuiu para esta discrepância as próprias condições do segmento produtivo, sem nenhum amparo antes da criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar. Este programa somente teve início em 1996, mas, a partir daí, associase a ele um conjunto de iniciativas da política ambiental, da política de floresta e a disponibilização de seus mecanismos de financiamento para a difusão de projetos e sua replicabilidade. As condições de amadurecimento do setor foram dadas no início dos anos 1990, porém, somente nos anos 2000 é que a mesma se efetiva. Dez anos nos quais o processo de uso e ocupação do solo, determinado pelas dinâmicas dos produtos de exportação, consomem o território e os recursos naturais brasileiros.

Ainda é tempo. Ainda há tempo de mudar.

Referências bibliográficas

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. s.e. / s.d./

ALTAFIN, Iara e ROCHA, Luiz Augusto. Prioridade para a agricultura familiar: por que é tão difícil? In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Contribuições ao Debate – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5, n. 17, 2005, pp. 99-116.

ARAÚJO, F. C.; NASCIMENTO, E. P. O papel do Estado na promoção da sustentabilidade da agricultura. Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, junho 2004 on line

BIANCHINI, Valter. Políticas diferenciadas para a Agricultura Familiar: em busca do Desenvolvimento Rural Sustentável. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Contribuições ao Debate / – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5, n. 17, 2005, pp. 81-98.

CUNHA, Luis Henrique e COELHO, Maria Célia Nunes. Política e Gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra B. e GUERRA, Antonio J. Teixeira (orgs). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp. 43-79.

CLÜSENER-GODT, Miguel; SACHS, Ignacy (ed.). Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon Region. Paris/New York: UNESCO, The Parthenon Publ. Group, 1995. (Man and Biosphere Series, 15).

DAVIDOVICH, Fany (1989). Algumas Reflexões Gerais sobre a Gestão do Território. In: Geografia, Poder y Planificación. II Encuentro de Geógrafos da America Latina, Montevideo, 1989

LEFF, Enrique. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In VIEIRA, Paulo Freire et al (org.). Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre-Florianópolis: Editora Pallotti/APED, 1998. p.165-172.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO/FAO. Perfil das Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e Assentados no Brasil. Região Norte. s/data, s/editora, s/ano.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, Coordenação do Programa Piloto. Relatório Consolidado de Avaliação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Coordenação de Rafael Pinzón Rueda. Brasília, agosto de 2006, 157 p.

SACHS, Ignacy. L'ecodéveloppement: stratégies pour le XXI siècle. Paris: Syros, 1997.

_____. "L'écodéveloppement de l'Amazonie: strategies, priorites de recherche, cooperation internationale" In: Cahiers du Brésil Contemporain, Paris, n° 11, p. 121-146.

_____. Sustainable development: from normative concept to action. Background paper prepared for ISS and IDB, Washington D.C., march 1989. (mimeo)

_____. Colonisation et écodéveloppement. In: COLLOQUE EN L'HONNEUR DE PIERRE MONBEIG, Les phénomènes de « frontière » dans les pays tropicaux, 1979, Paris. Conferências... Paris: Travaux et Mémoires de IHEAL, n° 34, 1981, p.201-208.

SAWYER, Donald. Programas de Pequenos Projetos do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Setembro 2000. s/publicação.

VEIGA, José Eli da. A emergência socioambiental. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

VIEIRA, Paulo Freire et al (orgs.). Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre-Florianópolis: Editora Pallotti/APED, 1998.

VIEIRA, Paulo Freire (org.) Ignacy Sachs. Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

Floresta, para que te quero?

Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital

Elder Andrade de Paula

Prof. Adjunto da Universidade Federal do Acre. Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Endereço eletrônico: elderpaula@uol.com.br

Silvio Simione da Silva

Prof. Adjunto da Universidade Federal do Acre. Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Endereço eletrônico: ssimione@terra.com.br

Resumo

Nas últimas três décadas do século XX, no Acre e áreas circunvizinhas, foram marcadas pela luta sociais na disputa por terras de trabalho, perante retomada da terra de negócios no âmbito da fronteira amazônica. A transferência do domínio privado do seringal para fazendeiros mexia com as condições de territorialização camponesa. Esse processo de lutas e disputas socioterritoriais passa a ser fortemente influenciado pelo ambientalismo a partir da década de 1980. As políticas e estratégias adotadas pelo Estado no sentido de amenizar os conflitos, produziram quatro modalidades distintas de regularização fundiária: a) assentamentos agrícolas; b) assentamentos agroextrativistas; c) assentamentos agroflorestais; d) unidades de conservação. Neste trabalho estamos buscando analisar as peculiaridades desse “arranjo” perante a seguinte indagação: qual o significado da incorporação de parte das demandas do campesinato e das bandeiras dos movimentos ambientalistas no reordenamento da estrutura fundiária e nas formas de uso da terra nessa porção do território amazônico? A nossa conclusão é a de que há sim formas de promoção de acesso a terra de trabalho, mas também de geração de mecanismos de espoliação e expropriação que mantém a lógica destrutiva e predatória do capital intocadas.

Palavras-chave: floresta; regularização fundiária; assentamentos; uso do território; Amazônia.

Abstract

Forest, why do I want it? From peasant territorialization to the new territoriality of capital

The last three decades of the 20th century, in Acre and surrounding regions, were marked by social struggles in the dispute over lands to be worked, via the repossession of productive lands along the Amazon frontier. The transfer of private ownership of the rubber tapper estate (*seringal*) to ranchers affected the terms of peasant territorialization, which began with the establishment of "colocações" as family production units. The forest territory once again became the central focus of a dispute (as it had been in the 19th century, in a dispute with an autochthonous population to create the rubber estates), regarding the type of land use to be maintained or established. On the frontier, capitalist forces supported by political officials aimed to eliminate the forest in favor of agricultural activities, while the rubber tappers proposed to maintain the forest, as a territory to be used, based on the resources that had been used for decades. This process of socio-territorial struggles and disputes has been strongly influenced by environmentalism since the 1980s, particularly after the assassination of Chico Mendes (1988), the major leader of the Acre rural union movement at the time. The policies and strategies adopted by the State to ameliorate conflicts produced four distinct models of land tenure, each with various forms: a) agricultural settlements -- Directed

Settlement Projects (PAD), Rapid Settlement Projects (PAR), Settlement Projects (PA), and Colonization Projects (PC); b) agro-extractive settlements -- Agro-extractive Settlement Projects (PAE), and Forest Settlements Project (PAF); c) Agroforestry settlements -- State Agroforestry Pole Projects (PE), Sustainable Development Projects (PDS); and, d) Conservation units -- National Forests (FLONAS), State Forests (FEA), National Parks (PARNA), Extractive Reserves (RESEX), and Ecological Stations (EE). In this paper we analyze the peculiarities of this "arrangement", to address the following question: what is the significance of the partial incorporation of peasant demands and of environmental causes in the reorganization of the agrarian structure and of forms of land use in this part of the Amazon territory? We conclude that some measures encourage access to land by workers, but other measures continue to generate mechanisms of exploitation and expropriation that maintain the destructive and predatory logic of capital.

Keywords: forest; land tenure; settlements; land use; Amazon.

Resumen

Bosque, para que te quiero?

De la territorialización camponesa a la nueva territorialidad del capital

Las últimas tres décadas del siglo XX, en el Estado de Acre y los alrededores, fueron marcados por luchas sociales que disputaban tierras de trabajo, ante la retomada de la tierra de negocios en el ámbito de la frontera amazónica. La transferencia del dominio privado del seringal para los pecuaristas, hurgaba con las condiciones de territorialización camponesa. Ese proceso de luchas y disputas socioterritoriales pasa a ser fuertemente influenciado por el ambientalismo a partir de la década de 1980. Las políticas y estrategias adoptadas por el Estado en el sentido de amenizar los conflictos, produjeron cuatro modalidades diferentes de regularización agraria: a) asentamientos agrícolas; b) asentamientos agroextrativistas; c) asentamientos agroforestales; d) unidades de conservación. Con esta investigación buscamos analizar la peculiaridad de ese "arreglo" ante la siguiente indagación: ¿Cuál el significado de la incorporación de parte de las demandas del campesinato y de las banderas de los movimientos ambientalistas en la reordenación de la estructura agraria y en las formas de uso de la tierra en esa porción del territorio Amazónico?. Nuestra conclusión es la de que, verdaderamente existen maneras de promoción de acceso a la tierra de trabajo, así como también, existe generación de mecanismos de despojo y expropiación que mantiene la lógica destructiva y depredador del capital intocadas.

Palabras clave: bosque; regularización agraria; asentamientos; uso del territorio; Amazonía.

Introdução

As últimas três décadas do século XXI, no Acre e áreas circunvizinhas, foram marcadas pelas lutas sociais na disputa por terras de trabalho, perante retomada da terra de negócio no âmbito da fronteira amazônica. Os seringueiros, perante a decadência da territorialidade do seringal extrativista, num processo que se arrastava por décadas, já começavam impor-se como uma territorialidade dominante na floresta. Daí, após 1970, quando as transformações promovidas pela reterritorialização do capital atingiam o Acre, as reações que foram sendo construídas, colocando a clara as situações subjacentes da luta de classe, até então amenizada pela desarticulação da unidade capitalista decadente que materializava nos antigos latifúndios seringalistas.

A transferência do domínio privado do seringal para fazendeiros mexia com as condições de territorialização camponesa, o que estava em curso a partir da firmação das

colocações como unidades de produção familiar. O território florestal, novamente estava posto no centro de uma disputa (pois esteve no passado, por ocasião da disputa com a população autóctone para a formação dos seringais, no século XIX), quanto a forma de uso do espaço a ser mantido ou implementado. No âmbito da fronteira as forças capitalistas, plenamente apoiadas pelas políticas oficiais, apontavam para negação da floresta e implantação de atividades ligadas a agropecuária; já os seringueiros propunham manter a floresta, enquanto território potencial de uso, a partir de seus recursos que há décadas vinham sendo utilizados.

É exatamente nesse contexto de lutas e disputas socioterritoriais - lideradas inicialmente pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e, posteriormente, por eles e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) - que o Estado passa atuar na regularização fundiária. A estratégia inicial focalizava-se na amenização dos conflitos, levando a situação para o âmbito das políticas de assentamentos do INCRA.

Na verdade, a política de assentamento posta em prática, voltava-se para a consumação do uso agropastoril e agrícola da terra, negando assim o uso agroextrativista pré-existente. As ações do INCRA se concentraram, por um lado, na criação de projetos de assentamentos, quase sempre, nas áreas de conflitos bastante acirrados. Por outro, na busca de mecanismos legais para legalizar a propriedade latifundiária, como o demonstra a "Exposição de Motivos 77/78 e Rol das Hipóteses de Convalidação" (PAULA, 2005;162). Tais expedientes, visavam amenizar os graves conflitos sociais no agro acreano, e ao mesmo tempo, criar as bases legais para efetivar a modernização capitalista no campo.

É na luta de resistência dos seringueiros, notabilizada na figura de Chico Mendes (Presidente do STR de Xapuri) que se afirma em meados da década de 1980, uma oposição frontal ao processo de modernização em curso. Essa luta acabou encontrando ressonância nas organizações e movimentos ambientalistas internacionais que denunciavam a devastação na Amazônia, que acabariam resultando em alianças que influenciariam decisivamente na trajetória do campesinato, não só no Acre, como em toda Amazônia brasileira.

Em linhas gerais, conforme demonstra Paula (2005), esse movimento de resistência nucleado no STR de Xapuri, passou a propor como alternativa para o desenvolvimento regional, uma inversão na lógica de apropriação dos recursos naturais: a natureza deixaria de estar subordinada aos interesses imediatos dos capitais privados e passaria a ser incorporada como um bem público, cuja utilização deveria levar em conta tanto as demandas sociais das populações da região, quanto as preocupações mais abrangentes acerca da importância da conservação daquela paisagem para o planeta. Desse modo, o Estado passa a constituir-se em referência central para atuar na reversão do modelo em curso, conforme demonstra o esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista (RESEX), sintetizado a seguir.

A terra não deve constituir-se em objeto de apropriação privada, deve ser regularizada juridicamente na forma de um patrimônio público, sob a guarda do Estado. Cabe a este, assegurar as condições necessárias para que os ocupantes desses territórios (seringueiros, ribeirinhos e demais populações existentes nestas áreas) possam permanecer ocupando-os. Tal permanência, requer necessariamente, a valorização dos saberes dessas populações como elemento orientador de políticas públicas destinadas a elevação dos níveis sociais de vida e renda de forma compatível com a conservação da paisagem natural.

Como a floresta é dotada de um potencial de exploração ainda largamente desconhecido, cabe, a médio e longo prazo, desenvolver pesquisas com intuito de potencializar os saberes dessas populações das RESEXs, apropriar-se da ciência para gerar novas tecnologias voltadas para uma utilização "sustentável" desses territórios. No curto prazo, deve-se priorizar a adoção de incentivos (na forma de subsídios) àqueles produtos como borracha e castanha, habitualmente explorados pelas populações extrativistas. Cabe ressaltar, que a exploração de madeira para fins comerciais é absolutamente descartada nesse esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista.

Compõe ainda esse conjunto de proposições iniciais, o incentivo às populações dessas áreas, para criarem ou fortalecerem suas organizações representativas,

particularmente o cooperativismo e o sindicalismo. Os objetivos orientam-se pela vontade de eliminar o processo de exploração engendrado sob contexto das relações mercantis. Isto é, a possibilidade de elevar os níveis de renda através da redução da cadeia de intermediação. No caso da organização sindical, os objetivos estariam mais direcionados para coordenar a gestão nas RESEXs visando assegurar o máximo possível de autonomia política desses trabalhadores. Ou seja, procurava-se construir "por baixo" a sustentabilidade econômica, sociocultural e política da RESEX. Diferentemente do "modelo" defendido anteriormente pela CONTAG, neste não teria lugar nem para os pecuaristas, nem para as oligarquias regionais vinculadas a economia mercantil; por isso, essas forças reagem violentamente contra essa proposta (PAULA, op.cit).

Havia o entendimento de que isoladamente não seria possível levar a cabo pretensões, que naquele período, pareciam praticamente impossíveis. A criação do CNS, além de expressar uma tentativa de ir além dos limites da ação sindical, indicava as proposições de construir um arco mais amplo de alianças políticas (regional, nacional e internacional) a fim de enfrentar aquela batalha na proporção que requeria. Deve-se lembrar ainda, que a busca de canais de interlocução no âmbito da sociedade política (Estado *strito sensu*), expressa a importância atribuída à esfera institucional enquanto trincheira de lutas.

Em síntese, se por um lado a proposta de RESEX contém elementos de ruptura com uma noção de progresso pautada na desqualificação da cultura e dos saberes ditos "tradicionais", no fundamentalismo da apropriação privada da natureza para fins de acumulação, por outro, na sua origem, é permeada pela crença ou confiança na possibilidade do aparato institucional forjado na esteira do "progresso", ajustar-se na magnitude necessária à incorporação da crítica dos "de baixo". Conforme ver-se-á mais adiante, parece ter ocorrido exatamente o oposto: tanto a proposta de RESEX, quanto as demais unidades de conservação de uso direto criadas a partir da década de 1990, passam a subordinar-se integralmente a lógica da mercantilização da natureza.

Qual o sentido de tudo isto para a realidade agrária acreana? Estamos certos de que há muitos pontos a serem refletidos. Contudo, o que se pode dizer de imediato é que tanto as RESEXs quanto as unidades de conservação de uso direto que se apresentaram inicialmente como possibilidade de romper com a lógica distributivista e produtivista que têm presidido as políticas de reforma agrária no Brasil, parecem ter sucumbido. Nas demais modalidades de promoção do acesso à terra de trabalho os mecanismos geradores de espoliação e expropriação permanecem inalterados na sua substância. São nestes meandros da realidade agrária acreana que pretendemos aprofundar nossa reflexão.

O espaço agrário produzido a partir do final década de 1960

Como já vimos tratando, a partir do final de 1960 há mudanças fundamentais que se impõem sobre o uso do espaço agrário acreano e que repercute, sobretudo, nas forças sociais agrárias ligadas ao setor extrativista. Dois segmentos distintos de classes – os grandes proprietários fazendeiros e o campesinato – emergem com grande poder de influenciar a estrutura agrária. Os *grandes proprietários* de terra constituem-se de fazendeiros que adquiriram propriedades de antigos seringais. São agentes da frente pioneira agropecuária que começa a se estruturar regionalmente, pelas três décadas seguintes. Há ainda antigos seringalistas que não venderam suas propriedades e agora tentam se reorganizar com a introdução da agropecuária ou com a especulação de suas terras no mercado fundiário local. Esses, portanto, são agentes remanescentes da frente agroextrativista que tentam se reestruturar em padrões produtivos adequados aos "novos tempos", numa visão "desenvolvimentista" como os agentes da fronteira agropecuária.

Do ponto de vista populacional, os *grandes proprietários* representam uma minoria, mas que detinham a maior parte das terras amazônicas-acreanas e são poderosos do ponto de vista econômico e político. Esses grupos geralmente não residem no campo, habitando

as cidades e atuando em outros setores como o comércio, a indústria e bancos. Politicamente, são forças retrógradas que não são suscetíveis à alternativas de política de desenvolvimento agrário que não seja a agropecuária (SILVA, 2005).

Por outro lado, os camponeses conformam a maior diversidade socioeconômica agrária. São desde médios agropecuaristas até uma grande maioria de pequenos agricultores, criadores e agrossilvicultores (SILVA, 2005)¹. Esses médios agropecuaristas são, na verdade, famílias de antigos camponeses, sejam eles locais (antigos seringueiros ou colonos) ou migrantes (assentados dos projetos do INCRA e ex-pequenos proprietários do Centro-Sul), que ao longo das duas décadas finais do século XX, direcionaram seus investimentos para a pecuária mista (leite e corte). Vemos que nisso residuiu um processo de diferenciação do campesinato (OLIVEIRA, 1991) no contexto da fronteira, de forma que, a nosso ver, não se pode falar desses como “camponeses”, mas sim de médios fazendeiros – os “agraristas” ou “*farmer*” de Lênin (1980), que cada vez mais se enquadram no padrão de pequenos empresários rurais – o “produtor rural”, como já previa o Estatuto da Terra de 1964 ou o recente “Projeto Novo Rural Brasileiro” (SILVA, J. G., 1999).

Ademais, em face dos conflitos suscitados no contexto da fronteira agropecuária, os movimentos de resistência dos seringueiros foram parcialmente vitoriosos. No embate geral, sob a direção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sujeitos sociais organizados forçaram o Estado a desapropriar áreas de propriedades privadas e com isso permitir um avanço do domínio do campesinato sobre a terra do capital.

Nos movimentos sociais, a conscientização dos trabalhadores de seus direitos foi a motivação que deu sustentação à luta. Os PAS – Projetos de Assentamentos, PAEs – Projetos de Assentamentos Extrativistas e as RESEXs, representaram expressões maiores de suas conquistas e da possibilidade de continuar na terra a construção de um novo destino social que não era mais a incerteza vivenciada até então. Davam-se bases, assim, para a formação de territórios de pleno domínio camponês e outros de domínios parciais como os PAs (parciais, pois estão mais suscetíveis ao avanço de capital). Com estas modalidades de reacomodação da unidade camponesa e regularização fundiária, projetavam-se novos propósitos para o uso da terra, sobretudo da floresta. Isto revela-se a partir das modalidades diversas que se criam para acomodação desta população no âmbito de suas lutas e seus projetos, perante o poder público que também atua dirigindo. Vejamos essa re-configuração da estrutura fundiária no Quadro 1 a seguir,

¹ Aqui cabe a distinção quanto à diferenciação do termo *camponês* e de *produtor familiar*. São os mesmos sujeitos sociais, porém apreendidos sob óticas diferentes: o primeiro sob autonomia e confronto, o segundo, de subordinação e aceitação do mercado. O elemento definidor geral é a condição de trabalho familiar, como base geradora de bens e intermediadora de relações produtivas. O elemento diferenciador é o uso e a finalidade que se tem para com a terra que nela habita e trabalha, ou seja, a terra enquanto meio de produção serve para suprir suas necessidades fundamentais: subsistência, moradia, vivência familiar, reprodução sociocultural; ou para acumular e ampliar seus bens (MENDRAS, 1978). Assim, ao camponês, sua produção, mais que um bem de capital é, em primeiro lugar, um bem para sua própria sobrevivência; já ao produtor familiar, visto sob a ótica de capitalizar, trabalha para acumular e ampliar suas propriedades, ou seja, para lucrar (numa lógica de obtenção da mais-valia). Como são formas diferentes de tratar o mesmo sujeito, o problema desdobra-se em políticas agrárias que tratam todos na ótica do mercado, sendo então conduzido a processos expropriatórios, pois aqueles que não se adequarem às regras impostas pelo mercado, poucas chances terão de permanecer na terra.

Quadro 1 - Situação das terras do Acre (2006)

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	QUANT.	AREA (ha)
Projeto de Assentamentos – PA	65	615.313,64
Projeto de Assentamento Dirigido – PAD	5	767.029,91
Projeto de Assentamento Rápido – PAR	2	48.214,00
Projeto de Assentamento Agro-Estrativista – PAE	11	286.395,85
Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS	6	148.670,37
Projeto de Assentamento Florestal- PAF	3	86.183,00
Projeto Estadual Pólo Agroflorestal – PE	12	3.412,24
Projeto Casulo – PCA	3	651,66
SUB-TOTAL	107	1.955.870,66
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAL		
Florestas Nacionais – FLONAS	3	425.332,89
Reservas Extrativistas – RESEX	5	2.704.353,00
Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE	1	2.576,47
Parque Nacional – PN	1	846.633,00
Estação Ecológica – EE	1	77.500,00
SUB-TOTAL	11	4.056.395,36
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL		
Florestas Estaduais	4	1.102.487,00
Parque Estadual	1	695.303,00
SUB-TOTAL		1.797.790,00
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL		
Parque Natural	4	117,60
Área de Proteção Ambiental	1	908,74
SUB-TOTAL	5	1.026,34
TERRAS INDÍGENAS		
Regularizadas	24	1.818.483,89
Homologada	1	142.619,00
Declarada	1	86.700,00
Terra Dominial Indígena	1	11.463,00
Terras em Identificação	5	175.000,00
SUB-TOTAL	32	2.24.265,89
AREAS ARRECADAS E DESTINADAS	107	3.271.827,02
TERRAS PÚBLICAS NÃO DESTINADAS	5	28.949,00
TERRAS DOMINICAIS		
Total de Área e nº de Lotes Titulados	4.086	162.360,15
Total de Área a Titular		46.910,21
SUB-TOTAL	4.086	209.270,37
AREAS SOB DOMÍNIO PARTICULAR – SNCR	21.157	5.783.399,20
AREA TOTAL DO ESTADO		16.422.136,04

Fonte: Governo do Estado do Acre (2006)

Deve-se chamar a atenção para um dado extremamente relevante no Quadro 1: na década de 1990, a criação de unidades de conservação de uso direto representava uma grande inovação em termos de reforma na estrutura agrária. Atualmente não representa mais, uma vez que houve profundas mudanças na legislação que transferiu paulatinamente a exploração nessas áreas para fins privados, como foi o caso da aprovação da Lei 11284/06² que instituiu a concessão para exploração madeireira nas florestas públicas, por parte de grandes empresas privadas. Em síntese: embora essas unidades de conservação sejam formalmente de domínio público, na prática, estão privatizadas. Outro dado importante, é que as terras de domínio privado estão ainda extremamente concentradas, com o índice de Gini em torno de 0,879. Vejamos a seguir uma análise resumida dessas modalidades de acesso a terra.

Os projetos de assentamentos

Os Projetos de Assentamentos Dirigidos – PADs (atualmente denominados pelo Incra como Projetos Colonização – PC), implantados no Acre a partir de 1977, enquadravam-se no conjunto da política de colonização do Governo Federal desenvolvida pelo INCRA. A implantação dos projetos de assentamentos dirigidos geralmente esteve ligada à legalização fundiária em locais de grandes tensões sociais na década de 1970 e 1980, como as áreas desapropriadas no município de Brasília para a implantação do PAD Quixadá em 1981. Eram áreas de reivindicações dos seringueiros sobre seu direito de posse. Nas lutas, sob a liderança dos STRs, à primeira vista, a reivindicação não era por esta modalidade de assentamento. Portanto, os PADs podemos dizer que são frutos das lutas de resistências dos seringueiros, mas não foi uma criação enraizada no seio do próprio movimento. A finalidade era, portanto, legalizar a situação fundiária de posseiros/seringueiros que ainda não haviam sido expropriados e reassentar seringueiros já expropriados que pretendiam voltar para a terra, mas como “agricultor”; e ainda, por outro lado, acomodar contingentes populacionais provenientes do Centro-Sul, formados por trabalhadores sem-terra, atingidos de áreas de barragens, brasiguaios e, por excedentes familiares camponeses.

Nesse conjunto, podemos dizer que num primeiro plano, o poder público, através dos PADs, promoveu os processos de acesso dos camponeses à terra e seu domínio sobre ela (a recriação capitalistas do campesinato). Ao acomodar esta diversidade camponesa não oferecendo as infra-estruturas necessárias direta e indiretamente, promoveu-se a recriação dos mecanismos de expropriação, e muitos desses camponeses começaram a sair dos lotes cedendo lugar a uma gradativa reconcentração da terra. Com isso, torna-se inevitável o retorno do domínio do capital sobre um território que, legitimamente, já seria camponês; o que se caracteriza como processos de desterritorialização do campesinato.

Outra questão nos PADs está ligada à implantação de uma lógica de organização de lotes retangulares baseada no módulo rural (na região acreana, um módulo rural variava entre 60 a 100 hectares), em corte limítrofes retilíneos, para os ex-posseiros/seringueiros locais (cf. Figura 3). Isso representava a inviabilização de sua tradicional produção extrativista. Muitos seringueiros que viveram essas situações têm explicado que para continuar na terra, sob tais condições, tiveram que “se tornar um colono sulista em suas próprias terras” (SILVA, 1999).

² Maiores informações a respeito dessa Lei, ver entre outros, PAULA (2006)

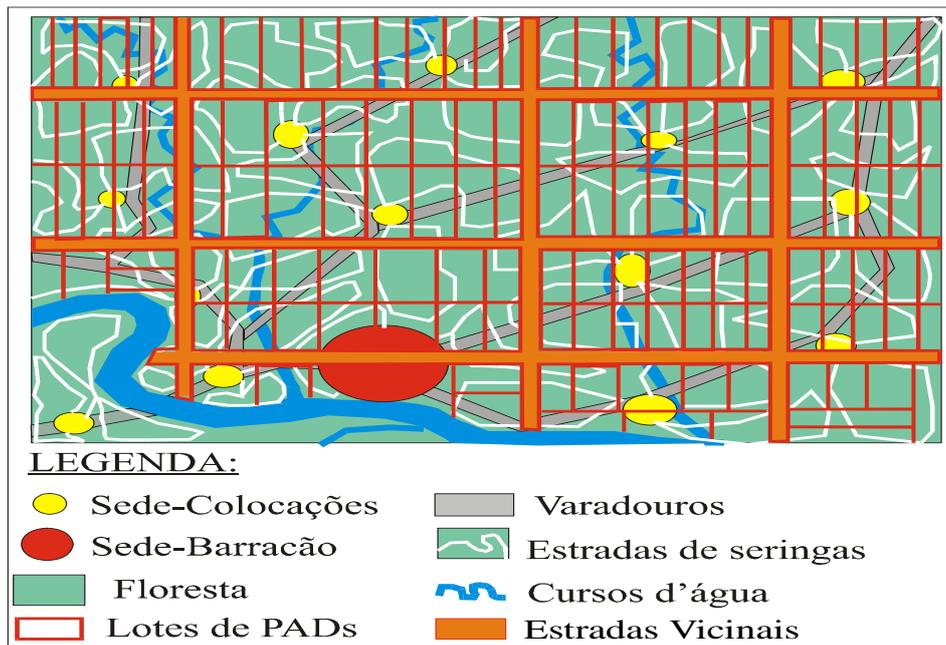


Figura 3 - Sobreposição organizacional do território de um PAD ao de um seringal
 Fonte: Elaborado e desenhado por Silvio Simione da Silva, 2003. In: SILVA, 2005.

Os PAs, PAEs e as RESEXs

Os Projetos de Assentamentos (PAs) foram implantados como propostas de assentamentos voltadas para trabalhadores familiares rurais sem terra em atividades agrícola e pastoris. Tratava-se de ações que se deu no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), visando acomodar populações em áreas já abertas numa lógica social e produtiva de continuidade aos PCs e PADs.

Já os PAEs e as RESEXs, também foram implantados em áreas de conflitos sociais pela terra. Na sua implantação houve a expressiva ação dos movimentos de resistências organizados sob a liderança dos STRs e com apoio de várias organizações, como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Todavia, ao contrário dos PADs, essas iniciativas surgem como alternativa no processo de amadurecimento das organizações desses camponeses florestais. Eram implantadas em áreas em que a expropriação dos moradores tradicionais ainda não havia atingido graus muito elevados, como nos explicou o sindicalista Raimundo Barros (2002) em entrevista recente:

Estas reservas são para nós, forma de reforma agrária Para o agricultor, para o colono a reforma agrária é desapropriar uma área de terra, cortar uns pedaços de 50 a 100 ha. e dar para eles. A reforma agrária do seringueiro é a defesa da colocação, porque ali na colocação eles tem a seringa, a castanha, a caça e os igarapés; ele tem um espaço grande na floresta onde põe seu roçado, a partir de que os porcos, burros ou bois que ele cria são muito pouco e não vai lá. Então o seringueiro já tem praticamente demarcado, por que ele sabe onde sua estrada termina e onde começa a estrada do outro companheiro. Então a reserva extrativista é a reforma ideal para o seringueiro e a gente conseguiu graças a Deus com toda essa luta, com derramamento de sangue, com noites de sono perdidas, passando fome e tantas e tantas outras coisa, mas a gente conseguiu conquistar. E hoje lá a gente está começando a desenvolver experiências interessantes.

As RESEXs são territórios ocupados por populações que tradicionalmente trabalharam com atividades extrativistas de recursos naturais renováveis da floresta. A regularização fundiária nessas áreas ocorre de forma coletiva, através de contratos de concessão de uso, celebrada entre o poder público e as associações representativas dos moradores, por meio da aprovação de um Plano de Utilização. Nesse plano se estabelecem as normas para garantir a conservação e uso sustentável dos recursos naturais (ACRE, 2000).

Nessas condições, alerta-nos ALLEGRETTI (S.n.t.) que estas modalidades de ocupação da terra dependem do Estado para serem criadas, pois este juridicamente é a instância habilitada a reconhecer; mas internamente, são os trabalhadores que devem buscar uma organização autônoma, livre de qualquer tutela. Na prática, o que temos visto hoje, na Amazônia-acreana, é a busca de alternativas que variam de uma comunidade para outra, e a formação de importantes parcerias entre as associações de moradores das RESEXs e dos PAEs como alguns órgãos oficiais (Prefeituras, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente etc.) e ONGs (CPT, CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia etc.). Contudo, são nestas parcerias que, às vezes, podem se formar novos mecanismos de interferências de forças capitalistas impor modo de exploração, abrindo espaços para a entrada de interesses externos nestas áreas.

Os PAEs são projetos que visavam regularizar a situação dos seringueiros que resistiram à expropriação promovida no contexto da apropriação da terra na configuração territorial da fronteira agropecuária. É uma alternativa incorporada no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sob as pressões do sindicalismo rural e do CNS. Suas proposições foram feitas no sentido de garantir a posse de áreas próprias para a continuidade de atividades extrativistas de comunidades de populações tradicionais amazônicas, sem passar pelos loteamentos convencionais, até então empregados em processo de colonização (MIRAD, 1987). Neles as famílias mantêm sua estrutura baseada na colocação, numa área correspondente a três estradas de seringa em média (um território de aproximadamente 300 ha.), como demarcadora de sua área de domínio. Nesses espaços, trabalharia com extrativismo e atividade agrícola de sustentação familiar, mas priorizando os ramos agroflorestais (ou agroextrativistas, ou seja, a conciliação de atividades extrativistas naturais com práticas agrícolas e criação de animais) e de silviculturas (ou agrossilvicultura, que é a prática do cultivo de espécies silvícolas). Do ponto de vista jurídico, estes Projetos estão subordinados à administração do INCRA.

As RESEXs foram idealizadas pelos próprios seringueiros em meio a suas organizações e lutas de resistência. Viram-nas como alternativas viáveis para conciliar suas condições de vida e valores socioculturais, no âmbito da política de colonização oficial para a região. Com isso, como nos PAEs, buscava-se criar uma alternativa jurídica conciliadora para a legalização da terra sob formas de utilização dos recursos da floresta, ecológica e socialmente viável ao ambiente e à sociedade local³. A forma de uso da terra também é semelhante ao que relatamos nos PAEs, no entanto, estas são Unidades de conservação (UCs.) e como tal estão subordinadas ao IBAMA.

As RESEXs e os PAEs representaram, acima de tudo, uma conquista socioambiental e territorial, graças à resistência e à luta pela terra. Atualmente algumas comunidades já gozam de melhores condições de vida. Mas há muitas áreas demasiadamente empobrecidas. Portanto, há muitos problemas a serem administrados, tais como: a ocupação de áreas por posseiros, às vezes expropriados dos PADs, ou por população que havia migrado para a cidade nos anos anteriores e agora tenta voltar para junto de conhecidos ou parentes e insiste em trabalhar com atividades que levam à prática do desmatamento; questões referentes à falta de preço, de vias e de meios para o escoamento da produção, de assistência na educação e na saúde; ampliação da área desmatada pelos próprios moradores; grande dificuldade de alcançar toda a população sob

³ Conforme Osmarino A. Rodrigues (2002), o aparato jurídico veio da comparação desta modalidade de uso da floresta inspirado no modelo das reservas indígenas.

forma de organização coletiva, etc. Essas situações, além de um peso eco-ambiental, podem conduzir, às vezes, moradores da RESEX e dos PAEs a migrarem para a cidade, em busca de melhores condições de vida. Enfim, podemos dizer que tais modalidades representam o alcance de conquistas fundamentais, mas ainda é preciso continuar a luta para mantê-las.

Em suma, temos de salientar que no âmbito da utilização e legalização das áreas de reacomodação camponesa, vemos vantagens dos PAEs e RESEXs sobre os PAs. Do ponto de vista da legalização fundiária, nos dois primeiros não se edificam bases para a apropriação privada da propriedade da terra; já nos projetos de assentamentos sim; daí a maior suscetibilidade à expropriação do trabalhador. Já com relação ao uso da terra, qualquer finalidade que leve ao desmatamento em escala maior é proibida e não pode sequer estar contida no Plano de Utilização da área. Contudo, os riscos de retrocesso são muito grandes, face a escalada crescente de mercantilização da natureza que mencionamos na introdução dessa comunicação.

Pólos Agroflorestais, Projetos de Assentamentos Florestais (PAFs) e a concessão de florestas públicas

Os Pólos Agroflorestais resultam de uma proposta de assentamento de famílias de origem campesina (seja do campo ou da floresta) que expropriadas, nas últimas três décadas passadas, migraram para as periferias das cidades acreanas. A criação desta modalidade de assentamento resulta de políticas que, além da finalidade produtiva, visam o “retorno” dessas pessoas ao “campo”, numa inversão das correntes do êxodo rural das décadas anteriores. São ações planejadas de assentamentos em áreas, consideradas sua proximidade de uma cidade ou via trafegável, suas potencialidades hídricas e pedológicas, suas aptidões para as atividades agroflorestais e hortifrutigranjeiras, a possibilidade de organização comunitária (associações e cooperativas) e de ações de recuperação de áreas degradadas com o reflorestamento (recuperação de matas ciliares e formação de SAFs)

Apesar de que as áreas em que foram implantadas terem sido avaliadas tecnicamente (assim prevê os documentos de criação), a viabilização desta para as finalidades previstas tem deparado com certos problemas. Aqui referimos às situações como: estarem localizadas sobre áreas de antigas pastagens, ser servido por cursos d'água já muito degradados (tornaram-se temporários), distância da cidade e meio de transporte de pessoas e da produção, e capacidade de consumo dos mercados locais (no interior do Estado), as incertezas da viabilidade dos SAFs, e as implicações da estrutura para a produção hortifrutigranjeiro serem mais caro (o que aparente ser a atividade mais viável para o caráter de curto prazo).

Além desses cabe ainda ressaltar pontos críticos como: a incerteza assentados quanto à forma jurídica que seu lote será reconhecido (concessão de uso ou titulação); a incompreensão pelas dimensões pequenas dos lotes (variando entre três e nove hectares - embora nenhum assentado tenha usado toda a extensão territorial destes); a relação da produção efetivada sobre áreas semi-degradadas o que torna mais demorado o retorno de ganhos para as famílias produtoras; o tempo para a formação de uma identidade comunitária entre as famílias assentados; o tempo para a formação de uma maturidade política coletiva dos grupos assentado, quando os executores dos projetos querem resultados imediatos etc.

Contudo, admitimos que se há um ponto bastante positivo além de alguns já mencionados, este reside na promoção de uma nova mentalidade na política de assentamento, em que não se baseia na extensão das áreas, mas valorização de seu uso dos solos e da força de trabalho para os fins propostos.

Já no que se refere a concessão de uso das florestas públicas a regulamentação do uso das UCs ficará vinculado a três formas de gestão, sob propósito de promover a “produção sustentável”: a) – na criação de UCs que possibilite a produção de recurso

florestais sob formas de exploração sustentável (ex. Florestas Nacionais), gestada direto próprios governos federal, estaduais e municipais; b) - na destinação da área ao uso comunitário como assentamentos na floresta: reservas extrativistas, áreas quilombolas, PDS - Projetos de Desenvolvimento Sustentável, PAF – Projeto de Assentamentos Florestais. Aqui se prevê possibilidade de uso comunitário da terra florestal com seus recursos, porém com firmação de parcerias; c) - na concessão de Florestais pagas, através de processo de licitação pública. Nisto abrem-se a possibilidades, sobretudo atuação da iniciativa privada sobre territórios públicos.

As glebas postas a licitação serão de Unidades de Manejo classificadas como: pequenas (até 10 mil ha), médias (até 40 mil ha) e grandes (até 200 mil ha). Com isto, conforme o Projeto, visa-se possibilitar o acesso aos pequenos, médios e grandes produtores. Antes da licitação estas Unidades de Manejo será submetidas a autorização prévia do IBAMA. Este deverá garantir se a áreas estão aptas ou não para o manejo florestal e se outras atividades poderão ser desenvolvidas (ecoturismo, extração de produtos medicinais e fitoterápicos etc.)⁴.

Nos contratos de concessão estarão estabelecidas as regras para utilização da área, inclusive para a atualização de preços dos produtos e serviços explorados. Estes contratos serão estabelecidos por períodos que poderá variar de 5 a 60 anos dependendo tipo de manejo que será proposto. Tais contratos serão apresentados ao IBAMA, como instância apta a aprovação ou reprovação. Tudo isto será monitorado e fiscalizado por três frentes: primeiro, o IBAMA que fará a fiscalização ambiental da implementação do Plano de Manejo Florestal Sustentável; segundo, pelo o Serviço Florestal Brasileiro que fará a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão; e terceiro, adicionalmente será obrigatória uma auditoria independente das práticas florestais a pelo menos cada cinco anos (MMA/SBF, 2005).

Vemos nesta proposta méritos e ameaças se considerarmos-la sobre realidade Amazônica-acreana. Méritos por regulamentar o uso e implantação áreas florestais, pois sem uma destinação fundiária que legalize, a floresta estará mais exposta a devastação. Ameaças, pois há uma regularização de áreas públicas que serão colocadas para a exploração privada. Em ambas as situações, a população ficará exposta e legislação que nem sempre colocam o humano presente na floresta como desafios de ser “preservado”, aliás, sempre se prevê sua retirada.

Em suma, pelos propósitos posta na Gestão de Floresta, é preocupante o pequeno espaço aberto às comunidades, visto que estamos numa região de florestas habitadas como o Acre. As metas dirigem-se para ampliar mecanismos de firmação de espaço à iniciativa privadas e não para famílias camponesas que aí vivem. Então no desenvolvimento da floresta pensado, parece-nos que esta é vista muito mais como um vasto reservatório de recursos a ser explora pelo capital de que como o espaço da morada do homem que aí vive. O ponto crítico de tudo, está na geração de formas que produzam ainda maior perda de voz aos trabalhadores. Isto num conjunto de ações que os façam serem engolidos pelos interesses dos grandes capitais privados na extração madeireira (e de outros recursos naturais) que entram em cena, sob a legalidade do processo licitatório promovido pelo Estado .

Concluindo: uso do território – para que e para quem

Conforme procuramos demonstrar nessa Comunicação, o campesinato na sua trajetória de resistência na Amazônia-acreana marcou um capítulo singular na luta pela

⁴ O processo licitatório será feito para cada Unidade de Manejo e o vencedor será definido com base em dois critérios: do melhor preço; e da proposta de menor impacto ambiental e maior benefício socioeconômico. As concessões não implicam em qualquer direito de domínio ou posse sobre as áreas (MMA/SBF, 2005). Isto, junto ao tamanho das glebas, certamente implicará também limites a quem poderá concorrer.

reforma agrária no Brasil. Ao elaborar no calor dos conflitos sociais pela terra, a proposta de RESEX e, posteriormente, fazer como que o Estado a incorporasse oficialmente como política, abriu novos horizontes para se pensar os sentidos do uso social da terra na sua interface com a temática ambiental. Mais ainda, ao reivindicar autonomia no processo de gestão das RESEXs e demais unidades de conservação de uso direto, esse campesinato deu um passo significativo em direção a reconfiguração das relações de poder político instituído secularmente na região.

Deve-se salientar, contudo, que o aprofundamento das reformas neoliberais ocorridas a partir da década de 1990, somadas a opção governamental pela priorização da exploração madeireira, representaram um duro golpe nesse movimento social. Daí, então o amplo aumento de Unidades de Conservação, sobretudo nas modalidades de uso direto. A Lei 11284/06 expressa de forma lapidar o modo com se processa a retomada do território pelo capital. Enfim, a nosso ver abrem-se a partir de agora novos flancos de conflitos com o capital. Conflitos esses, que esse campesinato parece ainda não ter consciência da sua magnitude. O processo está aberto...

Referência Bibliográfica

MENDRAS, Henri. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 265p. (Tradução: Maria José da Silveira Lindoso).

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Estrutura Fundiária do Estado do Acre. Rio Branco-AC, 2006 (mimeo).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. 164p.

MMA/SFB. Projeto de lei que regulamenta o uso sustentável das florestas públicas brasileiras e cria o Serviço Florestal brasileiro (SFB). Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SFB – Diretoria do Programa Nacional de Florestas, 2005;

PAULA, Elder Andrade de. (Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco, Edufac, 2005.

_____. O conto da “floresta pública” e o canto da sereia: Lei 11284/06 In: CPT – Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2005. Goiânia: CPT, 2006.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. 2.ed. Campinas: UNICAMP/IE., 1999. (Coleção pesquisa 1 – Edição revisada)

SILVA, Silvio Simione da. A fronteira agropecuária acreana. Presidente Prudente, 1999. 373p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista.

_____. Rio Macauã: viagem aos confins do rio das mil e uma curvas. Revista Uáquiri. Rio Branco: Departamento de Geografia - Universidade Federal do Acre, n.1, A.1; jul/dez/2003. p.133-164.

_____. Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. Presidente Prudente, 2005. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.

Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária

Lucília Maria Sousa Romão

Doutora em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFLCLRP/USP) (2002)

Prof^ª. Dr^ª. da FFLCLRP/USP

Endereço profissional: Avenida dos Bandeirantes, 3900 – Bairro Monte Alegre – CEP:14040-901, Ribeirão Preto-SP, Brasil - Telefone: (16) 3602-4443

Endereço eletrônico: luciliamsr@ffclrp.usp.br

Soraya Maria Romano Pacífico

Doutora em Psicologia e Educação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFLCLRP/USP) (2002)

Prof^ª. Dr^ª. da FFLCLRP/USP

Endereço profissional: Avenida dos Bandeirantes, 3900 – Bairro Monte Alegre – CEP:14040-901, Ribeirão Preto-SP, Brasil - Telefone: (16) 3602-4443

Endereço eletrônico: smrpacifico@ffclrp.usp.br

*“Todo dia eu só penso em poder
parar
Meio-dia eu só penso em dizer não
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão.”*

Chico Buarque

Resumo

Tomar o discurso como objeto de análise, tendo como fundamentação teórica a Análise do Discurso (AD) de Michel Pêcheux, abre-nos um leque de interpretações para os textos, pois segundo a AD, o sentido não está pronto nem predeterminado, assim, sempre pode vir-a-ser outro. Nesse trabalho, analisaremos um *corpus* de dados colhidos na rede eletrônica e constituído por notícias, artigos e textos institucionais, marcando a emergência de duas formações discursivas. De um lado, o discurso sobre o curso de Direito de uma Universidade Federal e sobre um livro didático de História distribuído pelo MEC; de outro, o discurso de um programa institucional da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto para todo o Estado de São Paulo. Buscamos investigar como são produzidos sentidos sobre o que consideramos ser um litígio discursivo que se dá muito além de giz e lousa.

Palavras-chave: discurso; ideologia; escola; MST; agronegócio.

Resumen

Mucho además de la tiza y pizarra: el análisis de la litigación discursiva alrededor del asunto agrario

Para tomar el discurso como el objeto del análisis, teniendo como el pilar teórico el Análisis del Discurso (DC) de Michel Pêcheux, nos abre un entusiasta de interpretaciones para los textos, porque según el ANUNCIO, el sentido no está listo ni predeterminado, así, siempre puede venir-a-ser otro. En ese trabajo, nosotros analizaremos un cuerpo de datos escogido

en el precio neto electrónico y constituyó por las noticias, género y textos institucionales, mientras marcando la emergencia de dos formaciones discursivas. En un lado, el discurso en el curso de Derecho de una Universidad Federal y en un libro del texto de Historia distribuido por MEC; de otro, el discurso de un programa institucional de la Asociación brasileña del Agronegócios de Ribeirão Preto para el todo el Estado de São Paulo. Nosotros buscábamos para investigar que cómo se producen los sentidos en el que nosotros consideramos sea una litigación discursiva que se siente mucho además de la tiza y pizarra.

Palabras claves: El discurso; la ideología; la escuela; MST; agronegócios.

Abstract

A lot besides chalk and blackboard: analysis of the discursive litigation around the agrarian subject

To take the speech as analysis object, tends as theoretical pillar the Analysis of the Discourse (AD) of Michel Pêcheux, opens us a fan of interpretations for the texts, because according to AD, the sense is not ready nor predetermined, like this, it can always come-to-be other. In that work, we will analyze a corpus of data picked in the electronic net and constituted by news, goods and institutional texts, marking the emergency of two discursive formations. On a side, the speech on the course of Right of a Federal University and on a text book of History distributed by MEC; of other, the speech of an institutional program of the Brazilian Association of the Agrobusiness of Ribeirão Preto for whole the State of São Paulo. We looked for to investigate how senses are produced on the one that we considered be a discursive litigation that feels a lot besides chalk and blackboard.

Keywords: Discourse; ideology; school; MST; agribusiness.

Tomar o discurso como objeto de investigação abre-nos a possibilidade de interpretar os vários sentidos que estão em jogo quando uma palavra é disputada, quando um dizer é posto em circulação e, sobretudo, quando um modo de estar na linguagem parece evidente e natural. Segundo a Análise do Discurso (AD) apoiada nos estudos de Michel Pêcheux, o sentido não está pronto nem predeterminado e, assim, sempre pode vir-a-ser outro, o que nos permite tomá-lo em sua estreita relação com a exterioridade que o constitui. Com base nesse postulado, analisaremos um corpus de dados colhidos na rede eletrônica e constituído por notícias, artigos e textos institucionais, marcando a emergência de duas formações discursivas (doravante FDs), quais sejam, de um lado, o discurso sobre o curso de Direito de uma Universidade Federal e sobre um livro didático de História distribuído pelo MEC; de outro, o discurso de um programa institucional da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto para todo o Estado de São Paulo. Nossas análises serão feitas a partir de uma posição discursiva que duvida da ilusão de monofonia, a qual pretende sustentar e fazer circular sentidos tão caros à ideologia dominante, principalmente quando a produção e circulação destes sentidos envolvem instituições ligadas à classe dominante, como por exemplo, os textos que circulam na escola, na mídia, nas propagandas “educativas”, nos órgãos públicos.

Com as contribuições da Análise do Discurso, pudemos avançar nas questões sobre o sentido e procurar compreendê-lo em sua construção com o sujeito, pois partimos do pressuposto de que sujeito e sentido se constroem junto com o texto, em determinado contexto sócio-histórico (Orlandi, 1996a). Por contexto sócio-histórico, entendemos o contexto em sentido amplo, isto é, as relações ideológicas, as oposições dadas pela luta de classe que perpassam a construção do discurso e fazem com que o sujeito ocupe determinada posição para produzir seu discurso criando, assim, certos efeitos de sentido e não outros. Logo, o contexto sócio-histórico determina o modo como os sujeitos são

interpelados pela ideologia e passam a compor seus dizeres; nessa direção teórica, não compreendemos um texto como o relacionamento de emissor, receptor, mensagem, código e canal, mas o tomamos como processo de construção histórica dos sentidos do discurso.

Para Pêcheux (1969), a Análise do Discurso está inserida num campo que compreende a articulação do materialismo histórico (pensamento marxista), enquanto teoria das formações sociais e suas transformações; a Lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Apesar de a língua funcionar como base comum de processos discursivos, os sentidos não estão prontos, mas são, antes, construídos em cada texto a partir das posições que os sujeitos podem ocupar, a partir do que foi dado como sentido óbvio a eles pelo trabalho da ideologia e, por fim, a partir da interpretação derivada de um lugar de poder, saber e dizer. Desse modo, a interpretação é uma questão ideológica, vinculada à ideologia das instituições dominantes e, sendo a escola uma instituição, a interpretação deixa de ser “um ato de vontade própria” e está ligada a uma classe que controla os sentidos que podem e devem ser lidos e os fixa como dominantes e cristalizados por/em algumas instituições. Ideologia, aqui, deve ser entendida como um mecanismo de naturalização do sentido (Pêcheux, 1969), isto é, algo que faz parecer natural atribuir determinados sentidos às palavras, em um dado contexto sócio-histórico, e não outros, pois é o mecanismo ideológico que estabelece o sentido único, que passa a ser o “sentido literal”, ao qual se pode atribuir uma leitura (interpretação) homogeneizante. A ideologia, assim, promove um efeito de colamento imaginário entre as palavras e o mundo em uma única direção. Não concordando com isso, a AD entende que as palavras não significam por si mesmas, mas, sim, que o sentido das palavras depende da sua inscrição na história. De acordo com Orlandi (1996a:14):

Em nossa perspectiva, qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade. Este é um aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade (memória).

Por tudo isso, pretendemos, neste artigo, refletir sobre o modo como este processo se materializa nos discursos legitimados pela mídia, legitimação que, a nosso ver, começa a ser imposta na/pela escola, enquanto instituição na qual circula o discurso pedagógico autoritário (Orlandi, 1996b), isto é, um tipo de discurso que só aceita a paráfrase (repetição do sentido permitido). Esse processo tem relação direta com o livro didático que traz perguntas cujas respostas já estão dadas para o professor e devem ser repetidas pelos alunos; dessa forma, a polissemia deve ser contida; o aluno deve ocupar a posição discursiva de fôrma-leitor (Pacífico, 2002) apenas reproduzindo o que está posto como verdade. Na escola, por exemplo, produzir um enunciado como “Reescreva este texto!”, a partir do “lugar” de professor, cria determinados efeitos de sentido como: sua nota será baixa se você não entendeu a proposta da tarefa, não aceito um trabalho assim, e outras possíveis. Por sua vez, quando o enunciado é produzido por outro aluno, podem surgir interpretações desse tipo: “Você não é o professor para saber se está bom ou não; quem você pensa que é para criticar meu texto?”. Isso porque existe uma relação social (de poder) diferente entre os enunciadores citados, o que direciona, pelo efeito ideológico de evidência, as possibilidades de interpretação, de leitura e de dizer. Dito de outra maneira, em cada discurso, as condições de produção dadas são distintas, pois o que se diz, o que se enuncia, o que se promete tem ou não determinado sentido, dependendo do lugar ou da posição social de onde ele foi produzido.

Para a AD, as condições de produção constituem a instância verbal de produção do discurso, que engloba o contexto sócio-histórico, os interlocutores, o lugar social que ocupam para produzir o discurso, a imagem que fazem de si, do outro e do referente envolvidos na produção do discurso. A questão do lugar social nos leva a tratar do conceito

de formação imaginária (FI) e formação discursiva (FD), uma vez que todo processo discursivo supõe sua existência. Nas palavras de Pêcheux (1993:82), “*O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro*”. Esta imagem que os interlocutores fazem de si, do outro e do referente, isto é, “*quem eu sou para que ele me fale assim?*”; “*quem ele é para falar assim comigo?*”; “*quem eu sou para lhe falar assim?*”; “*quem ele é para que eu lhe fale assim?*” (c.f. Pêcheux, 1993:83), interferem nas condições de produção do discurso que, para Pêcheux, são as “*circunstâncias*” de um discurso, tais como o “lugar” dos interlocutores, a relação com o contexto sócio-histórico, ou seja, a relação de sentido existente entre o enunciado e o interdiscurso (o já-dito, o já-lá), a situação na qual o discurso aparece, os mecanismos de antecipação.

Sabendo que, o que funciona no discurso são as “*formações imaginárias*”, as “*posições*” assumidas pelos enunciadores do discurso lhes conferem o poder de construir seus discursos apoiados em outros discursos que confirmam o “lugar” de onde cada um fala e, ocorre também, por parte do enunciador, uma antecipação das representações do enunciatário. Sobre esta antecipação, funda-se a estratégia discursiva. Por ser assim, alguns discursos tendem a ser persuasivos, pois o enunciador antecipa que há um distanciamento entre seu “lugar” e o “lugar” ocupado pelo enunciatário, assim, é conveniente usar uma estratégia de convencimento; por outro lado, há casos em que os interlocutores identificam-se e a estratégia usada é a de cumplicidade. Esse processo dá-se em condições de produção materiais em que os poderes estão permanentemente em disputa, o que levamos a considerar que as formações ideológicas não são obras “individuais”, nem “universais”, mas, sim, correspondem às posições políticas e ideológicas características de uma dada formação social, num dado momento histórico. Tendo como base as formações ideológicas, as formações discursivas vão determinar o que os sujeitos podem e/ou devem dizer.

Porém, os sentidos não permitidos podem ser capturados através de pistas, de modo indiciário e, para investigá-los, o paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1980) traz importantes contribuições, pois os indícios deixam de ter um caráter místico como tinham na Antigüidade e adquirem um caráter científico, baseado em teorias. Para Ginzburg (1980:177), “*se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la*”. Segundo o autor (in Orlandi, 1993: 54):

As marcas são pistas (Ginzburg, 1980). Não são encontradas diretamente. Para atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com as suas condições de produção. No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo “positivista”, como na lingüística.

Ainda nas palavras de Ginzburg (1980: 143):

Nessas páginas tentarei mostrar como, por volta do final do século XIX, emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico (caso se prefira, um paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção. A análise desse paradigma, amplamente operante de fato, ainda que não teorizado explicitamente, talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre “racionalismo” e “irracionalismo”.

Com base no que foi exposto, consideramos fundamental que professores façam uma leitura polissêmica dos textos que circulam dentro da escola (nos livros didáticos, por exemplo) e fora dela, que leiam e interpretem os indícios do sujeito e do sentido a fim de que os alunos possam ocupar posições discursivas diferentes, assumirem a função-leitor (Pacífico, 2002) e, com isso, que eles possam duvidar da transparência da linguagem, interpretando sentidos implícitos, silenciados, não ditos.

Análise discursiva dos dados: sentidos ditos e silenciados sobre a questão agrária

“O sol nas bancas de revista/ me enche de alegria e preguiça/ quem lê tanta notícia?”- Caetano Veloso

Passaremos agora a analisar discursivamente um corpus de dados colhidos na rede eletrônica e constituído por notícias, artigos e textos institucionais, marcando a emergência de duas FDs, a saber, de um lado, o discurso sobre o curso de Direito de uma Universidade Federal e o sobre um livro didático de História distribuído pelo MEC; de outro, o discurso de um programa institucional da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto para todo o Estado de São Paulo. Ambas põem em discurso o litígio que, como já foi dito, materializa uma disputa política por espaços de circulação de sentidos dentro de instituições educacionais de nível fundamental, médio e universitário (e, também, muito além delas). Esse embate de vozes não trata apenas de uma disputa de palavras em jornais, blogs, portais eletrônicos ou de adoção de material didático, mas de um confronto por regiões de poder, cujas raízes estão fincadas na luta de classes e no modo como ela se desdobra na conjuntura sócio-histórica da atualidade.

É sabido que a mídia cartelizada inscreve, com muita regularidade, pareceres favoráveis ao mundo dos agronegócios (Romão, 2007), sustentando os efeitos de propriedade privada como direito, liberdade, modernidade, produção de cifras exorbitantes, desenvolvimento e riqueza, supondo imaginariamente que isso seja igualmente distribuído para todo(s) (d)o país. Ao mesmo tempo, ela condena e criminaliza as narrativas que desafiam esse sentido dominante, seja questionando a concentração fundiária, a lentidão da reforma agrária e a assimetria de poderes na sociedade, seja fazendo falar a voz dos movimentos sociais resistentes em significar o equívoco da desigualdade e da miséria; narrativas estas incansáveis na tarefa de apresentar proposituras de luta e organização dos excluídos.

Considerando que existe uma memória sobre o agrário sustentando sentidos no discurso midiático (Romão, 2002), é possível interpretar o editorial *“Bacharéis sem-terra”*, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 7 de setembro de 2007, a respeito do curso de Direito na Universidade Federal de Goiás, cujo foco é dar continuidade à política, já existente no país, de inclusão de representantes dos movimentos sociais no âmbito acadêmico. A data de publicação do editorial já inscreve sentidos, condensa não apenas os efeitos de independência da nação, mas sustenta representações de liberdade e equivalência de direitos que tanto lubrificam as engrenagens imaginárias do capitalismo tardio. E é justamente desse lugar em que parece óbvio dizer que todos igualmente têm a mesma chance de adentrar o ensino superior, que se ergue o dizer desse editorial.

Antes de mais nada, seria uma ótima idéia que jovens pertencentes a famílias de assentados, especialmente as de militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), ingressassem em bons cursos de Direito (depois de terem passado pelo ensino médio, obviamente). Em tais cursos haveriam de entender o que é, em nossa legislação, o esbulho possessório, por que é vedado por lei invadir e depredar a propriedade alheia, praticar vandalismo nas sedes das fazendas, colocar em cárcere privado empregados de propriedades rurais, matar animais de rebanhos, destruir mudas (em sociedade com bandos internacionais, do tipo “Via Campesina”) em laboratórios de evolução genética para aperfeiçoamento da produção rural, ocupar rodovias tolhendo o direito de ir-e-vir dos cidadãos, saquear caminhões e supermercados para roubar alimentos, destruir e saquear cabanas de pedágio e (ultimamente) invadir faculdades como as que vão cursar. Enfim, esses jovens emessetistas muito haveriam de aprender sobre o que prescreve nosso ordenamento jurídico, no tocante a atividades que o MST tem desenvolvido - e que devem achar “normais”, por terem sido criados em meio ao generalizado desrespeito aos direitos alheios.

Com um tom irônico, o sujeito instala o efeito contrário ao que está escrito, pontuando o avesso da “ótima idéia” de ter jovens sem-terra em um espaço que historicamente foi ocupado por representantes da elite. Marca-se que os “*emesetistas*” precisariam aprender muito sobre leis, mas não em uma universidade pública. Jovens universitários sem-terra, antes de poderem cursar Direito, são narrados como criminosos, o que já descartaria a legitimidade da entrada deles em um espaço com o metro quadrado tão disputado como o ensino superior brasileiro. Vê-se, então, que o sujeito fala de um lugar social, qual seja, aquele em que está naturalizado o sentido de que apenas os sinhozinhos de ontem e hoje podem e devem se tornar doutorzinhos. Dessa forma, o texto repete a cantilena discursiva dada pela casa-grande que fixou historicamente o seu modo de produzir evidências sobre o que seriam direitos, não apenas silenciando as vozes que ecoavam da senzala (o que já foi muito), mas, sobretudo, impedindo-as de ocupar outros espaços de produção e circulação de seus clamores, reivindicações e lutas. Outra reportagem sobre o mesmo tema foi publicada na Revista *Veja*, 03 de outubro de 2007¹. Propomos interpretar o título, a linha fina, a legenda da fotografia e um parágrafo do final da reportagem, recortes apresentados a seguir:

Invasão na universidade

A última do MST: cursos exclusivos em faculdades públicas – com o patrocínio do governo

Assentados na sala de aula: o objetivo do MST é formar quadros para ‘fazer a revolução’”

“Ensinar aos sem-terra uma visão dogmática do mundo já é por si só um problema, mas o quadro piora porque a catequese marxista se dá em universidades públicas – com o patrocínio do governo. A meta do MST ao levar assentados à acadêmica, afinal, é preparar gente pra combater ‘o sistema’ (aquele mesmo que os está bancando).

Nesse recorte, temos logo no título o mesmo significante usado com regularidade pelos veículos de comunicação para se referirem ao MST: “*invasão*” (Romão, 2002). Sabemos que este significante evoca uma rede de significados ligados ao banditismo, à baderna, à desordem, que passam a manter uma suposta equivalência com o sentido de revolução, sentidos que historicamente têm criado efeito de medo na sociedade; portanto, devem ser eliminados a fim de que o caos social não se instale e, assim, uma imaginária ordem permaneça. Percebemos que há um deslizamento de sentido quando o significante “*invasão*” é deslocado do campo, da terra para a universidade. Não é mais a propriedade rural que estaria sendo invadida, mas agora, seriam as universidades públicas. Surge a questão: se fossem as universidades particulares, isso também causaria tanto estranhamento e seria tema de reportagem na mídia? Qual formação ideológica sustenta a formação discursiva à qual se filia a reportagem?

Usando recursos persuasivos, especialmente, significantes como “*invasão*”, “*revolução*”, “*catequese marxista*”, o sujeito lança mão de uma estratégia discursiva que pode levar o leitor a rejeitar tais sentidos, principalmente se o leitor for capturado pela ideologia dominante e tiver acesso ao interdiscurso midiático que liga MST (dentre outras nomeações) à terrorismo, à revolução, ao comunismo, sentidos que a classe dominante sempre insistiu em fazer circular como aqueles que devem ser proibidos para o bem da população. Por isso, os sentidos reivindicatórios funcionaram discursivamente como um avesso, devendo ficar à margem do discurso oficial, silenciados e tidos como indesejáveis. Conforme Orlandi (1997: 106), “*o silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído*”. Para a autora (idem: 23-24), o silêncio pode ser assim compreendido:

¹ Reportagem de Camila Pereira, disponível no site http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educação /conteudo_254836.shtml.

a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar;

b) a política do silêncio que se subdivide em: b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e, b2) o silêncio local, que refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). Isso tudo nos faz compreender que estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio são modos absolutamente diferentes entre si. E isto faz parte da nossa forma de significar, de nos relacionarmos com o mundo, com as coisas e com as pessoas.

Em relação à reportagem analisada, entendemos que houve o silenciamento de determinados sentidos, a saber, foi silenciado que os sujeitos que ingressam nas universidades passaram por um vestibular; logo, não ocorreu “*invasão*” e também que todos os aprovados em um exame vestibular têm o direito de freqüentar uma universidade pública. Podemos interpretar que a reportagem cria um efeito de sentido de que a população deve revoltar-se com a possibilidade de integrantes do MST freqüentar (invadir) a universidade que se mantém com o dinheiro público. Mais uma vez, constatamos a circularidade do sentido dominante, na mídia, sobre o MST: o de perigo, de ameaça, de necessidade de contenção.

Mantendo uma identificação com os sentidos interpretados acima e filiando-se à mesma formação discursiva, temos recortes lingüísticos de outro episódio bastante divulgado na mídia e que diz respeito à adoção de um livro didático de História. A textualização midiática “*Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada*”² (da qual apresentaremos um recorte a seguir), de Ali Kamel, publicada no Primeiro Caderno de *O Globo*, do dia 18 de setembro de 2007, tem como epicentro a condenação de sentidos, tidos como de esquerda, no âmbito escolar, desautorizando o uso do livro didático “*Nova História Crítica*”, de autoria de Mário Schmidt, constante da lista de compra do MEC. O discurso sobre o perigo desse material didático e sobre a ameaça de manipulação da infância passa pela exposição de algumas definições descontextualizadas da obra; no entanto, nada se diz sobre a rica pesquisa iconográfica que o livro traz, apagam-se as questões discursivas recorrentes ao longo da obra e os debates propostos como atividades dirigidas. Pior, desconsidera-se a figura do professor, como se, em sala de aula, ele apenas repetisse conteúdos sem a possibilidade de fazer qualquer contraponto, de dizer de outro modo. Assim, esse discurso, sob a alegação de a obra ter um viés marxista e fazer lavagem cerebral em crianças, sabotava o trabalho de pesquisadores, editores e colaboradores do livro, joga fora o empenho de avaliadores do Ministério, silencia outros sentidos que poderiam ser ditos sobre a história oficial e, sobretudo, apaga a voz do professor sobre este material.

Não vou importunar o leitor com teorias sobre Gramsci, hegemonia, nada disso. Ao fim da leitura, tenho certeza de que todos vão entender o que se está fazendo com as nossas crianças e com que objetivo. O psicanalista Francisco Daudt me fez chegar às mãos o livro didático “*Nova História Crítica, 8ª série*” distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública. O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários. Impossível contar tudo o que há no livro.

Observamos o retorno do efeito de medo (“*O que ele leu ali é de dar medo.*”), o mesmo efeito de medo que sustentou o dizer sobre o “*perigo*” e “*ameaça*” da suposta invasão da universidade pública. Ao marcar “*culpa de burocratas autoritário*” e a

²Disponível, dentro outros, no site
http://brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com_content
 101&Itemid=236

&task=view&id=3

impossibilidade de “*contar tudo o que há no livro*”, o sujeito marca discursivamente uma suposta sentença final a que todos os leitores chegarão, já que “*tenho certeza de que todos vão entender o que se está fazendo com as nossas crianças e com que objetivo.*” Isso cria a ilusão de um virtual consenso a que a voz do sujeito levaria todos, pontuando o absurdo do uso do referido material didático. Observamos que a questão central aqui é o fato de o livro ser “*distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública*”, o que inscreve uma marca sobre o que é permitido ou proibido fazer com o dinheiro público, e mais, sobre o que pode e deve circular na instituição escolar pública.

Nesse sentido, a ameaça não existe tão somente porque o livro foi escrito, porque tenha um viés marxista de que “*capitalismo é mau*” ou porque foi adotado por uma escola (e são muitas as instituições privadas que utilizam este material), mas porque ele está posto na esfera pública. O mesmo sentido circulou em relação aos alunos sem-terra no curso de Direito também em uma instituição pública; ora, apontamos aqui uma regularidade discursiva entre os recortes analisados: a virtualidade da ameaça e do perigo reside justamente no fato de que se produzam e circulem outros sentidos em um dos aparelhos mais importantes para a sustentação do sentido dominante - a instituição escolar pública. Se é consenso que a rede pública de ensino de um país deve ser ocupada pelo seu povo, perguntamos: por que tanta resistência na inscrição da formação discursiva que leve em conta as vozes trabalhadoras e tantas vezes silenciadas ao longo da história do nosso país? Como se explica tanta celeuma quando da instalação de vozes realmente populares na trama das relações educacionais da rede pública, seja em nível fundamental, seja na universidade? Como já vimos anteriormente, o discurso é sempre movimento de sentidos em relação a um poder e é determinado pela tessitura de embates sócio-históricos; desse modo, inferimos que, nestes casos, a escola pública é considerada um braço importante na manutenção, sustentação e circulação do sentido dominante.

Os mesmos sentidos não são discursivizados em relação ao programa “*Agronegócio na Escola*”, implantado, em 2001, em parceria da Abag-Ribeirão Preto com 10 Diretorias Estaduais de Ensino envolvendo um total de 83 municípios da região. Ao longo de 2007, 24.500 alunos e 1.800 professores estudam, em bancos escolares e em pesquisas de campo, o agronegócio, relacionando-o com as mais diversas frentes do conhecimento e com a vida cotidiana. O projeto nasceu com o objetivo de aproximar os sujeitos escolares desse setor de maneira prática, de destacar a importância dele para a região e para o país, de fazer parceria com escolas públicas. O fato de a escola pública ter a inclusão de estudos favoráveis ao mundo dos agronegócios, de ensinar conteúdos que tenham relação com a atividade sucro-alcooleira e de estimular projetos de pesquisa dirigidos a apoiar o setor não causa nenhum editorial raivoso na mídia. Dito de outro modo, fazer circular o discurso dos agronegócios na escola aparentemente não cria nenhum efeito de mal-estar, o que parece legitimar que, por um movimento parafrástico, os sujeitos-escolares repitam o sentido dominante sobre a cana e a laranja, por exemplo. No site oficial da instituição, há páginas e links explicativos do projeto descritos da seguinte forma:

Cerca de 100 professores do Ensino Médio de sete escolas públicas de Guariba, Jaboticabal, Monte Alto e Pradópolis passaram um dia inteiro visitando a Coonai, em Ribeirão Preto, a Cocapec, em Franca, a Coplana, em Guariba, e as usinas Vale do Rosário, em Morro Agudo, São Francisco, em Sertãozinho, e São Martinho, em Pradópolis. Estão conhecendo a importância do agronegócio para ensinar seus alunos.

Ninguém se lembra que uma gravata de seda só existe porque alguém plantou amora e deu para o bicho da seda comer até ele fazer o casulinho, do qual se extrai o fio com que se faz a seda. Ninguém se lembra que o pneu de borracha existe porque alguém está plantando seringueira. Ninguém se lembra que a cerveja existe porque alguém planta cevada; que o papel existe porque estão plantando árvores; que o perfume existe porque alguém planta flores, e assim por diante.

De modo que a história brasileira, passada de geração a geração, não dá essa informação ao estudante e ao cidadão comum do Brasil. Essa é uma falha que não acontece nos países desenvolvidos. Site da ABAGRP³

O carro abre-alas para este projeto é sempre uma palestra com Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura. Na ocasião, cada escola recebe um DVD sobre o agronegócio e um lote de cartilhas “*Agronegócio, sua vida depende dele*”, material a ser usado nas 1^{as} séries do Ensino Médio. A etapa posterior é constituída de atividades dentro da sala de aula; no início do ano, os próprios professores pedem aos alunos uma atividade de produção textual sobre o agronegócio, identificam-se distorções e equívocos que os alunos teriam em relação ao setor e o melhor trabalho recebe como prêmio um passeio na Agrishow. Além das aulas, há uma parte prática com visitas monitoradas a empresas do agronegócio, como usinas, fábricas de suco dentre outras. No final do ano, outros dois concursos são realizados - desenho e frases - para confirmar se os saberes foram bem absorvidos, se os alunos aprenderam a olhar o agronegócio como parte integrante da vida deles e se aprenderam todas as lições sobre esta atividade econômica. Indagamos: quais sentidos devem ser bem-assimilados e de acordo com qual formação discursiva? Como os sujeitos escolares estão submetidos à circularidade do sentido dominante sobre o agronegócio? De que modo são convidados à paráfrase de um sentido, repetindo-o como único, a respeito da agricultura em nosso país?

E um outro programa que é sensacional que é o “Agronegócio na Escola”. A idéia é fazer um trabalho preventivo, que é um trabalho de Educação, e um trabalho mais curativo que é para aquela população que já não está mais na escola.

Chama a atenção que, nesse caso, ocupar a sala de aula com cartilha, áudio-visual e concurso, transportar alunos da rede pública para visitas monitoradas em propriedades privadas e promover a circulação do discurso dominante na escola estadual são atividades aceitas, consensualmente tidas como positivas, que não fazem circular nenhuma resistência ou efeito de revolta. Ou seja, os sentidos do político são silenciados para que o econômico possa aparecer como o único importante e para que a escola reproduza um dizer a ser mantido de maneira homogênea sempre, sem fissuras e sem contradições. Observamos que os três episódios receberam, não apenas um tratamento diferenciado na mídia, mas são tomados de modo desigual no âmbito das instituições educacionais, já que é no chão da escola que esta luta política está posta e se desenrola. Temos, enfim, um litígio discursivo que vai muito além de giz e lousa, pois implica considerar a forma de nomear, dividir e distribuir (ou não) os poderes.

Um litígio na escola, mas para além dela

“Nunca digam isso é natural.”
Bertold Brecht

A discussão teórica empreendida até aqui nos permitiu apontar que o discurso é determinado por relações sócio-históricas e que o sentido está em jogo e em disputa na trama destas relações; também observamos que o efeito ideológico de evidência faz parecer natural que se diga de um modo e que se promova o silenciamento de outras tantas possibilidades de dizer e significar a realidade e o mundo. A análise dos recortes escolhidos leva-nos a considerações sobre a escola, não como estrutura física ou espaço material, mas como superfície institucional de disputa por espaços de dizer, enfim, escola onde se

³ Disponível no site

http://www.abagrp.com.br/jornal/index.asp?pagina=1&id_edicao=53&id_secao=194.

processam tensões e disputas por espaços de poder, saber e dizer, já que ela pode ser tomada como território de exclusão ou inclusão de vozes sociais. Dito de outro modo, entendemos tal disputa por sentidos na esfera de uma luta política que reclama gestos de interpretação para além dos sentidos literais das palavras.

Referências bibliográficas

- GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: C. GINZBURG. Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História. [trad. Frederico Carotti]. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1980, p. 143-179.
- ORLANDI, E.P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- ORLANDI, E.P. Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, R.J. Vozes, 1996a.
- ORLANDI, E.P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996b.
- ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997a.
- PACÍFICO, S. M. R. Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto-SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2002.
- PÊCHEUX, M. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. In: GADET, F e HAK, T. (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. (1969) (trad. Eni Orlandi et ali) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- ROMÃO, L. M. S. O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na nação. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto-SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2002.
- ROMÃO, L. M. S. Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia. In: Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Org Roberto Leiser Baronas. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável

Jorge Luís Nascimento Soares

Engenheiro Agrônomo Perito Federal Agrário do INCRA
Endereço profissional: Superintendência Regional do INCRA PARA SR 01
Divisão Técnica - Rodovia Murucutum snº, Bairro Souza, Belém (PA) CEP 66.610-120
Telefone: (91) 3202-3876
Endereço Eletrônico: jorge.soares@blm.incra.gov.br

Carlos Roberto Espindola

Professor de Pedologia da Pós-Graduação em Geografia – IG/UNICAMP
Endereço profissional: Instituto de Geociências - Universidade Estadual de Campinas Rua.
João Pandiá Calógeras, 51 - CEP: 13083-870, Campinas (SP)
Telefone: (19) 3289-1562
Endereço Eletrônico: cresp21@hotmail.com

Resumo

Os assentamentos rurais em áreas de reforma agrária devem apresentar, na ordenação interna do espaço físico, os princípios básicos para as ações promotoras do desenvolvimento rural sustentável, ou seja, de adequação dos interesses ambientais, sociais e econômicos. O parcelamento desordenado ou locação inadequada da infraestrutura pode inviabilizar as atividades econômicas e sociais de um projeto de assentamento, além dos danos ambientais que podem causar. O presente estudo aborda aspectos relacionados à aplicação da geociência na implantação de projetos de reforma agrária, com o propósito de direcionar as discussões para a importância das geotecnologias na preparação de ambiente favorável ao desenvolvimento rural sustentável. Discutem-se as perspectivas da geotecnologia no contexto dos assentamentos rurais, uma vez que são expressivos os recursos humanos e financeiros aplicados no processo, e os resultados nem sempre satisfatórios.

Palavras-chave: geotecnologia; reforma agrária; desenvolvimento rural; sustentabilidade; assentamentos rurais.

Resumen

Geotecnologías en la planificación de asentamientos rurales: premisa para un desarrollo rural sostenible

En áreas de reforma agraria los asentamientos rurales deben presentar, en el ordenamiento interno de su espacio físico, aquellos principios básicos para acciones que promuevan un desarrollo rural sostenible. Significa esto: una adecuación a los intereses ambientales, sociales y económicos. Una división desordenada en parcelas o una ubicación inapropiada de su infraestructura pueden hacer inviables las actividades económicas y sociales de cualquier proyecto de asentamiento, sin contar con los daños que se pueden provocar. Este estudio trata de aspectos relativos a la aplicación de la Geociencia en el asentamiento de proyectos de reforma agraria, con el propósito de orientar las discusiones sobre la relevancia de las geotecnologías en el preparo de un ambiente favorable al desarrollo rural sostenible. Se discuten también las perspectivas de la Geotecnología en el contexto de los asentamientos rurales, debido a la importancia de los recursos humanos y financieros que

se necesita aplicar en estos procesos y a los resultados no siempre satisfactorios que con ellos se obtienen.

Palabras clave: Geotecnología; reforma agraria; desarrollo rural; sostenibilidad; asentamientos rurales.

Abstract

Geotechnology in the planning of rural settlements: assumptions for sustainable rural development.

Rural settlements in areas of agrarian reform must represent, in terms of ordering physical space, the basic principles of promotable actions for sustainable rural development, or in other words, the adaptation of environmental, social and economical interests. The disordered subdividing or inadequate collocation of any type of infrastructure could invalidate the economic and social activities of a settlement project, in addition to the environmental damage it could cause. The current study approaches aspects related to the application of geoscience in the deployment of agrarian reform projects, with the purpose of directing discussions as to the importance of geotechnologies in the preparation of favorable environment conditions and sustainable rural development. This considers geotechnology perspectives in the context of rural settlements and their relation to the way human resources and applied finances are discussed; these results not always being satisfactory.

Keywords: Geotechnology; agrarian reform; rural development; sustainability; rural settlements.

Introdução

Os investimentos e as proposições de projetos de engenharia e uso de recursos naturais, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, começam têm deixado de ser analisados apenas pelo seu caráter tradicionalmente desenvolvimentista, passando a ser concebidos e avaliados sob a perspectiva de sua efetiva contribuição à sustentabilidade do sistema ambiental, social e econômica, tanto sob o ponto de vista local, quanto o regional ou global. As geociências vêm se adaptando a essa tendência geral, dirigindo parte significativa de suas pesquisas e aplicações com o enfoque do desenvolvimento sustentável, procurando dar respostas às demandas correlatas (Bitar et al, 2000, p. 79-90). Entretanto, a maioria dos projetos de assentamentos na região amazônica, segue aqueles modelos tradicionais de desenvolvimento, com resultados previsíveis de insustentabilidade, com reflexos que desagradam a todos os atores envolvidos no processo de Reforma Agrária.

Ainda que com o aporte significativo de recursos humanos e financeiros para os projetos de assentamento dotados pelo Governo Federal, não se tem garantido uma melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, além do freqüente descumprimento da legislação ambiental. Acredita-se que a origem desse quadro, resida principalmente na organização territorial das áreas, quando são definidos o posicionamento dos lotes agrícolas e da infra-estrutura. Quase sempre os procedimentos seguem modelos organizativos preexistentes, de difícil correção posterior. Logo, a nova ordem da paisagem dos assentamentos rurais deve atender a preceitos técnicos apropriados e ser definida na fase de implantação dos projetos.

O presente estudo tem por objetivo enfatizar problemas recorrentes nas áreas de reforma agrária na região amazônica, cuja origem pode estar relacionada a equívocos estruturais observados na implantação dos projetos de assentamento, de modo a motivar

discussões dirigidas à valorização das geotecnologias nos propósitos do desenvolvimento rural sustentável em assentamentos rurais.

Situação do Problema

Nos projetos de assentamento (PA) em que o meio físico não é fator levado em conta na distribuição espacial da infra-estrutura e benfeitorias, é usual deparar com investimentos elevados e ineficazes, a exemplo de extensas áreas desmatadas para a construção de estradas vicinais com excessivas obras de arte. Pode ocorrer de o assentamento das famílias incidir em solos muito arenosos ou alagadiços, em relevo desfavorável e até mesmo em áreas cobertas com vegetação nativa, o que é vetado pela legislação. A perfuração de poços artesianos sem o necessário estudo geotécnico pode levar à captação de água contaminada, como é o caso de projetos em que a elevada concentração de ferro exige, para o uso doméstico, tratamento contínuo e oneroso. Quando as públicas de educação e de assistência técnica não apresentam resultados condizentes com os investimentos, as justificativas costumam ser atribuídas à precária condição da infra-estrutura do projeto, o que pode nivelar a avaliação dos trabalhos das empresas prestadoras de serviço, com prejuízo para as mais eficientes.

A adequada inserção da variável ambiental nas ações de reforma agrária ainda é muito incipiente e tem habitado muito mais o campo do discurso do que o da prática (Araújo, 2006, p.192). A agropecuária da grande maioria dos assentados está mais voltada ao paradigma da “moderna” agricultura, não direcionada aos preceitos da agroecologia; os assentados, em sua maioria, conhecem a legislação ambiental no que se refere às Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, mas tem ocorrido muito desmatamento e exploração de madeira ilegalmente; por vezes as instituições de assistência técnica estão sendo remuneradas, mas sem estarem prestando um serviço adequado; via de regra a situação econômica da maioria dos assentados é insatisfatória, o que gera pressão sobre os recursos naturais e compromete a viabilidade econômica da Política de Reforma Agrária; a maioria dos projetos antigos ainda permanece sem a licença ambiental, como também a maior parte dos assentamentos criados após a Resolução Conama 289 não foram licenciados.

O baixo retorno nos resultados das políticas públicas na reforma agrária fica nitidamente evidenciado no elevado abandono dos lotes agrícolas, inadimplência e baixa qualidade de vida de famílias assentadas. Esta condição gera incapacidade de emancipação dos projetos, que acabam sendo transformados em sumidouros de recursos públicos. Mesmo com a marcada presença do Governo Federal nos assentamentos, com medidas reparadoras da infra-estrutura e dos danos ambientais, ainda assim é usual a ineficácia das ações, o que pode ser atribuído a erros estruturais de difícil solução, e que poderiam ser minimizados com certas ações, dentre as quais, a aplicação adequada de geotecnologia, aqui inserindo notadamente a pedologia, a geologia e a geomorfologia.

Geotecnologias e Planejamento

Os projetos de assentamentos admitem comportamentos diferenciados, em conformidade com o planejamento da organização interna das áreas. Quando as intervenções têm o suporte de estudos ambientais e socioeconômicos, além da aplicação de conhecimentos técnicos apropriados, as iniciativas de desenvolvimento têm possibilidade de ocorrer sem ônus adicionais para o empreendimento. É possível a recuperação da infra-estrutura a custos baixos, quando necessário, ao se admitir elas terem sido locadas adequadamente, bem como corrigir a ineficiência das empresas prestadoras de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, neste caso, os resultados são de responsabilidade exclusiva da empresa contratada. A materialização da reserva legal e das

áreas de preservação permanente insere a preocupação ambiental nos assentamentos e estabelece meios para atender a legislação ambiental, tanto preservando as áreas florestadas, quanto na recuperação das alteradas.

A falta de planejamento, no entanto, dificulta, e até inviabiliza, as ações reparadoras da infra-estrutura, de ajustes da ATES e de mitigação dos impactos ambientais. A construção de uma estrada vicinal pode significar grandes trechos construídos, com pontes e obras de arte numerosas, a requererem futuros reparos contínuos e dispendiosos. A ATES, mesmo exercida por empresas idôneas, demonstra que resultados satisfatórios exigem muita energia e capital, tanto pelo acesso naturalmente comprometido, quanto pelas características do meio físico, quase sempre desfavoráveis em parcelamentos efetuados sem critério. No tocante às questões ambientais, mesmo com todo o apelo atribuído ao tema, verifica-se que as áreas de Reserva Legal, quando não definidas no anteprojeto de demarcação topográfica, revelam resistência na preservação da vegetação nativa, com o agravante de elevar o passivo ambiental atribuído à reforma agrária. Sem o acompanhamento técnico eficiente e em tempo hábil, a tendência é a descaracterização do projeto de assentamento, resultando na concentração de lotes, baixa qualidade de vidas das famílias assentadas, êxodo rural, passivo ambiental e dependência contínua de recursos públicos.

A representação gráfica apresentada na Figura 1 sintetiza a tendência dos assentamentos rurais na região amazônica, em conformidade como o planejamento das intervenções no meio físico. As áreas submetidas a um planejamento adequado, ao permitir eficácia das políticas públicas, vislumbram a emancipação do projeto a curto ou médio prazo. No tocante aos assentamentos mal planejados ou sem o planejamento apropriado das intervenções as condições são favoráveis à concentração de lotes, ineficácia dos recursos aplicados, e conseqüente insustentabilidade do empreendimento.

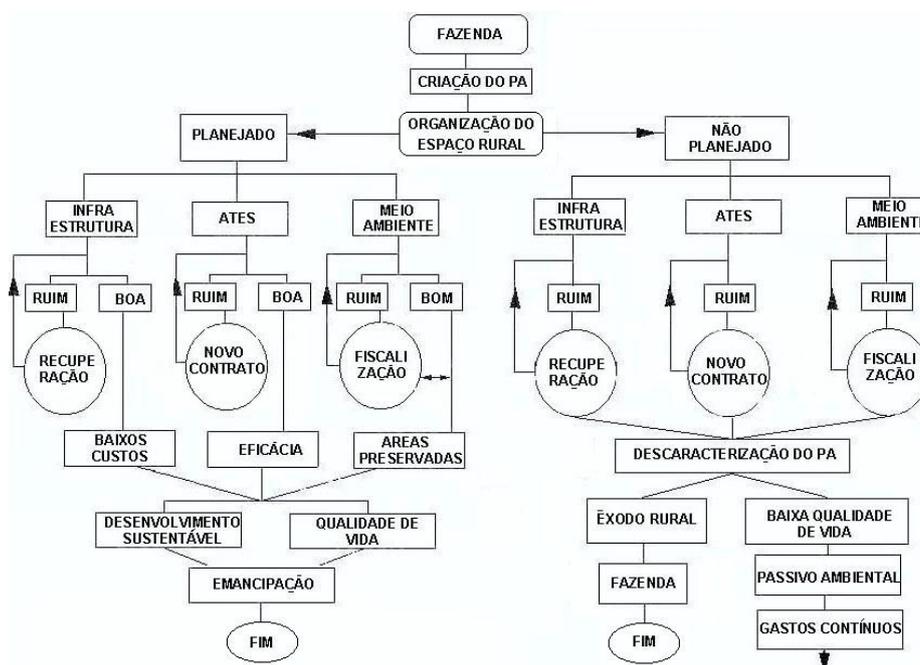


Figura 1. Fluxograma com a tendência dos Projetos de Assentamento de acordo com a intervenções no meio físico.

A evolução do uso das terras no PA Vale do Bacaba em Capitão Poço (PA) constitui bom exemplo da falta de planejamento na implantação dos projetos de assentamento na Região Amazônica. Em 1995, quando a então Fazenda de 13.927,2473ha foi ocupada por agricultores sem terra, 5.260ha (38%) apresentavam cobertura vegetal nativa preservada;

4.714ha (34%) estavam cobertos com floresta descaracterizada em razão da extração madeireira e com 3.953ha (28%) em pastagem plantada (Figura 2). O projeto foi implantado em 1997, para o assentamento de 574 famílias, em parcelas individuais de aproximadamente 25ha, sendo parcelada toda a área do projeto. A Figura 3 revela a supressão completa da vegetação nativa no referido PA após 10 anos de sua implantação, demonstrando não ter havido planejamento tecnológico apropriado para definição da infraestrutura e das áreas de interesse ambiental (RL e APP).

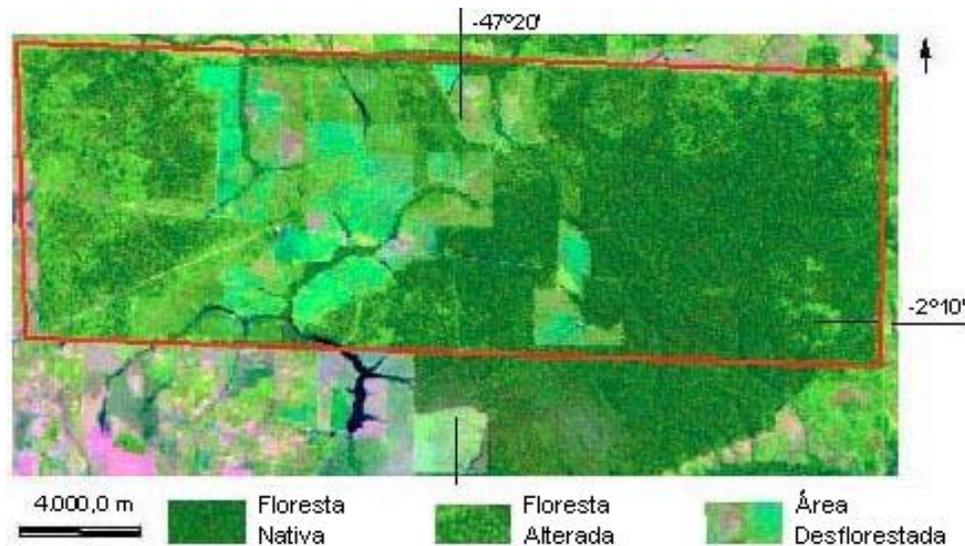


Figura 2. Imagem de Satélite LANDSAT TM5, WRS 223 61, RGB 543 de agosto de 1995 da fazenda, futuro Projeto de Assentamento Vale do Bacaba.



Figura 3. Imagem de Satélite LANDSAT TM5, WRS 223 61, RGB 543 de julho de 2005 do Projeto de Assentamento Vale do Bacaba.

Esta falta de planejamento na fase de implantação do PA Vale do Bacaba fica evidente mediante exame do mapa temático do uso da terra em 1995, quando o projeto foi criado (Figura 4). A demarcação topográfica não levou em conta as estradas existentes e a rede hidrográfica da região, o que resultou em determinadas parcelas com excesso de água, outras em áreas secas e algumas cortadas por estradas antigas que foram incorporadas ao projeto. Outro aspecto relevante é a regularidade das parcelas de 25ha, demarcados em

250x1.000m, com traçado retilíneo e paralelo das estradas, além do parcelamento em área sob floresta nativa. Estas evidências permitem constatar que o PA Vale do Bacaba foi demarcado tendo como única referência o perímetro fixo da área. Não houve um diagnóstico das condições do meio físico (recursos naturais) ou mesmo uma interpretação de cartas planialtimétricas ou de imagens de satélite, antecedendo a elaboração do projeto de demarcação.

O parcelamento feito determina a construção de 120 km de estrada internas e o correspondente investimento em eletrificação rural, para que todos os 574 lotes demarcados sejam atendidos. O Projeto de Assentamento Vale do Bacaba está posicionado no divisor de águas de duas bacias hidrográficas, e as imagens de satélite indicam diversas nascentes e pequenos cursos d'água entremeados no parcelamento. Para atender à legislação ambiental, o formato aplicado determina que a Reserva Legal seja de responsabilidade individual nas parcelas, o que pulveriza as ações de preservação dos recursos naturais e dificulta a fiscalização.

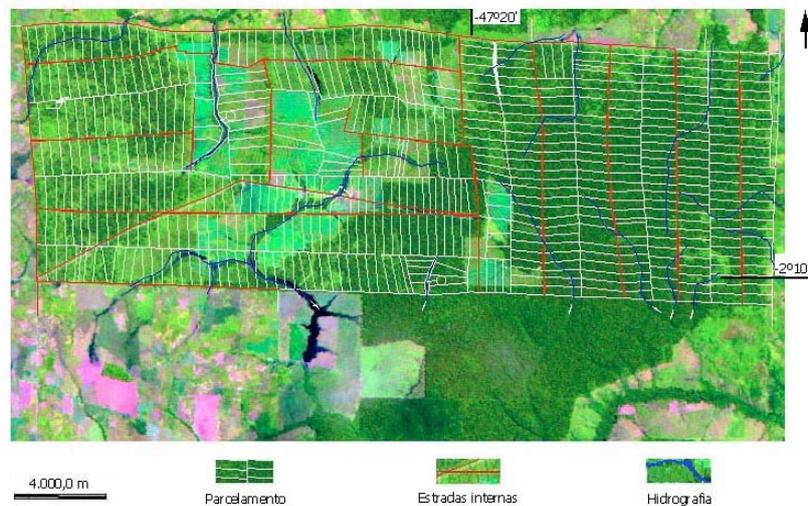


Figura 4. Uso da terra no Vale do Bacaba em 1995: 3.953,00ha desflorestado, 4.714,00 ha com floresta alterada, 5.260,00ha com floresta nativa e 570 parcelas de 25,00ha.

O estabelecimento de um planejamento adequado ao referido PA, para efeito de comparação ao que foi implantado é possível a partir do emprego dos recursos de sensoriamento remoto. O mesmo número de parcelas demarcadas poderia ter sido estabelecido nas áreas já alteradas pelo antigo proprietário, com redução dos custos de implantação, reduzindo o impacto ambiental nos setores florestados. A redução da área das parcelas implicaria no aumento proporcional da gleba coletiva a ser preservada, sem prejuízo da atividade agrícola prevista no projeto. Para os lotes de 25ha a legislação ambiental admite, para a região amazônica, que sejam desmatados até 5ha ou 20% da área total. Na proposta de planejamento alternativo, haveria redução da área das parcelas individuais, permanecendo a área útil de trabalho em 5ha, com a diferença para atingir os 25ha fazendo parte da reserva legal coletiva nos setores florestados. Assim, na estimativa feita para o Projeto de Assentamento Vale do Bacaba, um lote demarcado com 13ha manteria a atividade agrícola tradicional em 5ha, com 8ha preservados no lote como reserva legal individual e 12ha, complemento para atingir os 25ha, integrando a reserva coletiva para totalizar 80% de RL do assentamento. Desta forma haveria redução dos gastos de implantação do projeto e a construção de um ambiente favorável às proposições do desenvolvimento rural sustentável.

Observe-se, neste contexto, a importância do emprego da geotecnologia na elaboração dos projetos de assentamento rurais, especificamente no que concerne a preparação de ambiente sustentável e, por conseguinte, maior possibilidade de sucesso do

empreendimento. A pedologia deve ser utilizada como recurso para o posicionamento adequado das parcelas, observando-se aspectos como a fertilidade e permeabilidade dos solos; os recursos hídricos são fundamentais na identificação dos setores apropriados para a construção de agrovilas, aterros sanitários e preservação ambiental. O emprego adequado da geomorfologia possibilita o traçado ideal das estradas de acesso, reduzindo custos com a redução dos trechos construídos com obras de arte e recuperação futura. A geologia da área deve contribuir para a indicação de locais apropriados para a construção de represas e perfuração de poços artesianos, com maior garantia de qualidade da água a custos reduzidos. Estas premissas devem ser atendidas como pré-requisito para as discussões no campo do desenvolvimento rural sustentável em áreas de reforma agrária.

Limitações e Alternativas

A morosidade entre a obtenção das áreas pelo INCRA e a criação dos projetos implica na ordenação espontânea das famílias interessadas, o que compromete uma organização planejada posterior. Quando o parcelamento é feito pelos ocupantes das áreas, geralmente os setores com vegetação nativa são os imediatamente ocupados, tanto pela fertilidade natural (solos sob floresta) quanto pelo interesse na exploração imediata da biodiversidade. Logo, a ordenação adequada do espaço físico de projetos de assentamento exige agilidade e atitude dos executores no planejamento das intervenções: agilidade para antever possíveis deformações quando o parcelamento é idealizado pelos beneficiários, e atitude para efetivar algumas ações importantes para o desenvolvimento sustentável do projeto.

A pressão dos movimentos sociais para solução dos graves problemas no meio rural e a necessidade do Governo Federal em atingir metas numéricas, têm motivado à implantação de assentamentos sem um planejamento mínimo. A atenção focada em números (número de famílias assentadas, quantos hectares desapropriados, número de assentamentos atendidos pelo Programa de Ates e Pronera ...), não permite estabelecer, por exemplo, quantas das famílias assentadas estão vivendo com qualidade e renda suficiente para atender às suas necessidades; quantos dos hectares desapropriados são terras adequadas para a produção agropecuária, ou, até mesmo, quantas das famílias estão recebendo uma adequada Assistência Técnica, Social e Ambiental (Araújo, 2006).

O desenvolvimento rural sustentável ganha notoriedade com o agravamento dos problemas sociais e ambientais no meio rural. Mesmo assim, a implantação de projetos de assentamento tem seguido o curso comum, sem planejamento estrutural e de resultados previsíveis. Com o mesmo ímpeto que é exigida uma infra-estrutura nos assentamentos rurais, deveria ser também a exigência na qualidade dos serviços prestados. Na maioria das vezes, as áreas destinadas ao Programa de Reforma Agrária estão ocupadas por integrantes dos movimentos sociais, ou já habitadas por agricultores tradicionais. Nestas condições, é difícil estabelecer acordo para uma nova geografia do assentamento, sendo ratificado o formato existente, o que pode comprometer o investimento e até inviabilizar o empreendimento a curto ou médio prazo.

Deve ser também considerado como um desserviço para a qualidade dos assentamentos rurais, a rigidez das metas numéricas estabelecida para avaliação do programa de Reforma Agrária. Esta exigência acelera a criação de projetos de assentamento muito mais focados em números do que na qualidade. O propósito quantitativo motiva o uso da terminologia “Projeto de Assentamento” para as ações em áreas de regularização fundiária e em ambientes de ilhas e várzeas de elevado contingente populacional.

Considerações Finais

O estudo revela a importância do planejamento na organização do espaço interno dos projetos de assentamentos humanos, de modo que os modelos de estruturação fundiária emanem das peculiaridades socioculturais e ambientais da região, condicionante para êxito das iniciativas promotoras do desenvolvimento rural sustentável.

A organização interna dos assentamentos, quando planejada, permite uma avaliação adequada das políticas públicas na reforma agrária, sem a interferência de fatores estruturais, comumente apontados para justificar o desinteresse dos agricultores (dificuldades de acesso, solo, ATES ineficiente, degradação ambiental para suprir necessidades básicas dentre outras). Uma nova ordem de um assentamento deve seguir preceitos técnicos e culturais para que o empreendimento permita ações de interesse da sustentabilidade. A intervenção do Governo Federal nas áreas ocupadas deve mostrar agilidade para evitar o ordenamento aleatório, de difícil modificação para um modelo planejado. O parcelamento das áreas, quando necessário, deve ser instituído a partir de uma visão holística do meio físico, imprescindível para os propósitos do desenvolvimento sustentável.

O elevado número de projetos de assentamento humanos em desacordo com os propósitos da reforma agrária acarreta comercialização das parcelas, aglutinação de lotes e desrespeito à legislação ambiental. Isso pode estar diretamente relacionado à falta de planejamento da geografia interna dos projetos, visto que têm sido elevados os investimentos do Governo Federal em infra-estrutura social e produtiva. Da mesma forma, o programa criado especificamente para a recuperação ambiental dos projetos de assentamentos antigos não tem apresentado resultados satisfatórios ao serem implementados em áreas comprometidas na sua organização espacial.

Para Suzuki (2004), a avaliação dos resultados dos projetos de assentamento rurais no Brasil não tem sido consensual nos meios políticos e acadêmicos. Isso leva a ponderações como a de Graziano Neto (2007), em afirmar a inviabilidade da reforma agrária, com críticas à ação dos movimentos sociais e aos procedimentos políticos e administrativos nos assentamentos, com a valorização da agricultura de exportação das grandes propriedades rurais. Por outro lado, há autores a exemplo de Leite et al (2004), que defendem a viabilidade dos projetos de assentamento como fundamento da reforma agrária, bem como necessários para a configuração de um novo espaço agrário brasileiro.

Em geral, os posicionamentos contra e a favor ao programa de reforma agrária do Governo Federal, podem estar embasados em assentamentos rurais que não refletem o proposto em legislação específica na qual estão definidos os critérios para a implantação de Projeto de Assentamento. De acordo com a referida legislação, os assentamentos rurais devem promover melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias, o que associa valores ambientais, sociais e econômicos.

Posições tão díspares podem estar fundamentadas em projetos construídos na contramão do desenvolvimento sustentável, tanto pelo imediatismo em equacionar problemas sociais, quanto para atender à famigerada meta quantitativa estabelecida pelos governos. Os resultados, neste caso, ratificam as duas posições: contrárias aos assentamentos tem respaldo nos projetos mal planejados, a exemplo do PA Vale do Bacaba, notadamente insustentável, restando aos defensores do modelo praticado, a justificativa da distribuição de renda e em alguns índices resultantes da economia de aglomeração.

Em conclusão, a filosofia do desenvolvimento rural sustentável não pode prescindir da geotecnologia para fazer valer os conceitos alternativos de desenvolvimento. Além da demanda em infra-estrutura social e produtiva, com igual atenção deve constituir a cobrança de responsabilidade técnica, para que as intervenções conduzam à sustentabilidade. Além da exigência em recursos financeiros para ampliação do programa de reforma agrária, os movimentos sociais devem ampliar suas demandas e incluir a qualidade dos assentamentos. A meta quantitativa para avaliar a ação do Governo Federal na reforma

agraria induz à construção de projetos de assentamentos insustentáveis, e, por isso, deve ser substituída por parâmetros de valorização ambiental e social.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Flávia Camargo. Reforma Agrária e Gestão Ambiental: Encontros e Desencontros. 2006. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

BITAR, Omar Yazbek.; IYOMASA, Wilson Shoji.; CABRAL JR, Marsis. Geotecnologia: tendências e desafios. São Paulo Perspec. São Paulo, v.14, n.3, p. 79-90, jul./set. 2000.

GRAZIANO NETO, Francisco. Tamanho não é documento. Disponível em: http://www.agrolink.com.br/colunistas/pg_detalhe_coluna.asp?Cod=2124. Acesso em: 19.07.2007.

LEITE, Sérgio.; HEREDA, Beatriz.; MEDEIROS, Leonilde.; PALMEIRA, Moacir.; CINTRÃO, Rosângela. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural UNESP: São Paulo. 392p. 2004

SUZUKI, Julio César. O significado dos projetos de assentamento rural no Brasil. AGRARIA, Revista do Laboratório de Geografia Agrária, São Paulo vol. 1, p. 96-98, jul./dez. 2004.

Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva

Fabio Kazuo Ocada

Doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Araraquara (2006)

Professora da Faculdade Bandeirantes – FABAN

End. Profissional: Rua Saldanha Marinho, 915 – Centro – Ribeirão Preto – SP – Brazil –

Endereço eletrônico: fabiokazuocada@hotmail.com

Beatriz Medeiros de Melo

Mestre em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente “Júlio de Mesquita Filho”, campus de

Presidente Prudente (2008)

Professora do Centro de Ensino Superior de Tupi Paulista – CESTUPI

End. Profissional: R. Arcebispo Lemieux, 250 - Centro – Tupi Paulista – SP – Brasil

Endereço eletrônico: beatrizmelo@yahoo.com

Resumo

Maria Aparecida Moraes Silva tem o título de mestrado e doutorado em Sociologie Du Développement pelo IEDES (Institut d'Études du Développement Économique et Social) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), pós-doutorado e livre-docência pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara. Tem se dedicado à discussão dos problemas relacionados à expropriação camponesa, exploração do trabalho, sob a ótica de gênero/classe/raça/etnia na agricultura. Em 2005 recebeu o Prêmio Érico Vanucci, do CNPQ, pelo teor de suas pesquisas desenvolvidas, desde a década de 1980, acerca do trabalho nos canaviais paulistas. Nessa entrevista procuramos preservar o “tom” de linguagem oral de nossa conversa. Será por meio desta linguagem que o leitor verificará a franqueza e a transparência com que Maria Aparecida nos dirige suas palavras. Ela nos fala da força do acaso no despontar de sua trajetória profissional, de como os estudos rurais passam a ganhar lugar nas Ciências Sociais, da questão da intensificação da exploração do trabalho nos canaviais e dos diversos problemas sociais e ambientais acarretados pela produção do etanol... Por fim, fala das Ciências Sociais como um ofício, da produtividade científica, de importantes polêmicas ao redor da discussão do método e explica a origem do veio literário encontrado em muitos de seus textos. Uma entrevista que é um grande ensinamento.

Palavras-chave: Maria Aparecida Moraes Silva; sociologia; trajetória profissional; estudos rurais; trabalho nos canaviais.

Resumen

Entrevista con Maria Aparecida de Moraes Silva

Maria Aparecida Moraes Silva tiene el título de maestría y doctorado en Sociologie Du Développement de IEDES (Institut d'Études du Développement Economique et Social) de la Universidad de París 1 (Panthéon-Sorbonne), post-doctoral y de libre enseñanza de la Facultad de Ciencia y Letras de la UNESP, campus de Araraquara. Se ha dedicado a la discusión de los problemas relacionados con la expropiación de campesinos, la explotación laboral, desde la perspectiva de género / clase / raza / etnia en la agricultura. En 2005 recibió el Premio Érico Vanucci, CNPQ, el contenido de sus actividades de investigación, desde la década de 1980, sobre la labor de caña de azúcar en Sao Paulo. En entrevista

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 11, nº. 12	pp. 117-136	Jan.-jun./2008
--------------	---------------------	----------------	-------------	----------------

preservar el "tono" de la lengua oral de nuestra conversación. Será a través de este lenguaje que el lector comprobar la franqueza y la transparencia con la que Maria Aparecida se ejecuta en sus palabras. Ella habla de la fortaleza de la oportunidad de su propia trayectoria profesional, como los estudios rurales están ganando lugar en Ciencias Sociales, la cuestión de la intensificación de la explotación del trabajo en caña de azúcar y los diversos problemas sociales y ambientales causados por la producción de etanol. .. Por último, habla de las Ciencias Sociales como una taller, de la productividad científica, de gran controversia en torno a la discusión del método y explica el origen de lo rastro literario encontrado en muchos de sus textos. Una entrevista que es una gran lección.

Palabras claves: Maria Aparecida Moraes Silva; sociología; trayectoria profesional; estudios rurales; trabajo en los cañaverales.

Abstract

Interview with Maria Aparecida de Moraes Silva

Maria Aparecida Moraes Silva has the title of master's and doctorate in Sociologie Du Développement by IEDES (Institut d'Études du Développement Economique et Social) by the Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), post-doctoral and free-teaching by the Faculty of Science and Lyrics of UNESP, campus of Araraquara. It has been devoted to discussion of problems related to expropriation peasant, labour exploitation, from the perspective of gender / class / race / ethnicity in agriculture. In 2005 he received the Award Érico Vanucci, CNPQ, the content of their research activities, since the decade of 1980, about the work in sugarcane Sao Paulo. In that interview trying to preserve the "tone" of oral language of our conversation. It will be through this language that the reader check the frankness and transparency with which Maria Aparecida runs in his words. She speaks to the strength of the chance of their own professional trajectory, as the studies are gaining rural place in Social Sciences, the question of intensification of exploitation of labour in sugarcane and the various social and environmental problems carefully for the production of ethanol. .. Finally, speaking of Social Sciences as a trade, to scientific productivity of major controversy around the discussion of the method and explains the origin of the literature has found in many of its texts. An interview that is a great lesson.

Keywords: Maria Aparecida Moraes Silva; sociology; professional trajectory; rural studies; work in sugarcane crops.

Trajetória Familiar e Profissional.

FÁBIO: Em primeiro lugar gostaríamos que você falasse um pouco sobre a sua trajetória pessoal e familiar.

MARIA APARECIDA: Primeiramente eu gostaria de agradecer a vocês pelo interesse nessa história toda e também à própria Revista NERA da UNESP de Presidente Prudente por essa oportunidade. Começar mesmo do começo? [riso] Bom, vocês sabem que a minha origem é rural. Eu nasci no campo e, evidentemente, isso teve uma marca muito forte na minha trajetória porque todo o meu início de vida, da minha trajetória de vida, foi um início marcado por um modo de vida sitiante, caipira... enfim, do camponês paulista, aquela figura bastante estudada por estudiosos brasileiros como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antonio Cândido e também outros autores. Falo de um modo de vida que não somente marca o início de uma trajetória como também o seu próprio desenrolar. E eu senti uma grande transformação na minha trajetória a partir do momento em que fui estudar na cidade, quando fui fazer o curso primário. Porque lá chegando tive a consciência de que eu não pertencia àquele mundo, que

o mundo urbano era outro. Inclusive o próprio dialeto que eu falava era um dialeto que – hoje eu sei, mas naquela época eu não sabia – era o *nheengatu*¹, um dialeto próprio das populações caipiras de São Paulo e também do interior de outros Estados do Brasil. Então... uma grande transformação aconteceu quando eu fui obrigada a deixar de falar como falava, esse foi um processo bastante difícil que considero como uma violência muito grande, uma violência simbólica muito grande, porque... ela implicou, exatamente, na mudança dos meus próprios códigos lingüísticos. Por outro lado eu comecei a perceber que tudo aquilo que eu trazia do mundo rural era algo que não era aceito pelo mundo urbano. Hoje eu consigo redefinir essa trajetória a partir desse olhar. É claro que naquele momento, enquanto criança, eu não tinha essa consciência, mas hoje eu tenho perfeita consciência disso. Bom, a forma de sobreviver foi ser primeira aluna, essa foi a forma encontrada. Porque, além da violência simbólica havia a violência física naquela época, os professores eram extremamente violentos com os alunos, e se você chegasse em casa e reclamasse, apanhava também dos pais. Então era assim, você não tinha escolha. E eu fui percebendo que a única maneira de sobreviver era estudar muito, e estudar além daqueles que estavam ali. E foi assim que eu me transformei na “[Prof^a.] Moraes”, ou seja, foi sendo a primeira aluna, procurando estar “para além” do contexto da classe. Então essa foi uma marca muito pesada, de dedicação, de disciplina... E eu tive que encontrar esse caminho sozinha. Porque... meu pai tinha apenas dois anos de escolaridade e minha mãe era analfabeta. Então eles não podiam, evidentemente, me ajudar. Quer dizer, eu fazia parte de um mundo não letrado, um mundo que eu diria ágrafo. Então a forma de sobrevivência, como vocês podem perceber, foi bastante difícil, porque foi uma trajetória que precisou assim... um auto-controle muito grande, uma auto-disciplina... E, além do mais, havia uma forte pressão dos meus pais pelo fato de eu ser a mais velha, eu tinha que ser exemplo para os meus irmãos. Meu pai queria que todo mundo estudasse, então eu não podia falhar, eu teria que ser exemplo para os outros. Então isso também foi uma marca muito forte.

BEATRIZ: Então você é a mais velha?

MARIA APARECIDA: Eu tenho um irmão mais velho. Mas esse irmão mais velho optou por não estudar, e meu pai aceitou. Hoje eu entendo que ele aceitou porque precisava dele como força de trabalho no sítio, entendeu?

FÁBIO: E quais as razões que a levaram ao caminho das Ciências Sociais num momento em que as restrições impostas pelo regime militar influenciavam diretamente na vida universitária?

MARIA APARECIDA: Eu fiz, depois do ginásio, o curso Clássico, porque tinha uma predileção muito grande por Letras, eu gostava muito de línguas. Eu lia muito, lia todos os livros de Literatura que naquele momento eram exigidos, tinha assim um apreço muito grande, como

¹ A este respeito, seguem as belas referências do professor José de Souza Martins. “A própria musicalidade caipira nasceu na cultura erudita da missão jesuítica, com gente como o poeta e lingüista José de Anchieta escrevendo poesia e teatro em língua *nheengatu*, que foi a língua brasileira até o século 18, quando proibida pelo rei de Portugal. Os *nheengatu*-falantes, que iam da elite aos índios administrados, ao terem que falar português fizeram-no com sotaque *nheengatu*, devido às dificuldades de pronúncia de certos sons da língua portuguesa. Nasceu, assim, o dialeto caipira, com o *mecê*, do *vossa mercê*, a *cuié*, de *colher*, a *muié*, de *mulher*, a *orêia*, de *orelha*. A música das celebrações religiosas que acompanharam a literatura *anchietana*, como o *cururu*, a dança de Santa Cruz, o *cateretê*, danças religiosas, são a matriz do que, banido do mundo da erudição, encontrou refúgio na alma popular e aí se manteve como resquício arqueológico da invenção do Brasil, herança de que as classes subalternas se apropriaram para por meio dela construir sua identidade e sua concepção de esperança”. Esta passagem foi extraída do convite, enviado por correio eletrônico a Maria Aparecida, pelo professor José de Souza Martins, no dia 29 de fevereiro de 2008, por ocasião do lançamento da segunda edição de seu livro, *A sociabilidade do homem simples*, ocorrido em São Paulo.

tenho até hoje, pela literatura. Naquela época havia o Clássico, o Científico e o Normal. O Normal eu não queria fazer porque não queria ser professora primária, e também não era esse o projeto dos meus pais, eles queriam que eu fosse professora de ginásio, não primária. Então eu fui fazer o [ensino] Clássico. Quando eu cheguei no terceiro [ano do ensino] Clássico havia uma colega de estudos que era muito estudiosa também e ela optou pelas Ciências Sociais. E então eu pensei: “Bom, se ela está optando pelas Ciências Sociais e ela é tão inteligente, eu tenho a impressão que [risos] ela está fazendo certo, não é. Então eu vou optar pelas Ciências Sociais.” Portanto, a opção por Ciências Sociais foi uma opção... assim... sem saber exatamente o que eram as Ciências Sociais, foi por... por essa imitação, digamos assim, da opção dessa minha colega. E foi muito interessante porque... apesar de ser bastante estudiosa, de tirar boas notas, eu era muito insegura. E eu tinha como certo que eu não conseguiria passar no Vestibular da USP, por exemplo, que eu não passaria. Então eu fui pra São Paulo assim que terminei o Curso Clássico, em 1963, começo de 1964, para fazer o processo seletivo no Sedes Sapientiae. Mas lá chegando eu percebi que meu pai não teria condições de me sustentar, porque era uma escola privada. Aí o que ocorreu? Eu desisti, voltei sem prestar esse vestibular e estava lá, na minha casa, em Altinópolis, quando uma amiga que estava prestando vestibular em Araraquara, em Letras, me disse que haveria segunda época. Naquela época o Vestibular era completamente diferente, haveria segunda época e eu poderia estar me inscrevendo. Então eu vim para Araraquara, fiz a inscrição e passei no curso de Ciências Sociais. A opção pelo curso de Ciências Sociais foi muito casual, eu realmente não sabia o que eram as Ciências Sociais, já que meu grande desejo mesmo era, naquele momento, fazer o curso de Letras. Bom, as dificuldades foram muitas, e eu acredito que tanto eu como os demais colegas que entraram naquele ano, em 1964, não tínhamos idéia do que poderia acontecer. Então... realmente foi um... talvez tenha sido um grande choque, não somente pelo tipo de leitura, pelo próprio universo estudantil, como também pelos acontecimentos políticos. ... foi um momento assim... de muita mudança, de muita transformação. Tanto é que nós entramos em trinta alunos no curso de Ciências Sociais em Araraquara – era a segunda turma – e conseguimos sair apenas em seis. Quer dizer, houve vinte e quatro desistências durante o curso, sendo que a grande maioria se deu no primeiro ano, 1964. Quer dizer, a maioria desistiu do curso em virtude do Golpe Militar. Isso porque a faculdade perdeu muitos professores, outros foram perseguidos, outros se demitiram... Realmente foi um ano bastante conturbado. Não só esse ano, mas foi todo o período da faculdade em virtude dessas questões políticas.

BEATRIZ: Certa vez você contou um pouco dessa história, disse que havia alguns militares pela faculdade...

MARIA APARECIDA: É, a partir de 1965 alguns militares, três militares da Força Pública, entraram no curso de Ciências Sociais.

FÁBIO: E como era o convívio com eles?

MARIA APARECIDA: Era um convívio... assim... à distância. Felizmente eles não eram da minha turma, então era um convívio à distância, mas todos nós sabíamos que deveríamos tomar bastante cuidado, bastante cuidado.

BEATRIZ: E nessa época da Ditadura os professores eram já de uma orientação bastante marcada pelo marxismo?

MARIA APARECIDA: Eram, eram. Os professores que ficaram foram aqueles que realmente tiveram essa orientação. Posso citar o caso da Prof^a Heleieth Saffioti, que era responsável pela cadeira de Sociologia. Ela foi minha professora durante os quatro anos da universidade, e ela sempre manteve essa linha marxista. Muito embora nós estudássemos vários autores, não somente da Sociologia brasileira como também da Sociologia Clássica,

não era só Marx. Mas, realmente a marca do curso era uma marca assim pautada pelo materialismo histórico.

BEATRIZ: Que outros professores você teve nessa época, Moraes?

MARIA APARECIDA: Olha, eu tive a oportunidade de ter [aulas com] o Prof^o Paul Singer, ainda que por muito pouco tempo. Ele era nosso professor de Economia e foi um dos que abandonaram o curso em virtude das questões políticas. Tivemos também outros professores excelentes, o professor de Filosofia chamado Paulo Monteiro, era excelente professor. Nós tínhamos filosofia em todos os anos; além dele, tivemos o Prof^o Aluísio Reis, que se aposentou há pouco tempo em Araraquara e era também nosso professor de Filosofia, que veio de São José do Rio Preto, a Prof^a Vera Marisa, que lecionou Sociologia e depois Economia...

FÁBIO: E o Dante Moreira Leite?

MARIA APARECIDA: E o Dante Moreira Leite, boa lembrança. Ele era professor responsável pela Psicologia. Era excelente professor, lecionou Psicologia um ano todo.

FÁBIO: A partir dessa formação como é que você chegou especificamente à Sociologia?

MARIA APARECIDA: Bom, o curso, embora fosse um curso de Ciências Sociais e não de Sociologia, era um curso marcado pela Sociologia. Antropologia nós tivemos por dois anos, Ciências Políticas por dois anos, no entanto, Sociologia nós tivemos durante os quatro anos. A grade curricular era bem diferente do que é hoje, era dada uma ênfase maior às matérias obrigatórias em detrimento das optativas. E, aí, o maior peso mesmo das disciplinas era dada pela Sociologia. Eu acho que em virtude disso, evidentemente, eu fui me encaminhando, me interessando mais, pela Sociologia.

BEATRIZ: E você foi bolsista, Moraes?

MARIA APARECIDA: Não, não. Naquela época não havia, nós não tínhamos bolsa, iniciação científica, não havia moradia, restaurante universitário, nada disso. Mas eu participei de algumas pesquisas, eu me lembro de ter participado de uma pesquisa da Heleieth Saffioti, depois também de uma outra professora da Ciência Política chamada Fany Tabak... Mas como auxiliar de pesquisa, aplicando questionários, fazendo coisas desse tipo. Não havia bolsa.

FÁBIO: E, naquela época, se fazia pesquisa com questionário?

MARIA APARECIDA: Era, sobretudo, questionário. Era uma metodologia mais quantitativa mesmo.

BEATRIZ: E nesse caminho você foi se aproximando mais da Prof^a Heleieth Saffioti.

MARIA APARECIDA: Sim, exatamente. Fui me aproximando dela.

Os Estudos Rurais

FÁBIO: Moraes, a partir de que momento as relações sociais no meio rural começam a se tornar objeto de investigação sociológica?

MARIA APARECIDA: Bem... retornando à trajetória, depois de ter terminado o curso de Ciências Sociais eu fui trabalhar no Ensino Médio. Trabalhei no Ensino Médio por dez anos.

Exatamente nove anos e seis meses. E aí, em virtude da ditadura militar houve uma mudança na grade do Ensino Médio. Então, a disciplina de Sociologia caiu, Filosofia caiu e no lugar destas disciplinas apareceu uma outra, chamada Estudos Sociais, que passava o conteúdo de Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica. Os militares colocaram essas disciplinas. Então, como eu tinha o curso de Ciências Sociais e naquela época só havia Licenciatura, não havia Bacharelado, eu consegui pegar essas aulas de Estudos Sociais. Então eu trabalhei, sobretudo, em São Carlos, trabalhei aqui durante oito anos no Instituto de Educação Álvaro Guião lecionando essa disciplina para alunos do 1º e 2º colegiais, então como professora mesmo da Rede. Só que, enquanto portadora desse diploma, eu também não tinha chances de prestar concurso, porque eles não abriam concurso dando oportunidade para nós, das Ciências Sociais. Eles abriam para História, para Geografia, mas não para as Ciências Sociais, os professores de História e Geografia sempre tiveram uma prevalência sobre nós. Então eu fiquei durante todo esse tempo na condição de *professora precária*, era assim mesmo que era chamado. Nós não tínhamos estabilidade, não éramos efetivos, nada! Quer dizer, éramos contratados a título precário. E foi uma situação insustentável para mim, porque eu percebia que a qualquer momento podia perder essas aulas. Então foi um momento bastante insólito. E quando chegou o ano de 1976 eu prestei um curso de pós-graduação na USP, na História Social. Veja, isso é interessante, porque eu advinha das Ciências Sociais, tendo uma formação toda de Sociologia, e eu até hoje não sei porque eu não me matriculei num curso de Sociologia ou de Ciências Sociais na USP. Eu fui para História Social e consegui passar. Mas exatamente naquele ano o Élson² conseguiu uma bolsa da CAPES para ir para a França, fazer o Doutorado. Então nós fomos para a França, e lá eu fiz o curso de Sociologia, o Mestrado e o Doutorado. E foi muito interessante, porque na França eu reencontrei um grande professor, Pedro Calil Padis. Ele substituiu o professor de economia, Paul Singer, era amigo do Paul Singer. E ele também foi perseguido pela ditadura, ele teve que sair de Araraquara e foi para a França, me parece que na condição de exilado. E lá ele conseguiu ser o diretor do IEDES (Institut d'Études de Développement Économique et Social), ligado a Universidade de Paris I, Sorbonne. Sabendo que ele estava lá, fui procurá-lo, e, por meio dele, consegui falar com meu futuro orientador, Professor Yves Goussault, e ser aceita no Programa de Pós-Graduação e fiz o mestrado e o doutorado lá. Já na pós-graduação orientei a pesquisa para as questões rurais, justamente em virtude dessa origem rural... e, sobretudo, porque aquele momento era o momento também que o projeto de modernização da agricultura brasileira estava no seu auge, projeto esse que foi implantado pela Ditadura Militar. Nesta região do Estado de São Paulo (região administrativa de Ribeirão Preto), estava aparecendo o fenômeno do bóia-fria, com o fim das colônias, dos parceiros, dos arrendatários, o fenômeno da concentração das terras, do aparecimento das Usinas... As transformações estavam acontecendo de uma forma bastante rápida. E eu comecei a problematizar essa questão a partir do município de Altinópolis, mostrando que apesar da continuidade da cultura do café, as relações de trabalho estavam sofrendo profundas transformações. Havia já uma série de trabalhos sobre o chamado trabalhador “bóia-fria” afirmando que a mudança de atividade é que era responsável por seu aparecimento. E no município de Altinópolis não houve mudança de produto, o café continuou existindo, tanto antes quanto depois da cana, e, no entanto, o que mudou foram as relações de trabalho, as relações sociais. As colônias foram extintas e depois vieram os bóias-frias. Então eu abarqueei essa temática, estudando a questão da modernização e, já naquele momento também, realizando a pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com os trabalhadores.

FÁBIO: E a partir de que momento começa a surgir uma Sociologia Rural? E a partir de quais autores?

MARIA APARECIDA: A Sociologia Rural teve uma marca muito grande, no Brasil, dada pela Maria Isaura Pereira de Queiroz. Mas a marca dela foi sempre a marca cultural, ela se

² Élson Longo, seu esposo, Prof^o do Departamento de Química da Universidade Federal de São Carlos.

interessou muito pelo modo de vida, pela cultura, pelos hábitos rurais. Havia também uma outra socióloga, Lia Fukuy, alguns trabalhos da própria geografia, como o de Pierre Monbeig, que eu acho um autor extremamente importante, sobretudo para se compreender toda a modificação existente aqui no Estado de São Paulo, a questão da desruralização e urbanização rápida, com a transformação dos campos.... E tem também o livro de Antonio Cândido. Embora ele não seja sociólogo rural, o livro dele, “Os parceiros do Rio Bonito”, que foi publicado na década de 1960, também contribuiu muito para o nascimento da chamada Sociologia Rural aqui no Brasil. E então, a partir da década de 1970 começam a surgir vários trabalhos sobre o bóia-fria. Havia, por exemplo, o PIPSA que era um evento que reunia vários pesquisadores do mundo rural. Houve vários congressos realizados em várias regiões do Brasil e todos eles tratavam, exatamente, daquelas mudanças existentes. Participavam desses eventos, pesquisadores de várias disciplinas, como Geografia, Sociologia, Economia, das Ciências Sociais, da Antropologia.... Hoje já não há mais o PIPSA. Vários professores de Araraquara participavam desse evento, Leila Stein, Vera Botta... Elas participaram, sempre estiveram organizando mesas, encontros, e tudo mais. Então... havia uma Sociologia Rural, evidentemente, mas havia outras disciplinas também preocupadas com a questão rural, dentre elas a própria Geografia. Havia uma preocupação interdisciplinar com as questões que apareciam. Porque o projeto de modernização foi muito intenso no Estado de São Paulo, mas ele abarcou o país como um todo. Nesses trabalhos aparece, por exemplo, a preocupação com os acontecimentos na Amazônia, já nessa época. A questão da expansão da fronteira, trabalhos na área da Antropologia, como os de Otávio Velho, destacando-se os de José de Souza Martins, autor também preocupado com a expansão do capitalismo e as formas de violência. Aparecem depois trabalhos, também muito interessantes, sobre a guerrilha no Araguaia, a discussão dos posseiros... Em várias partes do Brasil nós vamos ver o aparecimento desses trabalhos. No Nordeste os trabalhos acerca das ligas camponesas, da perseguição aos camponeses, a mudança do Engenho para as Usinas (que resultou numa expulsão dos moradores), a questão da concentração de terras no Nordeste e também no Sul do Brasil, a concentração do capital a partir do aparecimento das Usinas... Quer dizer, há transformações no Brasil inteiro. Portanto, eu acho que a temática do rural surge como uma temática extremamente importante, sobretudo a partir da Ditadura Militar. Porque até então você encontrava mais os trabalhos voltados à cultura, aos estudos de comunidades, bairros rurais; depois é que aparecem os estudos que vão mostrar o processo de expansão do latifúndio, o processo das lutas camponesas, das lutas sociais e assim por diante. Acontecimentos que vieram *com* a Ditadura, e *durante* o período da Ditadura, decorrendo um processo de expropriação do campesinato e a instalação de grandes empresas... Provocou, portanto, uma preocupação muito grande por parte das Ciências Sociais de um modo geral, das Ciências Humanas.

BEATRIZ: Em cada período histórico podemos identificar algumas teses que se elevam como centrais. Nessa época quais eram as teses centrais entre os trabalhos que despontavam?

MARIA APARECIDA: Um trabalho importante, que teve uma grande repercussão, foi o trabalho da Maria Conceição D’Incao com o título “Bóias-frias: acumulação e miséria”. Era um trabalho de um marxismo bastante ortodoxo, e um trabalho que hoje poderia ser criticado mesmo do ponto de vista da teoria que ela persegue. Ela considera os bóias-frias como exército de reserva, bem dentro do esquema, do modelo de acumulação de capital. Eu, por exemplo, tenho escritos, de há algum tempo³, a partir de outra interpretação, que o trabalhador bóia-fria não é “exército de reserva”, ele não faz parte do exército de reserva, ele faz parte do exército de trabalhadores, muito embora trabalhando temporariamente para esse capital. Mas ele não é reserva, não se constitui enquanto reserva. Quer dizer, dentro do modelo teórico de Marx, a meu ver, a definição do trabalhador bóia-fria como exército de reserva não cabe. Mas de qualquer forma foi um trabalho que apareceu no final da década de 70 e começo da década de 80 e que teve uma repercussão muito grande, porque revelou

³ *Errantes de fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.

o que estava ocorrendo no Estado de São Paulo. Naquela época houve também outro trabalho interessante, de repercussão muito grande, que foi o do José Vicente Tavares dos Santos sobre os colonos do vinho⁴, um trabalho sobre os imigrantes do Sul, sobre os produtores do vinho. Aí ele emprega também o modelo teórico de Marx, ele foi orientando do José de Souza Martins. É um trabalho sobre a submissão formal do trabalho ao capital e a submissão real do trabalho ao capital. E nos anos 80, a meu ver, começam a se destacar os estudos do Prof^o José de Souza Martins. Ele teve uma participação muito grande junto aos movimentos sociais, sobretudo a CPT, que foi criada também no bojo da Ditadura Militar. Ele traz contribuições para o pensamento acerca da violência ao campesinato, ao posseiro, principalmente, da região amazônica. Então, são vários os livros dele produzidos nesse período que reportam, por exemplo, à expansão da fronteira na região amazônica e o massacre dos camponeses. Não só camponeses como tribos indígenas. Os livros do Prof.^o José de Souza Martins sobre estes temas são de suma importância para a Sociologia rural .

FÁBIO: Moraes, embora as contribuições de Marx estejam presentes entre os estudiosos do mundo rural, haveria, no interior da Sociologia de inspiração marxista, uma tendência a enfatizar a análise da atuação política do proletariado urbano-industrial em detrimento da luta dos trabalhadores rurais? Quais os limites dessa perspectiva?

MARIA APARECIDA: Olha, eu acho que sim. E um trabalho também bastante interessante nesse sentido é o do Eder Sader, com aquele título “Quando novos personagens entram em cena”.⁵ E ele faz uma crítica aos estudos sobre o operariado urbano de até então. E qual é a crítica principal? Ele mostra que esse operariado urbano não era combativo exatamente porque ele vinha do mundo rural, eram migrantes, principalmente do Nordeste brasileiro, que eram áreas dominadas por outras formas de dominação que não propriamente capitalistas e, conseqüentemente, isso fazia com que a consciência desses trabalhadores fosse uma consciência... diminuída. Esses operários eram vistos, até mesmo, como não tendo consciência, ou com uma consciência fragmentada. Esse trabalho é importante, porque ele critica essa posição, contribuindo para a desmistificação da ideologia sobre o homem do campo, como atrasado, analfabeto, incapaz de ser sujeito da história. Embora não seja esse o objeto do texto, ele traz algumas pistas para desmontar essa tese em relação aos trabalhadores rurais. Até hoje essa visão existe no campo das Ciências Sociais, porque ainda o rural é visto, muitas vezes, pelas Ciências Sociais como algo à margem, considerado como algo menor. Seria uma questão de menor valor no campo das Ciências Sociais. E, a meu ver, isso tem relação com o significado da própria Ciência. Porque a Ciência não é neutra e, evidentemente, aqueles que a fazem também não são, eles também são portadores de ideologia. Eu não estou exatamente criticando todos os estudiosos, isto seria leviano de minha parte, evidentemente há diferenças. Mas, de toda forma, eu diria que o rural não é considerado a sala de visitas da Sociologia. Não está na sala de visita, não está. Até hoje eu vejo assim. E... e os trabalhadores rurais muitas vezes são vistos como analfabetos, como incapazes de ter uma consciência política, necessitando, portanto, de uma vanguarda, que venha do urbano ou que venha de partidos políticos... Essa marca negativa e ao mesmo tempo cheia de prejuízos em relação aos trabalhadores rurais é algo que ainda infelizmente está presente, não só na academia como também no interior dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos urbanos. Os trabalhadores rurais são sempre vistos como menos capazes de serem portadores da transformação do que os trabalhadores urbanos. Esquecem, assim, da história. Por exemplo, se nós tomarmos a revolução cubana, quem fez a Revolução Cubana foram os trabalhadores rurais assalariados e camponeses, porque o operariado que existia em Cuba naquele momento ele era extremamente restrito à cidade de Havana e era infinitamente inferior ao número de

⁴ SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho: estudo da subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

⁵ SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

trabalhadores rurais assalariados e camponeses que existiam em Cuba. Se tomarmos o exemplo da Revolução Chinesa nós vamos ver a mesma coisa: quem fez a Revolução Chinesa foram os camponeses. E o mesmo é o exemplo de todo o campesinato na Revolução Russa. Eu acho que mesmo que tenhamos esses exemplos históricos ainda vamos encontrar resquícios de uma ideologia... também dessas interpretações (des) valorativas em relação ao homem do campo em muitos trabalhos.

FÁBIO: E qual a importância do Chayanov?

MARIA APARECIDA: Aqui no Brasil pouca gente conhece o Chayanov, pouca gente conhece, mesmo na minha geração. Na atual geração eu não sei, contam-se talvez nos dedos quem o conhece. E, que eu saiba, até hoje não houve uma tradução para o português do trabalho dele, e isso também em virtude de questões políticas maiores. Nós temos tradução das obras do Lênin, do Kautsky, de Marx, mas você não tem do Chayanov.

FÁBIO: Em que medida a incorporação das categorias de gênero e geração e raça/etnia para a análise das lutas sociais no campo permitiu um alargamento da análise histórica e sociológica?

MARIA APARECIDA: Eu vou contar um pouco, na minha trajetória, como encontrei essas categorias. Até 1988, 89, eu somente conseguia enxergar a categoria classe social, eu tinha um olhar somente para a classe social, eu não tinha um olhar para essas outras categorias de análise, tanto o gênero como a raça/etnia. Eu encontrei essas categorias no próprio campo, no empírico. Quer dizer, não foi um encontro teórico primeiro, foi um encontro empírico. E isso aconteceu durante uma greve dos trabalhadores rurais aqui na região. Houve um piquete na cidade de Barrinha e os meus estudantes naquela época, os meus bolsistas de iniciação científica, acompanharam vários desses piquetes. E eu fui lá durante um desses piquetes, e nós observamos que as mulheres não estavam presentes. E naquele momento, década de 80, a participação das mulheres no trabalho rural na região, não só como cortadoras de cana, mas também como colhedoras de laranja, de café, era muito grande. E o questionamento que surgiu foi esse: por que as mulheres não estavam ali presentes? Por quê? E nós constatamos que as mulheres não estavam ali porque os maridos não as deixavam participar dos piquetes. Não era por causa do Usineiro, nem dos feitores e fiscais que estavam ali, vigiando, anotando os nomes dos trabalhadores para depois levá-los até o escritório da Usina e, conseqüentemente, dispensá-los. Elas não estavam ali exatamente porque os maridos não as deixavam. Então, a questão de gênero surge exatamente aí, eu pude perceber que além da classe havia uma outra forma de opressão, que era a opressão masculina, no caso advinda dos próprios maridos. E percebemos também que as mulheres que participavam eram consideradas putas, sem-vergonhas, eram mulheres que estavam ali porque queriam depois sair com os homens, enfim, elas eram vistas como o oposto daquela mulher dona-de-casa, esposa, etc. E vimos, também, que a grande maioria das mulheres que estavam nos piquetes era constituída de mulheres solteiras, viúvas ou separadas. Então essa questão de gênero se tornou uma categoria de análise a partir, exatamente, dessa situação de campo. E aí eu lembro que logo depois eu fiz um projeto para analisar essa questão que obteve a aprovação da Fundação Carlos Chagas. E a questão étnico/racial surge a partir do momento que eu fui percebendo que não eram só os trabalhadores locais os responsáveis pelo trabalho nessa região, mas também os migrantes. E aí a percepção que se tinha, e que ainda se tem, é que esses trabalhadores são negros, são nordestinos, são nortistas. Enfim, há todo um conjunto de idéias negativas que recaí sobre eles. Essas categorias passaram a fazer parte das minhas reflexões como categorias da mesma importância. Quer dizer, eu não consigo hoje hierarquizar essas categorias, dando à classe maior importância, ao gênero menor importância. Para mim elas são categorias sociais diferenciadas, resultantes de processos sociais diferenciados, mas categorias que se relacionam. Não as vejo como hierarquizadas.

Elas são diferentes, mas se relacionam. É possível encontrar numa mesma pessoa a identidade de gênero, a identidade étnico/racial e a identidade de classe social.

BEATRIZ: É a idéia de que o real não se fragmenta, não é?

MARIA APARECIDA: Exatamente, exatamente. Talvez nós o fragmentemos, mas o real não está fragmentado.

BEATRIZ: E quando você pensou nessas categorias, a [Prof.^a] Heleieth Saffioti já tinha dado o nome de “nó conceitual”, ou não?

MARIA APARECIDA: Então, a partir do momento que eu passei a me interessar, a partir do momento que essa situação empírica se colocou, eu passei, evidentemente, a abrir o meu leque de leituras. Então eu fui buscar na literatura de gênero as leituras necessárias para compreender essa realidade. Naquele momento a literatura de gênero no Brasil já estava bastante avançada, sobretudo os temas gênero e trabalho. Mas era, sobretudo, trabalho urbano, trabalho doméstico, trabalho nas fábricas... mas não o trabalho rural. Então, evidentemente, mesmo que essa literatura tivesse sido ancorada nos problemas urbanos, elas tiveram para mim uma importância muito grande. Então os trabalhos da Prof.^a Heleieth Saffioti tiveram uma importância muito grande porque ela consegue exatamente enxergar essas categorias numa relação bastante estreita, e ela, inclusive, cunhou essa expressão do “nó”, referente ao entrelaçamento das categorias de gênero, classe e raça/etnia.

Agronegócio e Conjuntura Neoliberal

FÁBIO: Desde a década de 80 tem sido registrada uma intensificação da exploração do trabalho nos eitos dos canaviais. Quais as causas deste fenômeno e suas principais conseqüências do ponto de vista social?

MARIA APARECIDA: A questão da exploração dos trabalhadores não é nova, mas eu acredito que esta exploração, o grau de exploração, ele foi aumentando com o passar dos anos. E hoje nós temos uma verdadeira aberração, que é exatamente exigir do trabalhador, muitas vezes, que ele ultrapasse os seus próprios limites físicos. O que nós tivemos nesses últimos anos, de 2004 a 2007, foi o registro de 21 mortes de trabalhadores cortadores de cana no Estado de São Paulo, supostamente, por excesso de força. Eu não tenho conhecimento desse tipo de registro nas décadas de 70, 80 e 90. Esse índice, esse grau elevadíssimo de exploração vem ocorrendo de 10 anos para cá, sobretudo a partir do momento que esses canaviais se expandiram e os níveis de produtividade também se elevaram muito. As causas deste fenômeno estão relacionadas, a meu ver, ao próprio modelo de acumulação desses capitais, ou seja, uma acumulação que prevê níveis muito elevados, visando à competição nos mercados externos. E o Brasil, especificamente, tem vantagens comparativas não somente em relação a uma força de trabalho em grande quantidade, disponível e barata, como também grandes quantidades de terra e água. Para a produção das commodities, como a soja, o milho, a carne bovina e também o etanol advindo da cana-de-açúcar, o Brasil tem as maiores vantagens comparativas do mundo. É por isso, por exemplo, que o etanol é, de longe, o produto mais competitivo no mercado externo. Se vocês compararem o etanol brasileiro e o etanol norte-americano, advindo do milho, há realmente uma diferença muito grande. Bem, então, a busca desenfreada pelos lucros é a causa principal desses níveis de exploração elevados, por um lado. Por outro lado, eu vejo que esse trabalhador traz no seu corpo as marcas da desvalorização. E, sobretudo, porque de uns 20 anos pra cá a grande maioria desses trabalhadores tem sido constituída por trabalhadores migrantes, que são ainda mais desvalorizados do que os trabalhadores locais. Eles trazem a marca de serem nordestinos, nortistas, negros, descendentes de índios e, assim por diante. Essas marcas também são responsáveis pela definição do preço da força

de trabalho. Então, a meu ver, seriam também esses condicionantes históricos que levam à diminuição do preço dessa força de trabalho. Só pra vocês terem uma idéia, no ano passado o trabalhador recebia R\$ 2,50 para contar uma tonelada de cana, e, segundo cálculos do Sindicato de Bebedouro, esse preço é três vezes inferior ao valor da década de 80. E também o professor de Geografia da UNESP de Jaboticabal José Gilberto de Souza tem análises mostrando exatamente isso, mostrando que na década de 80 o salário dos trabalhadores correspondia a três vezes mais do que é hoje. Houve uma diminuição real do preço da força de trabalho com o passar do tempo, ou seja, cada vez mais esse salário consegue comprar menos coisas, e isso faz com o que esse trabalhador tenha que se esforçar muito para ter um mínimo necessário para sua própria reprodução e também para reprodução da sua família. Então essa é uma questão. Uma outra questão, que eu acho importante mencionar, é que no último ano têm havido uma preocupação muito grande com a aplicação da ciência em relação à descoberta de novas variedades de cana. Há muitos investimentos de organismos públicos, não só privados, nestas pesquisas. E isso tem resultado, por exemplo, na melhoria das variedades de cana e, conseqüentemente, no aumento da produtividade. Então, a região de Ribeirão Preto, sobretudo, é aquela que apresenta os maiores níveis de produtividade em relação à cana-de-açúcar. Ou seja, a preocupação, hoje em dia, é que cada vez mais a cana seja composta por um maior índice de sacarose e um menor índice de água, o que significa que a cana vai se tornando cada vez mais leve e com um conteúdo maior de sacarose. Há um tempo atrás talvez fosse necessário o dobro de quantidade de cana para produzir a mesma quantidade de sacarose. Que relação essa informação tem com a questão da produtividade do trabalhador? Acontece que, como sua remuneração é calculada pelo peso, ele precisa cortar uma maior quantidade de cana para manter o mesmo nível salarial. Hoje eles chamam a cana de “cana palito”, ela é muito fina, ela pesa pouco, graças exatamente a essas pesquisas. Outra questão, outro ponto importante se reporta à mecanização. As melhores canas são destinadas às máquinas, e as piores aos trabalhadores. A máquina só corta a cana em pé, aquela cana que cai em razão dos ventos, da chuva, a chamada “cana deitada”, a máquina não corta, esta é destinada ao trabalhador. Então, para ele cortar essa cana precisa fazer, primeiro, um movimento com a perna para levantar a cana, o que aumenta seu esforço. Essas são situações relativas ao próprio ambiente de trabalho, situações causadas pelo desenvolvimento da tecnologia e da ciência, que provocaram, por um lado, o aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a exigência de maior esforço, que não foi acompanhado por aumento salarial. Então essa é a situação do trabalhador hoje. Também há um aumento da disciplina no trabalho, do controle. E a forma de pagamento é por produção. Desde a época de Marx se sabe que é a pior forma de pagamento para o trabalhador, porque é a forma que exige dele um esforço cada vez maior, esforço que é introjetado. Ele acaba aceitando a idéia de que o pagamento está relacionado à sua produtividade, que quanto mais corta, mais recebe, e não vê que isso pode prejudicá-lo do ponto de vista da saúde, por exemplo, que é exatamente o que vem ocorrendo. Temos visto mortes, acidentes e também vários problemas de saúde que têm acometido esses trabalhadores, e todos esses fatores são resultantes dessa situação.

BEATRIZ: Você poderia falar sobre a mudança do fluxo migratório, que antes era marcado pela presença dos mineiros e agora é marcado pela presença de nordestinos.

MARIA APARECIDA: Sim, eu diria que há sempre uma redefinição do que eu chamo de “cartografia migratória”. Na década de 90, você dificilmente encontraria um trabalhador maranhense ou piauiense, hoje você já encontra milhares deles, milhares deles! Não só aqui na região como em outras regiões como São José do Rio Preto. E hoje nós sabemos que muitos mineiros, que para cá se destinavam, estão indo para o Mato Grosso, para o Rio de Janeiro, para Minas Gerais mesmo, onde há plantação de cana, para o Paraná... Então há uma constante redefinição dessas correntes migratórias.

BEATRIZ: Algo que tem relação com a própria dinâmica da economia agrícola, não?

MARIA APARECIDA: De um modo geral sim, levando-se em conta o que está acontecendo nas regiões de origem e de destino desses trabalhadores. Por exemplo, a pesquisa que eu fiz no Maranhão no ano passado, que está em desenvolvimento, aponta exatamente para isso. Os maranhenses e piauienses estão vindo pra cá porque estão sendo expulsos de suas terras. O avanço da soja no cerrado e o avanço da pecuária no Maranhão são responsáveis por um processo de expropriação lá e, conseqüentemente, não lhes resta outro caminho a não ser o da migração, da saída. Eu tenho pensado, com a ajuda de alguns autores, que talvez nem possamos mais definir esse fenômeno como *migração*, mas sim como *mobilidade humana*. Porque na migração você supõe um tempo maior de permanência, que seria o caso das migrações definitivas. Mas o que ocorre todos os anos é, na verdade, aquilo que eu chamo de “migração permanentemente temporária”, que está tendendo a ser considerado como uma mobilidade humana. Por exemplo, o que eu ouvi no México é que há muitos camponeses que nem sequer têm lugar de origem, porque eles ficam permanentemente circulando de um lugar a outro. Então, por exemplo, quando nascem os filhos nesse processo eles não sabem dizer onde nasceram, qual é o local onde moram... Hoje eles podem estar num lugar, amanhã em outro, depois em outro e, assim, sucessivamente. Quer dizer, são pessoas que não têm mais lugar fixo, são os verdadeiros nômades modernos. Então, esse processo, esse vai-e-vem que se repete todos os anos, é uma *mobilidade*. Assim como, por exemplo, na Europa existem casos de migrantes sem migração, como o caso das empresas que mandam trabalhadores de um país a outro, para desempenhar determinadas funções, atividades, e quando estas terminam, eles vão para outro local. Quer dizer, você não tem uma migração, mas você tem os migrantes. Não é propriamente uma migração. É um fenômeno que acontece não somente no Brasil como em outros países e que está se acomodando cada vez mais às exigências desse modelo do chamado agronegócio.

FÁBIO: *Mais recentemente, em razão do Programa de Aceleração do Crescimento colocado em prática pelo Governo Federal, os produtores de etanol ganharam status de “heróis” nacionais, após as declarações do presidente da república à imprensa internacional. O etanol tem sido apontado internacionalmente como fonte de energia limpa e renovável, dando impulso à produção automobilística. Quais os impactos dessa política econômica do ponto de vista ambiental?*

MARIA APARECIDA: São muitos os impactos. Eu tenho lido bastante a respeito disso e não são propriamente os sociólogos ou cientistas sociais que estão dando respostas a estas questões, mas outros profissionais, de outras áreas, como os químicos, os agrônomos, os geógrafos. Então eu tenho lido trabalhos desses profissionais e tenho visto que os impactos ambientais são muito grandes. Por exemplo, a questão da qualidade do ar. Nós sabemos que a cana é queimada, e no momento da queima uma quantidade muito grande, toneladas e toneladas de gases vão para a atmosfera. Muitos desses gases contêm resíduos de partículas dos agrotóxicos, dos maturadores que são lançados nos canaviais, um pouco antes do corte. Outros trabalhos apontam para a questão do vinhoto, da vinhaça, que é um resíduo da produção do etanol. Na década de 70, ele era lançado nos rios e o resultado disso foi uma mortandade de peixes nos rios Piracicaba, Rio Mogi, Rio Pardo e assim por diante. Depois disso, na década de 80, eles começaram a aproveitar o vinhoto como fertilizante, através de um sistema chamado, “fertiirrigação”. No entanto, hoje o grande problema que está sendo colocado é: até que ponto esse vinhoto não está contaminando os lençóis freáticos e também as áreas dos aquíferos, tanto o Aquífero Bauru quanto o Aquífero Guarany, que passam aqui nessa região de Ribeirão Preto. Outros estudos apontam também para a questão do bagaço da cana. Uma parte do bagaço é queimada para produzir energia nas caldeiras da própria Usina. Mas outra parte não é transformada em energia, então esse bagaço fica no pátio, e quando seca vão formando pequenas partículas que são levadas pelo vento e podem afetar gravemente a saúde das pessoas, na medida que essas partículas podem ser aspiradas e trazer problemas muito sérios para os pulmões. Em razão

das queimadas, vários médicos já provaram – tanto médicos de Piracicaba quanto da USP de Ribeirão Preto – que aumentam, consideravelmente, as internações em hospitais de crianças e idosos, e daqueles que são portadores de problemas respiratórios. Então, do ponto de vista ambiental é muito difícil sustentar que a produção do etanol se constitui como uma energia limpa, justamente porque para a defesa dessa idéia se leva em conta tão somente o consumo do produto comparado ao petróleo, muito embora vários trabalhos publicados por físicos de vários países do mundo remetam em questão esta afirmativa. Quer dizer, não é uma verdade absoluta que o etanol é menos poluente que a gasolina, é algo que já é questionado, quando consumido, enquanto combustível. Mas aqueles que defendem que ele é menos poluente, como é o caso do nosso presidente, fazem essa defesa levando-se em conta apenas o consumo, e não todo o processo de produção. É como se o etanol brotasse da terra assim como brota o petróleo, e não é verdade, ele exige todo um processo produtivo que tem todas essas implicações. E sem contar que é uma produção em larga escala, é monocultura, e toda monocultura é prejudicial porque afeta a biodiversidade. Sem contar ainda que uma produção em larga escala traz muitos prejuízos na medida em que há desmatamento, na medida em que há o desrespeito à existência de preservação de matas ciliares, uma consequência terrível também para a fauna. Onde está a fauna do Estado de São Paulo? Onde está a nossa fauna? E, por outro lado, traz consequências em relação à produção de alimentos. A produção de cana no Estado de São Paulo hoje já está atingindo a marca dos 5 milhões de hectares, 5 milhões de hectares! O ano passado eram 4 milhões de hectares, hoje já são 5 milhões de hectares. Em um ano houve o aumento de 1 milhão de hectares! E isso está ocorrendo em detrimento de outras áreas antes dedicadas aos alimentos. O próprio Instituto de Economia Agrícola mostra a diminuição de áreas do arroz, do feijão, do milho, da batata, da cebola, do tomate e assim por diante. O que quer dizer que a monocultura canavieira realmente se instalou de uma forma predominante nas terras do Estado de São Paulo. E do ponto de vista ambiental, evidentemente, é algo extremamente negativo, além dos problemas sociais que trazem.

FÁBIO: E tendo em vista a expansão do agronegócio no território nacional qual é o atual panorama das lutas sociais no campo frente à conjuntura neoliberal?

MARIA APARECIDA: Do ponto de vista dos sindicatos nós estamos vendo uma participação extremamente débil, que, a meu ver, não pode mais ser considerada como reflexo da Ditadura Militar, mesmo porque faz muito tempo que essa Ditadura Militar acabou, isso não se justifica mais. E também, do meu ponto de vista, não se justifica mais se falar em refluxo do movimento sindical. Eu considero o movimento sindical hoje, sobretudo no Estado de São Paulo, muito mais parceiro dos usineiros do que sindicatos combativos. Com algumas exceções, e eu vou citar uma delas que é o sindicato de Cosmópolis, dirigido pela Carlita Costa, onde existe uma prática de combate e de questionamento a essas formas de exploração existentes. Em relação aos demais, eu não vejo uma participação no sentido de realmente combater os abusos da exploração, e isso fica muito claro nos acordos coletivos. Não existe preocupação, por exemplo, no sentido de reivindicar um aumento salarial, não existe uma preocupação no sentido de fazer cumprir, rigorosamente, a NR31, enfim. Um dos pontos também bastante desfavorável aos trabalhadores se refere ao sistema 5/1, ou seja, os trabalhadores trabalham 5 dias e descansam um dia. Isso fere, evidentemente, as práticas de sociabilidade dos trabalhadores. Porque, por lei, é reservado aos trabalhadores o descanso uma vez por semana, mas que seja aos domingos, porque é o momento que o trabalhador teria condições para desenvolver e participar das relações sociais com os vizinhos, os parentes, a família, enfim. Isso não é cumprido de modo geral, trazendo consequências negativas para a sociabilidade dos trabalhadores e é algo não levado em conta no momento dos acordos coletivos. Então, a NR31, que é um conjunto de normas que regulam o ambiente de trabalho rural, ela não é cumprida, e quem prova isso são os próprios promotores. Quando eles fazem as *blitz*, quando eles fazem as fiscalizações, eles mostram o quanto a NR31 não é cumprida. Então, o movimento social está marcado por este novo posicionamento dos sindicatos, os quais são muito mais parceiros do que

combativos. Não se tem mais, sobretudo no caso do Estado de São Paulo, um sindicato combativo, mas, por outro lado, há, nesse contexto, a participação do Ministério Público, dos promotores, procuradores, delegados regionais do trabalho, fiscais do trabalho... Existe toda uma preocupação por parte, portanto, desses novos atores no sentido de fazer cumprir essas normas. E os próprios promotores, muitas vezes, reclamam por não poderem contar com o apoio dos sindicatos quando eles fazem a fiscalização. Quer dizer, isso faz parte dos relatórios deles. Então essa é uma questão extremamente séria.

BEATRIZ: E o movimento de luta pela terra, Moraes, qual é o papel dele nesse processo?

MARIA APARECIDA: No caso da FERAESP, por exemplo, ela tem essa frente de luta, de lutar pela Reforma Agrária, mas o que nós vemos é uma atuação muito mais restrita às terras públicas, de um lado, ou então terras pertencentes, por exemplo, à FEPASA. Quer dizer, eu não vejo um embate direto em relação às terras ocupadas pelos usineiros. Porque, do meu ponto de vista, deveria haver um questionamento a respeito da função social da terra, isso está claro na nossa legislação, a propriedade rural tem de cumprir essa função social. E o que seria essa função social? Seria a função de preservar o meio ambiente, levar em conta as questões sociais e conseqüentemente não contribuir, de forma nenhuma, para o agravamento das desigualdades sociais. E essa é uma questão que não é colocada na pauta das discussões e, conseqüentemente, o movimento de luta pela terra está restrito muito mais a uma luta nessas terras públicas e também às terras pertencentes à FEPASA aqui na região. No oeste do Estado de São Paulo existe um movimento forte de luta pela terra, principalmente levando-se em conta todo o processo histórico de ocupação feito por meio da grilagem das terras, sobretudo do Vale do Paranapanema.

FÁBIO: E qual é a relevância da memória no contexto da luta pela terra? Haveria alguma relação entre o “apagamento dos rastros”, mencionado por Walter Benjamin, e a subordinação do trabalho à lógica do capital?

MARIA APARECIDA: Eu penso que o papel da memória é extremamente importante, ela pode ser realmente uma arma de defesa no processo de desterritorialização e também de desenraizamento, tanto social quanto cultural. Mas acontece que, de acordo com o que nós estamos vendo, mesmo que a memória tenha realmente esse potencial, eu não vejo até que ponto realmente ela poderá ser motor de transformação. Eu acho que é importante, sem dúvida alguma, mas não vejo até que ponto ela poderá ser motor de transformação, tendo em vista o avanço do agronegócio, e tendo em vista, sobretudo, o poder, não só econômico, mas também político e ideológico do agronegócio. Essa é uma questão bastante séria, porque ele não só controla economicamente a terra, os capitais, como também tem o controle político em nível local, estadual e federal. Existe a bancada ruralista, que realmente tem um poder muito grande para redefinir as orientações de vários projetos. E, além disso, há o poder ideológico presente na fala do presidente da República, dos governos dos Estados... Sem contar que existem várias cartilhas, que estão fazendo parte dos currículos das escolas fundamentais, cartilhas do agronegócio, relacionadas à cana. Há, ainda, o auxílio de órgãos financiadores de pesquisas. Então eu acho que o papel da memória, sem dúvida alguma, é importante, é uma arma importante, mas eu sinceramente não vejo até que ponto ela poderá ser motor para lutar contra toda essa estrutura, econômica, política e ideológica. E sem contar que, quando nós falamos em agronegócio, temos que pensar também no processo que está ocorrendo, no Brasil, de internacionalização não só dos capitais, mas também da propriedade da terra. Cada vez mais o Brasil está dependente dos países centrais. Muito embora eu veja as dificuldades em relação à memória como motor de transformação, tendo em vista, sobretudo, a atual conjuntura, posso afirmar que ela tem um potencial transformador muito grande. Em que medida isso pode acontecer? Exatamente porque a recuperação dessa memória pode fazer com que as pessoas que foram atingidas pelos processos de desenraizamento, de expropriação, tomem consciência da necessidade dessa transformação, isso é um ponto. Porque muitas vezes as pessoas que estão em risco

– e isso é muito grave no caso dos migrantes – eles passam a considerar a própria vida deles como uma espécie de destino, como algo natural, que é da vontade de Deus, por exemplo, e que é a vontade de Deus que fará com que não se dê prosseguimento a isso. Então, muito deles afirmam: “Essa é a última safra, o ano que vem eu não volto”. Mas acontece que não será a última safra, no ano que vem ele voltará. Então, esse processo de materialização é bastante forte, ele atua como mais uma forma de dominação, e, ao mesmo tempo, reflete o poder dessa ideologia. Portanto, a memória seria revolucionária no sentido de mostrar que isso não é natural, que é um processo histórico, e mostraria as causas dessa migração, o processo de expropriação... No caso especificamente dos jovens, pode mostrar a eles o que ocorreu a seus pais no passado e, assim por diante. Possibilitaria recuperar a trajetória, não somente individual como também social, a trajetória do grupo, no sentido de permitir o questionamento do presente. Portanto, do meu ponto de vista, a memória tem esse potencial. Entretanto é muito importante também observar que muitos trabalhadores têm consciência clara dessa história, mas, ao mesmo tempo, as alternativas de trabalho, de sobrevivência, são muito restritas, então acabam suportando toda essa situação em virtude da ausência de alternativas.

Pesquisa e docência

FÁBIO: Em que medida é possível afirmar que a Sociologia se constitui ainda hoje enquanto um ofício?

MARIA APARECIDA: Ela se constitui enquanto um ofício, mas acho que ela não é tão praticada enquanto ofício pelos sociólogos. Eu acho que a Sociologia ela *precisa* ser ofício. O que seria realmente o significado disso? Se vocês procurarem no dicionário vocês verão que *oficina* é o lugar da transformação. O ofício tem essa marca, de não ser somente uma profissão. O sociólogo não pode se definir enquanto profissional, mas enquanto portador de um ofício, que é o ofício de sociólogo. Então ele tem que agir segundo aqueles preceitos do próprio Mills,⁶ que mostrava os fundamentos do que ele chama de *artesanato científico*. Então o que seria esse artesanato científico? Seria uma preocupação com a reflexão teórica, uma preocupação muito grande com a investigação, com a definição dos problemas que afligem as diferentes sociedades. E também uma preocupação muito grande em transmitir esses conhecimentos aos alunos. Seria um artesanato mesmo, constituído na relação entre o mestre e o aprendiz. De fato, era o mestre quem realmente detinha o saber e o conhecimento, mas jamais era portador único daquele conhecimento, sua preocupação era, exatamente, além da produção de um valor de uso, e não de um valor de troca, a transmissão daquele conhecimento aos seus aprendizes, aos seus alunos. Eu acho bastante interessante essa metáfora do *artesanato científico* e também dessa possível comparação com o artesão, na medida em que a Sociologia realmente precisa ser praticada dessa forma, não como mera profissão, não como mero emprego, não como mera atividade, mas algo que vai muito além, que exige uma dedicação muito grande, exige um estudo constante, exige uma dedicação aos alunos, aos orientandos. Não só os orientandos, mas aos discentes de um modo geral, e, sobretudo, uma preocupação com a prática política. Então, a Sociologia não deve ser uma área do conhecimento que vise a mera interpretação da realidade, ela tem que visar a interpretação como conhecimento e também a transformação dessa realidade. Isso exige do sociólogo uma inserção política no universo onde ele atua. Entendendo muito bem que eu não estou considerando essa inserção política como uma inserção político-partidária, para defender esse ou aquele partido, esse ou aquele grupo social, mas uma inserção política num sentido maior, ou seja, uma inserção que vise

⁶ MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar: 1965.

àquilo que a Ecléa Bosi⁷ define como o sentimento de pertencimento à comunidade de destino, do grupo estudado pelo cientista social.

BEATRIZ: De alguma maneira essa definição da Sociologia como um ofício, como um artesanato, vai de encontro a outras concepções teóricas que você sustenta, como a de experiência, do Thompson, não é?

MARIA APARECIDA: Exatamente. Porque a experiência é aquilo que a pessoa traz, é aquilo que define toda a trajetória de vida, trajetória laboral da pessoa. Levar isso em conta é você ter o respeito a esse conhecimento, a essa experiência e, portanto, a esse sujeito que está diante de você. Não que ele seja – digamos assim – puro, não se trata disso. Vamos imaginar que você está diante de um trabalhador que pratica a violência contra a mulher. Não é só pelo fato de ele ser um trabalhador que você vai partilhar desse comportamento, muito pelo contrário. Não é somente por você defender a classe dos trabalhadores que você vai defender esse tipo de comportamento. Então, eu acho que essa práxis, essa prática política exige a autonomia do sociólogo, do pesquisador. Exige autonomia no sentido de solicitar que ele não seja meramente o porta-voz deste ou daquele grupo, e esse é um grande desafio para nós, sociólogos. Ao nos colocarmos como meros porta-vozes deste ou daquele grupo dificilmente teremos a capacidade de fazermos a auto-crítica.

FÁBIO: Moraes, no conjunto do seu trabalho de pesquisa nós percebemos um forte veio literário. Qual a razão dessa interpenetração entre a arte e a ciência? Que influências estão presentes nessa forma de apresentação dos resultados da pesquisa?

MARIA APARECIDA: [riso].

BEATRIZ: Alguma coisa já foi explicada, não é? Você disse que queria ter estudado Letras.

MARIA APARECIDA: Talvez tenha ficado esse desejo escondido, alguma coisa nesse sentido [risos]. Mas a verdade é que eu aprendi muito com esse texto do Wright Mills, “Imaginação Sociológica”, quando ele afirma que uma das marcas da nossa prática deve ser o fato de nos expressarmos, tanto oralmente quanto através da escrita, de uma forma bastante clara. Nada de nos expressarmos por meio de frases rebuscadas, incompreensíveis, muitas vezes fazendo com que os leitores realmente não nos compreendam. Nossa preocupação deve sempre voltar para nossos leitores, aqueles que vão nos ler e como vão realmente acessar o texto. Para isso há uma necessidade também – que eu vejo como uma atitude muito democrática – de estarmos preocupados com essa forma de comunicação e com a linguagem. Agora... essa preocupação com a literatura eu acho que... advém exatamente desse meu desejo antigo; e também do meu encantamento pela literatura. Eu acho que fui bastante marcada pela leitura da obra do Guimarães Rosa. Para mim, o maior sociólogo rural brasileiro é o Guimarães Rosa, para mim é ele quem mais entendeu a alma do sertanejo. Ele é um autor que eu não só leio, mas eu sinto necessidade de relê-lo sempre. E isso acaba realmente influenciando também na minha forma de escrever. Também, com o passar do tempo e, sobretudo, com as leituras advindas da bibliografia de gênero, me convenci que o conhecimento não advém somente da razão, mas também da emoção. Você aprende também com a emoção. E se você escreve de uma maneira que permita que essa emoção encontre espaço, evidentemente, ela irá refletir muito além da razão, ela conseguirá abarcar outras esferas do próprio processo de conhecimento, que não é só cognitivo, mas também emocional. Então... eu não sei, é algo difícil de traduzir para vocês em palavras, mas... eu acho que essa forma mais branda, mais suave de escrever, é talvez uma forma que possa atingir mais as pessoas, pode sacudi-las em determinados momentos, chamá-lhes atenção para determinadas situações, muitas vezes, situações-limite.

⁷ BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484p.

FÁBIO: Moraes, ainda hoje, no interior da comunidade acadêmica, parece existir certa resistência em se aceitar o uso de depoimentos orais como dados válidos para as análises científicas. Como se chegar a um conhecimento sociológico objetivo tendo em vista essa polarização entre dados objetivos e subjetivos?

MARIA APARECIDA: Não vejo sentido nessa polarização entre subjetivo e objetivo, na medida em que, do meu ponto de vista, o real é relacional, portanto o dado quantitativo e o dado qualitativo estão em perfeita articulação, em perfeita relação, sendo que um não exclui o outro. O dado qualitativo tem uma importância muito grande, sobretudo, para nós que lidamos com as populações oprimidas, porque é a oportunidade que oferecemos para que essas populações possam se expressar. É aquilo que Paul Thompson⁸ afirma: dar voz para aqueles que, até então, não tiveram voz. Existe um conteúdo político, sem dúvida alguma, relacionado ao método qualitativo, sobretudo da História Oral. Você realmente permite que as pessoas falem, que essas pessoas se expressem acerca de sua vida, de seus sofrimentos, de suas dores, enfim, da própria situação de dominação em que vivem. Por outro lado, quanto à questão da validade do conhecimento, existe uma bibliografia bastante extensa que já aponta para a validade desse conhecimento advindo da História Oral. Sem contar que é uma metodologia, quer dizer, é um caminho para conhecermos uma determinada realidade. Mas é óbvio que esse depoimento colhido fará parte de um conjunto de outros dados, quer sejam quantitativos, teóricos ou dados advindos de outras fontes, como da internet, de jornais, e assim por diante. Nossa preocupação será trazer o maior número de informações sem ter a preocupação de afirmar que essa é mais válida e aquela é menos válida. Também não é correto afirmar que só o dado qualitativo se reporte ao subjetivo, o dado quantitativo também pode se reportar ao subjetivo. Por exemplo, se fizemos uma enquête perguntando, por exemplo, às pessoas acerca, vamos imaginar, da pena de morte. “Você é favorável ou não?” Quando a pessoa diz “sim” ou a pessoa diz “não” ela está dando a sua opinião, depois nós transformamos essa opinião num dado quantitativo e apresentamos: “tantos por cento disseram isso e tantos por cento disseram aquilo”. Então é falsa essa dicotomia entre o objetivo e o subjetivo no sentido de que o subjetivo é depoimento oral e o objetivo é aquele que realmente vai ter a validade porque é constituído de números. Isso também faz parte de uma ideologia. Quando eu dou alguma entrevista para veículos de comunicação, por exemplo, sobretudo aqui no Brasil, os jornalistas vão e perguntam aos representantes dos usineiros, da UNICA, se eles concordam com a minha opinião. Eles falam que não, é claro, que não concordam, que não é isso, que isso não é verdade. O que o jornal vai publicar sobre essa discussão é tão ideológico quanto, é tão subjetivo quanto. Durante um evento, ao apresentar uma projeção de slides, o fiz com dados quantitativos do INSS acerca dos acidentados na cana, em vários Estados do país. Mostrei o número de acidentados, de mortos, de trabalhadores afastados por até 15 dias, afastados por mais de 15 dias... Eu estava apresentando números. Então, alguém da platéia contestou o seguinte, que eu estava levando em conta apenas o setor sucroalcooleiro, que eu não estava levando em conta outros setores econômicos, como, por exemplo, a construção civil, onde, segundo ele, o número de acidentados era muito maior. Aí vocês podem ver que, muitas vezes, o próprio dado quantitativo é contestado a partir de determinados critérios político-ideológicos.

BEATRIZ: De alguma forma pode ser manipulado por quem o está apresentando.

MARIA APARECIDA: Exatamente. Do meu ponto de vista não é algo que se sustenta, levando-se em conta a metodologia das Ciências Sociais, e, sobretudo, uma metodologia que tenha essa preocupação de utilizar diferentes técnicas de pesquisa. Então, o importante não é só a coleta de depoimentos, mas é também a observação participante, o diário de campo, todas essas outras fontes.

⁸ THOMPSON, P. A voz do passado. São Paulo: Paz e terra, 1992.

FÁBIO: Moraes, em sua atuação recente como vem se dando o diálogo com outras áreas das Ciências Sociais, como, por exemplo, a Geografia?

MARIA APARECIDA: Isso aí é culpa da Beatriz [gargalhadas]. Ela é a principal culpada, a resposta deveria ser dada por ela, ela é que deveria responder a essa questão. [riso]. Na verdade esse contato com a Geografia já existira antes da Beatriz. Eu já tinha contato com alguns professores da USP de São Paulo – Júlio, Rosa, Ariovaldo, Fany e também com alguns professores da UNESP de Presidente Prudente, com o Bernardo, a Carminha, o Eliseu, Thomaz. Depois, com a entrada da Beatriz na Geografia da UNESP de Presidente Prudente, esse contato acabou se fortalecendo por meio do conhecimento de outros professores, como Raúl e, agora, César Leal. Por meio da Beatriz, aprendi muito, porque ela foi me ensinando o que estava aprendendo lá. Então, a dissertação dela é para mim um aprendizado. Muita coisa eu já sabia, mas muita coisa também não. E isso é bastante interessante, porque o professor não é somente aquele que ensina, ele é também aquele que aprende, e essa relação com a Beatriz foi bastante exemplar nesse sentido. Quer dizer, eu ensinei, mas também aprendi muito com ela, porque ela aprendeu com os professores da Geografia. Por outro lado, eu vejo também que há determinadas preocupações da Geografia que me encantam muito, como, por exemplo, a preocupação com a distinção entre espaço, território e lugar. E, sobretudo com o trabalho da Beatriz, foi possível trabalhar com as trajetórias numa base cartográfica. Isso é o grande mérito dela, e é exatamente nesse ponto que ela conseguiu estabelecer o diálogo mais estreito entre a Sociologia e a Geografia, realmente produzindo a chamada interdisciplinaridade através do ato de fazer. Por outro lado, a utilização do conceito de *território migratório* também configurou um momento de aproximação bastante estreita entre a Geografia e a Sociologia. E a etnografia também. Porque no momento em que se trabalha com os *territórios migratórios* se faz um trabalho bastante próximo da etnografia, que é, então, um outro aspecto bastante importante também nesse diálogo. Então, eu vejo como muito bom todo esse contato com a Geografia, estou aprendendo com eles e considero isso extremamente positivo, extremamente relevante para o conhecimento de modo geral.

BEATRIZ: E, eu não sei se já havia lhe dito antes, mas eu pude descobrir, entre os geógrafos, o olhar geográfico sobre o seu trabalho “Errantes do Fim do Século”. Vários professores, como o Prof.º Raul, por exemplo, comentou que você faz muita geografia no seu trabalho, por se preocupar, talvez, em como as relações de poder se traduzem no espaço e se reproduzem a partir dele. Você já havia descoberto esse olhar sobre o seu trabalho?

MARIA APARECIDA: Não, não. [riso]

BEATRIZ: E de onde será que vem esse olhar geográfico?

MARIA APARECIDA: Eu acho que muito de Bourdieu. E de Foucault também. São dois autores que vêem muito o espaço. A preocupação desses autores é realmente em pensar sobre a materialidade desse espaço de poder. Foucault, por exemplo, quando analisa as prisões, os hospitais, está pensando no espaço, está pensando na materialidade do poder naquele espaço⁹. Ele tem, também, uma preocupação com as posições das pessoas nesse espaço, o espaço da mulher que fica na cozinha e o homem na sala... Isso reflete como esses espaços são representativos para se pensar a questão do poder. O próprio Bourdieu tem também essa preocupação. Quando ele analisa a sociedade cabila mostra exatamente isso.¹⁰ A casa tem dois planos: o plano baixo é onde ficam as mulheres, o plano superior é onde ficam os homens; a parte mais iluminada da casa pertence aos homens, a parte mais

⁹ FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica. São Paulo: Forense, 1963.

_____. Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. Sociologie d’Algérie. Paris: PUF, 1958.

escura pertence às mulheres... Ele faz uma analogia entre o espaço da casa e o próprio corpo, tanto do corpo masculino quanto do corpo feminino. Então, essa minha preocupação com o espaço, característica da geografia, advém também basicamente desses dois autores, tanto de Foucault quanto de Bourdieu.

FÁBIO: Por fim, chegamos à última questão. Após mais de três décadas de dedicação às atividades de docência e pesquisa em sociologia no Ensino Superior que avaliações você pode fazer da atual situação da Universidade Pública e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia?

MARIA APARECIDA: Bom, do ponto de vista dos Programas de Graduação eu estou afastada há algum tempo, desde que me aposentei, portanto praticamente há 11 anos eu não leciono na Graduação. Mas na pós-graduação eu realmente venho trabalhando todos os anos, ora mais, ora menos, mas tenho tido contato durante todo esse tempo com os cursos de pós-graduação. E tive a oportunidade também de conhecer várias universidades. Conheci a Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande, onde estive por seis meses enquanto professora visitante, dei aulas na PUC em São Paulo, na USP no Programa de Geografia, na UNESP de Presidente Prudente também na Geografia, trabalhei durante três anos na Faculdade de Medicina da UNESP de Botucatu no curso de pós-graduação em Saúde Pública, e também aqui na UFSCar, primeiro nas Ciências Sociais e agora na Sociologia. Outra experiência foi ter participado do Comitê de Avaliação da CAPES dos programas de Ciências Sociais e de Sociologia. Foi uma experiência extremamente importante porque eu pude ter uma noção bastante geral de todos os programas do país, tanto de Sociologia quanto das Ciências Sociais. Bom, o que é que eu posso te dizer em relação a tudo isso? Primeiro eu acho que nós, das Ciências Sociais e da Sociologia em particular, estamos sofrendo todas essas transformações impostas pela CAPES. Os cursos de pós-graduação realmente são obrigados a seguir as orientações da CAPES, e cada vez mais essas orientações alcançam uma generalidade, levam em conta praticamente todas as áreas do conhecimento. Então, hoje existe uma preocupação muito grande com a produtividade científica, a produção de artigos, a média de produção para cada pesquisador e também para os próprios alunos que ingressam no curso de pós-graduação. Além disso, existe uma preocupação no tocante à avaliação dessa produção, à qualidade, Qualys A, Qualys B, Qualys C, Qualys Local, Nacional e Internacional, etc. Isso é uma regra válida para todas as áreas do conhecimento. No entanto, minha preocupação é que exista também uma cobrança não só no sentido da quantidade, mas também da qualidade desta publicação, dessa pesquisa. E, muitas vezes, alguns pontos específicos são deixados de lado, por mais que o próprio Comitê tenha tido essa preocupação. O Comitê da Sociologia no ano passado foi coordenado por Sérgio Adorno e José Ricardo Ramalho, e foi possível perceber uma orientação não no sentido de simplesmente reproduzir as orientações das outras áreas, havia uma preocupação em manter as nossas especificidades, as nossas particularidades. Por exemplo, a nossa produção é muito mais individual do que coletiva, ao contrário das Ciências Exatas e de outras áreas do conhecimento onde a produção é muito mais coletiva. Nós nos preocupamos muito mais com a produção de livros e não de artigos, existe uma preocupação maior em produzir aqui no Brasil, e não uma preocupação de produzir internacionalmente, e assim por diante. Então, o que eu percebi ali foi um esforço muito grande de não simplesmente se submeter, digamos assim, a todas aquelas normas, mas, na medida do possível, de adequá-las, respeitando as nossas particularidades e as nossas especificidades. Agora, é claro que no conjunto dos cursos de pós-graduação, há grandes preocupações, principalmente para aqueles programas com baixa avaliação, com baixo conceito. Quais seriam, portanto, as formas que esses cursos teriam para melhorar a sua classificação? Há diversas preocupações sobre as quais nós temos de nos debruçar. De toda forma eu vejo pontos positivos, como, por exemplo, o número de bolsas aos estudantes, na minha época nós não tínhamos bolsas. E eu vejo que existe uma preocupação no sentido de colocar num patamar superior essa produção científica das Ciências Sociais. É claro que as dificuldades são realmente muito grandes, muitas vezes, os

curso têm muitas dificuldades de se adequarem a essas normas, pois as cobranças realmente são muito grandes. Porque nesse momento, não se vê a nossa área isoladamente, ela é vista em conjunto com as demais, e nós somos avaliados pelos mesmos parâmetros.

BEATRIZ: E essa marca individual das Ciências Humanas não acaba afetando a qualidade? Coletivamente não se poderia produzir mais e melhor?

MARIA APARECIDA: Essa é uma prática, evidentemente, recorrente nas Ciências Exatas de um modo geral, as chamadas Ciências Duras, e não é nas Ciências Humanas. Mas cada vez mais há um incentivo a isso, como, por exemplo, o incentivo à produção do aluno com o professor.

BEATRIZ: A Geografia de Presidente Prudente é um bom exemplo desse esforço de produção coletiva, não é?

MARIA APARECIDA: É, eu acho que existem cursos que já se adequaram mais do que outros. De qualquer forma é uma cobrança muito grande de conceitos, de avaliações, que levam até mesmo ao fechamento de cursos. Nós vemos esses resultados, alguns cursos foram fechados. Desse ponto de vista é positivo, na medida em que se traduz em melhoria do conhecimento. Por outro lado, também traz a necessidade de que os cursos possam buscar a adequação, o que muitas vezes não acontece, ainda que haja medidas que a favoreçam. Por exemplo, dentre os projetos aprovados em todos os editais do CNPQ de todas as áreas do conhecimento, 30% são reservados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Então, se eles aprovam 100, 30 são destinados a essas regiões. E ainda a CAPES está exigindo que os programas que têm excelência tenham convênios com aqueles que têm uma avaliação inferior, a fim de fazer com que eles possam, realmente, contribuir para a melhoria do nível daquele curso. Essa é a realidade que nós estamos vivenciando, e me parece que, em termos de América Latina, é o melhor sistema de avaliação. Nos outros países da América Latina a preocupação com a qualidade dos cursos de pós-graduação não ocorre da mesma forma que no Brasil.